



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2065 - Revisada

Segunda-feira - 22 de Agosto de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Garuva	250	Palhoça	378
Anchieta	3	Gaspar	253	Palma Sola.....	381
Antônio Carlos	7	Guaraciaba	259	Papanduva.....	383
Arabutã	8	Guaramirim.....	260	Paraíso	385
Balneário Rincão	28	Guarujá do Sul	263	Passo de Torres.....	386
Benedito Novo	30	Herval d'Oeste	264	Penha.....	387
Biguaçu	31	Ibiam	265	Peritiba.....	392
Blumenau	124	Ilhota	266	Pinheiro Preto	393
Bom Jardim da Serra	126	Imbituba	267	Planalto Alegre.....	400
Bom Jesus do Oeste	127	Indaial.....	271	Porto União.....	401
Bom Retiro	128	Iomerê	277	Pouso Redondo	410
Braço do Trombudo	129	Ipumirim	281	Presidente Castello Branco.....	413
Brusque.....	133	Itá	282	Princesa	414
Caçador.....	138	Itaiópolis	283	Rio dos Cedros.....	416
Camboriú.....	142	Itapema	284	Rio do Sul.....	415
Campo Alegre	143	Itapiranga.....	285	Romelândia.....	417
Campos Novos	153	Itapoá	292	Salto Veloso	422
Canelinha	154	Ituporanga	296	São Bento do Sul.....	423
Canoinhas.....	155	Jacinto Machado	297	São Domingos.....	425
Capinzal	167	Jaraguá do Sul	298	São João do Sul	436
Chapadão do Lageado	168	Joaçaba	310	São Joaquim	437
Chapecó	170	Lages	314	São José.....	438
Cocal do Sul.....	171	Laguna	345	São José do Cedro.....	440
Concórdia	172	Lauro Muller	347	São Lourenço do Oeste.....	441
Cordilheira Alta	173	Lebon Regis	348	São Miguel do Oeste.....	442
Coronel Freitas.....	174	Lindóia do Sul	349	São Pedro de Alcântara.....	443
Coronel Martins.....	217	Luzerna	350	Schroeder	444
Correia Pinto.....	219	Macieira.....	358	Seara	451
Curitibanos	220	Mafra	359	Serra Alta	454
Dionísio Cerqueira	221	Maracajá	362	Tigrinhos	457
Doutor Pedrinho.....	222	Maravilha.....	363	Timbé do Sul	458
Ermo	225	Meleiro	364	Timbó	459
Faxinal dos Guedes.....	226	Modelo	365	Três Barras	460
Flor do Sertão	227	Mondaí.....	368	Treze Tílias	461
Forquilha	231	Morro da Fumaça	370	Turvo	464
Fraiburgo	236	Navegantes	371	Videira	466
Frei Rogério	244	Nova Trento	374	Vitor Meireles.....	475
Galvão.....	247	Novo Horizonte	376	Xanxerê.....	477
Garopaba.....	248	Orleans	377		

Consórcios

ARIS	479
CIM-AMAVI	479
CIS Nordeste	479

EDIÇÃO REVISADA:

A edição nº 2065, foi substituída as 16:00 horas do dia 24 de agosto de 2015 por falha técnica na página 255 da referida publicação.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 55/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 55/2016

PREGÃO PRESENCIAL 37/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 55/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 37/2016", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a destinado a contratação de seguro para veículos pertencentes ao Patrimônio Público Municipal, o qual será processado e julgado no dia 01 de setembro de 2016 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 19 de agosto de 2016

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Anchieta

PREFEITURA

DECRETO Nº 125 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 125 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.271, de 18 de agosto de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01-10.304.0434.1.102 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Balcão p/ Vigilância Sanitária, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade de Aquisição Balcão para utilizar as atividades de Vigilância Sanitária desta Municipalidade.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.1.102 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente –

Balcão p/ Vigilância Sanitária

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.1717- Aplicações Diretas R\$ 950,00
Total R\$ 950,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0434.2.2015 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Vigilância em Saúde

(63)3.3.90.00.00.00.00.1717- Aplicações Diretas R\$ 950,00
Total R\$ 950,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o

disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente ato.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 18 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 18 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº 126 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 126 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.272, de 18 de agosto de 2016 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em conformidade com os prescritos neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1.103 – Aquisição de Equipamentos e Material permanente – Aparelho de Ultrassonografia P/ Unidade Básica de Saúde – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com as Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, Proposta 11243.552000/1140-01, Proposta 11243.552000/1140 - 07 tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Aparelho de Ultrassonografia para uso na Unidade Básica de Saúde de Anchieta.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica Aberto um Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1.103 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente -

Aparelho de Ultrassonografia p/ Unidade Básica de Saúde

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 24.247,50

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.0720-Aplicações Diretas R\$ 1.414,00

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2746-Aplicações Diretas R\$ 16.400,00

(.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.2747-Aplicações Diretas R\$ 27.938,50

Total R\$ 70.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 24.247,50 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, recursos Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, do Fundo Nacional da Saúde relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 1.414,00 (um mil, quatrocentos e quatorze reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, do Fundo Nacional da Saúde, na fonte de Recursos 0720 - (00.01.0720) relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil SA", sob nº 12.475-3 como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art.5º Para o atendimento Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.1088 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente P/ Saúde Proposta 11243.552.000/1140-07-Proposta 122067/2014-39

(61) 4.4.90.00.00.00.00.00.2747 – Aplicações Diretas R\$ 27.938,50

10.301.0428.1089 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente P/ Saúde Proposta 11243.552.000/1140-01-Processo nº 121630/2014-51

(62) 4.4.90.00.00.00.00.00.2746 – Aplicações Diretas R\$

16.400,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 7º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas no presente ato.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 18 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 18 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

DECRETO Nº. 124/2016, de 18 de agosto de 2016

DECRETO Nº. 124/2016, de 18 de agosto de 2016

Altera o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.222, de 10 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0488.2.302 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Programa CRAS

/ PAIF
 (36) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.200,00
 Total R\$ 10.200,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

10 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
 08.244.0488.2.302 – Adm. Geral dos Bens e Serv. Programa CRAS / PAIF
 (15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas
 R\$ 10.200,00
 Total R\$ 10.200,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4 Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216 de 20 de dezembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC), 18 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei.
 Anchieta – (SC), 18/08/2016.

Eduardo Scholtze
 Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.271/2016

LEI Nº. 2.271/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Sta Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na

importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 09.01-10.304.0434.1.102 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente – Balcão p/ Vigilância Sanitária, na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade de Aquisição Balcão para utilizar as atividades de Vigilância Sanitária desta Municipalidade.

CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.304.0434.1.102 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente –
 Balcão p/ Vigilância Sanitária
 (.....) 4.4.90.00.00.00.00.00.1717- Aplicações Diretas R\$ 950,00
 Total R\$ 950,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA
 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.304.0434.2.2015 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Vigilância em Saúde
 (63)3.3.90.00.00.00.00.00.1717- Aplicações Diretas R\$ 950,00
 Total R\$ 950,00

CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 18 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA
 Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.
 Em 18 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

LEI Nº. 2.272/2016

LEI Nº. 2.272/2016

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I****DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.222, de 10 de dezembro de 2015, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), em conformidade com os prescritos nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 10.301.0428.1.103 – Aquisição de Equipamentos e Material permanente – Aparelho de Ultrassonografia P/ Unidade Básica de Saúde – na Modalidade de despesas sob o código nº. 4.4.90.00 – Aplicações Diretas, em conformidade com as Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, Proposta 11243.552000/1140-01, Proposta 11243.552000/1140 - 07 tem como finalidade a aquisição de Equipamentos e Material Permanente que consiste em 01 (um) Aparelho de Ultrassonografia para uso na Unidade Básica de Saúde de Anchieta.

CAPÍTULO II**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.1.103 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente -

Aparelho de Ultrassonografia p/ Unidade Básica de Saúde

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.2720-Aplicações Diretas R\$ 24.247,50

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.0720-Aplicações Diretas R\$ 1.414,00

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.2746-Aplicações Diretas R\$ 16.400,00

(.....)4.4.90.00.00.00.00.00.2747-Aplicações Diretas R\$ 27.938,50

Total R\$ 70.000,00

Paragrafo Único: Fica instituída a Fonte de Recursos 2720 (00.03.0720) intitulada como Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro.

Art. 3º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de até R\$ 24.247,50 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos) concernente ao Superavit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2015, recursos Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, do Fundo Nacional da Saúde relativamente Conta Bancária "Banco do Brasil S/A, sob nº 12.475-3 – Rubrica nº 4.2.4.7.1.99.12.00.00 – Outras Transferências da União – Equipamentos do Posto de Saúde, na fonte de

Recursos 2720 (00.03.0720) Outras Transferências de Convênios FNS – Ministério as Saúde - Superavit Financeiro, como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, I da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art. 4º Para atendimento Parcial da Abertura de Credito Autorizado de que trata o presente ato, fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a utilizar a importância de R\$ 1.414,00 (um mil, quatrocentos e quatorze reais), concernente do Provável Excesso de Arrecadação dos recursos Emendas Parlamentares - Proposta 11243.552000/1130-04, do Fundo Nacional da Saúde, na fonte de Recursos 0720 - (00.01.0720) relativamente a Conta Bancária "Banco do Brasil SA", sob nº 12.475-3 como fonte de abertura do respectivo crédito, em conformidade com o disposto no art.43, §1º, II da Lei Federal nº 4.320/64 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes.

Art.5º Para o atendimento Complementar do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo Orçamento, mais precisamente conforme abaixo:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

10.301.0428.1088 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente P/ Saúde Proposta 11243.552.000/1140-07-Proposta 122067/2014-39

(61) 4.4.90.00.00.00.00.00.2747 – Aplicações Diretas R\$ 27.938,50

10.301.0428.1089 – Aquisição Equipamentos e Material Permanente P/ Saúde Proposta 11243.552.000/1140-01-Processo nº 121630/2014-51

(62) 4.4.90.00.00.00.00.00.2746 – Aplicações Diretas R\$ 16.400,00

CAPÍTULO III**DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.217, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

CAPÍTULO IV**DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

Art. 7º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.216, de 20 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), Em 18 de agosto de 2016.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.

Em 18 de agosto de 2016.

Eduardo Scholtze - Secretário de Administração e Gestão

Antônio Carlos

PREFEITURA

DECRETO N 73/2016

DECRETO Nº 000073/16 de 19 de Agosto de 2016

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001494/15 de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA :

Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões Art. 1º - es) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANCAS

03.01.04.122.0001.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 7.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 19 de Agosto de 2016

Prefeito Municipal

ADELINO BONIFACIO KRETZER

Arabutã

PREFEITURA

CONTRATO ACT 066/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 066/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e KARINA WOMMER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 055.785.839-97, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

- 1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Professora, na vaga vinculada da professora Eliane Patzlaff que está de atestado médico conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;
- 2) VIGÊNCIA: de 18 de agosto de 2016 até 17 de outubro de 2016;
- 3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;
- 4) VENCIMENTO: R\$ 1.401,00 (um mil quatrocentos e um reais) conforme Lei Complementar nº. 155, de 29 de dezembro de 2014, anexo IV;
- 5) CARGO/FUNÇÃO: Professor Ensino Superior;
- 6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação – P.C.E.
- 7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno vespertino;
- 8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;
- 9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2016.

Karina Wommer
Contratada

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

DECRETO Nº.1921/2016

DECRETO Nº 1.921, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 130.797,00 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina, no exercício do cargo de Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 836 de 16 de outubro de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2016 – LDO e dá outras providências e com a alínea “d” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 845, de 21 de dezembro de 2015, que Estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2016, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, E Lei Municipal nº 864, de 18 de agosto de 2016,

DECRETA.

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade:	0006	Gestão de Precatórios e Sentenças Judiciais		
Modalidade:	34	3390000000000000	Aplicações Diretas	50.000,00
		0000		
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIENTE.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	2063	Manutenção Atividades Assist. técnica		

Modalidade:	93	33900000000000000000	Aplicações Diretas	8.797,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIENTE.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	1019	Aquisição de Veículos Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas.		
Modalidade:	96	44900000000000000000	Aplicações Diretas	63.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO		
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo		
Projeto Atividade:	2092	Coleta, Transporte e Tratamento do Lixo Urbano		
Modalidade:	122	33900000000000000000	Aplicações Diretas	5.000,00
Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS		
Projeto Atividade:	2023	Manutenção do CMDCA e do Conselho Tutelar		
Modalidade:	149	33900000000000000000	Aplicações Diretas	4.000,00
TOTAL				R\$ 130.797,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º do presente Decreto será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade:	2004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade:	15	31900000000000000000	Aplicações Diretas	40.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIE.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	2064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores		
Modalidade:	95	33900000000000000000	Aplicações Diretas	8.797,00
Órgão:	17	DIRETORIA DE ESPORTES		
Unidade:	1	Coordenadoria de Esportes		
Projeto Atividade:	2071	Concessão de Subvenções Sociais à Entidades Esportivas		
Modalidade:	136	33500000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	35.000,00
Órgão:	17	DIRETORIA DE ESPORTES		
Unidade:	1	Coordenadoria de Esportes		
Projeto Atividade:	2071	Concessão de Subvenções Sociais à Entidades Esportivas		
Modalidade:	137	44500000000000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	47.000,00
TOTAL				R\$ 130.797,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 18 de Agosto de 2016.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

Abre crédito suplementar adicional por conta de anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 130.797,00 e dá outras providências.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o seguinte crédito suplementar adicional:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA				
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda				
Projeto Atividade:	0006	Gestão de Precatórios e Sentenças Judiciais				
Modalidade:	34	3390000000000000000000	Aplicações Diretas			50.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIENTE.				
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária				
Projeto Atividade:	2063	Manutenção Atividades Assist. técnica				
Modalidade:	93	3390000000000000000000	Aplicações Diretas			8.797,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIENTE.				
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária				
Projeto Atividade:	1019	Aquisição de Veículos Máquinas, Equipamentos e Implementos Agrícolas.				
Modalidade:	96	4490000000000000000000	Aplicações Diretas			63.000,00
Órgão:	16	SECRETARIA MUN. DE INFRAESTRUTURA E URBANISMO				
Unidade:	1	Diretoria de Infraestrutura e Urbanismo				
Projeto Atividade:	2092	Coleta, Transporte e Tratamento do Lixo Urbano				
Modalidade:	122	3390000000000000000000	Aplicações Diretas			5.000,00
Órgão:	18	GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO				
Unidade:	4	Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS				
Projeto Atividade:	2023	Manutenção do CMDCA e do Conselho Tutelar				
Modalidade:	149	3390000000000000000000	Aplicações Diretas			4.000,00
		TOTAL R\$				130.797,00

Art. 2º O crédito suplementar adicional constante do art. 1º da presente Lei será aberto por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	12	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA		
Unidade:	1	Gerência de Administração e Fazenda		
Projeto Atividade:	2004	Atividades Burocráticas, Administrativas e Finanças		
Modalidade:	15	3190000000000000000000	Aplicações Diretas	40.000,00
Órgão:	15	SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, SERVIÇO E MEIO AMBIE.		
Unidade:	1	Setor dos Programas, Ações e Atividades da Agricultura e Pecuária		
Projeto Atividade:	2064	Feiras, Eventos e Capacitação de Agricultores		
Modalidade:	95	3390000000000000000000	Aplicações Diretas	8.797,00
Órgão:	17	DIRETORIA DE ESPORTES		
Unidade:	1	Coordenadoria de Esportes		
Projeto Atividade:	2071	Concessão de Subvenções Sociais à Entidades Esportivas		

Modalidade:	136	3350000000000000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	35.000,00
Órgão:	17	DIRETORIA DE ESPORTES		
Unidade:	1	Coordenadoria de Esportes		
Projeto Atividade:	2071	Concessão de Subvenções Sociais à Entidades Esportivas		
Modalidade:	137	4450000000000000000000	Transferências a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos	47.000,00
		0000		
		TOTAL	R\$	130.797,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 18 de agosto de 2016

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se.

Em 18 de Agosto de 2016.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas Publicações

PORTARIA 190/2016

PORTARIA Nº. 190/2016

ESTABELECE A ESCALA DE TRABALHO PARA OS INSEMINADORES NO PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 1, da Lei Complementar nº. 179, de 08 de abril de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de trabalho para o mês de setembro de 2016 é a que consta no quadro do anexo I.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Arabutã (SC), 19 de agosto de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pelas publicações

ANEXO I

DOMINGO	SEGUNDA FEIRA	TERÇA FEIRA	QUARTA FEIRA	QUINTA FEIRA	SEXTA FEIRA	SÁBADO
				01 M- Sidinei T- Márcio	02 M- Daniel T- Sidinei	03 M- Márcio T- Daniel
04 Sidinei	05 M- Márcio T- Daniel	06 M- Sidinei T- Márcio	07 M- Sidinei	08 M- Daniel T- Sidinei	09 M- Márcio T- Daniel	10 M- Márcio T- Daniel
11 Márcio	12 M- Sidinei T- Márcio	13 M- Daniel T- Sidinei	14 M- Márcio T- Daniel	15 M- Sidinei T- Márcio	16 M- Daniel T- Sidinei	17 M- Sidinei T- Márcio
18 Daniel	19 M- Márcio T- Daniel	20 M- Sidinei T- Márcio	21 M- Daniel T- Sidinei	22 M- Márcio T- Daniel	23 M- Sidinei T- Márcio	24 M- Daniel T- Sidinei
25 Sidinei	26 M- Daniel T- Sidinei	27 M- Márcio T- Daniel	28 M- Sidinei T- Márcio	29 M- Daniel T- Sidinei	30 M- Márcio T- Daniel	

PORTARIA 191/2016

PORTARIA Nº. 191/2016

ESTABELECE A ESCALA DE SOBREAVISO PARA O PERÍODO DE 01 A 30 DE SETEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente nos termos do art. 96, da Lei Complementar nº. 159, de 29 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. A escala de sobreaviso para o mês de setembro de 2016 é a que consta nos incisos seguintes:

I – Para atendimentos de urgência e emergência, na saúde, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
PAULO FRITSCH	Motorista	01 a 08/09/2016
VANDERLEI VORTMANN	Motorista	09 a 15/09/2016
MARCELO KIEKOW	Motorista	16 a 23/09/2016
CLAUDIR KIEKOW	Motorista	24 a 30/09/2016

II – Para atendimentos às ocorrências no Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
RENATO HAEFLIGER	Motorista	29/08/2016 a 04/09/2016
ELISEO KROHN	Motorista	05/09/2016 a 11/09/2016
VILSON FIAMETTI	Motorista	12/09/2016 a 18/09/2016
OLIVER FEDRIZZI	Motorista	19/09/2016 a 25/09/2016
ANDRE WENTZ		26/09/2016 a 02/10/2016

III– Para atendimentos de urgência e emergência, na vigilância sanitária e ambiental, conforme quadro seguinte:

Nome	Cargo	Data de sobreaviso
LUCIA LUECKEMEIER	Vigilante Sanitário	01 a 30/09/2016

Art. 2º. O pagamento dos dias de sobre aviso compreendidos nesta portaria, serão pagos na folha de pagamento do mês subsequente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Arabutã (SC), 19 de agosto de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pelas publicações

TERMO RESCISÃO CONTRATO 63/2016

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 63/2016

Fica rescindido a partir de 19 de agosto 2016 o contrato nº 63/2016 firmado entre o Senhor RONEI ACCADROLI e o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, em 29 de julho de 2016, por término da vigência contratual.

Arabutã/SC, 19 de agosto de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 12/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 012/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante NAIZA ELIZETE HAEFLIGER, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC, residente e domiciliada na Rua Paulo Gnadt, nº97 Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº. 098.180.349-02, portadora da cédula de Identidade nº. 5.705.743, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta, 2007 Itacorubi, neste ato representado pelo Diretor geral do centro de Educação a Distância, professor David Daniel e Silva, brasileiro portador da Carteira de identidade nº1573107/SSPSC, CPF nº593.477.839-00, celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire, na turma do 5º ano com supervisão da professora Rúbia Kiekow e na turma do AEE com supervisão da professora Marlene Wiltgen.

Observação e caracterização da instituição de ensino e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste termo é de 12 de setembro de 2016 e término em 28 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 11h30min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;
II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;
II – executar as tarefas a ela atribuídas;
III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;
IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.
V- A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MBM Seguradora S.A e o número da Apólice de Seguros é 03.0982.000.961.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:
A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC, com sede à com sede à Av. Madre Benvenuta,2007 Itacorubi (SC) através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

- a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
- b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
- c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arbutã (SC), em 18 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Naiza Elizete Haefliger
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 13/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 013/2016

Que firmam de um lado o Município de Arbutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arbutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arbutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante DANIELI FLORINDA VORTMANN, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC, residente e domiciliada no loteamento Wazlawick Município de Arbutã, inscrita no CPF sob o nº. 087.245.729-00, portadora da cédula de Identidade nº. 5.611.914, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta,2007 Itacorubi, neste ato representado pelo Diretor geral do Centro de Educação a Distancia, professor David Daniel

e Silva, brasileiro portador da Carteira de identidade nº1573107/SSPSC,CPF nº593.477.839-00,celebram o presente, que regera pelas clausulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire,na turma do 5º ano com supervisão da professora Rúbia Kiekow e na turma do AEE com supervisão da professora Marlene Wiltgen.Observação e caracterização da instituição de ensino e da sala de aula,análise e diagnostico da realidade do trabalho pedagógico. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste termo e de 12 de setembro de 2016 e término em 28 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 11h30min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MBM Seguradora S.A e o número da Apólice de Seguros é 03.0982.000.961.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta,2007 Itacorubi (SC) através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

- a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
- b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
- c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer

outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 18 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Danieli Florinda Vortmann
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 14/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 014/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante CAROLINE CRISTINE KUSSLER, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC, residente e domiciliada em Nova Estrela, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº. 057.769.899-06, portadora da cédula de Identidade nº. 4.732.913-0, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta, 2007 Itacorubi, neste ato representado pelo Diretor geral Centro de Educação a Distância, professor David Daniel e Silva, brasileiro portador da Carteira de identidade nº1573107/SSPSC, CPF nº593.477.839-00 celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire, na turma do 5º ano com supervisão da professora Cassiane Bisolo e na turma do AEE com supervisão da professora Marlene Wiltgen.

Observação e caracterização da instituição de ensino e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste termo é 12 de setembro de 2016 e término em 28 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira

das 13h00min às 17h00min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MBM Seguradora S.A e o número da Apólice de Seguros é 03.0982.000.961.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta, 2007 Itacorubi Florianópolis (SC) através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 18 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Caroline Cristine Kussler
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 15/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 015/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante SILVANA DUARTE, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA UDESC, residente e domiciliada em Nova Estrela Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº. 046.442.089-06, portadora da cédula de Identidade nº. 3.922.246, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta, 2007 Itacorubi, neste ato representado pelo Diretor Centro de Educação a Distância, professor David Daniel e Silva, brasileiro portador da Carteira de identidade nº1573107/SSPSC, CPF nº593.477.839-00, celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire, na turma do 5º ano com supervisão da professora Cassiane Bisolo e na turma do AEE com supervisão da professora Marlene Wiltgen.

Observação e caracterização da instituição de ensino e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste termo é de 12 de setembro de 2016 e término em 28 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 13h00min às 17h00min..

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MBM Seguradora S.A e o número da Apólice de Seguros é 03.0982.000.961.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese

alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA-UDESC, com sede à Av. Madre Benvenuta, 2007 Itacorubi (SC) através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 18 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Silvana Duarte
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 16/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 016/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante ANELISE ROSMARI HEIRICH, brasileira, solteira, estudante do Curso de Artes Visuais, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente em Linha Jundiá, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 077.590.759-60, portadora da cédula de Identidade nº. 5565073, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire com a supervisão da Professora, Senhora Carla Kussler. Apresentação do aluno na escola, caracterização dos espaços de atuação do pedagogo, observação da instituição, análise da realidade escolar; análise do projeto pedagógico da escola, apresentação da proposta de atuação do pedagogo diante da organização do trabalho pedagógico do pedagogo no espaço educativo para equipe gestora da escola, acompanhamento junto ao pedagogo em suas rotinas no espaço educativo (observação e entrevistas).

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 05 de outubro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira durante o período vespertino.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA – São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MET LIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – unilateralmente:

- a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
- b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
- c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Iupirimir (SC), com renúncia de qualquer

outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Anelise Rosmari Heinrichs

Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella

CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier

CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 17/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 016/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante GILCENÉIA GILNÉIA OST, brasileira, solteira, estudante do Curso de Artes Visuais, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente em Linha Pelotas, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 090.230.649-92, portadora da cédula de Identidade nº.5705910, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Núcleo Educacional Municipal Nova Estrela com a supervisão da Professora, Senhora Carla Kussler. Apresentação do aluno na escola, caracterização dos espaços de atuação do pedagogo, observação da instituição, análise da realidade escolar; análise do projeto pedagógico da escola, apresentação da proposta de atuação do pedagogo diante da organização do trabalho pedagógico do pedagogo no espaço educativo para equipe gestora da escola, acompanhamento junto ao pedagogo em suas rotinas no espaço educativo (observação e entrevistas).

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 10 de outubro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira durante o período vespertino.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;
II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;
II – executar as tarefas a ela atribuídas;
III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;
IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.
V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MET LIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:
A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

- a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
- b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
- c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Iupirimir (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Gilcenéia Gilnéia Ost
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 18/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 018/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante FABIANE SCHIAVINI, brasileira, solteira, estudante do Curso de Educação Física, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente em Linha Aurora, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 076.642.649-10, portadora da cédula de Identidade nº. 53983530, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire com a supervisão da Professora, Senhora Cleide Regina Baron. Elaborar planejamentos das aulas observar, auxiliar e ministrar as atividades junto com o professor regente e também de forma independente, Apresentação observação coparticipação, intervenção em qualquer série da educação infantil e/ou ensino fundamental (1º ao 5º ano). O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 04 de outubro de 2016 de segunda, terça quinta e sexta-feira durante o período vespertino.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;
II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;
II – executar as tarefas a ela atribuídas;
III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;
IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.
V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é MET LIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese

alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:
A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:
Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:
I – por acordo entre as partes;
II – unilateralmente:
a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:
As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.
E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.
Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Fabiane Schiavini
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 19/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 019/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante CRISTIELE SCHOULTEN, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente e Linha Fragosinho, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 090.443.269-61, portadora da cédula de Identidade nº. 5.705.352, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que rege pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:
O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:
O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire com a supervisão da Diretora, Senhora Indiriana Glendi Fedrizzi Patzlaff. Apresentação do aluno na escola caracterização dos espaços de atuação do pedagogo, observação da instituição, análise da realidade escolar: Análise do projeto pedagógico da escola, apresentação da proposta de atuação do pedagogo diante da organização do trabalho pedagógico do pedagogo no espaço educativo para equipe gestora da escola acompanhamento junto ao pedagogo em suas rotinas no espaço educativo (observação e entrevistas).
O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.
Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:
O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 30 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 13h00min às 17h00min.
CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:
I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;
II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:
I – cumprir as determinações do presente;
II – executar as tarefas a ela atribuídas;
III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;
IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.
V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é METLIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:
Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:
A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:
Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:
I – por acordo entre as partes;
II – unilateralmente:
a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;
b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;
c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:
As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer

outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Cristiele Schoulten
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 20/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 020/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante JAÍNE MARIA ALBIERO, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente e Linha Aurora, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 090.170.429-66, portadora da cédula de Identidade nº. 5.831.298, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Nucleo Educacional Municipal Nova Estrela com a supervisão da Professora, Senhora Loiva Wildner Amend. Apresentação do aluno na escola, observação em todas as etapas ofertadas na instituição de ensino fundamental e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico, elaboração de planejamento educativo e intervenção, elaboração do relatório de estágio final.

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 28 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 11h30min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é METLIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias: Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Jaíne Maria Albiero
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 21/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 021/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado o estudante MAIKON KIEKOW, brasileiro, casado, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente no Município de Arabutã, inscrito no CPF sob o nº 037.374.589-36, portador da cédula de Identidade nº. 35727764, adiante identificado apenas como ESTAGIÁRIO; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Pré Escolar Cinderela Estrela com a supervisão da Professora, Senhora Carina Galelli. Apresentação do aluno na escola, observação em todas as etapas ofertadas na instituição de ensino fundamental e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico, elaboração de planejamento educativo e intervenção, elaboração do relatório de estágio final.

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 30 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 11h30min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é METLIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese

alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Maikon Kiekow

Estagiário

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MF nº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 22/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 022/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante LARISSA TELES DA ROCHA KNECHT, brasileira, solteira, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, residente no Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº 088.342.449-58, portadora da cédula de Identidade nº. 4.896.879, adiante identificado apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), mantida pela Editora e Distribuidora Educacional S/A. CNPJ/MF nº. 38.733.648/0001-40, neste ato representado pela encarregada da divisão de convênios e estágios, PROFª. MARIA ISABEL DE ANDRADE COGO, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação da ESTAGIÁRIA, para atuar no Pré Escolar Cinderela Estrela com a supervisão da Professora, Senhora Leila Lueckmeier. Apresentação do aluno na escola, observação em todas as etapas ofertadas na instituição de ensino fundamental e da sala de aula, análise e diagnóstico da realidade do trabalho pedagógico, elaboração de planejamento educativo e intervenção, elaboração do relatório de estágio final.

O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 12 de setembro de 2016 e término em 30 de setembro de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 13h00min às 17h00min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é METLIFE e o número da Apólice de Seguros é 11862.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR, com sede à Av. Paris, nº. 675 Jardim Piza, Londrina (PR), através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os

seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 19 de agosto de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Larissa teles da Rocha Knecht
Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella
CPF/MFnº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier
CPF/MF nº. 009.112.609-60

HOMOLOGAÇÃO Nº. 46/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR Processo Administrativo: 47/2016 Processo de Licitação: 46/2016 Data do Processo: 14/07/2016
	Folha: 1/6

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 46/2016
b) Licitação Nr.: 32/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2016
e) Data da Adjudicação: 19/08/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preço de medicamentos para atender as necessidades da população do Município de Arabutã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

A G KIENEN & CIA LTDA (9784)

24	Beclometasona 400 mg - Marca: NOVARTIS	CAP	6.000,00	0,0000	0,55	3.300,00
49	CLOPRIMAZINA CLORIDRATO 100MG - Marca: U QUIMICA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,195	195,00
83	Ipratrópio, brometo 0,25mg/mL sol inalante - Marca: HIPOLABOR	FRA	250,00	0,0000	0,62	155,00
89	Levodopa+Benzerazida 100mg +25mg (FP) - Marca: ROCHE	:OMP	1.000,00	0,0000	1,22	1.220,00
122	Propranolol 10 mg - Marca: MEDLEY	:OMP	10.000,00	0,0000	0,048	480,00
141	Propafenona 150mg - Marca: LIBBS	:OMP	1.000,00	0,0000	0,789	789,00
146	TOPIRAMATO 100 MG - Marca: EMS	:OMP	600,00	0,0000	0,35	210,00
149	SERTRALINA 100 MG - Marca: EMS	:OMP	7.000,00	0,0000	0,35	2.450,00
Total do Fornecedor:						8.799,00

AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME (10594)

55	DIAZEPAM 5 MG - Marca: Santisa	:OMP	1.000,00	0,0000	0,037	37,00
116	PARACETAMOL 200 MG GOTAS - Marca: Sobral	FRA	1.500,00	0,0000	0,559	838,50
140	Cloridrato de verapamil 80mg - Marca: Sanval	:OMP	360,00	0,0000	0,06	21,60
154	Valsartan + HCT 160/12,5mg - Marca: Ems	:OMP	3.000,00	0,0000	0,578	1.734,00
Total do Fornecedor:						2.631,10

ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA (6703)

2	Ácido acetilsalicílico 100mg - Marca: Imec	:OMP	36.000,00	0,0000	0,018	648,00
3	Ácido acetilsalicílico 500mg - Marca: Imec	:OMP	1.000,00	0,0000	0,03	30,00
8	Alendronato sódico 70mg - Marca: Elofar	:OMP	3.000,00	0,0000	0,259	777,00
17	Amoxicilina+Clav. de potássio 50mg/mL+12,5mg/mL - Marca: GlaxoSmithKline	SUSP	50,00	0,0000	9,20	460,00
31	Carbamazepina 400mg - Marca: Cristalia	:OMP	1.500,00	0,0000	0,411	616,50
32	Carbonato de Ca+ Colecalciferol ou fosfato de Catribásico+ Col - Marca: Imec	:OMP	5.000,00	0,0000	0,194	970,00

Arabutã, 19 de Agosto de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	47/2016
	Processo de Licitação:	46/2016
	Data do Processo:	14/07/2016
	Folha: 2/6	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ALTERMED-MAT. MED.HOSPITALARES LTDA - (6703)

34	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG+VITAMINA D 200UI - Marca: Imec	:OMP	15.000,00	0,0000	0,087	1.305,00
36	Carvedilol 3,125mg - Marca: Torrent	:OMP	3.000,00	0,0000	0,105	315,00
37	CARVEDILOL 6.25MG - COMPRIMIDO - Marca: Torrent	:OMP	5.000,00	0,0000	0,118	590,00
38	CARVEDILOL 12.5MG COMP. - Marca: Torrent	:OMP	4.000,00	0,0000	0,137	548,00
39	Carvedilol 25mg - Marca: Torrent	:OMP	10.000,00	0,0000	0,215	2.150,00
57	Digoxina 0,25mg - Marca: Teuto	:OMP	10.000,00	0,0000	0,037	370,00
65	Espirinolactona 100mg - Marca: Hipolabor	:OMP	1.000,00	0,0000	0,255	255,00
84	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20MG - Marca: Zydus	:OMP	1.500,00	0,0000	0,078	117,00
85	Isossorbida, Mononitrato de 40mg - Marca: Zydus	:OMP	600,00	0,0000	0,192	115,20
86	Itraconazol 100mg - Marca: Prati Donaduzzi	CAP	600,00	0,0000	0,69	414,00
88	Levodopa+ Carbidopa 250mg+25mg - Marca: Teuto	:OMP	2.500,00	0,0000	0,254	635,00
96	Medroxiprogesterona, acetado de 150mg/mL sol injetável - Marca: União Química	AM	100,00	0,0000	9,90	990,00
97	METFORMINA 500MG COMP. - Marca: Multilab	:OMP	5.000,00	0,0000	0,057	285,00
113	Cloridrato de Nortriptilina 25mg - Marca: Ranbaxy	:OMP	5.000,00	0,0000	0,24	1.200,00
115	Nortriptilina, Cloridrato de 75mg - Marca: Hipolabor	:OMP	2.000,00	0,0000	0,186	372,00
135	Valproato de sódio/ácido valpróico cr 500mg - Marca: Torrent	:OMP	10.000,00	0,0000	0,588	5.880,00
143	Seretide Diskus 50/250 c/60doses - Marca: GlaxoSmithKline	3PRA	24,00	0,0000	92,81	2.227,44
147	Nebivolol 5mg - Marca: Torrent	:OMP	5.000,00	0,0000	1,15	5.750,00
148	SERTRALINA 50 MG - Marca: Torrent	:OMP	10.000,00	0,0000	0,195	1.950,00
Total do Fornecedor:						28.970,14

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - (11109)

53	Dexclorfeniramina, maleato de 0,4mg/mL Xarope - Marca: TEUTO	FRA	100,00	0,0000	0,973	97,30
87	Ivermectina 6mg - Marca: VITAMEDIC	:OMP	500,00	0,0000	0,369	184,50
121	PREDNISONA 5MG COMP. - Marca: VITAMEDIC	:OMP	2.000,00	0,0000	0,095	190,00
139	Cloridrato de Verapamil 120mg - Marca: SANDOZ	:OMP	360,00	0,0000	0,46	165,60
Total do Fornecedor:						637,40

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - (11442)

5	Albendazol 400mg - Marca: GREENPHARMA	:OMP	2.000,00	0,0000	0,42	840,00
28	Bupropiona, Cloridrato de 150mg - Marca: EMS	:OMP	7.000,00	0,0000	0,32	2.240,00
40	Cefalexina 500mg - Marca: MULTILAB	:OMP	7.000,00	0,0000	0,52	3.640,00
47	Clopidogrel, bissulfeto de 75mg - Marca: EMS	:OMP	6.000,00	0,0000	0,395	2.370,00
60	Mesilato de doxazosina 2mg - Marca: EMS	:OMP	5.000,00	0,0000	0,12	600,00
82	Ibuprofeno 600mg - Marca: TEUTO	:OMP	20.000,00	0,0000	0,069	1.380,00
91	Levotiroxina sódica 100mcg - Marca: MERCK	:OMP	5.000,00	0,0000	0,093	465,00
92	Levotiroxina sódica 25mcg - Marca: MERCK	:OMP	5.000,00	0,0000	0,093	465,00
93	Levotiroxina sódica 50mcg - Marca: MERCK	:OMP	6.000,00	0,0000	0,093	558,00
98	METFORMINA 850MG COMP. - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,048	240,00

Arabutã, 19 de Agosto de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	47/2016
	Processo de Licitação:	46/2016
Data do Processo:		14/07/2016
Folha: 3/6		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (11442)

126	Sinvastatina 10mg (FP) - Marca: MULTILAB	:OMP	720,00	0,0000	0,045	32,40
Total do Fornecedor:						12.830,40

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA (9940)

7	Alendronato sódico 10mg - Marca: UCI FARMA	:OMP	500,00	0,0000	0,48	240,00
9	ALOPURINOL 100MG - Marca: PRATI D.	:OMP	3.000,00	0,0000	0,05	150,00
10	Alopurinol 300mg - Marca: PRATI D.	:OMP	7.000,00	0,0000	0,128	896,00
13	Amitriptilina, cloridrato de 75mg - Marca: CRISTALIA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,174	174,00
15	Amoxicilina 50mg/mL - Marca: PRATI D.	SUSP	1.000,00	0,0000	2,47	2.470,00
20	ATENOLOL 100 MG - COMPRIMIDO - Marca: PRATI D.	:OMP	3.000,00	0,0000	0,048	144,00
22	ATENOLOL 50 MG - COMPRIMIDO - Marca: PRATI D.	:OMP	15.000,00	0,0000	0,039	585,00
23	Beclometasona 200 mg - Marca: NOVARTIS	CAP	1.200,00	0,0000	0,345	414,00
25	Budesonida 32mg Aerosol nasal - Marca: BIOSINTETICA	SPRA	100,00	0,0000	16,53	1.653,00
33	Carbonato de cálcio + colecalciferol 500mg caco ³ +400ui - Marca: GEOLAB	:OMP	10.000,00	0,0000	0,234	2.340,00
61	Mesilato de doxazosina 4mg - Marca: SANDOZ	:OMP	6.000,00	0,0000	0,45	2.700,00
64	Enalapril, maleato de 5mg - Marca: BELFAR	:OMP	1.000,00	0,0000	0,07	70,00
68	Etinilestradiol+levogestrel 0,03mg+0,15mg - Marca: MABRA	:OMP	26.000,00	0,0000	0,023	598,00
72	Fluconazol 150mg - Marca: MEDQUIMICA	CAP	1.500,00	0,0000	0,21	315,00
75	GLIBENCLAMIDA 5MG - COMPRIMIDO - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,023	115,00
81	Ibuprofeno 50mg/mL solução oral - Marca: TEUTO	FRA	2.000,00	0,0000	1,00	2.000,00
107	METRONIDAZOL 250 MG COMPRIMIDO - Marca: PRATI D.	:OMP	1.000,00	0,0000	0,11	110,00
114	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA 50MG - Marca: RAMBAXY	:OMP	2.500,00	0,0000	0,39	975,00
117	PARACETAMOL 500 MG - Marca: PRATI D	:OMP	1.000,00	0,0000	0,05	50,00
129	Sulfadiazina de prata 10mg/g (1%) Creme - Marca: PRATI D.	BISN	50,00	0,0000	3,29	164,50
131	Sulfametoxazol+trimetropina 40mg+8mg/ml - Marca: TEUTO	FRA	150,00	0,0000	0,98	147,00
133	Tiamina, Cloridrato de 300mg - Marca: NATULAB	:OMP	360,00	0,0000	0,093	33,48
136	Valproato de sódio ou Ácido valproico 50mg/mL - Marca: TEUTO	FRA	70,00	0,0000	2,28	159,60
138	Varfarina 5mg - Marca: TEUTO	:OMP	3.000,00	0,0000	0,109	327,00
142	PROPRAFENONA 300MG - Marca: ALTHAIA	:OMP	2.000,00	0,0000	0,838	1.676,00
150	CITALOPRAM 20MG COMP. - Marca: TEUTO	:OMP	6.000,00	0,0000	0,139	834,00
157	CLONAZEPAN 2 MG - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,064	320,00
158	LORAZEPAM 2 MG - Marca: TEUTO	:OMP	5.000,00	0,0000	0,07	350,00
Total do Fornecedor:						20.010,58

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (10124)

14	Amoxicilina 500mg cp - Marca: AUROBINDO	:OMP	5.000,00	0,0000	0,133	665,00
16	Amoxicilina+Clav. de potássio 500mg+125mg - Marca: GLAXO	:OMP	1.500,00	0,0000	0,69	1.035,00
45	Clarithromicina 50mg/mL suspensão oral - Marca: ABBOTT	FRA	10,00	0,0000	79,90	799,00
134	Valproato de sódio ou Ácido valproico 250mg - Marca: ABBOTT	:OMP	1.000,00	0,0000	0,245	245,00
Total do Fornecedor:						2.744,00

Arabutã, 19 de Agosto de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	47/2016
	Processo de Licitação:	46/2016
Data do Processo:		14/07/2016
Folha: 4/6		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Cirúrgica Santa Cruz Com. Prod. Hospitalares LTDA - (10564)

1	Acetato de betametasona+fosfato dissódico de betametasona 3m - Marca: UNIÃO QUÍMICA	AM	500,00	0,0000	4,65	2.325,00
4	Ácido fólico 5mg - Marca: HIPOLABOR	:OMP	10.000,00	0,0000	0,04	400,00
18	ANLODIPINO, BESILATO 10MG - Marca: VITAPAN	:OMP	1.000,00	0,0000	0,05	50,00
30	CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO - Marca: UNIÃO QUÍMICA	:OMP	5.000,00	0,0000	0,062	310,00
50	Clorpromazina, Cloridrato de 25mg - Marca: CRISTALIA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,17	170,00
56	Diazepam 10mg - Marca: UNIÃO QUÍMICA	:OMP	10.000,00	0,0000	0,037	370,00
76	HALOPERIDOL 1 MG - Marca: CRISTALIA	:OMP	2.500,00	0,0000	0,099	247,50
77	HALOPERIDOL 5 MG - Marca: CRISTALIA	:OMP	5.000,00	0,0000	0,099	495,00
99	METILDOPA 250MG COMP. - Marca: SANVAL	:OMP	7.000,00	0,0000	0,135	945,00
156	BIPERIDENO 2 MG - Marca: CRISTALIA	:OMP	3.000,00	0,0000	0,177	531,00
Total do Fornecedor:						5.843,50

DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA - (9941)

6	Albendazol 40mg/mL - Marca: PRATI	FRA	3.000,00	0,0000	1,09	3.270,00
11	Amiodarona, Cloridrato de 200mg - Marca: GEOLAB	:OMP	3.000,00	0,0000	0,259	777,00
12	Amitriptilina, cloridrato de 25mg - Marca: TEUTO	:OMP	10.000,00	0,0000	0,032	320,00
35	Carbonato de lítio 300 mg - Marca: HIPOLABOR	:OMP	6.000,00	0,0000	0,169	1.014,00
42	Ciprofloxacino 500mg - Marca: PRATI	:OMP	4.000,00	0,0000	0,165	660,00
46	CLONAZEPAN 2,50MG/ML - Marca: HIPOLABOR	FRA	1.000,00	0,0000	1,37	1.370,00
51	Dexametasona 0,1% creme - Marca: MULTILAB	BISN	1.000,00	0,0000	0,65	650,00
59	Dipirona sódica 500mg/ml solução oral - Marca: FARMACE	FRA	2.000,00	0,0000	0,59	1.180,00
73	Fluoxetina, Cloridrato de 20mg - Marca: TEUTO	:OMP	10.000,00	0,0000	0,048	480,00
95	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG - COMPRIMIDO - Marca: PRATI	:OMP	20.000,00	0,0000	0,036	720,00
111	Noretisterona, enantato de +valerato de estradiol 50+5mg sol - Marca: MABRA	AM	120,00	0,0000	6,40	768,00
125	Salbutamol 100mcg aerossol (FP) - Marca: GLENMARK	FRA	50,00	0,0000	6,85	342,50
127	Sinvastatina 20mg (FP) - Marca: SANVAL	:OMP	15.000,00	0,0000	0,063	945,00
128	Sinvastatina 40mg (FP) - Marca: MULTILAB	:OMP	15.000,00	0,0000	0,124	1.860,00
Total do Fornecedor:						14.356,50

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP - (10579)

27	Budesonida 64 mcg Aerossol nasal - Marca: BIOSINTETICA	SPRA	50,00	0,0000	32,70	1.635,00
90	Levodopa200mg+ benserazida 50mg - Marca: ACHE	:OMP	6.000,00	0,0000	1,779	10.674,00
105	Succinato de metoprolol 50mg - Marca: ASTRAZENECA	:OMP	8.000,00	0,0000	0,729	5.832,00
112	Cloridrato de Nortriptilina 10mg - Marca: NOVARTIS	:OMP	250,00	0,0000	0,719	179,75
145	Aripiprazol 10mg - Marca: ACHE	:OMP	600,00	0,0000	11,44	6.864,00
151	Valsartan 80mg - Marca: EMS	:OMP	1.000,00	0,0000	0,369	369,00
152	Valsartan 160mg - Marca: EMS	:OMP	1.500,00	0,0000	0,40	600,00
153	Valsartan 320mg - Marca: EMS	:OMP	3.000,00	0,0000	0,56	1.680,00

Arabutã, 19 de Agosto de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabitã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	47/2016
	Processo de Licitação:	46/2016
Data do Processo:		14/07/2016
Folha: 5/6		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP (10579)

155	Valsartana+ HCTZ 320/12,5mg - Marca: EMS	:OMP	1.500,00	0,0000	0,63	945,00
Total do Fornecedor:						28.778,75

Life Center Com. e Distrib. de Medicamentos Ltda. (11441)

19	Anlodipino, besilato 5mg - Marca: VITAPAN	:OMP	10.000,00	0,0000	0,021	210,00
21	ATENOLOL 25 MG - COMPRIMIDO - Marca: VITAPAN	:OMP	500,00	0,0000	0,027	13,50
29	Captopril 25mg (FP) - Marca: SANVAL	:OMP	5.000,00	0,0000	0,016	80,00
48	Cloreto de sódio 0,9% solução nasal - Marca: NATULAB	FRA	50,00	0,0000	0,80	40,00
62	Enalapril, maleato de 10mg(FP) - Marca: SANVAL	:OMP	15.000,00	0,0000	0,033	495,00
63	Enalapril, maleato de 20mg - Marca: SANVAL	:OMP	100.000,00	0,0000	0,039	3.900,00
66	ESPIROLACTONA 25 MG - COMPRIMIDO - Marca: ASPEN P.	:OMP	10.000,00	0,0000	0,11	1.100,00
74	FUROSEMIDA 40MG - COMPRIMIDO - Marca: HIPOLABOR	:OMP	40.000,00	0,0000	0,021	840,00
102	Metoclopramida 5mg/ml solução injetável - Marca: ISOFARMA	AM	20,00	0,0000	0,33	6,60
119	Prednisolona, fosfato sódico de 3mg/mL solução oral - Marca: HIPOLABOR	FRA	2.000,00	0,0000	3,149	6.298,00
132	Sulfato ferroso 40mg Fé++ - Marca: PRATI D.	:OMP	6.000,00	0,0000	0,042	252,00
Total do Fornecedor:						13.235,10

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA (10967)

41	Cefalexina 50mg/mL Suspensão oral - Marca: TEUTO	FRA	120,00	0,0000	5,95	714,00
52	DEXAMETASONA 4MG - Marca: TEUTO	UN	1.000,00	0,0000	0,16	160,00
54	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2MG - Marca: GEOLAB	:OMP	5.000,00	0,0000	0,062	310,00
58	Dipirona Sódica 500mg - Marca: GREENPHARMA	:OMP	10.000,00	0,0000	0,067	670,00
70	FENOBARBITAL 100MG COMP. - Marca: TEUTO	:OMP	5.000,00	0,0000	0,085	425,00
106	Metoprolol, Taratarato de 100mg - Marca: MULTILAB	:OMP	600,00	0,0000	0,20	120,00
108	Metronidazol 400mg - Marca: TEUTO	:OMP	4.000,00	0,0000	0,38	1.520,00
109	Nifedipino 10mg - Marca: BRAINFARMA	:OMP	1.000,00	0,0000	0,03	30,00
110	Nitrofurantoina 100mg - Marca: TEUTO	:OMP	3.000,00	0,0000	0,148	444,00
123	PROPRANOLOL 40 MG - Marca: OSORIO	:OMP	3.000,00	0,0000	0,014	42,00
130	Sulfametoxazol+trimetoprima 400/80mg cp - Marca: PRATI	:OMP	1.000,00	0,0000	0,10	100,00
Total do Fornecedor:						4.535,00

MEDICAMENTOS DE AZ LTDA. - ME (10235)

78	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG - COMPRIMIDO - Marca: TEUTO	:OMP	6.000,00	0,0000	0,015	90,00
79	Hidróxido de alumínio 61,5mg/mL Suspensão oral - Marca: MARIOL	FRA	100,00	0,0000	1,656	165,60
94	LORATADINA 10 MG - Marca: GEOLAB	:OMP	4.000,00	0,0000	0,049	196,00
100	Metoclopramida 10mg - Marca: HIPOLABOR	:OMP	3.000,00	0,0000	0,042	126,00
101	Metoclopramida 4mg/ml solução injetável - Marca: MARIOL	FRA	100,00	0,0000	0,525	52,50
118	Permetrina 10mg/g Loção - Marca: NATIVITA	FRA	200,00	0,0000	1,31	262,00
120	PREDNISONA 20MG COMP - Marca: SANVAL	:OMP	2.500,00	0,0000	0,189	472,50

Arabitã, 19 de Agosto de 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTA CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER,210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 32/2016 - PR	
	Processo Administrativo:	47/2016
	Processo de Licitação:	46/2016
Data do Processo:		14/07/2016
Folha: 6/6		

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**MEDICAMENTOS DE AZ LTDA. - ME (10235)**

124	Ranitidina, cloridrato de 150mg - Marca: GEOLAB	:OMP	1.500,00	0,0000	0,081	121,50
Total do Fornecedor:						1.486,10
Total Geral:						144.857,57

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Arabutã, 19 de Agosto de 2016.

Balneário Rincão

PREFEITURA

DECRETONº 417

DECRETO Nº 417, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre o protesto extrajudicial dos créditos inscritos em dívida ativa do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais conferidas pelo artigo 30, incisos, I, II e III da Constituição Federal e art. 84, VI, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que atualmente a Dívida Ativa Consolidada do Município importa em aproximadamente R\$ 5.166.792,51 (cinco milhões cento e sessenta e seis mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos), em sua maior parte originada do não pagamento de IPTU, TVCPNU, ISS e de multas impostas pela municipalidade, também advindas do Município de Içara (Mãe) valores esses que podem e devem ser cobrados e revertidos em prol do bem estar da comunidade rinconense;

CONSIDERANDO que o Município de Balneário Rincão cobra parte dessa dívida ativa em aproximadamente de 5.000,00 (cinco mil) ações de execução fiscal, que estão em andamento na 2ª Vara da Comarca de Içara/SC;

CONSIDERANDO esse enorme quantitativo de ações abarrotar o Judiciário local, fato que causa uma excessiva lentidão na tramitação dos processos de interesse do Município de Balneário Rincão;

CONSIDERANDO que o protesto de Certidão de Dívida Ativa não acarretará nenhuma despesa com emolumentos, taxas, diligências ou condução para o Município, em razão da isenção legal contida no artigo 33 da Lei Complementar Estadual nº 156, de 15 de maio de 1997;

CONSIDERANDO que do ponto de vista legal podem ser protestados os títulos de crédito, as obrigações que se originem de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais e outros documentos de dívida, conforme a norma estampada no artigo 1.º da Lei 9.492, de 10/09/1997 (Lei do Protesto);

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 784, IX, do Código de Processo Civil, as Certidões de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios são títulos executivos extrajudiciais, sendo passíveis, portanto, de protesto extrajudicial;

CONSIDERANDO o entendimento pacificado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina pela possibilidade de protesto das Certidões de Dívidas dos tributos municipais;

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. CDA. SUSCITADA A EXISTÊNCIA DE VÍCIO NO TÍTULO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. CDA QUE GOZA DA PRESUNÇÃO DE CERTEZA E LIQUIDEZ. DÍVIDA APARENTEMENTE EXIGÍVEL. INSURGÊNCIA QUANTO AO PROTESTO EXTRAJUDICIAL. POSSIBILIDADE. PREVISÃO EXPRESSA PELA LEI FEDERAL Nº 9.492/97 E PELO PROVIMENTO Nº 67/99 DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA. DECISÃO QUE INDEFERIU A LIMINAR MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. 1. "Em favor da dívida tributária regularmente inscrita milita presunção de liquidez e certeza (CTN, art. 204; Lei 6.830/80, art. 3º)" (TJSC, AC nº 2010.086624-1, rel. Des. Newton Trisotto, j. 7.6.11). 2. "As Certidões de Dívida Ativa que preenchem os requisitos legais são

títulos executivos extrajudiciais e podem ser levadas a protesto por indicação (boletos bancários), conforme autorizam o art. 1º da Lei Federal nº 9.492/97, e o Provimento nº 67/99 da Corregedoria-Geral da Justiça" (TJSC, AC nº 2008.050446-1, rel. Des. Jaime Ramos, j. 30.7.09). (TJSC, Agravo de Instrumento nº 0154973-45.2015.8.24.0000, de São José, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 05-07-2016).

CONSIDERANDO que a presente medida não implica na instituição, extinção, majoração, redução, definição de fato gerador, fixação de alíquota, base de cálculo, cominação de penalidades, exclusão, suspensão ou na extinção de crédito tributário, não estando, portanto, sujeita aos princípios da legalidade e da anterioridade (artigos 96 e 104 do Código Tributário Nacional), o que dispensa lei em sentido formal;

CONSIDERANDO que de acordo com o representante da Advocacia Geral da União, procurador-geral federal Marcelo de Siqueira Freitas, responsável pelo protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa da União em sua fase inicial, o índice médio de recuperação de créditos com o ajuizamento de ações para a cobrança de dívida ativa é de 1%, enquanto no protesto em cartório dos créditos do INMETRO chegou-se a alcançar uma taxa de retorno de 48%;

CONSIDERANDO, por fim, que o protesto de certidão da dívida ativa implicará, certamente, em uma melhoria na gestão pública, capaz de diminuir a inadimplência e aumentar significativamente a arrecadação municipal, permitindo o desenvolvimento de novas e melhores ações nas áreas de educação e saúde, bem como o investimentos em obras públicas, inclusive a pavimentação de logradouros públicos, tudo em plena consonância com o princípio da eficiência plasmado no artigo 37 da Constituição da República, ao qual a Administração Tributária deve obediência;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa do Município, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Parágrafo Único. Além do nome completo e dos demais elementos exigidos nas leis e regulamentos em vigor relativos ao protesto de títulos, os documentos da dívida deverão conter a indicação precisa do número de inscrição no CPF ou no CNPJ o contribuinte ou devedor.

Art. 2º As parcelas inadimplidas de parcelamentos concedidos pela Administração Tributária poderão ser levadas a protesto, individualmente, mediante expedição de certidão específica para a parcela não paga.

Art. 3º As Certidões de Dívida Ativa cuja cobrança já tenha sido ajuizada poderão, igualmente, ser levadas a protesto.

Art. 4º Os tabelionatos fornecerão ao Município, quando solicitado, certidão, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa ou outro meio, nem mesmo parcialmente.

Parágrafo Primeiro. A certidão na forma de relação será fornecida gratuitamente, sem nenhum ônus para o Município, e os

tabelionatos serão responsáveis pelas informações que enviarem.

Art. 5º O Município poderá fornecer ao interessado apenas informações a respeito da existência ou não de protesto e o tabelionato que o lavrou, cabendo-lhe a responsabilidade pelos dados que fornecer.

Parágrafo Primeiro. O Município não prestará informações sobre protestos cancelados, conforme dispõe o artigo 29, da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997.

Parágrafo Segundo. Para maiores informações, o usuário deverá solicitar certidão no tabelionato competente.

Art. 6º Ao protesto e seu procedimento aplicam-se as leis e regulamentos que lhes são próprios.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão, 18 de agosto de 2016.

DÉCIO GOMES GÓES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 02 - MARIA SIRLEI

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2015. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 087/PMBR/2015. ASSINATURA: 19/08/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Maria Sirlei Mendes dos Santos.

EXTRATO DE ADITIVO 07 - PONTO CERTO

TERMO ADITIVO Nº. 07 ao Contrato Nº. 076/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 076/PMBR/2014, conforme cláusula oitava deste contrato. ASSINATURA: 17/08/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Reinaldo Valdir Cardoso.

Benedito Novo

PREFEITURA

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL 7/2016

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DE DISTRATO CONTRATUAL

Rescisão ao Contrato nº 7/2016, assinado em 29/01/2016.

Contratado: RENATO KOEPEL

OBJETO: RESCISÃO CONTRATUAL DE LOCAÇÃO DE UMA RESIDÊNCIA COMPOSTA POR COZINHA, SALA, TRÊS QUARTOS, BANHEIRO, LAVAÇÃO E GARAGEM EDIFICADO SOBRE O IMÓVEL DE MATRÍCULA Nº 4.211 DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DE TIMBÓ/SC, PARA RESIDÊNCIA DA SRA. ELIELDA PEREIRA DE OLIVEIRA.

Fundamento Legal: Art. 79, inciso II da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

Data Assinatura: 08/08/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

TERMO DE ESCLARECIMENTO - PP 63/2016

TERMO DE ESCLARECIMENTO

EDITAL DE PREGÃO Nº 63/2016

O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC, informa que houve erro na quando da digitação do Edital de Pregão Presencial nº 63/2016, especificamente no item "3.1.1 – No registro comercial da empresa ou no seu contrato social, deverá constar a comercialização de equipamentos no ramo de telefonia".

Informamos que este item deverá ser desconsiderado, não cabendo neste caso.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que ainda se fizerem necessários.

Publique-se.

Benedito Novo/SC, 19 de agosto de 2016.

JOÃO ULLER

LADEMIR KUMMROW

Pregoeiro

Assessor Jurídico

Biguaçu

PREFEITURA

COMUNICADO REFERENTE AO PP 121/2016-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMUNICADO REFERENTE AO PP 121/2016-PMB

A Diretoria de Licitações e Contratos vem, por meio desta, comunicar as empresas interessadas em participar do PP 121/2016-PMB (Aquisição de Computadores para Assistência Social) que, em resposta a um questionamento sobre o item 01 (Computador ALL IN ON), devido a erros de digitação, onde se lê 310 Ghz, deve ser ler 3.10 Ghz no mínimo, podendo ser superior.

Biguaçu, 19 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 139/2016

DECRETO Nº 139/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

ADOTA A CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADE ECONÔMICA-FISCAL - CNAE-FISCAL - DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XXII do art. 37 da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, segundo o qual as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que estabelecem diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresas, e em especial o inciso III e o § 7º do art. 2º da mesma lei, que atribuem ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios competência para regulamentar a inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registros e demais itens relativos à abertura, legalização e funcionamento de empresários e de pessoas jurídicas de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, que estabelece diretrizes e procedimentos para simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas e cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM),

DECRETA:

Art. 1º. Que seja adotada, na codificação das atividades econômicas no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda, a Classificação Nacional de Atividade Econômica - Fiscal (CNAE-Fiscal) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de conformidade com o disposto nas Resoluções Concla nº 01, de 4 de setembro de 2006, e nº 02, de 25 de junho de 2010.

§1º - As atualizações periódicas ocorridas na Classificação Nacional de Atividade Econômica - Fiscal (CNAE-Fiscal) serão automaticamente incorporadas pela municipalidade sem a edição de nova norma regulamentadora.

§2º - As atualizações da tabela de correlação das atividades econômicas serão disponibilizadas na página da Prefeitura Municipal de Biguaçu na internet, no endereço eletrônico <<http://www.bigua.sc.gov.br>>.

§3º - A correlação da CNAE-Fiscal com a Lista de Serviços do ISS se dará de acordo com a Tabela de Correlação da CNAE-Fiscal com a Lista de Serviços, disposto no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. São objetivos da CNAE-Fiscal:

I- Maior integração entre órgãos responsáveis pelo licenciamento de atividades econômicas no âmbito do Município, inclusive de sistemas informatizados, unificando a codificação em uso;

II- Assegurar a correta classificação das atividades econômicas de conformidade com padrões estabelecidos nacional e internacionalmente de forma a permitir à administração tributária municipal um melhor gerenciamento;

III- Padronização da codificação das atividades econômicas, concorrendo para maior integração das três esferas de governo e intercâmbio de informações.

Art. 3º. A CNAE-Fiscal passa a ser de uso obrigatório de todos os órgãos municipais usuários do cadastro mobiliário, em especial dos vinculados:

I- a consulta prévia;

II- ao licenciamento de posturas, ambiental e sanitário;

III- a tributação, arrecadação e fiscalização do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) e;

IV- a tributação, arrecadação e fiscalização das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia do Município, como a Taxa de Licença para Instalação e Funcionamento dos Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços (TLIF), Taxa de Renovação da Licença para Funcionamento de Estabelecimento de Produção, Comércio, Indústria ou de Prestação de Serviços (TRLF), e outras.

Art. 4º. Caberá à Diretoria Geral de Tributos da Secretaria Municipal da Fazenda, realizar a constante manutenção e atualização da Classificação Nacional de Atividade Econômica-Fiscal (CNAE-Fiscal) nos sistemas informatizados corporativos, assim como efetuar auditorias constantes no cadastramento de atividades econômicas e ocupações no Cadastro Mobiliário Municipal objetivando garantir a fidelidade da classificação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CODIGO CNAE	DESCRICAO CNAE	SUBITEM	ALÍQUOTA (%)
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.01	3,00
6201-5/01-00	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	1.01	3,00
6202-3/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS	1.01	3,00
6203-1/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS	1.01	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.01	3,00
6201-5/00-00	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	1.02	3,00
6201-5/01-00	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	1.02	3,00
6203-1/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS	1.02	3,00
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.02	3,00
6202-3/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZAVEIS	1.02	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.02	3,00
6190-6/02-00	PROVEDORES DE VOZ SOBRE PROTOCOLO INTERNET - VOIP	1.03	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.03	3,00
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.03	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.03	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.03	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.03	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.03	3,00
1830-0/03-00	REPRODUCAO DE SOFTWARE EM QUALQUER SUPORTE	1.03	3,00
6209-1/00-00	SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIAS DA INFORMACAO	1.03	3,00
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.04	3,00
6201-5/01-00	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	1.04	3,00
6203-1/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS	1.04	3,00
6201-5/01-00	DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA	1.04	3,00
6203-1/00-00	DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR NAO-CUSTOMIZAVEIS	1.05	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.06	3,00
6204-0/00-00	CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO	1.07	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.07	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.08	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.08	3,00
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.08	3,00

6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.08	3,00
6190-6/01-00	PROVEDORES DE ACESSO AS REDES DE COMUNICACOES	1.08	3,00
6311-9/00-00	TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICO DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET	1.08	3,00
6319-4/00-00	PORTAIS, PROVEDORES DE CONTEUDO E OUTROS SERVICOS DE INFORMACAO NA INTERNET	1.08	3,00
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	2.01	3,00
7740-3/00-00	GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	3.02	3,00
7740-3/00-00	GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	3.02	3,00
7740-3/00-00	GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	3.02	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
9311-5/00-03	GESTAO DE QUADRAS, PISCINAS E QUADRAS DE ESPORTES	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
8299-7/99-04	GESTAO DE ESPACOS PARA EXPOSICAO, FEIRAS E CONGENERES, PARA USO DE TERCEIROS	3.03	3,00
5221-4/00-00	CONCESSIONARIAS DE RODOVIAS, PONTES, TUNEIS E SERVICOS RELACIONADOS	3.04	3,00
7732-2/02-00	ALUGUEL DE ANDAIMES	3.05	3,00
7739-0/03-00	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES	3.05	3,00
7739-0/03-00	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES	3.05	3,00
7739-0/03-00	ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORARIO, EXCETO ANDAIMES	3.05	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.01	3,00
8630-5/01-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.01	3,00
8630-5/03-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CONSULTORIO MEDICO	4.01	3,00
8630-5/03-03	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CLINICA MEDICA	4.01	3,00
8630-5/99-00	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8630-5/99-01	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.01	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.01	3,00
8630-5/01-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.01	3,00
8630-5/03-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CONSULTORIO MEDICO	4.01	3,00
8630-5/03-03	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CLINICA MEDICA	4.01	3,00
8630-5/99-00	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8630-5/99-01	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.01	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.01	3,00
8630-5/01-02	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS, ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.01	3,00
8630-5/03-02	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.01	3,00
8630-5/99-00	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.01	3,00
8630-5/99-02	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EM CONVENIO COM SUS	4.01	3,00
8640-2/01-00	ATIVIDADES DOS LABORATORIOS DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGICA	4.02	3,00
8640-2/02-00	LABORATORIOS CLINICOS	4.02	3,00
8640-2/03-00	SERVICOS DE DIALISE E NEFROLOGIA	4.02	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.02	3,00
8640-2/10-00	SERVICOS DE QUIMIOTERAPIA	4.02	3,00
8640-2/11-00	SERVICOS DE RADIOTERAPIA	4.02	3,00

8640-2/13-00	SERVICOS DE LITOTRIPSIA	4.02	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.02	3,00
8640-2/04-00	SERVICOS DE TOMOGRAFIA	4.02	3,00
8640-2/05-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA	4.02	3,00
8640-2/06-00	SERVICOS DE RESSONANCIA MAGNETICA	4.02	3,00
8640-2/07-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO RESSONANCIA MAGNETICA	4.02	3,00
8640-2/08-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR REGISTRO GRAFICO - ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANALOGOS	4.02	3,00
8640-2/09-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR METODOS OPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANALOGOS	4.02	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.02	3,00
8640-2/01-00	ATIVIDADES DOS LABORATORIOS DE ANATOMIA PATOLOGICA E CITOLOGICA	4.02	3,00
8640-2/02-00	LABORATORIOS CLINICOS	4.02	3,00
8640-2/03-00	SERVICOS DE DIALISE E NEFROLOGIA	4.02	3,00
8640-2/04-00	SERVICOS DE TOMOGRAFIA	4.02	3,00
8640-2/05-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA	4.02	3,00
8640-2/06-00	SERVICOS DE RESSONANCIA MAGNETICA	4.02	3,00
8640-2/07-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM SEM USO DE RADIACAO IONIZANTE, EXCETO RESSONANCIA MAGNETICA	4.02	3,00
8640-2/08-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR REGISTRO GRAFICO - ECG, EEG E OUTROS EXAMES ANALOGOS	4.02	3,00
8640-2/09-00	SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR METODOS OPTICOS - ENDOSCOPIA E OUTROS EXAMES ANALOGOS	4.02	3,00
8640-2/10-00	SERVICOS DE QUIMIOTERAPIA	4.02	3,00
8640-2/11-00	SERVICOS DE RADIOTERAPIA	4.02	3,00
8640-2/13-00	SERVICOS DE LITOTRIPSIA	4.02	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.02	3,00
8610-1/01-00	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8610-1/01-01	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8610-1/02-00	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8610-1/02-01	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.03	3,00
8630-5/01-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.03	3,00
8630-5/02-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES	4.03	3,00
8630-5/06-00	SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA	4.03	3,00
8630-5/06-01	SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA	4.03	3,00
8630-5/99-00	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.03	3,00
8630-5/99-03	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE - APLICACAO DE INJECoes	4.03	3,00
8690-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.03	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.03	3,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.03	3,00
8720-4/01-01	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.03	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.03	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.03	3,00
8610-1/01-00	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8610-1/01-02	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS, ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.03	3,00
8610-1/02-00	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.03	3,00
8610-1/02-02	ATIVIDADES DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGENCIAS ATRAVES DE CONVENIO COM	4.03	3,00
8630-5/06-00	SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA	4.03	3,00
8630-5/06-02	SERVICOS DE VACINACAO E IMUNIZACAO HUMANA ATRAVES DE CONVENIO COM O SUS	4.03	3,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.03	3,00

8720-4/01-02	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL, EM CONVENIO COM O SUS	4.03	3,00
8640-2/99-00	ATIVIDADES DE SERVICOS DE COMPLEMENTACAO DIAGNOSTICA E TERAPEUTICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.03	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.04	3,00
8690-9/03-00	ATIVIDADES DE ACUPUNTURA	4.05	3,00
8650-0/01-00	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	4.06	3,00
8650-0/01-01	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	4.06	3,00
8650-0/01-00	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM	4.06	3,00
8650-0/01-02	ATIVIDADES DE ENFERMAGEM, EM CONVENIO COM SUS	4.06	3,00
2121-1/01-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/01-01	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/02-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS HOMEOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/02-01	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS HOMEOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/03-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS FITOTERAPICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/03-01	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS FITOTERAPICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2122-0/00-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS PARA USO VETERINARIO	4.07	3,00
4771-7/02-00	COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS COM MANIPULACAO DE FORMULA	4.07	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.07	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.07	3,00
2121-1/01-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/01-02	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS ALOPATICOS PARA USO HUMANO, EM CONVENIO COM O SUS	4.07	3,00
2121-1/02-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS HOMEOPATICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/02-02	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS HOMEOPATICOS PARA USO HUMANO, EM CONVENIO COM O SUS	4.07	3,00
2121-1/03-00	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS FITOTERAPICOS PARA USO HUMANO	4.07	3,00
2121-1/03-02	FABRICACAO DE MEDICAMENTOS FITOTERAPICOS PARA USO HUMANO, EM CONVENIO COM O SUS	4.07	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.07	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.07	3,00
8650-0/04-00	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA	4.08	3,00
8650-0/04-01	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA	4.08	3,00
8650-0/05-00	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL	4.08	3,00
8650-0/05-01	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL	4.08	3,00
8650-0/06-00	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA	4.08	3,00
8650-0/06-01	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA	4.08	3,00
8650-0/04-00	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA	4.08	3,00
8650-0/04-02	ATIVIDADES DE FISIOTERAPIA EM CONVENIO COM SUS	4.08	3,00
8650-0/05-00	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL	4.08	3,00
8650-0/05-02	ATIVIDADES DE TERAPIA OCUPACIONAL EM CONVENIO COM SUS	4.08	3,00
8650-0/06-00	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA	4.08	3,00
8650-0/06-02	ATIVIDADES DE FONOAUDIOLOGIA EM CONVENIO COM SUS	4.08	3,00
8640-2/12-00	SERVICOS DE HEMOTERAPIA	4.09	3,00
8640-2/12-01	SERVICOS DE HEMOTERAPIA	4.09	3,00
8650-0/07-00	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL	4.09	3,00
8650-0/07-01	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL	4.09	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8690-9/01-01	ATIVIDADES DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAUDE HUMANA, EXCETO SERVICO DE MASSAGENS TERAPEUTICAS	4.09	3,00
8690-9/01-03	SERVICO DE MASSAGENS TERAPEUTICAS	4.09	3,00
8690-9/03-00	ATIVIDADES DE ACUPUNTURA	4.09	3,00
8690-9/04-00	ATIVIDADES DE PODOLOGIA	4.09	3,00
8690-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.09	3,00
8711-5/03-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA A DEFICIENTES FISICOS, IMUNODEPRIMIDOS E CONVALESCENTES	4.09	3,00
8711-5/04-00	CENTROS DE APOIO A PACIENTES COM CANCER E COM AIDS	4.09	3,00
8711-5/05-00	CONDOMINIOS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS E DEFICIENTES FISICOS	4.09	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8690-9/01-01	ATIVIDADES DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAUDE HUMANA, EXCETO SERVICO DE MASSAGENS TERAPEUTICAS	4.09	3,00
8690-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.09	3,00

8711-5/05-00	CONDOMINIOS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS E DEFICIENTES FISICOS	4.09	3,00
8640-2/12-00	SERVICOS DE HEMOTERAPIA	4.09	3,00
8640-2/12-02	SERVICOS DE HEMOTERAPIA EM CONVENIO COM SUS	4.09	3,00
8650-0/07-00	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL	4.09	3,00
8650-0/07-02	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL EM CONVENIO COM SUS	4.09	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.09	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.09	3,00
8690-9/01-02	ATIVIDADES DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAUDE HUMANA ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.09	3,00
8650-0/02-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA NUTRICAO	4.10	3,00
8650-0/07-00	ATIVIDADES DE TERAPIA DE NUTRICAO ENTERAL E PARENTERAL	4.10	3,00
8690-9/01-02	ATIVIDADES DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAUDE HUMANA ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.10	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.11	3,00
8630-5/01-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.11	3,00
8630-5/03-01	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CONSULTORIO MEDICO	4.11	3,00
8630-5/03-03	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS - CLINICA MEDICA	4.11	3,00
8630-5/99-01	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.11	3,00
8630-5/01-00	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS	4.11	3,00
8630-5/01-02	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS, ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.11	3,00
8630-5/03-02	ATIVIDADE MEDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.11	3,00
8630-5/99-02	ATIVIDADES DE ATENCAO AMBULATORIAL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EM CONVENIO COM SUS	4.11	3,00
8630-5/04-00	ATIVIDADE ODONTOLOGICA	4.12	3,00
8630-5/04-01	ATIVIDADE ODONTOLOGICA	4.12	3,00
8630-5/04-00	ATIVIDADE ODONTOLOGICA	4.12	3,00
8630-5/04-02	ATIVIDADE ODONTOLOGICA ATRAVES DE CONVENIO COM O SUS	4.12	3,00
3250-7/09-00	SERVICO DE LABORATORIO OPTICO	4.13	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.13	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.13	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.13	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.13	3,00
3250-7/03-00	FABRICACAO DE APARELHOS E UTENSILIOS PARA CORRECAO DE DEFEITOS FISICOS E APARELHOS ORTOPEDICOS EM GERAL SOB ENCOMENDAS	4.14	3,00
3250-7/06-00	SERVICOS DE PROTESE DENTARIA	4.14	3,00
3250-7/06-01	SERVICOS DE PROTESE DENTARIA, EXCETO EM CONVENIO COM O SUS	4.14	3,00
3250-7/09-00	SERVICO DE LABORATORIO OPTICO	4.14	3,00
3250-7/06-00	SERVICOS DE PROTESE DENTARIA	4.14	3,00
3250-7/06-02	SERVICOS DE PROTESE DENTARIA, EM CONVENIO COM O SUS	4.14	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.14	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.14	3,00
8650-0/03-00	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE	4.15	3,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.15	3,00
8720-4/01-01	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.15	3,00
8720-4/99-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.15	3,00
8720-4/99-01	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA	4.15	3,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.15	3,00
8720-4/99-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.15	3,00
8720-4/99-02	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA	4.15	3,00
8650-0/03-00	ATIVIDADES DE PSICOLOGIA E PSICANALISE	4.16	3,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.16	3,00
8720-4/01-01	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	4.16	3,00

8720-4/99-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.16	3,00
8720-4/99-01	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA	4.16	3,00
8720-4/99-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA QUIMICA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.16	3,00
8720-4/99-02	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL E A SAUDE A PORTADORES DE DISTURBIOS PSIQUICOS, DEFICIENCIA MENTAL E DEPENDENCIA	4.16	3,00
8711-5/01-00	CLINICAS E RESIDENCIAS GERIATRICAS	4.17	3,00
8711-5/02-00	INSTITUICOES DE LONGA PERMANENCIA PARA IDOSOS	4.17	3,00
8711-5/05-00	CONDOMINIOS RESIDENCIAIS PARA IDOSOS E DEFICIENTES FISICOS	4.17	3,00
8730-1/02-00	ALBERGUES ASSISTENCIAIS	4.17	3,00
8730-1/01-00	ORFANATOS	4.17	3,00
8690-9/01-02	ATIVIDADES DE PRATICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAUDE HUMANA ATRAVES DE CONVENIO COM SUS	4.17	3,00
8630-5/07-00	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.18	3,00
8630-5/07-01	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.18	3,00
8630-5/07-00	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.18	3,00
8630-5/07-02	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA EM CONVENIO COM SUS	4.18	3,00
8630-5/07-00	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.19	3,00
8630-5/07-01	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.19	3,00
8640-2/14-00	SERVICOS DE BANCOS DE CELULAS E TECIDOS HUMANOS	4.19	3,00
8640-2/14-01	SERVICOS DE BANCOS DE CELULAS E TECIDOS HUMANOS	4.19	3,00
8690-9/02-00	ATIVIDADES DE BANCOS DE LEITE HUMANO	4.19	3,00
8690-9/02-01	ATIVIDADES DE BANCOS DE LEITE HUMANO	4.19	3,00
8630-5/07-00	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA	4.19	3,00
8630-5/07-02	ATIVIDADES DE REPRODUCAO HUMANA ASSISTIDA EM CONVENIO COM SUS	4.19	3,00
8640-2/14-00	SERVICOS DE BANCOS DE CELULAS E TECIDOS HUMANOS	4.19	3,00
8640-2/14-02	SERVICOS DE BANCOS DE CELULAS E TECIDOS HUMANOS EM CONVENIO COM SUS	4.19	3,00
8690-9/02-00	ATIVIDADES DE BANCOS DE LEITE HUMANO	4.19	3,00
8690-9/02-02	ATIVIDADES DE BANCOS DE LEITE HUMANO EM CONVENIO COM SUS	4.19	3,00
8640-2/02-00	LABORATORIOS CLINICOS	4.20	3,00
8640-2/02-00	LABORATORIOS CLINICOS	4.20	3,00
8621-6/02-00	SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS, EXCETO POR UTI MOVEI	4.21	3,00
8622-4/00-00	SERVICOS DE REMOCAO DE PACIENTES, EXCETO OS SERVICOS MOVEIS DE ATENDIMENTO A URGENCIAS	4.21	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8690-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8712-3/00-00	ATIVIDADES DE FORNECIMENTO DE INFRA-ESTRUTURA DE APOIO E ASSISTENCIA A PACIENTE NO DOMICILIO	4.21	3,00
8621-6/01-00	UTI MOVEI	4.21	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8650-0/99-01	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8690-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ATENCAO A SAUDE HUMANA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8650-0/99-00	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	4.21	3,00
8650-0/99-02	ATIVIDADES DE PROFISSIONAIS DA AREA DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE EM CONVENIO COM SUS	4.21	3,00
6550-2/00-00	PLANOS DE SAUDE	4.22	3,00
6550-2/00-00	PLANOS DE SAUDE	4.23	3,00
7500-1/00-00	ATIVIDADES VETERINARIAS	5.01	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.01	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.01	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.01	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.01	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.01	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.01	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.02	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.02	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.02	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.03	3,00

7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.03	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.03	3,00
0162-8/01-00	SERVICO DE INSEMINACAO ARTIFICIAL EM ANIMAIS	5.04	3,00
0162-8/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A PECUARIA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	5.04	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.04	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.04	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.04	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.05	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.06	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.06	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.06	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.07	3,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.07	3,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.07	3,00
9609-2/03-01	SERVICO DE ALOJAMENTO PARA ANIMAIS	5.08	3,00
9609-2/07-00	ALOJAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS	5.08	3,00
9609-2/08-00	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS	5.08	3,00
0162-8/02-00	SERVICO DE TOSQUIAMENTO DE OVELHAS	5.08	3,00
9609-2/03-02	SERVICO DE HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS	5.08	3,00
9609-2/08-00	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS	5.08	3,00
8011-1/02-00	SERVICOS DE ADESTRAMENTO DE CAES DE GUARDA	5.08	3,00
9609-2/08-00	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS	5.08	3,00
0162-8/03-00	SERVICO DE MANEJO DE ANIMAIS	5.08	3,00
9609-2/08-00	HIGIENE E EMBELEZAMENTO DE ANIMAIS DOMESTICOS	5.08	3,00
7500-1/00-01	ATIVIDADES VETERINARIAS RESTRITA A CONSULTAS	5.09	5,00
7500-1/00-02	ATIVIDADES VETERINARIAS AMBULATORIAIS, COM RECURSOS PARA REALIZACAO DE EXAMES COMPLEMENTARES E PEQUENAS INTERVENCOES CIR	5.09	5,00
7500-1/00-03	ATIVIDADES VETERINARIAS DE ATENDIMENTO HOSPITALAR	5.09	5,00
9602-5/01-00	CABELEIREIROS, MANICURE E PEDICURE	6.01	2,00
9602-5/02-00	ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVICOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	6.01	2,00
9609-2/06-00	SERVICOS DE TATUAGEM E COLOCACAO DE PIERCING	6.01	2,00
9609-2/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	6.01	2,00
9602-5/02-00	ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVICOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	6.02	2,00
9602-5/02-00	ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVICOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	6.02	2,00
9602-5/02-00	ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVICOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	6.02	2,00
9609-2/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	6.02	2,00
9609-2/06-00	SERVICOS DE TATUAGEM E COLOCACAO DE PIERCING	6.02	2,00
9609-2/05-00	ATIVIDADES DE SAUNA E BANHOS	6.03	2,00
9609-2/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	6.03	2,00
9609-2/99-02	EXPLORACAO DE SANITARIOS	6.03	2,00
7490-1/02-00	ESCAFANDRIA E MERGULHO	6.04	2,00
9313-1/00-00	ATIVIDADES DE CONDICIONAMENTO FISICO	6.04	2,00
9313-1/00-01	ACADEMIAS ESPORTIVAS E DE GINASTICA	6.04	2,00
9313-1/00-99	OUTRAS ATIVIDADES DO CONDICIONAMENTO FISICO	6.04	2,00
9602-5/02-00	ATIVIDADES DE ESTETICA E OUTROS SERVICOS DE CUIDADOS COM A BELEZA	6.05	2,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.01	3,00
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	7.01	3,00
7490-1/03-01	SERVICOS DE AGRONOMIA	7.01	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.01	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.01	3,00
7119-7/02-00	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS	7.01	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.01	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.01	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.02	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.02	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.02	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.02	3,00
4299-5/01-00	CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS	7.02	5,00

2330-3/01-00	FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, EM SERIE E SOB ENCOMENDA	7.02	5,00
2330-3/01-02	FABRICACAO DE ESTRUTURAS PRE-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO, SOB ENCOMENDA	7.02	5,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.02	3,00
4399-1/01-00	ADMINISTRACAO DE OBRAS	7.02	5,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.02	5,00
4212-0/00-00	CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	7.02	5,00
4213-8/00-00	OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS	7.02	5,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.02	5,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.02	5,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.02	5,00
4211-1/02-00	PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS	7.02	5,00
4329-1/04-00	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	7.02	5,00
4221-9/01-00	CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA	7.02	5,00
4221-9/02-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	7.02	5,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	7.02	3,00
4321-5/00-03	EXECUCAO DE OBRA ELETRICA	7.02	3,00
4221-9/02-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	7.02	5,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	7.02	3,00
4321-5/00-03	EXECUCAO DE OBRA ELETRICA	7.02	5,00
4221-9/04-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	7.02	5,00
4221-9/04-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	7.02	5,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.02	5,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.02	5,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.02	5,00
4212-0/00-00	CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	7.02	5,00
4222-7/02-00	OBRAS DE IRRIGACAO	7.02	5,00
4223-5/00-00	CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO	7.02	5,00
4291-0/00-00	OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS	7.02	5,00
4299-5/99-00	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4313-4/00-00	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	7.02	5,00
4292-8/01-00	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	7.02	5,00
4292-8/01-02	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS PARA CONSTRUCAO CIVIL	7.02	5,00
2599-3/01-00	SERVICOS DE CONFECCAO DE ARMACOES METALICAS PARA A CONSTRUCAO	7.02	5,00
4399-1/99-00	SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4292-8/02-00	OBRAS DE MONTAGEM INDUSTRIAL	7.02	5,00
4329-1/03-00	INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA	7.02	5,00
4329-1/03-01	INSTALACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	7.02	5,00
4329-1/03-03	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE EM ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA	7.02	5,00
4399-1/04-00	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS	7.02	5,00
4311-8/02-00	PREPARACAO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO	7.02	5,00
4319-3/00-00	SERVICOS DE PREPARACAO DE TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4399-1/99-00	SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4313-4/00-00	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	7.02	5,00
4319-3/00-00	SERVICOS DE PREPARACAO DE TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4319-3/00-00	SERVICOS DE PREPARACAO DE TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4312-6/00-00	PERFURACOES E SONDAGENS	7.02	5,00
4399-1/05-00	PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUAS	7.02	5,00
4391-6/00-00	OBRAS DE FUNDACOES	7.02	5,00
2330-3/05-00	PREPARACAO DE MASSA DE CONCRETO E ARGAMASSA PARA CONSTRUCAO	7.02	5,00
4330-4/01-00	IMPERMEABILIZACAO EM OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL	7.02	5,00
4221-9/04-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	7.02	5,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	7.02	3,00
4321-5/00-01	SERVICO DE INSTALACOES ELETRICAS, INCLUSIVE ANTENAS	7.02	3,00
4321-5/00-03	EXECUCAO DE OBRA ELETRICA	7.02	5,00

4329-1/04-00	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	7.02	5,00
4223-5/00-00	CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO	7.02	5,00
4322-3/02-00	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.02	3,00
4322-3/02-03	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.02	5,00
4322-3/03-00	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	7.02	3,00
4399-1/99-00	SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4322-3/01-00	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	7.02	3,00
4322-3/02-00	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.02	3,00
4322-3/02-01	INSTALACAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.02	5,00
4322-3/02-03	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.02	5,00
4399-1/03-00	OBRAS DE ALVENARIA	7.02	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.02	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4330-4/99-01	SERVICO DE VIDRACARIA	7.02	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4329-1/99-00	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4329-1/99-99	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4330-4/04-00	SERVICOS DE PINTURA EM EDIFICACOES EM GERAL	7.02	3,00
4330-4/02-01	INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	7.02	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.02	3,00
4329-1/99-00	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4329-1/99-99	OUTRAS OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4330-4/03-00	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	7.02	5,00
4299-5/99-00	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4399-1/99-00	SERVICOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUCAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.02	5,00
4329-1/05-00	TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.02	5,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.03	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.03	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
7111-1/00-00	SERVICOS DE ARQUITETURA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.03	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.03	3,00
4311-8/01-00	DEMOLICAO DE EDIFICIOS E OUTRAS ESTRUTURAS	7.04	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.05	3,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	7.05	3,00
4321-5/00-03	EXECUCAO DE OBRA ELETRICA	7.05	3,00
4322-3/01-00	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	7.05	3,00
4322-3/01-01	EXECUCAO DE OBRA HIDRAULICA, SANITARIA E DE GAS	7.05	3,00
4322-3/02-03	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	7.05	3,00
4322-3/03-00	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	7.05	3,00
4322-3/03-01	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	7.05	3,00
4329-1/03-03	EXECUCAO DE OBRA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE EM ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA	7.05	3,00
4330-4/03-00	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	7.05	3,00
4330-4/03-01	EXECUCAO DE OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	7.05	3,00

4330-4/04-00	SERVICOS DE PINTURA EM EDIFICACOES EM GERAL	7.05	3,00
4330-4/04-02	EXECUCAO DE OBRAS DE PINTURA EM EDICACOES EM GERAL	7.05	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.05	3,00
4330-4/05-01	EXECUCAO DE OBRA DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.05	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.05	3,00
4330-4/99-04	EXECUCAO DE OBRAS DE VIDRACARIA EM EDIFICACOES	7.05	3,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.05	3,00
4211-1/02-00	PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS	7.05	3,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.05	3,00
4212-0/00-00	CONSTRUCAO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS	7.05	3,00
4120-4/00-00	CONSTRUCAO DE EDIFICIOS	7.05	3,00
4391-6/00-00	OBRAS DE FUNDACOES	7.05	3,00
4211-1/02-00	PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS	7.05	3,00
4213-8/00-00	OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS	7.05	3,00
4211-1/01-00	CONSTRUCAO DE RODOVIAS E FERROVIAS	7.05	3,00
4329-1/04-00	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	7.05	3,00
4221-9/01-00	CONSTRUCAO DE BARRAGENS E REPRESAS PARA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA	7.05	3,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.05	3,00
4291-0/00-00	OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS	7.05	3,00
4221-9/03-00	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	7.05	3,00
4221-9/02-00	CONSTRUCAO DE ESTACOES E REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	7.05	3,00
4221-9/03-00	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	7.05	3,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	7.05	3,00
4321-5/00-03	EXECUCAO DE OBRA ELETRICA	7.05	3,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.05	3,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.05	3,00
4222-7/01-00	CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO	7.05	3,00
4223-5/00-00	CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO	7.05	3,00
4221-9/05-00	MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	7.05	3,00
4291-0/00-00	OBRAS PORTUARIAS, MARITIMAS E FLUVIAIS	7.05	3,00
4292-8/01-00	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	7.05	3,00
4292-8/01-02	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS PARA CONSTRUCAO CIVIL	7.05	3,00
4223-5/00-00	CONSTRUCAO DE REDES DE TRANSPORTES POR DUTOS, EXCETO PARA AGUA E ESGOTO	7.05	3,00
4329-1/05-00	TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.05	3,00
4329-1/05-00	TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.06	3,00
4329-1/05-02	INSTALACAO E MANUTENCAO DE TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.06	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.06	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/04-00	SERVICOS DE PINTURA EM EDIFICACOES EM GERAL	7.06	3,00
4330-4/04-01	SERVICOS DE PINTURA EM EDIFICACOES EM GERAL	7.06	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.06	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/99-01	SERVICO DE VIDRACARIA	7.06	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/02-01	INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL	7.06	3,00
4330-4/03-00	OBRAS DE ACABAMENTO EM GESSO E ESTUQUE	7.06	3,00
4329-1/05-00	TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.06	3,00
4329-1/05-02	INSTALACAO E MANUTENCAO DE TRATAMENTOS TERMICOS, ACUSTICOS OU DE VIBRACAO	7.06	3,00
4330-4/99-00	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTOS DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/99-99	OUTRAS OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO	7.06	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.07	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.07	3,00
4330-4/05-00	APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES	7.08	3,00
8129-0/00-99	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.09	5,00
3811-4/00-02	COLETA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS, EXCETO POR MEIO DE CACAMBA	7.09	5,00
3812-2/00-00	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.09	5,00

3811-4/00-01	COLETA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS, ATRAVES DE CACAMBAS	7.09	5,00
3821-1/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	7.09	5,00
3822-0/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.09	5,00
3822-0/00-01	ATERRO SANITARIO PARA RESIDUOS PERIGOSOS	7.09	5,00
3822-0/00-02	TRATAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSPITALARES	7.09	5,00
3811-4/00-02	COLETA DE RESIDUOS NAO PERIGOSOS, EXCETO POR MEIO DE CACAMBA	7.09	5,00
3812-2/00-00	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.09	5,00
3821-1/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	7.09	5,00
3822-0/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.09	5,00
3839-4/01-00	USINAS DE COMPOSTAGEM	7.09	5,00
3702-9/00-00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES	7.09	5,00
3821-1/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	7.09	5,00
3701-1/00-00	GESTAO DE REDES DE ESGOTO	7.09	5,00
3900-5/00-00	DESCONTAM INACAO E OUTROS SERVICOS DE GESTAO DE RESIDUOS	7.09	5,00
8129-0/00-99	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.10	2,50
8130-3/00-00	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	7.10	2,50
3812-2/00-00	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.10	2,50
8121-4/00-00	LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS	7.10	2,50
8129-0/00-99	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.10	2,50
8129-0/00-99	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.10	2,50
3821-1/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	7.10	2,50
3822-0/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.10	2,50
4211-1/02-00	PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS	7.10	2,50
8111-7/00-00	SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS	7.10	2,50
8129-0/00-01	SERVICO DE ESTERILIZACAO	7.10	2,50
8130-3/00-00	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	7.10	2,50
9102-3/02-00	RESTAURACAO E CONSERVACAO DE LUGARES E PREDIOS HISTORICOS	7.10	2,50
7410-2/02-00	DESIGN DE INTERIORES	7.11	3,00
0161-0/02-00	SERVICO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURAS	7.11	3,00
8130-3/00-00	ATIVIDADES PAISAGISTICAS	7.11	3,00
3701-1/00-00	GESTAO DE REDES DE ESGOTO	7.12	3,00
3702-9/00-00	ATIVIDADES RELACIONADAS A ESGOTO, EXCETO A GESTAO DE REDES	7.12	3,00
3812-2/00-00	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.12	3,00
3821-1/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS	7.12	3,00
3822-0/00-00	TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.12	3,00
3839-4/01-00	USINAS DE COMPOSTAGEM	7.12	3,00
3900-5/00-00	DESCONTAM INACAO E OUTROS SERVICOS DE GESTAO DE RESIDUOS	7.12	3,00
8122-2/00-00	IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS URBANAS	7.13	3,00
0161-0/01-00	SERVICO DE PULVERIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS AGRICOLAS	7.13	3,00
0230-6/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A PRODUCAO FLORESTAL	7.16	3,00
0230-6/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A PRODUCAO FLORESTAL	7.16	3,00
0230-6/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A PRODUCAO FLORESTAL	7.16	3,00
0161-0/03-00	SERVICO DE PREPARACAO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA	7.16	3,00
0163-6/00-00	ATIVIDADES DE POS-COLHEITA	7.16	3,00
0210-1/07-00	EXTRACAO DE MADEIRAS EM FLORESTAS PLANTADAS	7.16	3,00
0210-1/99-00	PRODUCAO DE PRODUTOS NAO-MADEIREIROS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE EM FLORESTAS PLANTADAS	7.16	3,00
0220-9/01-00	EXTRACAO DE MADEIRAS EM FLORESTAS NATIVAS	7.16	3,00
0220-9/06-00	CONSERVACAO DE FLORESTAS NATIVAS	7.16	3,00
0230-6/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A PRODUCAO FLORESTAL	7.16	3,00
4299-5/99-00	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.17	3,00
4299-5/99-00	OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.17	3,00
3812-2/00-00	COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS	7.18	3,00
8129-0/00-99	ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	7.18	3,00
4399-1/01-00	ADMINISTRACAO DE OBRAS	7.19	3,00
7112-0/00-00	SERVICOS DE ENGENHARIA	7.19	3,00
7119-7/99-02	AEROFOTOGRAMETRIA	7.20	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.20	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.20	3,00
7119-7/01-00	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	7.20	3,00
7119-7/02-00	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS	7.20	3,00
0910-6/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE PETROLEO E GAS NATURAL	7.21	3,00
7119-7/02-00	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS	7.21	3,00

0990-4/01-00	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERIO DE FERRO	7.21	3,00
0990-4/02-00	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERAIS METALICOS NAO-FERROSOS	7.21	3,00
0990-4/03-00	ATIVIDADES DE APOIO A EXTRACAO DE MINERAIS NAO-METALICOS	7.21	3,00
4319-3/00-00	SERVICOS DE PREPARACAO DE TERRENO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	7.21	3,00
7119-7/02-00	ATIVIDADES DE ESTUDOS GEOLOGICOS	7.21	3,00
0161-0/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO RELACIONADOS ANTERIORMENTE	7.22	3,00
8511-2/00-00	EDUCACAO INFANTIL-CRECHE	8.01	2,00
8512-1/00-00	EDUCACAO INFANTIL-PRE-ESCOLA	8.01	2,00
8513-9/00-00	ENSINO FUNDAMENTAL	8.01	2,00
8520-1/00-00	ENSINO MEDIO	8.01	2,00
8541-4/00-00	EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO	8.01	2,00
8542-2/00-00	EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNOLÓGICO	8.01	2,00
8531-7/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO	8.01	2,00
8532-5/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO	8.01	2,00
8533-3/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - POS-GRADUACAO E EXTENSAO	8.01	2,00
8513-9/00-00	ENSINO FUNDAMENTAL	8.01	2,00
8520-1/00-00	ENSINO MEDIO	8.01	2,00
8531-7/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO	8.01	2,00
8532-5/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO	8.01	2,00
8533-3/00-00	EDUCACAO SUPERIOR - POS-GRADUACAO E EXTENSAO	8.01	2,00
8541-4/00-00	EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNICO	8.01	2,00
8542-2/00-00	EDUCACAO PROFISSIONAL DE NIVEL TECNOLÓGICO	8.01	2,00
8550-3/02-00	SERVICOS AUXILIARES A EDUCACAO	8.01	2,00
8599-6/04-00	TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL	8.02	2,00
8599-6/05-00	CURSOS PREPARATORIOS PARA CONCURSOS	8.02	2,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	8.02	2,00
7490-1/99-01	SERVICOS DE AVALIACAO DO CONHECIMENTO DE QUALQUER NATUREZA	8.02	2,00
8599-6/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	8.02	2,00
8592-9/01-00	ENSINO DE DANCA	8.02	2,00
8592-9/02-00	ENSINO DE ARTES CENICAS, EXCETO DANCA	8.02	2,00
8592-9/03-00	ENSINO DE MUSICA	8.02	2,00
8592-9/99-00	ENSINO DE ARTE E CULTURA NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	8.02	2,00
8591-1/00-00	ENSINO DE ESPORTES	8.02	2,00
8593-7/00-00	ENSINO DE IDIOMAS	8.02	2,00
8599-6/01-01	CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES SEM PISTA DE TREINAMENTO	8.02	2,00
8599-6/01-02	CENTRO DE FORMACAO DE CONDUTORES COM PISTA DE TREINAMENTO	8.02	2,00
8599-6/02-00	CURSOS DE PILOTAGEM	8.02	2,00
8599-6/03-00	TREINAMENTO EM INFORMATICA	8.02	2,00
8599-6/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	8.02	2,00
5510-8/01-00	HOTEIS	9.01	2,50
5590-6/01-00	ALBERGUES, EXCETO ASSISTENCIAIS	9.01	2,50
5590-6/02-00	CAMPINGS	9.01	2,50
5590-6/03-00	PENSOES	9.01	2,50
5590-6/99-00	OUTROS ALOJAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	9.01	2,50
5510-8/02-00	APART-HOTEIS	9.01	2,50
5590-6/99-00	OUTROS ALOJAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	9.01	2,50
5510-8/03-00	MOTEIS	9.01	2,50
5590-6/99-00	OUTROS ALOJAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	9.01	2,50
7911-2/00-00	AGENCIAS DE VIAGENS	9.02	2,50
7912-1/00-00	OPERADORES TURISTICOS	9.02	2,50
7990-2/00-00	SERVICOS DE RESERVAS E OUTROS SERVICOS DE TURISMO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	9.02	2,50
4929-9/03-00	ORGANIZACAO DE EXCURSOES EM VEICULOS RODOVIARIOS PROPRIOS, MUNICIPAL	9.02	2,50
4929-9/04-00	ORGANIZACAO DE EXCURSOES EM VEICULOS RODOVIARIOS PROPRIOS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	9.02	2,50
4929-9/03-00	ORGANIZACAO DE EXCURSOES EM VEICULOS RODOVIARIOS PROPRIOS, MUNICIPAL	9.03	2,50
4929-9/04-00	ORGANIZACAO DE EXCURSOES EM VEICULOS RODOVIARIOS PROPRIOS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL	9.03	2,50
7912-1/00-00	OPERADORES TURISTICOS	9.03	2,50
7990-2/00-00	SERVICOS DE RESERVAS E OUTROS SERVICOS DE TURISMO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	9.03	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50

6612-6/03-00	CORRETORAS DE CAMBIO	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6612-6/03-00	CORRETORAS DE CAMBIO	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6612-6/03-00	CORRETORAS DE CAMBIO	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.01	2,50
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.01	2,50
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.01	2,50
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.01	2,50
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00

6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.02	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.02	3,00
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.02	3,00
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.02	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.02	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.02	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	10.02	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.02	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.02	3,00
6622-3/00-00	CORRETORAS E AGENTES DE SEGUROS, DE PLANOS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DE SAUDE	10.02	3,00
6911-7/03-00	AGENTE DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	10.03	3,00
7490-1/05-00	AGENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS E ARTISTICAS	10.03	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00

6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.04	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.04	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.04	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.04	3,00
4512-9/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES	10.05	3,00
4530-7/06-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS E USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES	10.05	3,00
4542-1/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO CMERCIO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS, PECAS E ACESSORIOS	10.05	3,00
4542-1/02-00	COMERCIO SOB CONSIGNACAO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	10.05	3,00
4612-5/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, MINERAIS, PRODUTOS SIDERURGICOS E QUIMICOS	10.05	3,00
4613-3/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUCAO E FERRAGENS	10.05	3,00
4614-1/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCA-COES E AERONAVES	10.05	3,00
4615-0/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, MOVEIS E ARTI-GOS DE USO DOMESTICO	10.05	3,00
4616-8/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS, VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM	10.05	3,00
4617-6/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, BEBIDAS E FUMO	10.05	3,00
4618-4/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PRODU-TOS DE PERFUMARIA	10.05	3,00
4618-4/02-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES	10.05	3,00
4618-4/03-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICA-COES	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIA-LIZADO	10.05	3,00
5250-8/03-00	AGENCIAMENTO DE CARGAS, EXCETO PARA O TRANSPORTE MARITIMO	10.05	3,00
6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
7312-2/00-00	AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULOS DE COMUNICACAO	10.05	3,00
4614-1/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCA-COES E AERONAVES	10.05	3,00
4615-0/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, MOVEIS E ARTI-GOS DE USO DOMESTICO	10.05	3,00
4616-8/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS, VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM	10.05	3,00
4617-6/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, BEBIDAS E FUMO	10.05	3,00
4618-4/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PRODU-TOS DE PERFUMARIA	10.05	3,00
4618-4/02-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES	10.05	3,00
4618-4/03-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICA-COES	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIA-LIZADO	10.05	3,00
5250-8/03-00	AGENCIAMENTO DE CARGAS, EXCETO PARA O TRANSPORTE MARITIMO	10.05	3,00

6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
4614-1/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCA-COES E AERONAVES	10.05	3,00
4615-0/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, MOVEIS E ARTI-GOS DE USO DOMESTICO	10.05	3,00
4616-8/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS, VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM	10.05	3,00
4617-6/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, BEBIDAS E FUMO	10.05	3,00
4618-4/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PRODU-TOS DE PERFUMARIA	10.05	3,00
4618-4/02-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES	10.05	3,00
4618-4/03-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICA-COES	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIA-LIZADO	10.05	3,00
5250-8/03-00	AGENCIAMENTO DE CARGAS, EXCETO PARA O TRANSPORTE MARITIMO	10.05	3,00
6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
7312-2/00-00	AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULOS DE COMUNICACAO	10.05	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.05	3,00
6821-8/01-00	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/01-01	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/02-00	CORRETAGEM NO ALUGUEL DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/01-00	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/01-01	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/02-00	CORRETAGEM NO ALUGUEL DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/01-00	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/01-01	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA DE IMOVEIS	10.05	3,00
6821-8/02-00	CORRETAGEM NO ALUGUEL DE IMOVEIS	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIA-LIZADO	10.05	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.05	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.05	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIA-LIZADO	10.05	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.05	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.05	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00

6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	10.05	3,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	10.05	3,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6499-9/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO FINANCEIRA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6612-6/04-00	CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS	10.05	3,00
6612-6/05-00	AGENTES DE INVESTIMENTOS EM APLICACOES FINANCEIRAS	10.05	3,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.05	3,00
6619-3/99-01	AGENCIAMENTO, CORRETAGEM E INTERMEDIACAO DE TITULOS QUAISQUER, INCLUSIVE DE CAMBIO E BENS	10.05	3,00
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.05	3,00
5232-0/00-00	ATIVIDADES DE AGENCIAMENTO MARITIMO	10.06	3,00
7311-4/00-01	PROPAGANDA E PUBLICIDADE, PLANEJAMENTO E ELABORACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	10.07	3,00
7319-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.07	3,00
7311-4/00-01	PROPAGANDA E PUBLICIDADE, PLANEJAMENTO E ELABORACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	10.08	3,00
7312-2/00-00	AGENCIAMENTO DE ESPACOS PARA PUBLICIDADE, EXCETO EM VEICULOS DE COMUNICACAO	10.08	3,00
7319-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.08	3,00
4512-9/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE VEICULOS AUTOMOTORES	10.09	2,50
4530-7/06-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS E USADOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES	10.09	2,50
4542-1/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO CMERCIO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS, PECAS E ACESSORIOS	10.09	2,50
4611-7/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MATERIAS PRIMAS AGRICOLAS E ANIMAIS VIVOS	10.09	2,50
4612-5/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS, MINERAIS, PRODUTOS SIDERURGICOS E QUIMICOS	10.09	2,50
4613-3/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MADEIRA, MATERIAL DE CONSTRUCAO E FERRAGENS	10.09	2,50
4614-1/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, EMBARCACOES E AERONAVES	10.09	2,50
4615-0/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS, MOVEIS E ARTIGOS DE USO DOMESTICO	10.09	2,50
4616-8/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE TEXTEIS, VESTUARIO, CALCADOS E ARTIGOS DE VIAGEM	10.09	2,50
4617-6/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, BEBIDAS E FUMO	10.09	2,50
4618-4/01-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MEDICAMENTOS, COSMETICOS E PRODUTOS DE PERFUMARIA	10.09	2,50
4618-4/02-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTO-MEDICO-HOSPITALARES	10.09	2,50
4618-4/03-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES	10.09	2,50
4618-4/99-00	OUTROS REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO ESPECIALIZADO EM PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	10.09	2,50
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIALIZADO	10.09	2,50
6438-7/99-00	OUTRAS INSTITUICOES DE INTERMEDIACAO NAO-MONETARIA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	10.09	2,50
7490-1/04-00	ATIVIDADES DE INTERMEDIACAO DE SERVICOS E NEGOCIOS EM GERAL, EXCETO IMOBILIARIOS	10.09	2,50
3514-0/00-00	DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	10.10	3,00
3520-4/02-00	DISTRIBUICAO DE COMBUSTIVEIS GASOSOS POR REDES URBANAS	10.10	3,00
4512-9/02-00	COMERCIO SOB CONSIGNACAO DE VEICULOS AUTOMOTORES	10.10	3,00
4619-2/00-00	REPRESENTANTES COMERCIAIS E AGENTES DO COMERCIO DE MERCADORIAS EM GERAL NAO ESPECIALIZADO	10.10	3,00
5223-1/00-00	ESTACIONAMENTO DE VEICULOS	11.01	3,00
8011-1/01-00	ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA	11.02	3,00
8020-0/00-00	ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA	11.02	3,00
8020-0/01-00	ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DE SISTEMAS DE SEGURANCA ELETRONICO	11.02	3,00
8020-0/02-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS DE SEGURANCA	11.02	3,00
9412-0/01-00	ATIVIDADES DE FISCALIZACAO PROFISSIONAL	11.02	3,00

8011-1/01-00	ATIVIDADES DE VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA	11.03	3,00
5211-7/01-00	ARMAZENS GERAIS - EMISSAO DE WARRANTS	11.04	3,00
5211-7/02-00	GUARDA-MOVEIS	11.04	3,00
5211-7/99-01	DEPOSITO DE MATERIAL RECICLAVEL	11.04	3,00
5211-7/99-02	DEPOSITOS DE MERCADORIAS PARA TERCEIROS, EXCETO ARMAZENS GERAIS E GUARDA-MOVEIS E DEPOSITO DE MATERIAIS RECICLAVEL	11.04	3,00
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	11.04	3,00
4930-2/04-00	TRANSPORTE RODOVIARIO DE MUDANCAS	11.04	3,00
4930-2/04-01	TRANSPORTE RODOVIARIO DE MUDANCAS, MUNICIPAL	11.04	3,00
5212-5/00-00	CARGA E DESCARGA	11.04	3,00
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	11.04	3,00
9001-9/01-00	PRODUCAO TEATRAL	12.01	2,00
9001-9/01-01	COMPANHIAS DE TEATRO	12.01	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.01	2,00
9001-9/01-00	PRODUCAO TEATRAL	12.01	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.01	2,00
5914-6/00-00	ATIVIDADES DE EXIBICAO CINEMATOGRAFICA	12.02	2,00
9001-9/04-02	ESPETACULOS CIRCENSES	12.03	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.03	2,00
9001-9/04-02	ESPETACULOS CIRCENSES	12.03	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.04	2,00
9003-5/00-01	TEATRO	12.06	2,50
9003-5/00-00	GESTAO DE ESPACOS PARA ARTES CENICAS, ESPETACULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTISTICAS	12.06	2,50
9003-5/00-02	CASA DE SHOWS E ESPETACULOS	12.06	2,50
9001-9/02-00	PRODUCAO MUSICAL	12.07	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.07	2,00
9329-8/99-01	ESPETACULOS DE SOM E LUZ	12.07	2,00
9001-9/03-00	PRODUCAO DE ESPETACULOS DE DANCA	12.07	2,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.07	2,00
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	12.08	3,00
9002-7/01-02	ATIVIDADES DE CULTURA ARTISTICA, MOSTRA ARTESANAL E FOLCLORICA	12.08	3,00
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	12.08	3,00
9329-8/99-02	EXPOSICAO COM COBRANCA DE INGRESSOS	12.08	3,00
9200-3/99-00	EXPLORACAO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.09	3,00
9329-8/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREACAO E LAZER NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	12.09	3,00
9329-8/99-05	EXPLORACAO DE KARTS	12.09	3,00
9329-8/02-00	EXPLORACAO DE BOLICHES	12.09	3,00
9329-8/04-00	EXPLORACAO DE JOGOS ELETRONICOS RECREATIVOS	12.09	3,00
9329-8/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREACAO E LAZER NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	12.09	3,00
9609-2/04-00	EXPLORACAO DE MAQUINAS DE SERVICOS PESSOAIS ACIONADAS POR MOEDAS	12.09	3,00
9200-3/02-00	EXPLORACAO DE APOSTAS EM CORRIDAS DE CAVALOS	12.10	3,00
9319-1/99-02	ATIVIDADE DE PESCA ESPORTIVA E DE LAZER E OPERACAO DE ESTABULOS E HIPODROMOS	12.11	3,00
9319-1/99-02	ATIVIDADE DE PESCA ESPORTIVA E DE LAZER E OPERACAO DE ESTABULOS E HIPODROMOS	12.11	3,00
9001-9/02-00	PRODUCAO MUSICAL	12.12	3,00
9001-9/99-00	ARTES CENICAS, ESPETACULOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	12.12	3,00
9001-9/02-03	EXECUCAO DE MUSICA	12.12	3,00
9001-9/01-00	PRODUCAO TEATRAL	12.13	3,00
9001-9/02-00	PRODUCAO MUSICAL	12.13	3,00
9001-9/02-01	PRODUCAO MUSICAL	12.13	3,00
9001-9/03-00	PRODUCAO DE ESPETACULOS DE DANCA	12.13	3,00
9001-9/03-01	PRODUCAO DE ESPETACULOS DE DANCA	12.13	3,00
9001-9/04-00	PRODUCAO DE ESPETACULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES	12.13	3,00
9001-9/04-01	PRODUCAO DE ESPETACULOS CIRCENSES, DE MARIONETES E SIMILARES	12.13	3,00
5911-1/99-00	ATIVIDADES DE PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	12.13	3,00

9329-8/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREACAO E LAZER NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	12.15	3,00
9329-8/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE RECREACAO E LAZER NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	12.17	3,00
1830-0/01-00	REPRODUCAO DE SOM EM QUALQUER SUPORTE	13.02	2,00
1830-0/02-00	REPRODUCAO DE VIDEO EM QUALQUER SUPORTE	13.02	2,00
5912-0/02-00	SERVICOS DE MIXAGEM SONORA	13.02	2,00
5920-1/00-00	ATIVIDADES DE GRAVACAO DE SOM E DE EDICAO DE MUSICA	13.02	2,00
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	13.02	2,00
5912-0/01-00	SERVICOS DE DUBLAGEM	13.02	2,00
5911-1/01-00	ESTUDIOS CINEMATOGRAFICOS	13.03	2,00
5912-0/99-00	ATIVIDADES DE POS-PRODUCAO CINEMATOGRAFICA, DE VIDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISAO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	13.03	2,00
7420-0/04-00	FILMAGENS DE FESTAS E EVENTOS	13.03	2,00
7420-0/02-00	ATIVIDADES DE PRODUCAO DE FOTOGRAFIAS AEREAS E SUBMARINAS	13.03	2,00
7420-0/03-00	LABORATORIOS FOTOGRAFICOS	13.03	2,00
7420-0/05-00	SERVICOS DE MICROFILMAGEM	13.03	2,00
8219-9/01-00	FOTOCOPIAS	13.04	2,00
7420-0/05-00	SERVICOS DE MICROFILMAGEM	13.04	2,00
7420-0/05-00	SERVICOS DE MICROFILMAGEM	13.04	2,00
1811-3/01-00	IMPRESSAO DE JORNAIS	13.05	2,00
1811-3/02-00	IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES PERIODICAS	13.05	2,00
1813-0/01-00	IMPRESSAO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITARIO	13.05	2,00
1822-9/99-00	SERVICOS DE ACABAMENTOS GRAFICOS, EXCETO ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO	13.05	2,00
3311-2/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE TANQUES, RESERVATORIOS METALICOS E CALDEIRAS, EXCETO PARA VEICULOS	14.01	2,00
3312-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE	14.01	2,00
3312-1/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS ELETROMEDICOS E ELETROTERAPEUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIAÇÃO	14.01	2,00
3312-1/04-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS OPTICOS	14.01	2,00
3313-9/99-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.01	2,00
3314-7/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE VALVULAS INDUSTRIAIS	14.01	2,00
3314-7/05-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSAO PARA FINS INDUSTRIAIS	14.01	2,00
3314-7/06-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALACOES TERMICAS	14.01	2,00
3314-7/09-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO-ELETRONICOS PARA ESCRITORIO	14.01	2,00
3314-7/10-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE	14.01	2,00
3314-7/11-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUARIA	14.01	2,00
3314-7/12-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE TRATORES AGRICOLAS	14.01	2,00
3314-7/13-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS-FERRAMENTA	14.01	2,00
3314-7/14-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A PROSPECCAO E EXTRACAO DE PETROLEO	14.01	2,00
3314-7/15-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NA EXTRACAO MINERAL, EXCETO NA EXTRACAO DE PETROLEO	14.01	2,00
3314-7/16-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE TRATORES, EXCETO AGRICOLAS	14.01	2,00
3314-7/17-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO, EXCETO TRATORES	14.01	2,00
3314-7/18-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS PARA A INDUSTRIA METALURGICA, EXCETO MAQUINAS-FERRAMENTA	14.01	2,00
3314-7/19-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	14.01	2,00
3314-7/20-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDUSTRIA TEXTIL, DO VESTUARIO, DO COURO E CALCADOS	14.01	2,00
3314-7/21-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS PARA A INDUSTRIA DE CELULOSE, PAPEL E PAPELAO E ARTEFATOS	14.01	2,00
3314-7/22-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS PARA A INDUSTRIA DO PLASTICO	14.01	2,00
3314-7/99-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.01	2,00
3329-5/01-00	SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL	14.01	2,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	14.01	2,00
4321-5/00-02	SERVICO DE MANUTENCAO ELETRICA, INCLUSIVE ANTENAS	14.01	2,00

4329-1/04-02	INSTALACAO, MONTAGEM E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	14.01	2,00
9002-7/02-00	RESTAURACAO DE OBRAS DE ARTE	14.01	2,00
9521-5/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO	14.01	2,00
9529-1/01-00	REPARACAO DE CALCADOS, BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM	14.01	2,00
9529-1/03-00	REPARACAO DE RELOGIOS	14.01	2,00
9529-1/05-00	REPARACAO DE ARTIGOS DO MOBILIARIO	14.01	2,00
9529-1/06-00	REPARACAO DE JOIAS	14.01	2,00
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.01	2,00
9609-2/99-04	SERVICO DE ENGRAXATES	14.01	2,00
3315-5/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE VEICULOS FERROVIARIOS	14.01	2,00
3316-3/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE AERONAVES, EXCETO A MANUTENCAO NA PISTA	14.01	2,00
3316-3/02-00	MANUTENCAO DE AERONAVES NA PISTA	14.01	2,00
3317-1/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EMBARCACOES E ESTRUTURAS FLUTUANTES	14.01	2,00
3317-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EMBARCACOES PARA ESPORTE E LAZER	14.01	2,00
4520-0/01-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/01-01	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/02-00	SERVICOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/03-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/04-00	SERVICOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/05-00	SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/07-00	SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
4520-0/08-00	SERVICOS DE CAPOTARIA	14.01	2,00
4543-9/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	14.01	2,00
9529-1/04-00	REPARACAO DE BICICLETAS, TRICICLOS E OUTROS VEICULOS NAO-MOTORIZADOS	14.01	2,00
3314-7/08-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS	14.01	2,00
4329-1/03-02	MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	14.01	2,00
2722-8/02-00	RECONDICIONAMENTO DE BATERIAS E ACUMULADORES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.01	2,00
3314-7/10-01	RECARGA DE EXTINTORES	14.01	2,00
4751-2/02-00	CARGA E RECARGA DE CARTUCHOS PARA EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	14.01	2,00
3313-9/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELETRICOS, EXCETO PARA VEICULOS	14.01	2,00
3313-9/99-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.01	2,00
9512-6/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	14.01	2,00
3314-7/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PNEUMATICOS, EXCETO VALVULAS	14.01	2,00
3314-7/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE VALVULAS INDUSTRIAIS	14.01	2,00
3314-7/07-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINA E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	14.01	2,00
4322-3/02-00	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	14.01	2,00
4322-3/02-02	MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	14.01	2,00
6190-6/99-01	SERVICO DE CONEXAO A REDES DE TELECOMUNICACOES	14.01	2,00
9511-8/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS	14.01	2,00
9512-6/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	14.01	2,00
3312-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE	14.02	2,00
3312-1/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS ELETROMEDICOS E ELETROTERAPEUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIACAO	14.02	2,00
3312-1/04-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS OPTICOS	14.02	2,00
3313-9/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE GERADORES, TRANSFORMADORES E MOTORES ELETRICOS	14.02	2,00
3313-9/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE BATERIAS E ACUMULADORES ELETRICOS, EXCETO PARA VEICULOS	14.02	2,00
3313-9/99-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELETRICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.02	2,00
3314-7/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS MOTRIZES NAO-ELETRICAS	14.02	2,00
3314-7/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E PNEUMATICOS, EXCETO VALVULAS	14.02	2,00
3314-7/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE VALVULAS INDUSTRIAIS	14.02	2,00
3314-7/04-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE COMPRESSORES	14.02	2,00
3314-7/05-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS DE TRANSMISSAO PARA FINS INDUSTRIAIS	14.02	2,00
3314-7/06-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA INSTALACOES TERMICAS	14.02	2,00
3314-7/07-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINA E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL	14.02	2,00

3314-7/08-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE E ELE-VACAO DE CARGAS	14.02	2,00
3314-7/09-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS DE ESCREVER, CALCULAR E DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO-ELETRONICOS PARA ESCRITORIO	14.02	2,00
3314-7/10-02	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, EXCETO RECARGA DE EXTI	14.02	2,00
3314-7/11-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AGRICULTURA E PECUARIA	14.02	2,00
3314-7/12-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE TRATORES AGRICOLAS	14.02	2,00
3314-7/13-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS-FERRAMENTA	14.02	2,00
3314-7/14-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A PROSPECCAO E EXTRACAO DE PETROLEO	14.02	2,00
3314-7/15-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO NA EXTRACAO MINERAL, EXCETO NA EXTRACAO DE PETROLEO	14.02	2,00
3314-7/16-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE TRATORES, EXCETO AGRICOLAS	14.02	2,00
3314-7/17-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO, EXCETO TRATORES	14.02	2,00
3314-7/18-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS PARA A INDUSTRIA METALURGICA, EXCETO MAQUINAS-FERRAMENTA	14.02	2,00
3314-7/19-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA AS INDUSTRIAS DE ALIMENTOS, BEBIDAS E FUMO	14.02	2,00
3314-7/20-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA A INDUSTRIA TEXTIL, DO VESTUA- RIO, DO COURO E CALCADOS	14.02	2,00
3314-7/21-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS PARA A INDUSTRIA DE CELULOSE, PAPEL E PAPELAO E ARTEFATOS	14.02	2,00
3314-7/22-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS PARA A INDUSTRIA DO PLASTICO	14.02	2,00
3314-7/99-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USOS INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.02	2,00
3315-5/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE VEICULOS FERROVIARIOS	14.02	2,00
3316-3/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE AERONAVES, EXCETO A MANUTENCAO NA PISTA	14.02	2,00
3316-3/02-00	MANUTENCAO DE AERONAVES NA PISTA	14.02	2,00
3317-1/01-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EMBARCACOES E ESTRUTURAS FLUTUANTES	14.02	2,00
3317-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EMBARCACOES PARA ESPORTE E LAZER	14.02	2,00
3319-8/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.02	2,00
4520-0/01-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.02	2,00
4520-0/01-01	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.02	2,00
4520-0/02-00	SERVICOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.02	2,00
4520-0/03-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.02	2,00
4520-0/04-00	SERVICOS DE ALINHAMENTO E BALANCEAMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.02	2,00
4520-0/07-00	SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTO- RES	14.02	2,00
4520-0/08-00	SERVICOS DE CAPOTARIA	14.02	2,00
4543-9/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	14.02	2,00
6141-8/00-02	INSTALACAO E ASSISTENCIA TECNICA EM TELEVISAO POR ASSINATURA, INCLUSIVE A HABILITACAO E DESABILITACAO DE DECODIFICADORES	14.02	2,00
6190-6/99-01	SERVICO DE CONEXAO A REDES DE TELECOMUNICACOES	14.02	2,00
9511-8/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS	14.02	2,00
9512-6/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	14.02	2,00
9521-5/00-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS DE USO PESSOAL E DOMESTICO	14.02	2,00
9529-1/01-00	REPARACAO DE CALCADOS, BOLSAS E ARTIGOS DE VIAGEM	14.02	2,00
9529-1/03-00	REPARACAO DE RELOGIOS	14.02	2,00
9529-1/04-00	REPARACAO DE BICICLETAS, TRICICLOS E OUTROS VEICULOS NAO-MOTORIZADOS	14.02	2,00
9529-1/05-00	REPARACAO DE ARTIGOS DO MOBILIARIO	14.02	2,00
9529-1/06-00	REPARACAO DE JOIAS	14.02	2,00
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.02	2,00
2950-6/00-00	RECONDICIONAMENTO OU RECUPERACAO DE MOTORES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.03	2,00
2212-9/00-00	REFORMA DE PNEUMATICOS USADOS	14.04	2,00
4520-0/06-00	SERVICOS DE BORRACHARIA PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.04	2,00
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.05	2,00
4520-0/05-00	SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.05	2,00
1340-5/01-00	ESTAMPARIA E TEXTURIZACAO EM FIOS, TECIDOS, ARTIGOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.05	2,00
1340-5/02-00	ALVEJAMENTO, TINGIMENTO E TORCAO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUA- RIO	14.05	2,00

1340-5/99-00	OUTROS SERVICOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.05	2,00
1531-9/02-00	ACABAMENTO DE CALCADOS DE COURO SOB CONTRATO	14.05	2,00
2399-1/01-00	DECORACAO, LAPIDACAO, GRAVACAO, VITRIFICACAO E OUTROS TRABALHOS EM CERAMICA, LOUCA, VIDRO E CRISTAL	14.05	2,00
2391-5/01-00	BRITAMENTO DE PEDRAS, EXCETO ASSOCIADO A EXTRACAO	14.05	2,00
2391-5/02-00	APARELHAMENTO DE PEDRAS PARA CONSTRUCAO, EXCETO ASSOCIADO A EXTRACAO	14.05	2,00
2391-5/03-00	APARELHAMENTO DE PLACAS E EXECUCAO DE TRABALHOS EM MARMORE, GRANITO, ARDOSIA E OUTRAS PEDRAS	14.05	2,00
3329-5/01-00	SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL	14.05	2,00
4520-0/05-00	SERVICOS DE LAVAGEM, LUBRIFICACAO E POLIMENTO DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.05	2,00
9609-2/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PESSOAIS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	14.05	2,00
2539-0/02-00	SERVICOS DE USINAGEM, SOLDA, TRATAMENTO E REVESTIMENTO EM METAIS	14.05	2,00
9002-7/02-00	RESTAURACAO DE OBRAS DE ARTE	14.05	2,00
2722-8/02-00	RECONDICIONAMENTO DE BATERIAS E ACUMULADORES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.05	2,00
2539-0/01-00	SERVICOS DE USINAGEM, SOLDA E TORNEARIA	14.05	2,00
2599-3/02-00	SERVICO DE CORTE E DOBRA DE METAIS	14.05	2,00
1822-9/01-00	SERVICOS DE ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO, INCLUSIVE GRAVACAO E DOURACAO DE LIVROS, REVISTAS E CONGENERES	14.05	2,00
8292-0/00-00	ENVASAMENTO E EMPACOTAMENTO SOB CONTRATO	14.05	2,00
2621-3/00-02	MONTAGEM, SOB ENCOMENDA, DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, COM PECAS FORNECIDAS PELO ENCOMENDANTE	14.06	2,00
3031-8/00-02	MONTAGEM DE LOCOMOTIVAS, VAGONES E OUTROS MATERIAIS RODANTES	14.06	2,00
3041-5/00-02	MONTAGEM DE AERONAVES	14.06	2,00
3321-0/00-00	INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	14.06	2,00
3329-5/99-00	INSTALACAO DE OUTROS EQUIPAMENTOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.06	2,00
4322-3/02-00	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO	14.06	2,00
4329-1/02-00	INSTALACAO DE EQUIPAMENTOS PARA ORIENTACAO A NAVEGACAO MARITIMA FLUVIAL E LACUSTRE	14.06	2,00
4329-1/03-02	MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES	14.06	2,00
6141-8/00-02	INSTALACAO E ASSISTENCIA TECNICA EM TELEVISAO POR ASSINATURA, INCLUSIVE A HABILITACAO E DESABILITACAO DE DECODIFICADORES	14.06	2,00
6190-6/99-01	SERVICO DE CONEXAO A REDES DE TELECOMUNICACOES	14.06	2,00
4292-8/01-00	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS	14.06	2,00
4292-8/01-01	MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS NAO DESTINADAS A CONSTRUCAO CIVIL	14.06	2,00
4329-1/01-00	INSTALACAO DE PAINELIS PUBLICITARIOS	14.06	2,00
4330-4/02-02	MONTAGEM DE STANDS PARA FEIRAS	14.06	2,00
4399-1/02-00	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIMES E OUTRAS ESTRUTURAS TEMPORARIAS	14.06	2,00
4520-0/07-00	SERVICOS DE INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES	14.06	2,00
3329-5/01-00	SERVICOS DE MONTAGEM DE MOVEIS DE QUALQUER MATERIAL	14.06	2,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	14.07	2,00
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.07	2,00
1822-9/01-00	SERVICOS DE ENCADERNACAO E PLASTIFICACAO, INCLUSIVE GRAVACAO E DOURACAO DE LIVROS, REVISTAS E CONGENERES	14.08	2,00
1340-5/01-00	ESTAMPARIA E TEXTURIZACAO EM FIOS, TECIDOS, ARTIGOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.09	2,00
1412-6/02-00	CONFECACAO, SOB MEDIDA, DE PECAS DO VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS	14.09	2,00
1413-4/02-00	CONFECACAO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS	14.09	2,00
9529-1/99-00	REPARACAO E MANUTENCAO DE OUTROS OBJETOS PESSOAIS E DOMESTICOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	14.09	2,00
9601-7/02-00	TINTURARIAS	14.10	2,00
1340-5/01-00	ESTAMPARIA E TEXTURIZACAO EM FIOS, TECIDOS, ARTIGOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.10	2,00
1340-5/02-00	ALVEJAMENTO, TINGIMENTO E TORCAO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.10	2,00
1340-5/99-00	OUTROS SERVICOS DE ACABAMENTO EM FIOS, TECIDOS, ARTEFATOS TEXTEIS E PECAS DO VESTUARIO	14.10	2,00
9601-7/01-00	LAVANDERIAS	14.10	2,00
9601-7/03-00	TOALHEIROS	14.10	2,00
9529-1/05-00	REPARACAO DE ARTIGOS DO MOBILIARIO	14.11	2,00
4520-0/01-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.12	2,00
4520-0/01-01	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.12	2,00
4520-0/02-00	SERVICOS DE LANTERNAGEM OU FUNILARIA E PINTURA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.12	2,00
4520-0/03-00	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO ELETRICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	14.12	2,00
4543-9/00-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE MOTOCICLETAS E MOTONETAS	14.12	2,00

1622-6/99-00	FABRICACAO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUCAO	14.13	2,00
3101-2/00-00	FABRICACAO DE MOVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA	14.13	2,00
2512-8/00-00	FABRICACAO DE ESQUADRIAS DE METAL	14.13	2,00
2542-0/00-00	FABRICACAO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA, EXCETO ESQUADRIAS	14.13	2,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.01	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.01	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.01	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.01	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.01	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.01	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.01	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.01	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6630-4/00-00	ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO DE FUNDOS POR CONTRATO OU COMISSAO	15.01	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6493-0/00-00	ADMINISTRACAO DE CONSORCIOS PARA AQUISICAO DE BENS E DIREITOS	15.01	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6613-4/00-00	ADMINISTRACAO DE CARTOES DE CREDITO	15.01	5,00
6619-3/05-00	OPERADORAS DE CARTOES DE DEBITO	15.01	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.01	5,00
8299-7/99-02	ADMINISTRACAO DE CARTAO DE DESCONTO	15.01	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.01	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.01	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.01	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.01	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.01	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.01	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.01	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.01	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.01	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.01	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.01	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.01	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.01	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.01	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.01	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.01	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.01	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00

6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.01	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.01	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.01	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.01	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.01	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.01	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.01	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.01	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.01	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.01	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.01	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.01	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.01	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.01	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.01	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.02	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00

6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00

6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00

6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.02	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.02	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.02	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.02	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.02	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00

6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.02	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.02	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.02	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.02	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.02	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.02	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.02	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.02	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.02	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.02	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00

6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.03	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.03	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.03	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.03	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.03	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.03	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.03	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.03	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.03	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.03	5,00

6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.03	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.03	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.03	5,00
6613-4/00-00	ADMINISTRACAO DE CARTOES DE CREDITO	15.03	5,00
6619-3/05-00	OPERADORAS DE CARTOES DE DEBITO	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.03	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.03	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.03	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.03	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.03	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.03	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.03	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.03	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.03	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.03	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.03	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.03	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.03	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.03	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.03	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.03	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.03	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.03	5,00
6613-4/00-00	ADMINISTRACAO DE CARTOES DE CREDITO	15.03	5,00
6619-3/05-00	OPERADORAS DE CARTOES DE DEBITO	15.03	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.03	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.03	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.04	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.04	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.04	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.04	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.04	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.04	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.04	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.04	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.04	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.04	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.04	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.04	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.04	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.04	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00

6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.04	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.04	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.04	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.04	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.04	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.04	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.04	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.04	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.04	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.04	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.04	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.04	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.04	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.04	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.04	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.04	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.04	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.04	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.04	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.04	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.04	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.04	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.04	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.04	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.04	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.04	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.04	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.04	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.04	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.04	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.04	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.04	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.04	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.04	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.04	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.04	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.04	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.04	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.04	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.04	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.05	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.05	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.05	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.05	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.05	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.05	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.05	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.05	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.05	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.05	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.05	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.05	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.05	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.05	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.05	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.05	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	15.05	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.05	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.05	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.05	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.05	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.05	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.05	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.05	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.05	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.05	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.05	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.05	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.05	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.05	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.05	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.05	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.05	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00

6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.05	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.05	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.05	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.05	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.05	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.05	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.05	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.05	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.05	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.05	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.05	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.05	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.05	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.05	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.05	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.05	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.05	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.05	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.05	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.05	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.05	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.05	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.05	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.05	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.05	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.05	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.05	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.05	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.05	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.05	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.05	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.05	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.05	5,00

6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.05	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.05	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.05	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.05	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.05	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.05	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.05	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.05	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.05	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.05	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.05	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.05	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.05	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.05	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.05	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.05	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.05	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.05	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.05	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00

6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.06	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.06	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00

6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00

6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00

6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.06	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.06	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.06	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.06	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.06	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.06	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.06	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.06	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.06	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.06	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.06	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.06	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.06	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.06	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.06	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.06	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.06	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.06	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.06	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.06	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.06	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00

6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00

6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00

6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00

6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.07	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.07	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.07	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.07	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.07	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.07	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.07	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.07	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.07	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.07	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.07	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.07	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.07	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.07	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.07	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.07	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.07	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.07	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.07	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.07	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00

6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00

6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00

6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.08	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00

6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00

6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.08	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.08	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.08	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.08	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.08	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.08	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.08	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.08	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.08	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.08	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.08	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.08	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.08	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.08	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.08	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.08	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.08	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.08	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.08	5,00

6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.08	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.08	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00

6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.09	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.09	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.09	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.09	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.09	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.09	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.09	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.09	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.09	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.09	5,00
6440-9/00-00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	15.09	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.09	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.09	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00

6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/05-00	SERVICOS DE LEVANTAMENTO DE FUNDOS SOB CONTRATO	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00

6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00

6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00

6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00

6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.10	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.10	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.10	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.10	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.10	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.10	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.10	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.10	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.10	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.10	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	15.10	5,00
8299-7/06-02	CASAS LOTERICAS - CORRESPONDENTES BANCARIOS	15.10	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00

6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.11	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.11	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.11	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.11	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.11	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.11	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.11	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.11	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.11	5,00
6619-3/02-00	CORRESPONDENTES DE INSTITUICOES FINANCEIRAS	15.11	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.11	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.12	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.12	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.12	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.12	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.12	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.12	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.12	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.12	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.12	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.12	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.12	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.12	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.12	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.12	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.12	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.12	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.12	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.12	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.12	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.13	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.13	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.13	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.13	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.13	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.13	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.13	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.13	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.13	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.13	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.13	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.13	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.13	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00

6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00

6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00

6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00

6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.14	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.14	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.14	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.14	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.14	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.14	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.14	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.14	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.14	5,00

6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.14	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.14	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.14	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.14	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.14	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.14	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.14	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.14	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.14	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.14	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.15	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.15	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.15	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.15	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.15	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.15	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.15	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6421-2/00-02	POSTO DE SERVICO DE BANCOS COMERCIAIS	15.15	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	15.15	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.15	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.15	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.15	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.15	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.15	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.15	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.15	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00

6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00

6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00

6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.16	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.16	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.16	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.16	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.16	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.16	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.16	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.16	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.16	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.16	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.16	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.16	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.16	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.16	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.16	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.16	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.16	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.16	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.16	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.16	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.16	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00

6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00

6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00

6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.17	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.17	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.17	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	15.17	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	15.17	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	15.17	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.17	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.17	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.17	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.17	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.17	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.17	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.17	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.17	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.17	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	15.17	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.17	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.17	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	15.17	5,00
6612-6/01-00	CORRETORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6612-6/02-00	DISTRIBUIDORAS DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS	15.17	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.17	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00

6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00

6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00

6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6421-2/00-00	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00

6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	15.18	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6423-9/00-00	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	15.18	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	15.18	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	15.18	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	15.18	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	15.18	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	15.18	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	15.18	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	15.18	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	15.18	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	15.18	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	15.18	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	15.18	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	15.18	5,00
6499-9/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
6619-3/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	15.18	5,00
4921-3/01-00	TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, COM ITINERARIO FIXO, MUNICIPAL	16.01	3,00
4923-0/01-00	SERVICO DE TAXI	16.01	3,00
4399-1/04-00	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS	16.01	3,00
4399-1/04-02	SERVICOS DE OPERACAO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS	16.01	3,00
4912-4/02-00	TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL E EM REGIAO METROPOLITANA	16.01	3,00
4923-0/02-00	SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA	16.01	3,00
4929-9/01-00	TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL	16.01	3,00
4950-7/00-00	TRENS TURISTICOS, TELEFERICOS E SIMILARES	16.01	3,00
5022-0/01-00	TRANSPORTE POR NAVEGACAO INTERIOR DE PASSAGEIROS EM LINHAS REGULARES, MUNICIPAL, EXCETO TRAVESSIA	16.01	3,00
5091-2/01-00	TRANSPORTE POR NAVEGACAO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL	16.01	3,00
5112-9/99-00	OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE AEREO DE PASSAGEIROS, NAO REGULAR	16.01	3,00
4912-4/02-00	TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL E EM REGIAO METROPOLITANA	16.01	3,00
4912-4/02-01	TRANSPORTE FERROVIARIO DE PASSAGEIROS MUNICIPAL	16.01	3,00
4912-4/03-00	TRANSPORTE METROVIARIO	16.01	3,00
4924-8/00-00	TRANSPORTE ESCOLAR	16.01	3,00
4924-8/00-01	TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL	16.01	3,00
4930-2/04-00	TRANSPORTE RODOVIARIO DE MUDANCAS	16.01	3,00
4930-2/04-01	TRANSPORTE RODOVIARIO DE MUDANCAS, MUNICIPAL	16.01	3,00
4399-1/04-00	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS	16.01	3,00
4399-1/04-02	SERVICOS DE OPERACAO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS	16.01	3,00
4930-2/01-00	TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, MUNICIPAL	16.01	3,00
4930-2/03-00	TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS	16.01	3,00
4930-2/03-01	TRANSPORTE RODOVIARIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, MUNICIPAL	16.01	3,00
4940-0/00-00	TRANSPORTE DUTOVIARIO	16.01	3,00
5021-1/01-00	TRANSPORTE POR NAVEGACAO INTERIOR DE CARGA, MUNICIPAL, EXCETO TRAVESSIA	16.01	3,00
5091-2/01-00	TRANSPORTE POR NAVEGACAO DE TRAVESSIA, MUNICIPAL	16.01	3,00
0161-0/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO RELACIONADOS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
0162-8/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A PECUARIA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
0311-6/04-00	ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA SALGADA	17.01	2,50
0312-4/04-00	ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA DOCE	17.01	2,50
0322-1/07-00	ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA DOCE	17.01	2,50
5030-1/01-00	NAVEGACAO DE APOIO MARITIMO	17.01	2,50
5229-0/01-00	SERVICOS DE APOIO AO TRANSPORTE POR TAXI, INCLUSIVE CENTRAIS DE CHAMADA	17.01	2,50
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.01	2,50
6399-2/00-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	17.01	2,50

6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.01	2,50
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.01	2,50
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.01	2,50
7210-0/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS FISICAS E NATURAIS	17.01	2,50
7220-7/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS	17.01	2,50
7319-0/04-00	CONSULTORIA EM PUBLICIDADE	17.01	2,50
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	17.01	2,50
8291-1/00-00	ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS	17.01	2,50
8299-7/01-00	MEDICAO DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA, GAS E AGUA	17.01	2,50
8299-7/02-00	EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES	17.01	2,50
8299-7/05-00	SERVICOS DE LEVANTAMENTO DE FUNDOS SOB CONTRATO	17.01	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
8660-7/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE	17.01	2,50
9101-5/00-00	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	17.01	2,50
9609-2/02-00	AGENCIAS MATRIMONIAIS	17.01	2,50
9609-2/99-03	SERVICOS DE ASTROLOGOS, VIDENTES E SIMILARES	17.01	2,50
9700-5/00-00	SERVICOS DOMESTICOS	17.01	2,50
0161-0/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO RELACIONADOS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
0162-8/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A PECUARIA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
0311-6/04-00	ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA SALGADA	17.01	2,50
0321-3/05-00	ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA SALGADA E SALOBRA	17.01	2,50
0322-1/07-00	ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA DOCE	17.01	2,50
5030-1/01-00	NAVEGACAO DE APOIO MARITIMO	17.01	2,50
5229-0/01-00	SERVICOS DE APOIO AO TRANSPORTE POR TAXI, INCLUSIVE CENTRAIS DE CHAMADA	17.01	2,50
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.01	2,50
6391-7/00-00	AGENCIAS DE NOTICIAS	17.01	2,50
6399-2/00-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	17.01	2,50
6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.01	2,50
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.01	2,50
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.01	2,50
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.01	2,50
7210-0/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS FISICAS E NATURAIS	17.01	2,50
7220-7/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS	17.01	2,50
7319-0/04-00	CONSULTORIA EM PUBLICIDADE	17.01	2,50
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	17.01	2,50
8291-1/00-00	ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS	17.01	2,50
8299-7/01-00	MEDICAO DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA, GAS E AGUA	17.01	2,50
8299-7/02-00	EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES	17.01	2,50
8299-7/05-00	SERVICOS DE LEVANTAMENTO DE FUNDOS SOB CONTRATO	17.01	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
8660-7/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE	17.01	2,50
9101-5/00-00	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	17.01	2,50
9609-2/02-00	AGENCIAS MATRIMONIAIS	17.01	2,50
9609-2/99-03	SERVICOS DE ASTROLOGOS, VIDENTES E SIMILARES	17.01	2,50
9700-5/00-00	SERVICOS DOMESTICOS	17.01	2,50
0162-8/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A PECUARIA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50

0311-6/04-00	ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA SALGADA	17.01	2,50
0312-4/04-00	ATIVIDADES DE APOIO A PESCA EM AGUA DOCE	17.01	2,50
0321-3/05-00	ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA SALGADA E SALOBRA	17.01	2,50
0322-1/07-00	ATIVIDADES DE APOIO A AQUICULTURA EM AGUA DOCE	17.01	2,50
5030-1/01-00	NAVEGACAO DE APOIO MARITIMO	17.01	2,50
5229-0/01-00	SERVICOS DE APOIO AO TRANSPORTE POR TAXI, INCLUSIVE CENTRAIS DE CHAMADA	17.01	2,50
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.01	2,50
6391-7/00-00	AGENCIAS DE NOTICIAS	17.01	2,50
6399-2/00-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PRESTACAO DE SERVICOS DE INFORMACAO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.01	2,50
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.01	2,50
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.01	2,50
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.01	2,50
7210-0/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS FISICAS E NATURAIS	17.01	2,50
7220-7/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS SOCIAIS E HUMANAS	17.01	2,50
7319-0/04-00	CONSULTORIA EM PUBLICIDADE	17.01	2,50
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.01	2,50
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	17.01	2,50
8291-1/00-00	ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS	17.01	2,50
8299-7/01-00	MEDICAO DE CONSUMO DE ENERGIA ELETRICA, GAS E AGUA	17.01	2,50
8299-7/02-00	EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES	17.01	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.01	2,50
8660-7/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE	17.01	2,50
9101-5/00-00	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	17.01	2,50
9609-2/02-00	AGENCIAS MATRIMONIAIS	17.01	2,50
7320-3/00-00	PESQUISAS DE MERCADO E DE OPINIAO PUBLICA	17.01	2,50
5811-5/00-00	EDICAO DE LIVROS	17.02	2,50
5812-3/00-00	EDICAO DE JORNAIS	17.02	2,50
5812-3/01-00	EDICAO DE JORNAIS DIARIOS	17.02	2,50
5812-3/02-00	EDICAO DE JORNAIS NAO DIARIOS	17.02	2,50
5813-1/00-00	EDICAO DE REVISTAS	17.02	2,50
5819-1/00-00	EDICAO DE CADASTROS, LISTAS E DE OUTROS PRODUTOS GRAFICOS	17.02	2,50
5822-1/02-00	EDICAO INTEGRADA A IMPRESSAO DE JORNAIS NAO DIARIOS	17.02	2,50
7490-1/01-00	SERVICOS DE TRADUCAO, INTERPRETACAO E SIMILARES	17.02	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.02	2,50
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	17.02	2,50
9002-7/01-05	ATIVIDADES DE ESCRITORES SEM RESERVA DE DIREITO AUTORAL	17.02	2,50
3511-5/02-00	ATIVIDADES DE COORDENACAO E CONTROLE DA OPERACAO DA GERACAO E DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	17.02	2,50
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.02	2,50
8211-3/00-00	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO	17.02	2,50
8299-7/07-00	SALAS DE ACESSO A INTERNET	17.02	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.02	2,50
8660-7/00-00	ATIVIDADES DE APOIO A GESTAO DE SAUDE	17.02	2,50
8219-9/99-00	PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	17.02	2,50
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.02	2,50
9101-5/00-00	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	17.02	2,50
8220-2/00-02	ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO PRESTADAS POR CENTRAL DE TELEMARKETING	17.02	2,50

8220-2/00-01	OUTRAS ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO, EXCETO CENTRAIS DE TELEMARKETING	17.02	2,50
3511-5/02-00	ATIVIDADES DE COORDENACAO E CONTROLE DA OPERACAO DA GERACAO E DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	17.03	5,00
5222-2/00-00	TERMINAIS RODOVIARIOS E FERROVIARIOS	17.03	5,00
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5250-8/04-00	ORGANIZACAO LOGISTICA DO TRANSPORTE DE CARGA	17.03	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.03	5,00
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
3511-5/02-00	ATIVIDADES DE COORDENACAO E CONTROLE DA OPERACAO DA GERACAO E DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	17.03	5,00
5222-2/00-00	TERMINAIS RODOVIARIOS E FERROVIARIOS	17.03	5,00
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5250-8/04-00	ORGANIZACAO LOGISTICA DO TRANSPORTE DE CARGA	17.03	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.03	5,00
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
3511-5/02-00	ATIVIDADES DE COORDENACAO E CONTROLE DA OPERACAO DA GERACAO E DA TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA	17.03	5,00
5222-2/00-00	TERMINAIS RODOVIARIOS E FERROVIARIOS	17.03	5,00
5229-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES TERRESTRES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5239-7/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AQUAVIARIO NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
5250-8/04-00	ORGANIZACAO LOGISTICA DO TRANSPORTE DE CARGA	17.03	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.03	5,00
7490-1/03-00	SERVICOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA AS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
7490-1/03-02	CONSULTORIA NAS ATIVIDADES AGRICOLAS E PECUARIAS	17.03	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.03	5,00
7810-8/00-00	SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA	17.04	2,50
7810-8/00-00	SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA	17.04	2,50
7810-8/00-00	SELECAO E AGENCIAMENTO DE MAO-DE-OBRA	17.04	2,50
7830-2/00-00	FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS	17.05	2,50
8111-7/00-00	SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS	17.05	2,50
7820-5/00-00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA	17.05	2,50
5911-1/02-00	PRODUCAO DE FILMES PARA PUBLICIDADE	17.06	5,00
7311-4/00-01	PROPAGANDA E PUBLICIDADE, PLANEJAMENTO E ELABORACAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS	17.06	5,00
7319-0/02-00	PROMOCAO DE VENDAS	17.06	5,00
7319-0/03-00	MARKETING DIRETO	17.06	5,00
7319-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.06	5,00
7319-0/99-00	OUTRAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.06	5,00
7740-3/00-00	GESTAO DE ATIVOS INTANGIVEIS NAO-FINANCEIROS	17.08	5,00
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.09	5,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	17.09	5,00
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
6911-7/02-00	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTICA	17.09	5,00
7119-7/04-00	SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO	17.09	5,00
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.09	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00

5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.09	5,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	17.09	5,00
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
6911-7/02-00	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTICA	17.09	5,00
7119-7/04-00	SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO	17.09	5,00
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.09	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	17.09	5,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	17.09	5,00
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
6911-7/02-00	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTICA	17.09	5,00
7119-7/04-00	SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO	17.09	5,00
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.09	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	17.09	5,00
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
6911-7/02-00	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTICA	17.09	5,00
7119-7/04-00	SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO	17.09	5,00
7120-1/00-00	TESTES E ANALISES TECNICAS	17.09	5,00
8299-7/99-99	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS PRESTADOS PRINCIPALMENTE AS EMPRESAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.09	5,00
7319-0/01-00	CRIACAO E MONTAGEM DE ESTANDES PARA FEIRAS E EXPOSICOES	17.10	5,00
8230-0/01-00	SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS	17.10	5,00
8230-0/01-01	GESTAO DE CENTROS DE FEIRAS E CONVENCOES	17.10	5,00
5620-1/02-00	SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE	17.11	5,00
8230-0/01-00	SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS	17.11	5,00
8230-0/01-02	SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FESTAS E RECEPCOES	17.11	5,00
8230-0/02-01	CASA DE FESTAS E EVENTOS	17.11	5,00
8230-0/02-02	CENTRO DE CONVENCOES	17.11	5,00
5620-1/02-00	SERVICOS DE ALIMENTACAO PARA EVENTOS E RECEPCOES - BUFE	17.11	5,00
5222-2/00-00	TERMINAIS RODOVIARIOS E FERROVIARIOS	17.12	2,50
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	17.12	2,50
6493-0/00-00	ADMINISTRACAO DE CONSORCIOS PARA AQUISICAO DE BENS E DIREITOS	17.12	2,50
6611-8/04-00	ADMINISTRACAO DE MERCADOS DE BALCAO ORGANIZADOS	17.12	2,50
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.12	2,50
8211-3/00-00	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO	17.12	2,50
8299-7/02-00	EMISSAO DE VALES-ALIMENTACAO, VALES-TRANSPORTE E SIMILARES	17.12	2,50
8299-7/99-02	ADMINISTRACAO DE CARTAO DE DESCONTO	17.12	2,50
9003-5/00-00	GESTAO DE ESPACOS PARA ARTES CENICAS, ESPETACULOS E OUTRAS ATIVIDADES ARTISTICAS	17.12	2,50
9102-3/01-00	ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORACAO DE LUGARES E PREDIOS HISTORICOS E ATRACOES SIMILARES	17.12	2,50
9311-5/00-01	GESTAO DE ESTADIO E GINASIO ESPORTIVO	17.12	2,50
9311-5/00-02	GESTAO DE AUTODROMO, HIPODROMO E SIMILARES	17.12	2,50
9311-5/00-03	GESTAO DE QUADRAS, PISCINAS E QUADRAS DE ESPORTES	17.12	2,50
9311-5/00-99	GESTAO DE INSTALACOES DE ESPORTES NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	17.12	2,50
9603-3/01-00	GESTAO E MANUTENCAO DE CEMITERIOS	17.12	2,50
6822-6/00-00	GESTAO E ADMINISTRACAO DA PROPRIEDADE IMOBILIARIA	17.12	2,50
6822-6/00-02	ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS PREDIAIS	17.12	2,50
8211-3/00-00	SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO	17.12	2,50
8299-7/99-06	GESTAO DE FROTAS DE VEICULOS	17.12	2,50
6822-6/00-00	GESTAO E ADMINISTRACAO DA PROPRIEDADE IMOBILIARIA	17.12	2,50
6822-6/00-01	GESTAO E ADMINISTRACAO DA PROPRIEDADE IMOBILIARIA, EXCETO ADMINISTRACAO DE CONDOMINIOS PREDIAIS	17.12	2,50
8299-7/04-00	LEILOEIROS INDEPENDENTES	17.13	5,00
8299-7/04-01	LEILOEIROS INDEPENDENTES DE ARTE	17.13	5,00
8299-7/04-02	LEILOEIROS INDEPENDENTES, EXCETO DE ARTE	17.13	5,00

6911-7/01-00	SERVICOS ADVOCATICIOS	17.14	3,00
6911-7/02-00	ATIVIDADES AUXILIARES DA JUSTICA	17.15	3,00
6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.16	5,00
6920-6/01-00	ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	17.16	5,00
6920-6/02-00	ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	17.16	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.17	5,00
6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.18	5,00
6621-5/02-00	AUDITORIA E CONSULTORIA ATUARIAL	17.19	3,00
6920-6/01-00	ATIVIDADES DE CONTABILIDADE	17.19	3,00
6920-6/02-00	ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA	17.19	3,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	17.20	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	17.20	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	17.20	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	17.20	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	17.20	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	17.20	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	17.20	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	17.20	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	17.20	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	17.20	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	17.20	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	17.20	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	17.20	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	17.20	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	17.20	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	17.20	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	17.20	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	17.20	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	17.20	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	17.20	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	17.20	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	17.20	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.20	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	17.20	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	17.20	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.20	5,00
7020-4/00-03	ORGAOS DE APOIO A EMPRESAS	17.20	5,00
7020-4/00-99	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.20	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.20	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.20	5,00
7020-4/00-03	ORGAOS DE APOIO A EMPRESAS	17.20	5,00
7020-4/00-99	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.20	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.20	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.20	5,00
7020-4/00-03	ORGAOS DE APOIO A EMPRESAS	17.20	5,00
7020-4/00-99	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.20	5,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.20	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.20	5,00
7020-4/00-03	ORGAOS DE APOIO A EMPRESAS	17.20	5,00
7020-4/00-99	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.20	5,00

7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	17.20	5,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.21	5,00
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	17.21	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	17.22	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	17.22	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	17.22	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	17.22	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	17.22	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	17.22	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	17.22	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	17.22	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	17.22	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	17.22	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	17.22	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	17.22	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	17.22	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	17.22	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	17.22	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	17.22	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	17.22	5,00
8291-1/00-00	ATIVIDADES DE COBRANCA E INFORMACOES CADASTRAIS	17.22	5,00
8220-2/00-01	OUTRAS ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO, EXCETO CENTRAIS DE TELEMARKETING	17.22	5,00
8220-2/00-02	ATIVIDADES DE TELEATENDIMENTO PRESTADAS POR CENTRAL DE TELEMARKETING	17.22	5,00
6421-2/00-01	BANCOS COMERCIAIS	17.23	5,00
6422-1/00-00	BANCOS MULTIPLOS, COM CARTEIRA COMERCIAL	17.23	5,00
6423-9/00-01	CAIXAS ECONOMICAS	17.23	5,00
6423-9/00-02	POSTO DE SERVICO DE CAIXAS ECONOMICAS	17.23	5,00
6424-7/01-00	BANCOS COOPERATIVOS	17.23	5,00
6424-7/02-00	COOPERATIVAS CENTRAIS DE CREDITO	17.23	5,00
6424-7/03-00	COOPERATIVAS DE CREDITO MUTUO	17.23	5,00
6424-7/04-00	COOPERATIVAS DE CREDITO RURAL	17.23	5,00
6431-0/00-00	BANCOS MULTIPLOS, SEM CARTEIRA COMERCIAL	17.23	5,00
6432-8/00-00	BANCOS DE INVESTIMENTO	17.23	5,00
6433-6/00-00	BANCOS DE DESENVOLVIMENTO	17.23	5,00
6434-4/00-00	AGENCIAS DE FOMENTO	17.23	5,00
6435-2/01-00	SOCIEDADES DE CREDITO IMOBILIARIO	17.23	5,00
6435-2/02-00	ASSOCIACOES DE POUPANCA E EMPRESTIMO	17.23	5,00
6435-2/03-00	COMPANHIAS HIPOTECARIAS	17.23	5,00
6436-1/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO - FINANCEIRAS	17.23	5,00
6437-9/00-00	SOCIEDADES DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR	17.23	5,00
6438-7/01-00	BANCOS DE CAMBIO	17.23	5,00
6450-6/00-00	SOCIEDADES DE CAPITALIZACAO	17.23	5,00
6491-3/00-00	SOCIEDADES DE FOMENTO MERCANTIL - FACTORING	17.23	5,00
6499-9/01-00	CLUBES DE INVESTIMENTO	17.23	5,00
6499-9/02-00	SOCIEDADES DE INVESTIMENTO	17.23	5,00
6499-9/04-00	CAIXAS DE FINANCIAMENTO DE CORPORACOES	17.23	5,00
6499-9/99-01	OUTRAS ATIVIDADES DE SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.23	5,00
6611-8/01-00	BOLSA DE VALORES	17.23	5,00
6619-3/99-02	OUTRAS ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVICOS FINANCEIROS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO O AGENCIAMENTO, CORRETAGEM	17.23	5,00
7020-4/00-01	ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTACAO E ASSISTENCIA EM GESTAO, NEGOCIOS, ORGANIZACAO, FINANÇAS, ECONOMIA E SUSTENTABILIDAD	17.23	5,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	17.23	5,00
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	17.23	5,00
8550-3/02-00	SERVICOS AUXILIARES A EDUCACAO	17.24	3,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	18.01	2,50
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	18.01	2,50
6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	18.01	2,50

8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	19.01	5,00
9200-3/01-00	CASAS DE BINGO	19.01	5,00
8299-7/06-00	CASAS LOTERICAS	19.01	5,00
5030-1/01-00	NAVEGACAO DE APOIO MARITIMO	20.01	5,00
5030-1/02-00	NAVEGACAO DE APOIO PORTUARIO	20.01	5,00
5030-1/03-00	SERVICO DE REBOCADORES E EMPURRADORES	20.01	5,00
5231-1/01-00	ADMINISTRACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA	20.01	5,00
5231-1/02-00	ATIVIDADES DO OPERADOR PORTUARIO	20.01	5,00
5231-1/03-00	GESTAO DE TERMINAIS AQUAVIARIOS	20.01	5,00
5239-7/01-00	SERVICOS DE PRATICAGEM	20.01	5,00
5240-1/01-00	OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM	20.02	5,00
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISSAGEM	20.02	5,00
5250-8/04-00	ORGANIZACAO LOGISTICA DO TRANSPORTE DE CARGA	20.03	5,00
5250-8/05-00	OPERADOR DE TRANSPORTE MULTIMODAL - OTM	20.03	5,00
6912-5/00-00	CARTORIOS	21.01	3,00
5221-4/00-00	CONCESSIONARIAS DE RODOVIAS, PONTES, TUNEIS E SERVICOS RELACIONADOS	22.01	5,00
8299-7/99-05	SERVICO DE COMUNICACAO E PROGRAMACAO VISUAL	23.01	5,00
7410-2/01-00	DESIGN	23.01	5,00
9529-1/02-00	CHAVEIROS	24.01	2,00
8299-7/03-00	SERVICOS DE GRAVACAO DE CARIMBOS, EXCETO CONFECACAO	24.01	2,00
8299-7/99-03	SERVICOS DE SINALIZACAO VISUAL, CONFECACAO DE PLACAS, BANNERS, ADESIVOS, FAIXAS E CONGEE- NERES	24.01	2,00
9603-3/03-00	SERVICOS DE SEPULTAMENTO	25.01	3,00
9603-3/04-00	SERVICOS DE FUNERARIAS	25.01	3,00
9603-3/99-01	GESTAO DE CAPELA VELORIO	25.01	3,00
9603-3/99-02	ATIVIDADES DE NECROTERIO	25.01	3,00
9603-3/99-99	ATIVIDADES FUNERARIAS E SERVICOS RELACIONADOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	25.01	3,00
9603-3/02-00	SERVICOS DE CREMACAO	25.02	3,00
6511-1/02-00	PLANOS DE AUXILIO-FUNERAL	25.03	3,00
9603-3/01-00	GESTAO E MANUTENCAO DE CEMITERIOS	25.04	3,00
0220-9/03-00	COLETA DE CASTANHA-DO-PARA EM FLORESTAS NATIVAS	26.01	5,00
0220-9/04-00	COLETA DE LATEX EM FLORESTAS NATIVAS	26.01	5,00
0220-9/05-00	COLETA DE PALMITO EM FLORESTAS NATIVAS	26.01	5,00
0220-9/99-00	COLETA DE PRODUTOS NAO-MADEIREIROS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE EM FLORESTAS NATIVAS	26.01	5,00
0311-6/03-00	COLETA DE OUTROS PRODUTOS MARINHOS	26.01	5,00
0312-4/03-00	COLETA DE OUTROS PRODUTOS AQUATICOS DE AGUA DOCE	26.01	5,00
1011-2/05-00	MATADOURO - ABATE DE RESES SOB CONTRATO - EXCETO ABATE DE SUINOS	26.01	5,00
1012-1/04-00	MATADOURO - ABATE DE SUINOS SOB CONTRATO	26.01	5,00
5310-5/01-02	ALUGUEL DE CAIXAS POSTAIS	26.01	5,00
5320-2/01-00	SERVICOS DE MALOTES NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
5320-2/02-00	SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA	26.01	5,00
8012-9/00-00	ATIVIDADES DE TRANSPORTE DE VALORES	26.01	5,00
5320-2/01-00	SERVICOS DE MALOTES NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
5320-2/02-00	SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA	26.01	5,00
8012-9/00-00	ATIVIDADES DE TRANSPORTE DE VALORES	26.01	5,00
5229-0/02-00	SERVICOS DE REBOQUE DE VEICULOS	26.01	5,00
5320-2/01-00	SERVICOS DE MALOTES NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
5320-2/02-00	SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA	26.01	5,00
8012-9/00-00	ATIVIDADES DE TRANSPORTE DE VALORES	26.01	5,00
5320-2/01-00	SERVICOS DE MALOTES NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
5320-2/02-00	SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA	26.01	5,00
5320-2/01-00	SERVICOS DE MALOTES NAO REALIZADOS PELO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
5229-0/02-00	SERVICOS DE REBOQUE DE VEICULOS	26.01	5,00
5320-2/02-00	SERVICOS DE ENTREGA RAPIDA	26.01	5,00
5310-5/02-00	ATIVIDADES DE FRANQUEADAS DO CORREIO NACIONAL	26.01	5,00
8720-4/01-00	ATIVIDADES DE CENTROS DE ASSISTENCIA PSICOSSOCIAL	27.01	2,00
8730-1/99-00	ATIVIDADES DE ASSISTENCIA SOCIAL PRESTADAS EM RESIDENCIAS COLETIVAS E PARTICULARES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	27.01	2,00
8800-6/00-00	SERVICOS DE ASSISTENCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	27.01	2,00
6621-5/01-00	PERITOS E AVALIADORES DE SEGUROS	28.01	5,00

6629-1/00-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS SEGUROS, DA PREVIDENCIA COMPLEMENTAR E DOS PLANOS DE SAUDE NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	28.01	5,00
6821-8/01-00	CORRETAGEM NA COMPRA E VENDA E AVALIACAO DE IMOVEIS	28.01	5,00
6821-8/01-02	AVALIACAO DE IMOVEIS	28.01	5,00
9101-5/00-00	ATIVIDADES DE BIBLIOTECAS E ARQUIVOS	29.01	2,00
7210-0/00-00	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL EM CIENCIAS FISICAS E NATURAIS	30.01	2,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	31.01	3,00
4322-3/01-00	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	31.01	3,00
4322-3/01-02	INSTALACAO E MANUTENCAO HIDRAULICA, SANITARIA E DE GAS	31.01	3,00
4322-3/03-00	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	31.01	3,00
4322-3/03-02	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	31.01	3,00
4329-1/04-00	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	31.01	3,00
4329-1/04-02	INSTALACAO, MONTAGEM E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	31.01	3,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	31.01	3,00
3312-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE	31.01	3,00
3312-1/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS ELETROMEDICOS E ELETROTERAPEUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIACAO	31.01	3,00
6141-8/00-02	INSTALACAO E ASSISTENCIA TECNICA EM TELEVISAO POR ASSINATURA, INCLUSIVE A HABILITACAO E DESABILITACAO DE DECODIFICADORES	31.01	3,00
3312-1/02-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS E INSTRUMENTOS DE MEDIDA, TESTE E CONTROLE	31.01	3,00
3312-1/03-00	MANUTENCAO E REPARACAO DE APARELHOS ELETROMEDICOS E ELETROTERAPEUTICOS E EQUIPAMENTOS DE IRRADIACAO	31.01	3,00
6141-8/00-02	INSTALACAO E ASSISTENCIA TECNICA EM TELEVISAO POR ASSINATURA, INCLUSIVE A HABILITACAO E DESABILITACAO DE DECODIFICADORES	31.01	3,00
3314-7/10-02	MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA USO GERAL NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, EXCETO RECARGA DE EXTI	31.01	3,00
4520-0/01-01	SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES	31.01	3,00
6190-6/99-02	OUTRAS ATIVIDADES DE TELECOMUNICACOES NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO OS SERVICOS DE CONEXAO A REDES DE TELECOMU	31.01	3,00
4322-3/01-00	INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS	31.01	3,00
4322-3/01-02	INSTALACAO E MANUTENCAO HIDRAULICA, SANITARIA E DE GAS	31.01	3,00
4322-3/03-00	INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	31.01	3,00
4322-3/03-02	INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO	31.01	3,00
4329-1/04-00	MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	31.01	3,00
4329-1/04-02	INSTALACAO, MONTAGEM E MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS	31.01	3,00
7119-7/99-01	ATIVIDADES TECNICAS RELACIONADAS A ENGENHARIA E ARQUITETURA NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO AEROFOTOGRAMETRIA	31.01	3,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	31.01	3,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	31.01	3,00
9001-9/06-00	ATIVIDADES DE SONORIZACAO E DE ILUMINACAO	31.01	3,00
4221-9/03-00	MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA	31.01	3,00
4321-5/00-00	INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA	31.01	3,00
4221-9/05-00	MANUTENCAO DE ESTACOES E REDES DE TELECOMUNICACOES	31.01	3,00
6201-5/02-00	WEB-DESIGN	32.01	3,00
7119-7/03-00	SERVICOS DE DESENHO TECNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA	32.01	3,00
7410-2/01-00	DESIGN	32.01	3,00
7410-2/03-00	DESIGN DE PRODUTO	32.01	3,00
5250-8/01-00	COMISSARIA DE DESPACHOS	33.01	5,00
5250-8/02-00	ATIVIDADES DE DESPACHANTES ADUANEIROS	33.01	5,00
8299-7/99-01	SERVICOS DE AVALIACAO E DESPACHOS EM GERAL	33.01	5,00
8030-7/00-00	ATIVIDADES DE INVESTIGACAO PARTICULAR	34.01	5,00
7020-4/00-02	ASSESSORIA OU CONSULTORIA DE RELACOES PUBLICAS, COMUNICACAO SOCIAL E DE IMPRENSA	35.01	3,00
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	35.01	3,00
9002-7/01-03	ATIVIDADES DE JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	35.01	3,00
0161-0/99-00	ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO RELACIONADOS ANTERIORMENTE	36.01	3,00
5240-1/99-00	ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES AEREOS, EXCETO OPERACAO DOS AEROPORTOS E CAMPOS DE ATERRISAGEM	36.01	3,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	36.01	3,00

7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	36.01	3,00
7490-1/99-00	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	37.01	3,00
7490-1/99-99	OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS CIENTIFICAS E TECNICAS NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, EXCETO SERVICOS DE AVALIACAO DO	37.01	3,00
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	37.01	3,00
9002-7/01-01	ATIVIDADES ARTISTICAS DE ESCULTURA, DESENHO E PINTURA	37.01	3,00
9102-3/01-00	ATIVIDADES DE MUSEUS E DE EXPLORACAO DE LUGARES E PREDIOS HISTORICOS E ATRACOES SIMILARES	38.01	3,00
2399-1/01-00	DECORACAO, LAPIDACAO, GRAVACAO, VITRIFICACAO E OUTROS TRABALHOS EM CERAMICA, LOUCA, VIDRO E CRISTAL	39.01	3,00
3211-6/01-00	LAPIDACAO DE GEMAS	39.01	3,00
2399-1/01-00	DECORACAO, LAPIDACAO, GRAVACAO, VITRIFICACAO E OUTROS TRABALHOS EM CERAMICA, LOUCA, VIDRO E CRISTAL	40.01	3,00
9002-7/01-00	ATIVIDADES DE ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES	40.01	3,00
9002-7/02-00	RESTAURACAO DE OBRAS DE ARTE	40.01	3,00

DECRETO Nº 140/2016

DECRETO Nº 140/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto nº 128/2016 e dá outras providências.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município e artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF c/c artigo 15 da Lei Municipal nº 3589/15 - LDO,

Considerando, que no demonstrativo da avaliação do cumprimento das metas de arrecadação, deixou-se de registrar a arrecadação de R\$ 88.660,00 da fonte de recursos 0.1.22.000000 – PNAE – Pré-Escolar ocorrida até o 3º bimestre de 2016, indicando por isso, de forma indevida, a necessidade de limitação de empenho no valor de R\$ 52.000,00;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 1º do Decreto Municipal nº 128/2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica bloqueado em R\$ 10.641.900,00 (dez milhões, seiscentos e quarenta e um mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 3º Bimestre de 2016 em anexo a este decreto:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.03.000000 – Receita de Honorários Advocatícios- R\$ 40.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0202.04.122.0002.2009	Manutenção da Procuradoria Geral do Munic.	40.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	40.500,00

FONTE 0.1.04.000000 – Cosip- R\$ 777.800,00

FONTE 0.1.10.000000 – Transf. Diretas do FNDE – PNAE Educ. Infantil – R\$ 5.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2025	Oferta de Merenda Escolar – Ens. Infantil	5.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.300,00

FONTE 0.1.12.000000 - Transferências de Recursos do FUNDEB – R\$ 929.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	929.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	929.900,00

FONTE 0.1.16.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.1.17.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.1.18.000000 –Multas Previstas na Leg. de Transito – R\$ 11.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	11.900,00

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.900,00
-----------	---------------------------	-----------

FONTE 0.1.26.000000 – Manutenção do FIA – R\$ 3.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2054	Funcionamento e Manutenção do FIA	3.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	3.100,00

FONTE 0.1.34.000000 – Manutenção do FMDR – R\$ 24.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.20.606.0007.2070	Manutenção do FMDR	24.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.200,00

FONTE 0.1.37.000069 – Piso Básico Fixo - PAIF R\$ 20.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	20.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.700,00

FONTE 0.1.37.000070 - Índice de Gestão Descentralizada - SUAS R\$ 1.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	1.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.700,00

FONTE 0.1.37.000072 - Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00

FONTE 0.1.37.000132 – Piso Básico Variável II - FMAS R\$ 48.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serviços de Conv. e Fortalecimento de Vínculo	48.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	48.000,00

FONTE 0.1.37.000141 – Piso Fixo de Média Complexidade - FMAS R\$ 52.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	52.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	52.900,00

FONTE 0.1.37.000198 – Acessuas – R\$ 28.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	28.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	28.200,00

FONTE 0.1.37.000209 – Serv. Conv. Fortal. Vínculos – R\$ 26.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serv. De Conviv. E Fortalecimento de Vinc.	26.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	26.100,00

FONTE 0.1.37.000211 – Piso Fixo de Média Complexidade - PAEFI – R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

FONTE 0.1.37.000212 – Piso Fixo de Média Complexidade - MSE – R\$ 10.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	10.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00

FONTE 0.1.37.000213 – Piso Fixo de Média Complexidade - Abordagem – R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Média Complexidade	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

FONTE 0.1.38.000156 – Co-Financiamento – R\$ 34.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	34.000,00

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	34.000,00
-----------	---------------------------	-----------

FORTE 0.1.38.000173 – Co-Financiamento – R\$ 22.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	22.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.000,00

FORTE 0.1.38.000174 – Co-Financiamento – R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FORTE 0.1.38.000175 – Co-Financ. Proteção de Media Complexidade - R\$ 23.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	23.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	23.900,00

FORTE 0.1.38.000200 – Benefícios Eventuais - R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

FORTE 0.1.38.000210 – Co-Financ. Proteção Social Básica - R\$ 11.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	11.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	11.800,00

FORTE 0.1.70.000131 – Convênio CEF - R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FORTE 0.1.71.000162 –Convênio Funturismo - Festividades Carnav. - R\$ 42.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.813.0005.2051	Apoio ao Lazer Comunitário	42.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	42.000,00

FORTE 0.1.71.000163 – Conv. Secret. Turismo, Cult. Esp e Lazer. – R\$ 44.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	44.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	44.000,00

FORTE 0.1.70.000000 – Recursos Ordinarios. – R\$ 98.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1901.28.843.0000.0003	Amortização de Dividas	98.400,00
4.6.90.00	Amortização de Dividas	98.400,00

FORTE 0.1.81.000001 – R.D.B. - FUNDEB – R\$ 19.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2019	Rem. Dos Profissionais do Magistério	19.800,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	19.800,00

FORTE 0.1.81.000002 – MDE - Salário Educação - R\$ 100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	100,00

FORTE 0.1.81.000067 – R.D.B. – Recursos do FMAS – R\$ 5.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	5.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	5.600,00

2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORTE 0.2.20.000000 - Manutenção do FMS - R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	24.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00

FONTE 0.2.27.000000 – ASPS - Tx. De Vig. Sanitária – R\$ 12.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	12.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.700,00

FONTE 0.2.28.000015 - Teto Municipal Rede de Urgência - UPA - R\$ 192.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	192.000,00
4.4.90.00	Investimentos	192.000,00

FONTE 0.2.28.000045 – Piso Fixo de Vig. Sanitaria – R\$ 2.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	2.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.800,00

FONTE 0.2.28.000046 – ASPS - ACS – R\$ 111.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	111.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	111.900,00

FONTE 0.2.28.000049 – ASPS - CEO – R\$ 12.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	12.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.600,00

FONTE 0.2.28.000056 – ASPS – EMAD – R\$ 200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	200.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	200.000,00

FONTE 0.2.28.000057 – ASPS – EMAP – R\$ 24.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica - PABF	24.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00

FONTE 0.2.28.000108 – Incent. Qualif. Das Ações de Dengue - R\$ 36.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	36.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	36.000,00

FONTE 0.2.28.000111 – MAC Hospital Regional de Biguaçu - R\$ 309.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	309.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	309.600,00

FONTE 0.2.28.000179 – ASPS – PMAQ – R\$ 208.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	208.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	208.900,00

FONTE 0.2.28.000187 – ASPS – Rede Psico Social – R\$ 29.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico-Social	29.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.200,00

FONTE 0.2.29.000112 – ASPS - MAC Hospital Regional de Biguaçu - R\$ 7.800.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca	7.800.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	7.800.000,00

FONTE 0.2.29.000125 – MAC Produção Ambulatorial Hospitalar - R\$ 60.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de MAC	60.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	60.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Gov. Celso Ramos – R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

FONTE 0.2.30.000000 – Pref. Mun. Antônio Carlos- R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

3. UNIDADE GESTORA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

FONTE 0.2.36.000000 – Manutenção da FAMABI- R\$ 10.100,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.008.2080	Manutenção da FAMABI, Preserv. Proteção	10.100,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	10.100,00

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 18 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 3673/2016

LEI Nº 3673/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO DILMA IZALTINA TOMAZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de "Servidão Dilma Izaltina Tomaz" a via pública localiza a direita, partindo da Rua Rosa Elias Meira (final da Rua), sentido nordeste, latitude 27° 31" 56.92"S, longitude 48° 38" 27, 32"W e finaliza na entrada de uma residência, distando 48,50m, latitude 27° 30" 41 33"S, longitude 48° 39" 17.85"W, Bairro Bom Viver – Biguaçu – SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3673 /2016, de 19/08/2016

Sancionada em 19/08/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

LEI Nº 3672/2016

LEI Nº 3672/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DENOMINA "CASA MORTUÁRIA JOSÉ JOÃO FELTZ" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada como "José João Feltz", a Casa Mortuária localizada ao lado da Igreja de Sorocaba de Dentro, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 19 de agosto de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3672 /2016, de 19/08/2016

Sancionada em 19/08/2016

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.026/2016

DECRETO Nº 11.026, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.
RECONHECE DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, XXII, combinado com o artigo 75, I, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no artigo 37, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecida a despesa constante do Anexo I deste Decreto no valor de R\$ 4.770,00 (quatro mil, setecentos e setenta reais), realizadas e não processadas em exercício financeiro anterior, no âmbito da Administração indireta do Município de Blumenau.

Art. 2º A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto correrá por conta da dotação específica do orçamento vigente, abaixo discriminada:

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 4.770,00

Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.026/2016 - ANEXO

ANEXO I

CREDOR:	Associação Renal Vida
DOCUMENTO	Processamento SIA
DATA:	10/08/2014
ORIGEM DA DESPESA:	Referente a Prestação de Serviços Ambulatoriais (SIA). Nefrologia / Teto TRS. Recurso Estadual competência 08/2014.
DOTAÇÃO:	97
VALOR:	4,770,00
TOTAL GERAL A RECONHECER	R\$ 4.770,00(Quatro Mil Setecentos e Setenta Reais).

Reconheço as despesas desta relação.

Blumenau, 15 de agosto de 2016.

Maria Regina de Souza Soar

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 19.981/2016

PORTARIA Nº 19.981, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA MICHELE BENDER PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13 e alterações posteriores, resolve:

DESIGNAR

a servidora pública municipal MICHELE BENDER, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Assessor de Regulação em Saúde, FGC-50%, no dia 01 de agosto de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.988/2016

PORTARIA Nº 19.988, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR,

com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e Memorando nº 165/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 002/2014, a contar de 16 de agosto de 2016:

BARBARA GABRIELA HANNIBAL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

ROSIMELI ZECH MATIAS, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

LUCIANA LISBOA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A;

VIVIANE REGINA LEMKE ROTHERMEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Professor de Alemão, do Quadro Permanente do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de

Vencimento A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 17 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.989/2016

PORTARIA Nº 19.989, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDUARDO PETERSEN METTE AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal EDUARDO PETERSEN METTE, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a contar de 01 de agosto de 2016, conforme Processos Administrativo SEDEAD nº 2016/08/007062.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 18 de agosto de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE NºS 09-74/16; 09-78/16; 09-84/16; 09-73/16; 09-76/16; 09-82/16

Processo de Inexigibilidade: 09-74/16

Objeto: TAXA DE INSCRIÇÃO P/CURSO - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA.

VALOR: R\$ 4.000,00

Processo de Inexigibilidade: 09-78/16

Objeto: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTISTÍCAS - VOVÔ E VOVÓ CHOPÃO - PROEB

Artigo: 25 II inciso da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EGEM

VALOR: R\$ 300,00

Processo de Inexigibilidade: 09-84/16

Objeto: PAGAMENTO DE ANUIDADE PARA A MODALIDADE DE KARATÊ (MASCULINO/FEMININO).

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE KARATÊ.

VALOR TOTAL: R\$ 3.480,00

Processo de Inexigibilidade: 09-73/16

Objeto: SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO SISTEMA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL.

Artigo: 25 INCISO I da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO.

VALOR TOTAL: R\$ 36.000,00

Processo de Inexigibilidade: 09-76/16

Objeto: SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - SEDEC

Artigo: 25 II da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA.

VALOR TOTAL: R\$ 23.836,80

Processo de Inexigibilidade: 09-82/16

Objeto: SERVIÇOS DE ARBITRAGEM - FMD

Artigo: 25 CAPUT da Lei N 8.666/93 e alterações.

CONTRATADA: FEDERAÇÃO CATARINENSE BOCHAS E BOLÃO.

VALOR TOTAL: R\$ 2.000,00

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 11/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 11/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial

TIPO: Menor preço ofertado por lote.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de produtos de higiene e limpeza, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

DATA DE ABERTURA: 01/09/2016

HORÁRIO: 10 horas

LOCAL: Câmara Municipal de Blumenau

ENDEREÇO: Rua XV de Novembro, 55, Blumenau - SC.

O Edital completo poderá ser obtido no endereço eletrônico <http://www.camarablu.sc.gov.br>

Blumenau, 22 de agosto de 2016.

Mário Hildebrandt

Presidente da Câmara Municipal de Blumenau

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 20/2016 BRINQUEDOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório: Nº 39/2016

Modalidade: Pregão presencial 20/2016.

Forma de julgamento: menor preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PARA PLAYGROUND PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, COM RECURSOS DO PROGRAMA BRASIL CARI-NHOSO. O Prefeito municipal torna público que dia 01/09/2016 às 14horas, realizará abertura das propostas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site: www.bomjardimdaserri.sc.gov.br ou na sede do município. Base legal Lei 10.520/02 e 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 18 de agosto de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4930/2016

DECRETO Nº 4930/16 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam designadas como membros do Conselho da Pessoa com Deficiência:

I – 8 (oito) representantes de entidades da sociedade civil organizada, ligadas à defesa e/ou ao atendimento da pessoa com deficiência, legalmente constituídas e em funcionamento há, pelo menos, um ano, eleitas dentre os seguintes segmentos:

a) Dois representantes de entidades que atuam na área de Associações Esportivas e Culturais;

Titular: Teolina Lubenow

Suplente: Lari Griebler

b) Dois representantes de entidades Religiosas;

Titular: Marli Fagundes

Suplente: Lauri Krugel

c) Dois representantes de entidades de Clubes de Mães;

Titular: Celinete Dickel

Suplente: Darcila Suckow

d) Dois representantes de entidades que atuam na área da APPs (Associação de Pais e Professores);

Titular: Silvane Monteiro Guedz

Suplente: Charlaïne Kreuz

II – 8 (oito) representantes de entidades governamentais distribuídas nos seguintes segmentos:

a) Dois representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Elisandra Ceschini Senhor

Suplente: Eni Ranzolin Wesner

b) Dois representantes de Administração e Fazenda:

Titular: Walter Naujorks

Suplente: Valdir Becker

c) Dois representantes da Saúde e Assistência Social:

Titular: Claísa Roessler Bohrer

Suplente: Roseli Simone Jandt

d) Dois representantes da Secretaria da Agricultura:

Titular: Claudinei Jung

Suplente: Julio Antonio Sandmann

Art. 2º. – Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, e a sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, aos 19 de agosto de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2016.

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARAGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 DE 04/05/2000-REFERENTE A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTARIA ANUAL –LOA, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA –LDO

AIRTON ANTÔNIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº101/2000 de 04/05/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº141/2001 de 18/05/2001, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 26 de agosto de 2016, as 14:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal, será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, para discutir a elaboração da LOA- LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, e LDO-LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIO para o exercício de 2017.

Maiores informações sobre a Audiência Pública, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentário objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC) aos 19 de agosto de 2016.

Airton Antônio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL PP 23/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 23/2016 para Aquisição de Gêneros Alimentícios e material de copa e cozinha para atender as Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Transportes e Educação e para as Escolas, Pré-escolares e Creches Municipais, para o exercício de 2016. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 01/09/16 as 14h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 22 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL TP 01/2016 FMAS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE BOM RETIRO/SC

MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 FMAS

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público Edital Tomada de Preços 01/2016 para Contratação de empresa incluindo materiais e mão de obra para conclusão da Capela Mortuária Municipal. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 06/09/16 às 14h30min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro/SC, 22 de agosto de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2016 PMBT

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Número do Registro de Preços: 7/2016			Data do Registro: 22/02/2016		Válido até: 22/02/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material esportivo para prática de esportes na CME- Comissão Municipal de Esportes - do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 410/440GRS, DIÂMETRO DE 61/64CM, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU ULTRA 100%, CÂMARA AIRBILITY, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FABRICA. Modelo Atual. (9792)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	103,0000	1
			JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME (8903)	PENALTY	0	103,9000	2
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (9475)	Penalty Max	0	139,0000	3
2	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 350/380grs, DIÂMETRO DE 55/55cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FABRICA. (9793)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	72,5000	1
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (9475)	Penalty Max	0	92,0000	2
			PATRICIA M. MÜLLER - ME (9476)	PENALTY	0	115,0000	3
3	BOLA DE FUTEBOL DE SALÃO OFICIAL, PESO 300/350grs, DIÂMETRO DE 50/55cm, TERMOTEC COMPOSIÇÃO PU, CÂMARA AIRBILITY, MILO SLIP SYSTEM REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DE ACORDO COM AS NORMAS DA CBFS, 8 GOMOS, 1ª LINHA COM GARANTIA DE FABRICA. (9794)	UND	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	67,0000	1
			VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (9475)	Penalty Max	0	67,4000	2
			PATRICIA M. MÜLLER - ME (9476)	PENALTY	0	100,0000	3
4	MEIAS DE FUTSAL ADULTA, 38,4% POLIPROPILENO, 32,5% POLIAMIDA, 17,2% ALGODÃO, 11,6% ELASTODIENO E 0,5% ELASTANO. (9802)	PAR	COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	4,5000	1
			PATRICIA M. MÜLLER - ME (9476)	ATLÉTICA	0	4,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 22/02/2016		Válido até: 22/02/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de material esportivo para prática de esportes na CME- Comissão Municipal de Esportes - do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	BOLA DE SÚJO COSTURADA A MÃO. CÂMARA EM LÁTEX. APROVADA PELA FIFA. COMPOSIÇÃO: 100% POLIURETANO TERMOPLÁSTICO. CIRCUNFERÊNCIA: 67 CM. GARANTIA DO FABRICANTE: CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. (9808)	UND	VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (9475)	kancha	0	13,5000	3
			COMERCIAL ROPAGI LTDA (9063)	PENALTY	0	60,0000	1
			PATRICIA M. MÜLLER - ME (9476)	PENALTY	0	62,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 22/02/2016		Válido até: 22/02/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material esportivo para prática de esportes na CME- Comissão Municipal de Esportes - do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
					0	63,9000	3
VIDELIVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS (9475)						Penalty	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2016

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 7/2016		Data do Registro: 22/02/2016		Válido até: 22/02/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de material esportivo para prática de esportes na CME- Comissão Municipal de Esportes - do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2016

PROCESSO Nº 9/2016

(8903) - JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME

(9063) - COMERCIAL ROPAGI LTDA

(9475) - VIDELVROS COMERCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGOGICOS

(9476) - PATRICIA M. MULLER - ME

Braço do Trombudo, 22 de Fevereiro de 2016.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1106/2016

PORTARIA Nº 1106/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, o(a) servidor(a) Sr(a). GISLAINE DE MIRANDA, matrícula nº 4255801-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência do atestado do dia 10/05/2016 de 60 (sessenta) dias, sendo seu afastamento no dia 25/05/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de junho de 2016.
Cristiano Bittencourt
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1734/2016

PORTARIA Nº 1734/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. HELENA RUBIA INOCENTE, matrícula nº 3360-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 06 (seis) meses, no período compreendido entre 20/06/2016 e 20/12/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1737/2016

PORTARIA Nº 1737/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora em Estágio Probatório Sra. TAMARA MORESCO, matrícula nº 678643-06, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 14 dias, no período compreendido entre 23/06/2016 e 06/07/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período disposto do art. 1º, com fulcro no § 5º d art. 26 da LC 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos reterativos a contar de 23/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1719/2016

PORTARIA Nº 1719/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. SONIA REGINA BONONOMI SCHINDLER, matrícula nº 19674-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Dentista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/08/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.
Rogério Adilson Lana
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger
Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1720/2016

PORTARIA Nº 1720/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ZELIR DE ANDRADE FORMENTO, matrícula nº 479845-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/08/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1721/2016

PORTARIA Nº 1721/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. ODILEIDE ANTONIA MARANI GAIGUER, matrícula nº 13692-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 31/07/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 31/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1722/2016

PORTARIA Nº 1722/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. BEATRIZ CANCELLIER, matrícula nº 740004-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/08/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1739/2016

PORTARIA Nº 1739/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a Licença por motivo de doença em Pessoa da Família concedida pela portaria nº 1738/2016, ao servidor Sr. SANTINO FRANCISCO DA COSTA, matrícula nº 16462-04, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período compreendido entre 04/05/2016 e 02/07/2016.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 04/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1740/2016

PORTARIA Nº 1740/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a Licença por motivo de doença em Pessoa da Família concedida pela portaria nº 1739/2016, ao servidor Sr. SANTINO FRANCISCO DA COSTA, matrícula nº 16462-04, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período compreendido entre 03/07/2016 e 31/08/2016.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 03/07/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1107/2016

PORTARIA Nº 1107/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. GISLAINE DE MIRANDA, matrícula nº 4255801-01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado médico do dia 10/05/2016 de 60 (sessenta) dias, ficando suspenso a contar de 25/05/2016.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26, § 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10/05/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de junho de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1702/2016

PORTARIA Nº 1702/2016

Considerando o atestado médico de 14 dias, a contar de 04/07/2016, emitido pelo Dr. Edmar Guimarães Souza;

Considerando § 4º da LC 174/2011 - Regime Próprio de Previdência Social do município de Brusque;

Considerando o Requerimento de Concessão de Benefício Previdenciário, - Prorrogação de Auxílio-Doença - IBPREV, assinado pela servidora em 28/07/2016;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Anular a Portaria nº 1404/2016 e todos os efeitos dela decorrentes, que retornou ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciou a contagem do Estágio Probatório, a servidora Sra. LUISE DOS SANTOS ROOS, matrícula nº 472581-06, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por ter recebido alta médica, a partir de 04/07/2016.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de julho de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1723/2016

PORTARIA Nº 1723/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo e reiniciar a contagem do Estágio Probatório, o servidor Sr. BRUNO TEIXEIRA ALBINO, matrícula nº 4299582-01, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por ter recebido alta médica, retornando às atividades laborais a partir de 01/08/2016.

Parágrafo 1º - O reinício da contagem do Estágio Probatório do artigo supracitado será observado da data de reinício do exercício do cargo do qual ocupa.

Parágrafo 2º - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2012.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1736/2016

PORTARIA Nº 1736/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora em Estágio Probatório Sra. KATIUSCIA VIVIANE LIESENBERG, matrícula nº 1028820-00, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Arquiteto, lotada na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, por 22 dias, no período compreendido entre 06/06/2016 e 27/06/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período disposto do art. 1º, com fulcro no § 5º d art. 26 da LC 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 06/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1724/2016

PORTARIA Nº 1724/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo o servidor Sr. EVERALDO MORAIS ALVES JUNIOR, matrícula nº 726214-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01/08/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV -Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1738/2016

PORTARIA Nº 1738/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por 60 (sessenta) dias, a Licença por motivo de doença em Pessoa da Família concedida pela portaria nº 399/2016, ao servidor Sr. SANTINO FRANCISCO DA COSTA, matrícula nº 16462-04, nomeado por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no período compreendido entre 05/03/2016 e 03/05/2016.

Parágrafo Único - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração do servidor, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 05/03/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1733/2016

PORTARIA Nº 1733/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora Sra. CARLA MARILENE HUBER ZUCCO, matrícula nº 681334-03, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 03 (três) meses, no período compreendido entre 27/06/2016 e 25/09/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 27/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1735/2016

PORTARIA Nº 1735/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão de Brusque, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por motivo de doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, à servidora em Estágio Probatório Sra. LUCIANE MARQUES NUNES, matrícula nº 682276-02, nomeada por Concurso Público para cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 05 dias, no período compreendido entre 13/06/2016 à 17/06/2016.

Art. 2º - A Licença de que trata este artigo, será concedida, no que concerne à remuneração da servidora, nos termos do parágrafo único do art. 135 da Lei Complementar nº 147/2009.

Art.3º - O estágio probatório ficará suspenso durante o período disposto do art. 1º, com fulcro no § 5º d art. 26 da LC 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13/06/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de agosto de 2016.

Rogério Adilson Lana

Secretário de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO - PROCON

PAD Nº 23/2015 Cip nº 42.006.001.15.0003501

Reclamante: ALMIR ZANATTA

Reclamado: NACIONAL MIDIA COMUNICAÇÃO ON-LINE LTDA - ME

CNPJ nº 15.152.757/0001.78

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 23/2015, figurando como reclamada NACIONAL MIDIA COMUNICAÇÃO ON-LINE LTDA - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois o consumidor contratou os serviços da reclamada, conforme contrato datado de 18/09/15. Postulou o cancelamento dos serviços e dos débitos, com base no amparo legal do art. 49 do CDC, mas, a reclamada não atendeu, inclusive encontra-se em local incerto e não sabido.

Certificamos que através das fls.08/09 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 23/2015, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente ao cancelamento dos serviços e dos débitos.

Caçador (SC), 17 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

PAD Nº 24/2015 Cip nº 42.006.001.15.0003619

Reclamante: LUIS ANTONIO GARCIA - ME

Reclamado: NACIONAL MIDIA COMUNICAÇÃO ON-LINE LTDA - ME

CNPJ nº 15.152.757/0001.78

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 24/2015, figurando como reclamada NACIONAL MIDIA COMUNICAÇÃO ON-LINE LTDA - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois o consumidor contratou os serviços da reclamada, conforme contrato datado de 21/09/15, acreditando ser renovação de cadastro para atualização a lista telefônica sem custo. Houve cobranças. Postulou o cancelamento dos serviços e a baixa dos débitos, mas, a reclamada não atendeu, inclusive encontra-se em local incerto e não sabido.

Certificamos que através das fls.06/07 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 24/2015, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente ao cancelamento dos serviços e dos débitos.

Caçador (SC), 17 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO - PROCON

PAD Nº 01/2016 Cip nº 42.006.001.16.0000202

Reclamante: ANTONIO CESAR CENI

Reclamado: ANDRE BRITO ELETRONICOS EIRELI - ME

CNPJ nº 22.206.145/0001-86

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 01/2016, figurando como reclamada ANDRE BRITO ELETRONICOS EIRELI - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois o consumidor comprou através do site da reclamada, www.stokeleetro.com.br 01 (uma) impressora HP laser Jet P3015DN Laser, no valor de R\$ 733,60, com pagamento via boleto bancário, em data de 03.12.15. O consumidor não recebeu a mercadoria. Postulou a restituição dos valores pagos, monetariamente corrigidos e não foi atendido, inclusive a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido.

Certificamos que através das fls.13/16 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 01/2016, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente ao ressarcimento dos valores pagos, monetariamente corrigidos.

Caçador (SC), 18 de agosto de 2016.

CARLOS ALBERTO PEGORARO

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

Município de Caçador (SC)

PAD Nº 02/2016 Cip nº 42.006.001.16.0000258

Reclamante: SIMONE DE FATIMA PIRES DE MORAES

Reclamado: CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME

CNPJ nº 23.005.795/0001-26

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 02/2016, figurando como reclamada CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou através do site da reclamada, WWW.mamboeletro.com.br, 01 (um) aparelho celular, no valor de R\$ 89,91, em data de 11/11/2015, com pagamento via boleto bancário, em data de 02.12.2015. A consumidora não recebeu a mercadoria. Postulou a entrega do produto ou a restituição dos valores pagos, monetariamente corrigidos e não foi atendida, inclusive a reclamada encontra-se em local incerto e não sabido.

Certificamos que através das fls.05/06 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexitosa.

Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 02/2016, em face ao não atendimento ao pleito da consumidora, referente a não entrega do produto e nem o ressarcimento dos valores pagos, monetariamente corrigidos.

Caçador (SC), 18 de agosto de 2016.
CARLOS ALBERTO PEGORARO
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)
PAD Nº 03/2016 Cip nº 42.006.001.16.0000272
Reclamante: GRACIELI APARECIDA ALVES
Reclamado: CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME
CNPJ nº 23.005.795/0001-26
NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 02/2016, figurando como reclamada CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois a consumidora comprou através do site da reclamada www.mamboeletro.com.br, 01 (um) aparelho celular, smartphone positivo YPY S450 dual, no valor de R\$ 89,91, em data de 05/09/2015, com pagamento via boleto bancário, em data de 09.09.2015. A consumidora não recebeu a mercadoria. Postulou a restituição dos valores pagos, monetariamente corrigidos e não foi atendida, inclusive a reclamação encontra-se em local incerto e não sabido. Certificamos que através das fls.13/15 dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexistosa. Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 03/2016, em face ao não atendimento ao pleito da consumidora, referente a não entrega do produto e nem o ressarcimento dos valores pagos, monetariamente corrigidos.

Caçador (SC), 18 de agosto de 2016.
CARLOS ALBERTO PEGORARO
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)
PAD Nº 06/2016 Cip nº 42.006.001.16.0000455
Reclamante: WILLIAN BALDUINO DE OLIVEIRA
Reclamado: CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI – ME
CNPJ nº 23.005.795/0001-26

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Carlos Alberto Pegoraro, vem publicar esta notificação, tendo em vista a instauração do Processo Administrativo nº 06/2016, figurando como reclamada CRONOS BRASIL COMERCIAL EIRELI - ME, com vistas a apurar prática infrativa pois o consumidor comprou através do site da reclamada, www.mamboeletro.com.br, 01 (um) aparelho celular, smartphone positivo YPY S450 dual, no valor de R\$ 89,91, em data de 03/12/2015, com pagamento via boleto bancário, em data de 04.12.2015. O consumidor não recebeu a mercadoria. Postulou a restituição dos valores pagos, monetariamente corrigidos e não foi atendido, inclusive a reclamação encontra-se em local incerto e não sabido. Certificamos que através das fls.04/05 e 07) dos autos, a tentativa de notificação ao reclamado, restou inexistosa. Diante da impossibilidade da notificação pessoal ou por via postal, mesmo através de mandatários ou prepostos, notifico o representante da reclamada a comparecer neste Órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento que está aberto o processo administrativo nº 06/2016, em face ao não atendimento ao pleito do consumidor, referente a não entrega do produto e nem o ressarcimento dos valores pagos, monetariamente corrigidos.

Caçador (SC), 18 de agosto de 2016.
CARLOS ALBERTO PEGORARO
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON
Município de Caçador (SC)

PORTARIA Nº 27.206

PORTARIA Nº 27.206, de 18 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria nº 23.727, de 31 de março de 2014, que concede conversão em dinheiro da licença prêmio a diversos Servidores, no que se refere ao período de quinquênio aquisitivo ao direito de gozo da Servidora ELIANE CAVALHEIRO CACHINSKI, que passa a ser 21/06/1997 a 21/06/2002.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 18 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.207

PORTARIA Nº 27.207, de 19 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

CONSIDERANDO as divergências apuradas entre a Portaria nº 11.739, de 17 de fevereiro de 2003, que concede afastamento sem ônus para servir a órgão do Estado à Servidora Rita Schumann, e a Portaria nº 17.315, de 28 de fevereiro de 2007, que concede retorno da licença sem vencimentos a diversas Servidoras,

RESOLVE:

Art. 1º. EXCLUIR da Portaria nº 17.315, de 28 de fevereiro de 2007, que concede retorno da Licença Sem Vencimentos a diversas Servidoras Públicas Municipais, a Servidora RITA SCHUMANN, matrícula 1112, por tratar-se de afastamento sem ônus para servir perante órgão Estadual.

Art. 2º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 11.739, de 17 de fevereiro de 2003, que colocou à disposição da 14ª Coordenadoria Regional de Educação, a Servidora Pública Municipal RITA SCHUMANN, ocupante do cargo de Professor Ensino Fundamental II, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 19 de agosto de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 27.209

PORTARIA Nº 27.209, de 19 de agosto de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 184, §§3º e 4º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER à Servidora Pública Municipal a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, o adicional sexta-parte dos seus vencimentos, por completar 25 (vinte e cinco) anos de tempo de serviço público municipal, especificando código, nome, cargo e lotação, conforme segue:

Código	Nome da Servidora	Cargo	Lotação
184	Eliane Terezinha Pellizzaro	Professor Ensino Fundamental I	EMEB Tabajara

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de agosto de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Data: 18-08-2016

Às quatorze horas do dia dezoito de agosto do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, tendo por local o Auditório da sede do Instituto e presentes os seguintes membros titulares: Fabio Deniz Casagrande, Eliete Catarina D'Agostini, Zenilda Aparecida Rodrigues, Ilvaita Maria Faoro Baron, Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, Francieli Antunes de Macedo, Joice Luiza Flores de Matias, Lucimar Aparecida Appi e Waldir Rigo (suplente). Presentes à reunião Evandro Carlos Fritsch, Advogado do IPASC, Fernanda Fiorelli (Diretora Presidente), Édina Carla Bressan (Diretoria Executiva do IPASC) e Karen Fernanda Ribeiro (Contadora do IPASC). Dando início aos trabalhos, e tendo quorum, o Presidente agradecendo a presença dos Conselheiros, deu continuidade aos trabalhos e análise da redação do Regimento Interno do Conselho, que continuará para posterior aprovação. Em seguida, foi discutida proposta de Orçamento do IPASC para o exercício de 2017, aprovada pelos Conselheiros em confiança ao Orçamento apresentado pela Contadora do IPASC, Sra. Karen Fernanda Ribeiro, sendo que os Conselheiros Luciana Barbosa Nunes de Oliveira, Joice Luiza Flores de Matias, Zenilda Aparecida Rodrigues, Lucimar Aparecida Appi e Waldir Rigo não possuem conhecimento de contabilidade, e não possuem condições técnicas de avaliar o que foi apresentado. O valor total do Orçamento para o exercício de 2017, para o IPASC fica aprovado em R\$ 30.215.613,75 (trinta milhões, duzentos e quinze mil, seiscentos e treze reais e setenta e cinco centavos). Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, foi declarada encerrada a reunião. Nada mais.

PORTARIA N.º 935, DE 19 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA n.º 935, de 19 de julho de 2016.

Altera dispositivo da Portaria nº 848, de 26 de agosto de 2015, que concedeu aposentadoria a GELCY ANA LAVA STANIESKY

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - RPPS,

RESOLVEM:

Art. 1º Alterar a redação do art. 1º, da Portaria nº 848 de 26 de agosto de 2015 que concedeu aposentadoria a GELCY ANA LAVA STANIESKY, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição a Servidora GELCY ANA LAVA STANIESKY, Matrícula nº 527 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), Referência 2-A, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04 de agosto de 2015, passando à Matrícula nº 3369, no IPASC." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 19 de agosto de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

PORTARIA Nº 934, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA nº 934, de 12 de agosto de 2016.

Aposenta o Servidor Público Municipal SEBASTIÃO MIGUEL CACHOEIRA.

A Diretora Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação do art. 7º, da Emenda Constitucional nº 41, de 29/12/2003, e dos incisos I, II, III e parágrafo único do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47, de 06/07/2005

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição ao Servidor Público Municipal SEBASTIÃO MIGUEL CACHOEIRA, Matrícula nº 1004 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Técnico Tributário, Referência 30, nível 13, carga horária de 35 horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, a contar de 1º de agosto de 2016, passando à Matrícula nº 3407, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício de aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de julho de 2016, na espécie com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 4.426,59 (quatro mil, quatrocentos e vinte e seis reais e cinquenta e nove centavos), adicional de triênio de R\$ 1.195,18 (um mil cento e noventa e cinco reais e dezoito centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 937,15 (novecentos e trinta e sete reais e quinze centavos), totalizando R\$ 6.558,92 (seis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e dois centavos), a serem pagos pelo IPASC, a contar de 1º de agosto de 2016.

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 12 de agosto de 2016.

Fernanda Fiorelli - DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan - DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 29/16 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU

ANULAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2016-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 044/2016 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA ATENDER A DEMANDA NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 19 de Agosto de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

PORTARIA Nº 13.382 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.382 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, VENÍCIO NEGHERBON, Matrícula Funcional nº 000582, Registro no Sistema Sob nº 954771, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Veículos e Máquinas Pesadas, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 31, Referência A para o Nível 3 Sub-Nível 31 Referência B no valor de R\$ 1.194,74 (um mil, cento e noventa e quatro reais, setenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 14 de agosto de 2014.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 805,50 (oitocentos e cinco reais, cinquenta centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de agosto de 2014, já descontado o valor de R\$ 99,56 (noventa e nove reais, cinquenta e seis centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 199,11 (cento e noventa e nove reais, onze centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.383 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.383 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, SIRLEI APARECIDA CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000592, Registro no Sistema Sob nº 954820, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Auxiliar de Odontologia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 21, Referência A para o Nível 2 Sub-Nível 21 Referência B no valor de R\$ 1.038,91 (um mil, trinta e oito reais, noventa e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 11 de abril de 2015.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 457,99 (quatrocentos e cinquenta e sete reais, noventa e nove centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2015, já descontado o valor de R\$ 56,60 (cincoenta e seis reais, sessenta centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 113,21 (cento e treze reais, vinte e um centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.384 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.384 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, NILDA VIEIRA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000605, Registro no Sistema Sob nº 954847, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2A Sub-Nível 21, Referência A para o Nível 2A Sub-Nível 21 Referência B no valor de R\$ 1.234,86 (um mil, duzentos e trinta e quatro reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 08 de julho de 2015.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 448,19 (quatrocentos e quarenta e oito reais, dezenove centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2015, já descontado o valor de R\$ 55,39 (cincoenta e cinco reais, trinta e nove centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 110,79 (cento e dez reais, setenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de julho de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.385 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.385 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, PATRICK ONGHERO, Matrícula Funcional nº 000582, Registro no Sistema Sob nº 954897, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo

II, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 41, Referência A para o Nível 4 Sub-Nível 41 Referência B no valor de R\$ 1.373,99 (um mil, duzentos e setenta e três reais, noventa e nove centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 14 de março de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 178,27 (cento e setenta e oito reais, vinte e sete centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de março de 2016, já descontado o valor de R\$ 22,03 (noventa e nove reais, cincoenta e seis centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 44,07 (quarenta e quatro reais, sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.386 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.386 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO STELZNER, Matrícula Funcional nº 000559, Registro no Sistema Sob nº 954680, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência C no valor de R\$ 891,71 (oitocentos e noventa e um reais, setenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de agosto de 2015.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 135,48 (cento e trinta e cinco reais, quarenta e oito centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de agosto de 2015, já descontado o valor de R\$ 16,75 (dezesseis reais, setenta e cinco centavos), referente a

Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 33,49 (trinta e três reais, quarenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.387 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.387 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, ANGELA ALVES DOS SANTOS IOHANSON, Matrícula Funcional nº 000493, Registro no Sistema sob nº 954516, ocupando o Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência D para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência E no valor de R\$ 946,03 (novecentos e quarenta e seis reais, três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 147,17 (cento e quarenta e sete reais, dezesseis centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de fevereiro de 2016, já descontado o valor de R\$ 18,19 (dezoito reais, dezenove centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 36,38 (trinta e seis reais, trinta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.388 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.388 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, ALTEVIR FRANCISCO COTHOVISKI, Matrícula Funcional nº 000375, Registro no Sistema sob nº 831270, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2 Sub-Nível 22, Referência D para o Nível 2 Sub-Nível 22 Referência E no valor de R\$ 1355,57 (um mil, trezentos e cinquenta e cinco reais, cinquenta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 03 de abril de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 140,62 (cento e quarenta reais, sessenta e dois centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2016, já descontado o valor de R\$ 17,38 (dezessete reais, trinta e oito centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 34,76 (trinta e quatro reais, setenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.389 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.389 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÕES HORIZONTAIS POR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressões Funcionais ao Servidor Público Municipal, CRISTIANO CARDOSO DE CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000573, Registro no Sistema Sob nº 954745, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, as Progressões Funcionais terão seus efeitos retroativos a partir de 16 de abril de 2016.

Art.2º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência C para o Nível 6 Sub-Nível 61 Referência D no valor de R\$ 7.579,92 (sete mil, quinhentos e setenta e nove reais, noventa e dois centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 16 de abril de 2016.

Art.3º) Conceder Progressão pela avaliação por Desempenho Profissional de Capacitação, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência D para Nível 6 Sub-Nível 61 Referência E no valor de R\$ 7.807,28 (sete mil, oitocentos e sete reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006/02, a partir de 16 de abril de 2016.

Art.4º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 1.398,38 (um mil, trezentos e noventa e oito reais, trinta e oito centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês de abril de 2016, já descontado o valor de R\$ 197,21 (cento e noventa e sete reais, vinte e um centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 394,42 (trezentos e noventa e quatro reais, quarenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.5º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

19 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.390 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.390 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, MARCIANE LOPES DOS SANTOS

PASDA, Matrícula Funcional nº 000392, Registro no Sistema sob nº 887730, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência F no valor de R\$ 974,40 (novecentos e setenta e quatro reais, quarenta centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 05 de abril de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 101,00 (cento e um reais), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,48 (doze reais, quarenta e oito centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 24,97 (vinte e quatro reais, noventa e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

19 de agosto de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA

Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.391 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.391 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 954916, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 2A Sub-Nível 21, Referência A para o Nível 2A Sub-Nível 21 Referência B no valor de R\$ 1.234,86 (um mil, duzentos e trinta e quatro reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 14 de abril de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 128,05 (cento e vinte e oito reais, cinco centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir

do mês de abril de 2016, já descontado o valor de R\$ 15,83 (quinze reais, oitenta e três centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 31,65 (trinta e um reais, sessenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.392 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.392 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, PATRÍCIA SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000238, Registro no Sistema sob nº 622001, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 42, Referência F para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência A no valor de R\$ 950,96 (novecentos e cinquenta reais, noventa e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de abril de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 98,65 (noventa e oito reais, sessenta e cinco centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de abril de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,19 (doze reais, dezenove centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 24,38 (vinte e quatro reais, trinta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.393 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.393 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, RENATO RONSKA, Matrícula Funcional nº 000405, Registro no Sistema Sob nº 954255, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência B para o Nível 3 Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 1.469,37 (um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, trinta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 114,20 (cento e quatorze reais, vinte centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 14,11 (quatorze reais, onze centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 28,23 (vinte e oito reais, vinte e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.394 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.394 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, NEURI NAGEL, Matrícula Funcional nº 000404, Registro no Sistema Sob nº 954254, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional III, exercendo a Função de Operador de Máquinas, Equipamentos e Veículos pesados, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 32, Referência B para o Nível 3 Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 1.469,37 (um mil, quatrocentos e sessenta e nove reais, trinta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 114,20 (cento e quatorze reais, vinte centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 14,11 (quatorze reais, onze centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 28,23 (vinte e oito reais, vinte e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.395 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.395 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, ZURITA MARIA PACHECO, Matrícula Funcional nº 282, Registro no Sistema sob nº 109790, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Administração,

cedida ao Cartório da 30ª Zona Eleitoral de São Bento do Sul/SC.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 4 Sub-Nível 43, Referência E para o Nível 4 Sub-Nível 43 Referência F no valor de R\$ 2.204,82 (dois mil, duzentos e quatro reais, oitenta e dois centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 171,41 (cento e setenta e um reais, quarenta centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 21,19 (vinte e um reais, dezenove centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 42,37 (quarenta e dois reais, trinta e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.396 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.396 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, AURIONIZE CONSENTINO, Matrícula Funcional nº 000574, Registro no Sistema sob nº 954749, ao Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 6 Sub-Nível 61, Referência C para o Nível 6 Sub-Nível 61 Referência D no valor de R\$ 3.789,96 (Três mil, setecentos e oitenta e nove reais, noventa e seis centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 22 de maio de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 171,41 (cento e setenta e um reais, quarenta centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 36,44 (trinta e seis reais, quarenta e quatro centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 72,88 (setenta e

dois reais, oitenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.397 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.397 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema sob nº 726900, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.271,41 (um mil, duzentos e setenta e um reais, quarenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 09 de junho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 98,95 (noventa e oito reais, noventa e cinco centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,23 (doze reais, vinte e três centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 24,46 (vinte e quatro reais, quarenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.398 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.398 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, MARLI LÚCIA MICHALSKY CARVALHO, Matrícula Funcional nº 000251, Registro no Sistema sob nº 726900, no Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 13, Referência B para o Nível 1 Sub-Nível 13 Referência C no valor de R\$ 1.271,41 (um mil, duzentos e setenta e um reais, quarenta e um centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 09 de junho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 98,95 (noventa e oito reais, noventa e cinco centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,23 (doze reais, vinte e três centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 24,46 (vinte e quatro reais, quarenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.399 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.399 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, JOSÉ ODENIR ALVES FRANCO, Matrícula Funcional nº 000266, Registro no Sistema Sob nº 314960, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência B para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência C no valor de R\$ 1.754,54 (um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais, cinquenta e quatro centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 20 de julho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 45,47 (quarenta e cinco reais, quarenta e sete centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2016, já descontado o valor de R\$ 5,62 (cinco reais, sessenta e dois centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 11,24 (onze reais, vinte e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 20 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.400 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.400 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, IZOLETE GODOIS DOS SANTOS JESUS, Matrícula Funcional nº 000597, Registro no Sistema Sob nº 954832, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência B no valor de R\$ 865,77 (oitocentos e sessenta e cinco reais, setenta e sete centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 27 de maio de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.401 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.401 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, MARIA DO CARMO MOREIRA FARI, Matrícula Funcional nº 000265, Registro no Sistema Sob nº 314880, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 1 Sub-Nível 11, Referência E para o Nível 1 Sub-Nível 11 Referência F no valor de R\$ 974,40 (novecentos e sessenta e quatro reais, quarenta centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de julho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 50,50 (cincoenta reais, cinquenta centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2016, já descontado o valor de R\$ 6,24 (seis reais, vinte e quatro centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 12,48 (doze reais e quarenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.402 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 13.402 DE 19 DE AGOSTO DE 2016
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal, LUIZ ANTÔNIO CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000409, Registro no Sistema sob nº 954259, ao Cargo Público de Agente Operacional V, exercendo a Função de Pedreiro/Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3A Sub-Nível 32, Referência B para o Nível 3A Sub-Nível 32 Referência C no valor de R\$ 1.587,10 (um mil, quinhentos e oitenta e sete reais, dez centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 15 de maio de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 82,27 (oitenta e dois reais, vinte e sete centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de maio de 2016, já descontado o valor de R\$ 10,17 (dez reais, dezessete centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 20,34 (vinte reais, trinta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.403 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.403 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional ao Servidor Público Municipal JARBAS JORGE CATONI, Matrícula Funcional nº 000182, Registro no Sistema sob nº 368900, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, à disposição da Escola de Ensino Especial WILSON JOSÉ LIEBL, mantenedora a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 3 Sub-Nível 33, Referência A para o Nível 3 Sub-Nível 33 Referência B no valor de R\$ 1.703,45 (um mil, setecentos e três reais, quarenta e cinco centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 10 de julho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 44,20 (quarenta e quatro reais, vinte centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de julho de 2016, já descontado o valor de R\$ 5,46 (cinco reais, quarenta e seis centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL. O valor de R\$ 10,93 (dez reais, noventa e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

PORTARIA Nº 13.404 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.404 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO PROFISSIONAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho Profissional a Servidora Pública Municipal, ANGELA SOFIA PIEKARSKI DE FRANÇA, Matrícula Funcional nº 000450, Registro no Sistema sob nº 954447, ocupante do Cargo Público Técnico em Nível Médio, exercendo a Função de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art.2º) A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de Progressão obtida pela avaliação por Desempenho Profissional, passando do Nível 5 Sub-Nível 51, Referência C para o Nível 5 Sub-Nível 51 Referência D no valor de R\$ 1.894,93 (um mil, oitocentos e noventa e quatro reais, noventa e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela Salarial da Lei Complementar Municipal nº 006, a partir de 01 de junho de 2016.

Art.3º) Na folha de pagamento do mês de agosto de 2016, será pago o valor de R\$ 98,19 (noventa e oito reais, dezenove centavos), correspondente aos valores da Progressão concedida a partir do mês de junho de 2016, já descontado o valor de R\$ 12,13 (doze reais, treze centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL. O valor de R\$ 24,27 (vinte e quatro reais, vinte e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art.4º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
19 de agosto de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/08/2016.

JOSÉ LUIS SILVA
Chefe de Gabinete Interino

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 148H/16

PORTARIA Nº 148/16 de 01/08/16

EXONERA POR APOSENTADORIA ESPECIAL À SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 173.467.187-1 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Exonera por aposentadoria por APOSENTADORIA ESPECIAL à servidora SANDRA MARIA ROSAR BRESOLA, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de ENFERMEIRO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 01 de agosto de 2016.

Leonardo farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 1518/16

PORTARIA Nº 1518/16 de 15/08/16

CANCELA PAGAMENTO DE PENSÃO A BENEFICIÁRIO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando que o beneficiário estudante já atingiu 21 anos de idade e que o Município não dispõe de Legislação que ampare legalmente,

RESOLVE:

Art. 1º- Cancelar o pagamento da pensão pago a BRUNA LUIZA DEMÉTRIO.

Art. 2º - O cancelamento estabelecido no Artigo 2º III, conforme lei 862/76, ocorre em decorrência de ter atingido 21 anos de idade, conforme certidão de nascimento nº 108357 01 55 1995 1 00053 188 0010951 18 do Cartório de Registro civil de Campos Novos.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de agosto de 2016.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 15 de agosto de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

SAMAE - CAMPOS NOVOS

CONTRATO CNO Nº 37/2016SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS – SANTA CATARINA

CONTRATO CNO – 37/2016

TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO

CNO Nº - 36/2015

DATA DE ASSINATURA: 18 de Agosto de 2016.

OBJETO: Consede-se a supressão de R\$31.062,39 (Trinta e um mil sessenta e dois reais e trinta e nove centavos) e aditiva-se o valor de R\$49.679,06 (Quarenta e nove mil seiscentos e setenta e nove reais e seis centavos), prevalecendo à diferença de R\$18.616,67 (dezoito mil seiscentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) do inicialmente contratado.

CONTRATADA: Forplan Engenharia Ltda.

VALOR: R\$49.679,06 (Quarenta e nove mil seiscentos e setenta e nove reais e seis centavos).

Campos Novos – SC, 18 de Agosto de 2016.

JOEL FRANCISCO FAGUNDES

DIRETOR DO SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 37/2016 - FHC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

CONTRATO Nº 037/2016. TERMO ADITIVO Nº 001 AO contrato Administrativo de Fornecimento de MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR Nº 023/2016. CONTRATANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA. CONTRATADO: METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: O objeto previsto na cláusula 2ª do Contrato de Fornecimento Administrativo de Materiais Médico Hospitalar nº 023/2016 fica acrescido quantitativamente em 25% (vinte e cinco por cento). VALOR ADITIVADO: R\$-5.364,55 (cinco mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos). MARILITA MICHELI GONÇALVES – DIRETORA ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO.

EXTRATO CONTRATOS Nº 188/2016 A 189/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA.

CONTRATO Nº 188/2016. TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 167/2014. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA - EPP. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 11ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 19ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de obra nº. 167/2014, já alterado através do contrato nº 182/2015 (Termo Aditivo nº 01), em 08 de fevereiro de 2015, contrato nº 229/2015 (termo aditivo nº 02), em 01 de dezembro de 2015 e contrato nº 108/2016 (termo Aditivo nº 03), em 21 de março de 2016, ficando as duas alteradas para vencimento em 31 de dezembro de 2016. Canelinha (SC), 26 de julho de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 189/2016. TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº 204/2015. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANELINHA. CONTRATADA: JV EMPREENDIMENTOS LTDA – ME. OBJETO: Este termo aditivo visa alterar o prazo máximo para execução e entrega da obra prevista na cláusula 14ª e o prazo de duração do contrato previsto na cláusula 28ª, que constam do Contrato Administrativo de Execução de obra nº. 204/2015, alterado pelo contrato nº 124/2016, em 01 de abril de 2016 (termo aditivo nº 001), ficando as duas alteradas para prazo de 660 (seiscentos e sessenta) dias, contados a partir da expedição da Ordem de Execução dos Serviços. Canelinha (SC), 01 de agosto de 2016. ANTONIO DA SILVA - PREFEITO DO MUNICÍPIO.

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº. 231/2016

DECRETO Nº. 231/2016

“ESTABELECE OS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO, POR MEIO DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, DENOMINADO DE PREGÃO ELETRÔNICO”.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 66, VI, e art. 86, I, “e”, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e disposições posteriores e correlatas, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Este Decreto estabelece os procedimentos para a realização de licitações na modalidade de pregão, por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação, denominado de pregão eletrônico, destinado à aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, no âmbito da Administração Pública Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º - Para efeito deste Decreto considera-se:

I – Administração Pública Municipal: todos os órgãos da administração direta, autarquia, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundos especiais e demais entidades controladas direta ou indiretas pelo Município.

II – Bens e serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade que possam ser definidos, consistam e objetivamente no objeto do edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

III – “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br” são os portais de compras municipais, definidos pelo Poder Executivo Municipal como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da Administração Pública Municipal para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação.

IV – O Banco do Brasil e o Portal de Compras do Governo Federal serão as entidades responsáveis pelo apoio técnico e operacional que atuarão como provedoras do sistema eletrônico de compras denominado “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”, respectivamente.

Art. 3º - As aquisições de bens e a prestação de serviços celebrados pela Administração Pública Municipal de Canoinhas – Estado de Santa Catarina, serão realizadas preferencialmente na modalidade de licitação denominada pregão que se destina a garantir por meio de disputa justa entre os interessados a contratação mais econômica segura e eficiente.

Art. 4º - A licitação na modalidade pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade da impessoalidade da modalidade da igualdade da publicidade, da improbidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade e economicidade.

Parágrafo Único – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre

interessados desde que não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segura contratação.

Art. 5º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral e dos demais serviços cujas especificações dependem de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral da Administração.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira, de modo a perturbar ou impedir, a realização dos trabalhos.

Art. 7º - À autoridade competente designada, de acordo com as atribuições previstas na legislação municipal, cabe:

I – determinar a abertura da licitação;

II – designar o(s) pregoeiro(s) e os componentes da equipe de apoio, observado o que dispõe o art. 3º. § 1º e inciso IV, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002;

III – apreciar e decidir as impugnações ao edital;

IV – decidir, em grau final, os recursos contra decisões que não tenham sido reconsideradas pelo pregoeiro;

V – homologar o resultado da licitação e promover a contratação.

Art. 8º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

I – a definição do objeto do certame deverá ser precisa, suficiente, clara, concisa e objetiva, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento ou prestação do serviço;

II – o termo de referência contendo os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo estimado de execução do objeto a ser contratado;

III – a autoridade competente ou, por delegação de competência, o ordenador de despesa ou, ainda, o agente encarregado da compra no âmbito da Administração, deverá:

a) Estabelecer os critérios de aceitação das propostas, as exigências de habilitação, as sanções administrativas aplicáveis por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos e das demais condições essenciais para o fornecimento/prestação do serviço.

b) A justificativa da necessidade da aquisição do bem ou serviço, bem como o valor estimado;

c) Designar entre os servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro responsável pelos trabalhos do pregão e a sua equipe de apoio.

IV – constarão dos autos a justificativa da necessidade de contratação, a definição do objeto do pregão, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento, minuta do contrato, os prazos de fornecimento dos bens ou da prestação dos serviços, bem como o termo de referência com todos os seus elementos técnicos.

Art. 9º - São atribuições do pregoeiro:

I – a abertura da sessão pública;

II – a abertura e análise das propostas iniciais de preços;

III – a análise das propostas;

IV – a condução dos procedimentos relativos aos lances;

V – a escolha da proposta ou lance de menor valor;
VI – a decisão motivada sobre a aceitabilidade da proposta;
VII – a análise da habilitação;
VIII – a negociação direta com o proponente, na forma da Lei;
IX – a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;
X – a elaboração da ata;
XI – a condução dos trabalhos da equipe de apoio;
XII – o recebimento das impugnações ao ato convocatório e seu encaminhamento à autoridade competente;
XIII – a decisão sobre os pedidos de esclarecimentos e providências;
XIV – o recebimento dos recursos e sua apreciação, para fins de reconsideração;
XV – o encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade superior, visando à homologação e contratação.

Art. 10 – A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da Administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, promotor do pregão.

Art. 11 – A fase externa do pregão observará as seguintes regras:
I – convocação dos interessados através de aviso publicado:
a) No Diário Oficial do Município e em meio eletrônico, através do “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”, para a aquisição de bens ou serviços comuns de valores estimados em até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
b) No Diário Oficial do Município e do Estado, e em meio eletrônico, através do “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br” e em jornal de grande circulação, para a aquisição de bens ou serviços comuns de valores estimados acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais);
c) Os valores estipulados no inciso acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas “b” e “c” do artigo 23, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93;
d) Do aviso constará, de forma resumida, a definição do objeto da licitação, a indicação de que o pregão será realizado por meio de sistema eletrônico, seu endereço, data e hora de sua realização, os locais, dias e horários em que poderá ser lido ou obtido o edital completo;
II – o edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação da proposta, as sanções por inadimplemento, a indicação do local, dia e hora de realização da sessão pública do pregão;
III – todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF;
IV – a íntegra do edital deverá ser disponibilizado em meio eletrônico, na internet, nos sites “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”, independente do valor estimado;
V – o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para a apresentação de propostas;
VI – o prazo de validade será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

Art. 12 – Para habilitação será exigida, no mínimo, a comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação dos seguintes documentos:
I – Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social;
II – Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal;
III – Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;
IV – Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
V – Declaração do licitante que cumpre com o disposto no inciso

XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
VI - Caso a Administração julgue necessária, poderá ainda definir em edital documentação relativa a:
a) Habilitação jurídica;
b) Habilitação econômica;
c) Habilitação técnica;
d) Desde que previsto em edital a apresentação da documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I a V do caput, e incisos I e II, deste artigo, poderá ser dispensada mediante consulta a sistema de registro cadastral que atenda aos requisitos na legislação pertinente.

Art. 13 – É vedada a exigência de:
I – garantia de proposta;
II – aquisição do edital pelos licitantes como condição para participar no certame;
III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimentos do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

Art. 14 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documento equivalente autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

Parágrafo Único – O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntado aos instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

Art. 15 – Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, serão observadas a seguintes normas:
I - Deverá ser comprovada a existência de compromissos públicos ou particulares de constituição de consórcios, com indicação da empresa-líder, que deverá atender as condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o órgão promotor do certame;
II - Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida no ato convocatório;
III - A capacidade técnica do consórcio será representada pela soma da capacidade técnica das empresas consorciadas;
IV - Para fins de qualificação econômico-financeira, cada uma das empresas deverá atender aos índices contábeis definidos no edital;
V - As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;
VI - As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pela obrigação do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
VII - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá obrigatoriamente, à empresa brasileira observado o dispositivo inciso I deste artigo.

Parágrafo Único – Antes da celebração do contrato, deverá ser promovido o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I deste artigo.

Art. 16 – As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para os recebimentos das propostas, devendo o pregoeiro encaminhá-las à autoridade competente, que decidirá no prazo de vinte e quatro horas

Art. 17 – A autoridade competente, para determinar a contratação, poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivados de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por comprovação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamento.
§ 1º - A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

§ 2º - Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

DA OPERACIONALIZAÇÃO

Art. 18 – O pregão será realizado em sessão pública por meio de sistema eletrônico que permita a comunicação através da internet.

Parágrafo Único – O sistema referido no caput utilizará recursos de criptografia e de autenticação que assegure condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 19 – O pregão será conduzido pelo órgão promotor da licitação, com o apoio técnico e operacional do Banco do Brasil e da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, para todos os órgãos integrantes da Administração Pública Municipal.

Art. 20 – O órgão promotor da licitação disponibiliza condições técnicas e matérias para os fornecedores que não dispõem de recursos tecnológicos, permitindo dessa forma o acesso aos portais “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”, exclusivamente para a realização do seu credenciamento, apresentação de propostas, ofertas de lances, intenção de recorrer e o oferecimento de razões, devendo para efetivação desse artigo, o fornecedor ao licitante sua carência.

Art. 21 – Serão previamente credenciadas perante o provedor do sistema eletrônico, a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico. I - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identidade e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

II - A chave de identidade e as senhas utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante de “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”;

III - A perda da senha ou a queda de sigilo deverão ser comunicadas pelo órgão da Administração Pública responsável ou pelo fornecedor, imediatamente ao provedor do sistema, para bloqueio de acesso;

IV - O uso de senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indireto da senha que por terceiros;

V - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou ao seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

Art. 22 – A sessão Pública do pregão será regida pelas seguintes regras:

I - Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de três dias antes da realização do pregão;

II - A participação no pregão dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento de propostas de preço até a data e horário previstos no edital, exclusivamente por meio do “www.licitacoes-e.com.br” e “www.comprasgovernamentais.gov.br”.

III - Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital;

IV - No caso de contratação de serviço comum, as planilhas de

custos previstas no edital deverão ser encaminhadas em formulário eletrônico específico, juntamente com as propostas de preços;

V - A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas pelo edital;

VI - Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor;

VII - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras estabelecidas no edital;

VIII - Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema;

IX - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro pelo sistema eletrônico;

X - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação de detentor do lance;

XI - A etapa de lances da sessão pública, prevista em edital, será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitindo pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;

XII - Alternativamente ao disposto por no inciso anterior, poderá ser previsto em edital o encerramento da sessão pública por decisão do pregoeiro, mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances;

XIII - Encerrada a fase de recebimento de lances, o pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de maior valor para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação;

XIV - O pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou quando for o caso, após a negociação e decisão pelo pregoeiro acerca aceitação do lance de menor valor;

XV - No caso de contratação de serviços comuns, ao final as sessões o licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos referida no inciso IV do art. 22 com os respectivos valores readequados ao valor representado pelo lance vencedor;

Art. 23 – No caso de desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

Parágrafo Único – Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão poderá ser suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

Art. 24 – Se a proposta ou lance de menor valor for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará proposta ou lance subsequente verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital sendo, o respectivo, declarado vencedor.

Parágrafo Único – Na situação a que se refere este artigo, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido o preço melhor.

Art. 25 – O licitante que apresentar documentação falsa ou deixar

de entregar documentação exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver proposta, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízos das multas previstas em edital e no contrato, bem como nas demais cominações legais.

I - O prazo para defesa prévia será de cinco dias úteis a contar da notificação.

II - Caberá recurso no prazo de cinco dias a contar da publicação da sanção do Diário Oficial.

III - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotadas a fase recursal nos sites "www.licitacoes-e.com.br" e no "www.comprasgovernamentais.gov.br", no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período;

IV - Somente a autoridade que registrou as penalidades nos sites "www.licitacoes-e.com.br" e "www.comprasgovernamentais.gov.br", poderá fazer sua retirada.

Art. 26 – Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo definido em edital.

Art. 27 – Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

Parágrafo Único – Para comprovar a condição de habilitação, a autoridade competente poderá consultar o sistema de cadastro utilizado pelo órgão responsável pelo processo.

Art. 28 – Quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade da proposta, não celebrar o contrato ou não apresentar situação regular no ato da assinatura deste, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato e assim sucessivamente, sem prejuízos de aplicação de sanções cabíveis, observados o disposto no artigo 24 e seu parágrafo único.

Art. 29 – Qualquer interessado poderá acompanhar os processos

nos endereços eletrônicos: "www.licitacoes-e.com.br" e "www.comprasgovernamentais.gov.br".

Art. 30 – O órgão promotor da licitação, afixará no quadro de avisos apropriado, o resultado dos pregões eletrônicos.

Art. 31 – A Administração Pública Municipal, de acordo com a legislação em vigor, publicará o extrato dos contratos celebrados através do prego.

Art. 32 – O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumido como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

Parágrafo Único – Incumbirá ainda ao licitante, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do prego, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Art. 33 – Aplicam-se, subsidiariamente, as normas da Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais nºs 3.555 de 08 de agosto de 2000 e 3.697 de 21 de dezembro de 2000 e demais disposições correlatas.

Art. 34 – Compete à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos.

Art. 35 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº. 016/2015.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 232/2016

DECRETO Nº 232/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da realização do cancelamento dos Restos a Pagar, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados no exercício de 2015, inscritos em Restos a Pagar – Processados, nos balanços gerais do MUNICÍPIO DE CANOINHAS, conforme relação presente no Anexo Único do presente Decreto.

Parágrafo Único. O cancelamento de créditos empenhados inscritos em restos a pagar de que trata este artigo, faz-se necessário tendo em vista que a despesa decorrente do respectivo empenho não se efetivou e/ou não se efetivará em sua integralidade.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 16/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 232/2016

CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS: ENTIDADE 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS			
RECURSO 10100 – RECURSOS MDEB 20%			
Empenho	Emissão	Credor	Valor Cancelado
0007657/15	16/10/2015	ALVO CONFECÇÕES LTDA	71,98

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

DECRETO Nº. 234/2016

DECRETO Nº. 234/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 6º-M ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 6º-M. Fica autorizada a servidora CARMEN NOERNBERG, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, a realizar as transações bancárias elencadas no §1º deste artigo, junto à instituição financeira denominada Caixa Econômica Federal, no tocante a conta corrente de nº0413.006.7000-3, devidamente cadastrada na agência de Canoinhas, vinculada ao Poder Executivo Municipal – Fundo Municipal de Saúde, sob o número de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas 11.206.680/0001-10.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VI - Emitir comprovantes;
- VII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- VIII - Requisitar talonários de cheques;
- IX - Emitir cheques;
- X - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora CARMEN NOERNBERG, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º e do §2º do art. 3º-A, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº. 235/2016

DECRETO Nº. 235/2016

APROVA DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRAS

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com a Lei Complementar Municipal 047 de 20/12/2013 e Lei Municipal 4.305 de 12/03/2008, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de terreno urbano com área de 615,00 m² (Seiscentos e quinze metros quadrados), procedido por TALITA CORRÊA CAETANO, situado na Rua João Fedalto, no Bairro Industrial nº 01, nesta cidade de Canoinhas, registrado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob a matrícula nº 21.999 e ficando o imóvel assim distribuído: lote nº 74 com área de 410,00 m² e lote nº 75 com área de 205,00 m², ambos pertencentes à quadra nº 13, conforme requerimento protocolado sob nº. 5323/2016.

Art. 2º - A Prefeitura do Município de Canoinhas, através da Secretaria Municipal de Planejamento, não se responsabilizará por quaisquer diferenças que venham a existir entre a planta aprovada e o local, ficando sob exclusiva responsabilidade do proprietário e do responsável técnico a aferição dos dados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 774/2016

PORTARIA Nº. 774/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora MARCELA ZANIOLO VOIGT, efetiva no cargo de Médico Clínico Geral, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 03/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora NOELI TEREZINHA OLESCOVICZ, efetiva no cargo de Técnico Terapêutico, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 03/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA

Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 781/2016

PORTARIA Nº. 781/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora LILIANE TAIS GROSSKOPF, efetiva no cargo de Agente Administrativo, atualmente comissionada no cargo de Supervisor II, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 29/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor RODRIGO GUDAS, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 17/08/2016 a 26/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 782/2016

PORTARIA Nº. 782/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias à servidora MARIA DE LOURDES ALVES DOS SANTOS, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 15/08/2016 a 29/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 783/2016

PORTARIA Nº. 783/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869 de 24/08/2009; Resolve:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 446/2016, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme Ofício em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 15/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 786/2016

PORTARIA Nº. 786/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada a pedido JOSIANE GREIM DE MELO, efetiva no cargo de Pedagogo, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de

Administração, Finanças e Orçamento em 16/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 787/2016

PORTARIA Nº. 787/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor EDEMILSON JOEL PAZDA, efetivo no cargo de Operador de Máquinas, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 20/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor GERSON LUIS FERNANDES, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/09/2016 a 30/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 789/2016

PORTARIA Nº. 789/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990;

CONSIDERANDO a Portaria nº 504/2016, a qual interrompeu as férias concedidas ao servidor Luis Gustavo Vieira de Britto, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 02 (dois) dias de Férias ao servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar nos dias 17/08/2016 e 19/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 16 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 16/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 790/2016

PORTARIA Nº. 790/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 5.627/2015, resolve:

CONCEDER REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Art. 1º - Fica concedida Redução de Carga Horária para 20 horas semanais, a partir 18/08/2016, ao servidor JOÃO JORGE CECÍLIO JUNIOR, efetivo no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme preconiza a Lei nº 4.381/2008 com as alterações da lei nº 5.627/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 791/2016

PORTARIA Nº. 791/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor GUSTAVO LEANDRO DE ARAÚJO, efetivo no cargo de Educador Social, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 05/09/2016 a 04/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor JOSÉ DARCI DE MOURA BUENO, comissionado no cargo de Diretor de Obras, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 01/09/2016 a 30/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor JOSÉ VALDIR DOS SANTOS, efetivo no cargo de Lubrificador, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 08/09/2016 a 07/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 792/2016

PORTARIA Nº. 792/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ANDRÉIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
2. DANIELLE LUDKA
3. VANESSA LANGER

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 417/Setor de Transportes/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 793/2016

PORTARIA Nº. 793/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora AUREA PORTA, efetiva no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 17/08/2016 à 17/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 407/DP/2016.

Art. 2º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a servidora ELENICE MUHLBAUER DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professor 2, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/08/2016 à 13/10/2016, conforme Comunicação Interna nº 407/DP/2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 17 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 17/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 794/2016

PORTARIA Nº. 794/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio à servidora IOLITA ALVES CORDEIRO, efetiva no cargo de Servente Feminino, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, a desfrutar no período de 25/08/2016 a 23/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 795/2016

PORTARIA Nº. 795/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 038/2011, de acordo com a Lei nº 4.851/2011 de acordo com a Lei Municipal nº 5.528/2015; CONSIDERANDO; o Edital de Processo Seletivo nº 007/2015/SME; CONSIDERANDO; a existência de servidor em Licença Para Tratamento de Saúde; CONSIDERANDO: que a educação é serviço público essencial, resolve:

CONTRATAR

Art. 1º - Fica contratada a profissional SUÉLEN APARECIDA WRUBLEVSKI, na função de Professor de Educação Infantil, MAG I, 40 horas semanais, 25% de regência, para atuar no CEI Rural Salto da Água Verde, no período de 22/08/2016 a 22/12/2016. Em conformidade com a Lei nº 5.528 de 25/03/2015, art. 2º, parágrafo 1º, inciso II, na vaga vinculada da servidora Elenice Mulhbauser de Oliveira, a qual está em Licença Para Tratamento de Saúde, ou até o término do contrato no retorno da titular, conforme Comunicação Interna nº 237/SME/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 797/2016

PORTARIA Nº. 797/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; resolve:

REVOGAR

Art. 1º - Fica revogado a partir de 13/08/2016, o Artigo 1º da Portaria nº 717/2015, que concedeu Redução de Carga Horária para a servidora GRISELE ADRIANA MORANTT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de falecimento do seu esposo Sr. José Clever Pereira Gomes, ocorrido no dia 12/08/2016, conforme Comunicação Interna nº 408/DP/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 798/2016

PORTARIA Nº. 798/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 123, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; Resolve:

CONCEDER AUXÍLIO FUNERAL

Art. 1º - Fica concedido auxílio funeral à servidora GRISELE ADRIANA MORANTT, servidora pública municipal efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Saúde, pelo falecimento de seu esposo Sr. JOSÉ CLEVER PEREIRA GOMES, ocorrido no dia 12 de agosto de 2016, conforme previsto no Art. 123, caput, da Lei Municipal nº 2.305/1990.

Parágrafo Único: O auxílio funeral corresponde à remuneração de 01 (um) mês, nos casos de falecimento de cônjuge, filhos, enteado ou que mantinha sob a sua guarda e por pais, quando seus dependentes.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 18 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

ANGELA CRISTINA DAMASO DA SILVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 18/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 799/2016

PORTARIA Nº. 799/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 40 (quarenta) dias de Férias ao servidor CARLOS EDUARDO VIPIESKI, comissionado no cargo de Assessor da Juventude, junto ao Gabinete, sendo 30 dias referente ao período aquisitivo de 2015/2016 e 10 dias referente ao período aquisitivo de 2016/2017, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 30/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor JAIR ALVES PEREIRA, comissionado no cargo de Encanador, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 20/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 3º - Ficam concedidos 40 (quarenta) dias de Férias à servidora

MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER, efetiva no cargo de Datilógrafo, atualmente comissionada no cargo de Supervisor I, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, sendo 30 dias referente ao período aquisitivo de 2014/2015 e 10 dias referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 30/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 800/2016

PORTARIA Nº. 800/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias à servidora MILENNA LARISSA CONCEIÇÃO, efetiva no cargo de Nutricionista, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 13/09/2016 a 12/10/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 801/2016

PORTARIA Nº. 801/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei n.º. 4.398 de 24/03/2009; resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à servidora SIMONE MULLER WOSNIACK, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 14/08/2016 a 09/02/2017, conforme Atestado

Médico anexo ao Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

HAMILTON WENDT
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 802/2016

PORTARIA Nº. 802/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei Municipal nº 2.305, da Lei Municipal nº 2.830/1997, da Lei Municipal 3.795/2005 e da Lei Municipal nº 3.817/2005;

CONSIDERANDO; a necessidade das alterações; resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o cargo da profissional JULIANA HAUFFE RODRIGUES, para atuar como Supervisor III, a partir de 22/08/2016, exercendo as suas funções junto ao Gabinete, conforme Comunicação Interna nº 448/SMAFO/2016.

Art. 2º - Fica alterado o cargo da profissional MAYARA PADILHA DA SILVA, para atuar como Diretor Administrativo, a partir de 22/08/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, conforme Comunicação Interna nº 449/SMAFO/2016.

Art. 3º - Permanece o Adicional de Tempo Integral de 30% concedido às servidoras.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 803/2016

PORTARIA Nº. 803/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias à servidora PRISCILA SZUCK, efetiva no cargo de Telefonista, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 10/09/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 804/2016

PORTARIA Nº. 804/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90; resolve:

INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais designados pela Portaria nº 574/2016, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. IARA LÚCIA ARTNER LEANDRO LEITE
2. RITA ROSÉLIS SCHULKA VICENTE DE SOUZA
3. SIMONE MARIA WENDT

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos descritos na Comunicação Interna Nº 058/SMDEICT/2016.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 805/2016

PORTARIA Nº. 805/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, atualmente comissionado no cargo de Diretor Administrativo - ICPREV, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a desfrutar no período de 22/08/2016 a 31/08/2016, conforme Requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRENCIA Nº PMC 12/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 137/2016

EDITAL DE CONCORRENCIA PUBLICA Nº. PMC 12/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/10/2016, às 09h15min, licitação para CONCORRÊNCIA PARA DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRAS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SITUADA NO BAIRRO PIEDADE, COM 15.000,00 M², PARA INSTALAÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 07/10/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 109/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 157/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 109/2016 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/09/2016, às 10h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIDÁTICOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS DE ACORDO COM TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201306540/2013. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 01/09/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital (acesso livre) e pregão (acesso identificado): www.licitacoes-e.com.br.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 18/2016

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 158/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. PMC 18/2016

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 09/09/2016, às 09h15min, licitação para SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA SERGIO GAPSKI TRECHO II, COM EXTENSÃO TOTAL DE 240 M. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 09/09/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

DECRETO Nº 106/2016

DECRETO No 0106, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.196, de 7 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), para reforço das dotações orçamentárias, a seguir especificadas:

0901.08.243.0175.2109	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-007	Aplicações Diretas	0300	00	R\$	35.000,00
	Total			R\$	35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso I, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2015, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Capinzal, na fonte 0300 "Recursos Ordinários", no valor de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), conforme quadro a seguir e demonstrativo em anexo.

Demonstrativo do Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	DR	R\$	0,00
Superávit Financeiro – Recursos Ordinários	0300	00	R\$	35.000,00
Total	0300	00	R\$	35.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 19 de Agosto de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 03/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital a candidata aprovada no Concurso Público 02/2014, a seguir relacionada, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

Conforme art. 14 parágrafo 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o prazo para posse é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do Ato de Nomeação.

NOME	CARGO
Ana Lucia Herdt Freitas	Agente de Serviços Gerais - 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 324/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 324/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 15, (quinze) dias, datado de 02.08.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública SANDRA REGINA CHIQUIO, Diretora de Ensino – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 02.08.2016 a 16.08.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 02.08.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 325/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 325/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado – SC, Lei Complementar nº. 008, de 23.12.99 e conforme requerimento;

RESOLVE:

Art.1º. Exonerar a pedido PATRÍCIA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais – 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, nomeada pela portaria nº 278 de 10.06.11, nos termos do art. 30, inciso I da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99, a partir de 17.08.2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 326/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 326/2016

CONSIDERANDO a concessão e autorização de férias em favor do servidor público Flavio da Silveira, conforme Portaria nº 223/2016, relativas ao período 2014/2015;

CONSIDERANDO que a Portaria nº 243/2016 suspendeu o gozo de férias do servidor, nos termos do §4º do art.78 da Lei Complementar nº 008/99;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Autorizar o Servidor Público FLAVIO DA SILVEIRA - Matrícula nº 23004, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, na secretaria Municipal da Fazenda, a gozar férias no período de 22.08.2016 a 05.09.2016, num total de 15 (quinze) dias, relativo ao período remanescente, de que trata a Portaria nº 243/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 327/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 327/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares nº. 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público nº. 02/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os candidatos aprovados no Concurso Público nº. 02/2014, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar nº. 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

NOME	CARGO
Ana Lucia Herdt Freitas	Agente de Serviços Gerais - 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 19 de agosto de 2016.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18 DE 2016

Estado de Santa Catarina
Câmara Municipal de Chapecó

Contrato Administrativo Nº 18/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Adriano Luiz Batista Oro ME
Objeto: 25 Assinaturas do Jornal "Voz do Oeste"
Valor/Ano: R\$ 11.500,00
Vigência: 18/08/2016 até 17/08/2016.

Chapecó, 18 de julho de 2016.
João Maria Marques Rosa
Presidente

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/FMAS/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2016

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/FMAS/2016

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e prestação de serviços para construção de 02 (duas) casas de madeira, de 46,98 m² cada, no Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 13h30min do dia 05/09/2016.

Abertura: Dia 05/09/2016, às 13h45min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 17 de agosto de 2016.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 18° TA CONTRATO N° 230/2014-PMC

Contrato N° : 230/2014

Aditivo N° : 18TA CTR230/2014/2016

Tipo Aditivo : Supressão

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 11/06/2014 Término: 24/01/2017

Assinatura : 10/08/2016

Valor Suprimido R\$: R\$ 32.043,72 (tinta e dois mil quarenta e três reais e setenta e dois centavos)

Dotação : 116 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 461/2016

DECRETO Nº 461/2016

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias, de licença para tratamento de saúde a servidora Municipal, a Sra. EMANUELLE CELLA TOZZO, ocupante do cargo de Contador (a), com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Agosto de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO Nº 7553/2016

DECRETO Nº 7.553. 10 DE Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional especial suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 60.760,34 (Sessenta mil e setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 01 - Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0020 – Vigilância em Saúde.

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos ordinários R\$ 60.760,34.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0020 – Vigilância em Saúde.

Ação: 2.092 - Manutenção do Vigilância em Saúde.

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 8.093,15.

Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Recursos Ordinários R\$ 52.667,29.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7554/2016

DECRETO Nº. 7554, 15 de Junho de 2016.

Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 30 de Junho de 2016, o cargo de auxiliar de serviços gerais, ocupado pela servidora pública municipal Maria Fatima Velasco, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1740626459, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 15 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária e Administração e Finanças

DECRETO Nº 7555/2016

DECRETO Nº. 7.555, 20 de Junho de 2016.

ESTABELECE TURNO ÚNICO NAS SECRETARIAS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido turno único das 07:00 Horas às 13:00 Horas, a partir de 04 de Julho de 2016, com término no dia 31 de Dezembro de 2016, nas secretarias de:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos;
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único - A Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Cultura e Conselho Tutelar terão funcionamento em horário normal, com exceção o setor de esportes.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7556/2016

DECRETO Nº. 7.556, 20 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.54/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2016, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 54/2016 – Pregão Presencial Nº. 19/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA – ME, com os itens Nºs: 32,40,41,65,66 e 75 no valor de R\$ 2.297,80 (dois mil e duzentos e noventa e sete reais e oitenta centavos); AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, com os itens Nºs: 3,4,12,27,36,39,43 a 45,53,54, 59,60,67,68,74,79,81,91 e 100 no valor de R\$ 7.718,30 (sete mil e setecentos e dezoito reais e trinta centavos); CLEBER TADEU BRIDI – ME, com os itens Nºs: 5,8,9,11,18,22,24,26,28,30,61,73, 76,78 e 85 no valor de R\$ 2.874,60 (dois mil e oitocentos e setenta e quatro reais e sessenta centavos); NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA – ME, com os itens Nºs: 29,33,46,50,51,62 a 64,82,87 e 88 no valor de R\$ 8.099,04 (oito mil e noventa e nove reais e quatro centavos); SCS COMÉRCIO LTDA, com os itens Nºs: 1,2,7,10,13 a 17,19 a 21,23,25,31,34,37,38,52,57,80,89,94,98 e 99 no valor de R\$ 13.812,75 (treze mil e oitocentos e doze reais e setenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7557/2016

DECRETO Nº. 7.557, 21 de Junho de 2016.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Rosane Militão de Mello da Rocha, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, nomeada pelo decreto nº. 6192/2012, Edital de Concurso Público N. 001/2012, a partir de 21 de Junho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7558/2016

DECRETO Nº. 7.558, 21 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.146/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, valor de R\$ 151,85 (Cento e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), para pagamento de despesa relativa ao exercício financeiro de 2015, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a PR/CC/IMPrensa Nacional, portadora do CNPJ Nº 04.196.645/0001-00, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
AÇÃO 2.003	PR/CC/IMPrensa Nacional	R\$ 151,85
ELEMENTO 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000		
TOTAL		R\$ 151,85

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução deste decreto correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7559/2016

DECRETO Nº. 7.559, 21 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.147/2016.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do município, o valor de R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Sec. De Administração e Finanças
Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 122– Administração Geral
Programa: 0003 – Administração Geral
Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, subvenções, contribuições
Elemento: 3.3.93.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 11.010,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 06.02 – Departamento de transportes e Obras
Função: 26 - Transporte
Sub-função: 782– Transporte Rodoviário
Programa: 0013 – Estradas Vicinais
Ação: 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – aplicações Direta R\$ 11.010,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7560/2016

DECRETO Nº. 7.560, 21 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo.

Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento: 3.1.90.0000000000.00.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7561/2016

DECRETO 7.561, 21 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê a Lei Municipal Nº 1.497/06, de 19/09/2006, período 2015/2017.

I – Do Governo Municipal:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Simone Sonise Zuffo - titular

Aline Guzzo - suplente.

Secretaria Municipal de Saúde.
Raquel Lamp Milani – titular.
Rosiclei Kati Cortina Nespolo – suplente.

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Danice Cheila Sirtuli - titular
Kênia Munaretti Frozza - Suplente.

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.
Jucilaine Bortolosso - titular
Nilvo José Bagio - suplente.

Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente.
Marleci Lanfredi Fernandes – titular.
Camar Fatina Valandro Tofoli - suplente.

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.
Janaina Ferreira - titular
Sidnei Gerson Rosalen - suplente.

Representante da Escola Estadual Profº Edvino Hupps.
Mary Terezinha Rafaeli - titular
Deisi Mara Favero Vivian - suplente.

II – Representantes não Governamentais:

Clube dos Idosos:
Irma Zucco - titular
Gema Matiello - suplente.

Representante da Entidade de Atendimento a Pessoa Portadora de Deficiência - APAE.
Ivanete Baggio Aduatti - titular
Loriane Enderle - suplente.

Representante da Entidade de Atendimento a Criança e Adolescente - APP
Marivone Angela Zortea Flores – titular.
Rakele Cavasotto Cavalli – suplente.

Representante das Organizações Comunitárias.
Terezinha de Oliveira Dal Cortivo - titular
Ivone Baggio - suplente.

Representante da Organização das Mulheres.
Gelci Maria Dal Chiavon - titular
Ana dos Reis Forte - suplente.

Representante do Sintraf.
Leodir Pressi - titular
Marcelino Francisco Siqueira - suplente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 7.137/2015.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7562/2016

DECRETO Nº. 7.562, 21 de junho de 2016.

NOMEIA OS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Coronel Freitas, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê os artigos 14 e 15 da Lei Municipal Nº 2.107/2015, período 2016/2018.

I - Representantes da Entidade Governamental:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:
Solange Maria Balbinot – titular.
Elizandra da Rosa Lazzaretti– suplente.

Secretaria Municipal de Saúde:
Raquel Lamp Milani – titular
Margaret Terezinha Ciarini Grando - suplente

Secretaria Municipal de Assistência Social:
Gislei Sampaio Zucco - titular
Kênia Munaretti Frozza – suplente

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:
Camar Fátima Valandro Tófolli - titular
Marleci Lanfredi Fernandes - suplente

Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Domigas Evani Neckel Sirtulli– Titular
Janete Margarida Bernardi Zilli – suplente.

Representante da Escola Estadual Profº Délia Régis:
Sandra Regina Zanardi - titular
Kátia Rosane Agostini Costa - suplente

Representante da Segurança Pública:
Rui Roberto Schimidt - titular
Claudécir Cossa – suplente

II - Representantes da Sociedade Civil:

Associação de Pais e Professores - APPs:
Elizangela da Silva - titular
Leodir Zambiasi - suplente

Clubes de Serviços / Lions Clube:
Ivone Sordi - titular
Maria Rosa de Andrade - suplente

Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF
Eliane Tecchio Gasparin - titular
Silvia Panisson - suplente

Entidades Religiosas:
David da Silveira - titular
Nilvo José Bagio - suplente

Organizações Comunitárias:
Oliva Zatti Gollo - titular
Lurdes Mazetto - suplente

Pastoral da Criança / Saúde:
Aregene Mezzomo - titular

Cleonice Enderle Boiani - suplente.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Angélica Bort - titular

Loriane Enderle - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. As despesas decorrentes do funcionamento do Conselho ocorrerão por conta do orçamento municipal em vigência, que concerne ao apoio técnico e administrativo.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário especialmente o Decreto Nº 6820/2014.

Gabinete do Prefeito, 21 de junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7563/2016

DECRETO Nº. 7.563, 27 de junho de 2016.

CONSTITUI AS INSTÂNCIAS QUE TERÃO COMO RESPONSABILIDADE O MONITORAMENTO CONTÍNUO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DA EXECUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME E O CUMPRIMENTO DE SUAS METAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica Constituída as Instâncias para monitorar e avaliar periodicamente a execução do Plano Municipal de Educação – PME e o cumprimento de suas metas, conforme prevê o artigo Nº 5º da Lei Municipal Nº 2.076/2015, a seguir especificadas:

1. Secretaria Municipal de Educação;
2. Câmara de Vereadores (Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência);
3. Conselho Municipal de Educação – CME;
4. Fórum Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7564/2016

DECRETO nº 7.564, 28 DE Junho de 2016.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº 2.068/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e alteração da Lei Municipal Nº. 2.120/2015, Lei Orçamentária Anual, e Suplementa Verbas no orçamento vigente, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.149/2016.

DECRETA

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.033– Aquisição de máquinas, veículos, equipamentos e mobiliário, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.033	Aquisição de máquinas, veículos, equipamentos e mobiliário	01	1	127.110,00	127.110,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 122.010,00 (cento e vinte e dois mil e dez reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 05.01 Departamento de Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Sub-função:122- Administração Geral

Programa:0010 – Agricultura

Ação: 1.033 – Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários - R\$ 24.510,00
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios- R\$97.500,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação através do convênio 833099/2016- MAPA e da anulação de dotação conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Anulação de dotação	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	24.510,00
Excesso de Arrecadação	1.033	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	97.500,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.035– Aquisição de Máquinas e equipamentos para patrulha agrícola Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que

dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				22016	TTOTAL
11.035	Aquisição de Máquinas e equipamentos para patrulha agrícola	01	11	117.600,00	1117.600,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
 Unidade: 05.01 Departamento de Agricultura
 Função: 20 – Agricultura
 Sub-função:122- Administração Geral
 Programa:0010 – Agricultura
 Ação: 1.033 – Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios- R\$100.000,00

Art. 6º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação na referida destinação de recursos através de convênio 830854/2016/MDA, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.035	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	100.000,00

Art. 7º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.048– Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.048	Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano	01	1	50.000,00	50.000,00

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos
 Função: 15 – Urbanismo
 Sub-função:451- infra-estrutura Urbana
 Programa: 15 – Urbanização da cidade
 Ação:1.048 – Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios -R\$ 50.000,00

Art. 9º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Governo do estado de SC – SDR- Chapecó:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de Arrecadação	1.048	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	50.000,00

Art. 10. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.026– Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.026	Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal	01	1	50.000,00	50.000,00

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 06.02 – Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-função:122-Administração Geral

Programa: 0007 – Esporte e Lazer Para Todos

Ação:1.026 – Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferência de Convênios –R\$ 50.000,00

Art. 12. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Governo do Estado SC- SDR - Chapecó:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.026	4.4.90.00.00.00.00	01.0024	50.000,00

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7565/2016

DECRETO Nº. 7.565, 29 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, o valor de R\$ 1.760,00 (um mil e setecentos e sessenta reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 06.00 – Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 – Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Sub - função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0004 – Melhoria de pontes, pontilhões e bueiro

Ação: 1.008 – Recuperação de bueiros e pontes.

Do Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 1.760,00

Para Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 1.760,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7566/2016

DECRETO Nº. 7.566, 29 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política a servidora Emanuela Cristina Grando, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º, IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7567/2016

DECRETO Nº. 7.567, 29 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Assis Fagundes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na S.M.T.O.S.U - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º, IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7568/2016

DECRETO Nº. 7.568, 29 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Fernando Stuari, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas 2, com lotação na S.M.T.O.S.U - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º, IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7569/2016

DECRETO Nº. 7.569, 29 de Junho de 2016.

FIXA OS PREÇOS E TAXAS DE UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial pelo art.136 da Lei Municipal 2.125/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica fixado na tabela em anexo, o valor das tarifas e preços máximos para utilização de serviços do cemitério público municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

ANEXO I

1- Jazigos – (sepultura de chão e gavetas)

Adulto (acima de 1,50m de comprimento): 1.000 (um mil) UFRM
Criança (abaixo de 1,50m de comprimento): 500 (quinhentos) UFRM

2- Serviços – Remoção de restos mortais: 100 (cem) UFRM
Taxa de abertura ou fechamento de jazigo: 50 (cinquenta) UFRM
Taxa anual de manutenção gaveta: 20 (vinte) UFRM
Taxa anual de manutenção terreno: 45 (quarenta e cinco) UFRM
Licença para construção/reforma jazigo: 50 (cinquenta) UFRM
Licença para colocação de placa: 05 (cinco) UFRM
Licença para limpeza e demais serviços: 03 (três) UFRM
Taxa anual para manutenção de restos mortais em ossário: 05 (cinco) UFRM

DECRETO Nº 7570/2016

DECRETO Nº. 7.570, 29 de Junho de 2016.

TORNA PÚBLICO O INTERESSE DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS EM REALIZAR OUTORGA DE CONCESSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, observando em especial o disposto no art. 5º da Lei 8.987/1995.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido que o Município de Coronel Freitas, através do regime de concessão de serviço público, concederá a outorga da administração do Cemitério Municipal pelo prazo de 10 anos.

Art.2º. A outorga será realizada através de processo licitatório, que deverá observar o disposto na Lei 8.987/95 e 8.666/93, pelo prazo de 10 anos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7571/2016

DECRETO Nº. 7.571, 29 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Rodrigo Gilberto anzolin, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas 2, com lotação na S.M.T.O.S.U. – Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos – Transportes - DMER, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7572/2016

DECRETO Nº. 7.572, 01 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Complementar Nº 64/90 e Lei Municipal N. 2.078/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica concedida licença remunerada para atividade política ao servidor Rudimar Antonio Lanfredi, ocupante do cargo efetivo

de Agente Administrativo, com lotação no Departamento de Assistência Social, pelo período de 3 (três) meses, iniciando em 02 de Julho de 2016, em cumprimento ao art. 1º, VII, "b", c/c art.1º,IV, "a", c/c art.1º, II, "I" da Lei Complementar Nº 64/90 e também de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Coronel Freitas, Lei Municipal Nº 2.078/2015 em seu art.88, II e art.90, que prevê o afastamento das atividades até três meses antes da eleição, a contar de 02/07/2016.

Art.2º. Esta licença fica condicionada a apresentação do comprovante de registro da candidatura para a Administração Pública Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7573/2016

DECRETO Nº. 7.573, 01 de Julho de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido o servidor público municipal Felipe Balen, ocupante do cargo de Assessor de Relações Públicas e Imprensa, nomeada pelo decreto nº. 7402/2016, a partir de 01 de Julho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 01 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7574/2016

DECRETO Nº 7.574, 01 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DA INSTALAÇÃO DA SALA DE SITUAÇÃO PARA INTENSIFICAÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a Portaria nº 1813, de 11 de novembro de 2015 do Ministério de Estado da Saúde que declara a Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e demais relacionadas à matéria.

Considerando a Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) declarada pelo MS em 12 de novembro de 2015;

Considerando a Diretriz Geral SNCC/2015 que cria o Sistema de Coordenação e Controle para intensificar as ações de mobilização e combate ao mosquito.

Considerando a Diretriz SNCC nº 1 que orienta Estados e Municípios para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pelo Ministério da Saúde em 11 de novembro de 2015.

Considerando a Diretriz SNCC nº 2/2015 que orienta Estados e Municípios no emprego das Forças Armadas para a intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti no período de vigência da Situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), declarada pelo Ministério da Saúde em 11 de novembro de 2015.

Considerando o número de casos registrados de dengue em 2015 no Estado de Santa Catarina, bem como do risco de introdução e disseminação de febre de chikungunya e zika vírus, e suas complicações dentre elas a microcefalia em recém nascidos, torna-se imprescindível a intensificação das ações de controle vetorial no município de Coronel Freitas, este considerado um dos municípios infestados pelo Aedes Aegypti.

Considerando que para o combate ao Aedes Aegypti é necessário o envolvimento de diversos setores da sociedade civil e múltiplos órgãos governamentais, além da mudança comportamental da população, estabeleceu-se o Plano Estadual de Intensificação das Ações de Mobilização e combate ao Mosquito Aedes Aegypti, alinhado ao Plano Nacional, para auxiliar Municípios na organização e execução de atividades com o propósito prioritário de reduzir a infestação e a possibilidade de ocorrência de epidemias de dengue, chikungunya e zika vírus no município de Coronel Freitas.

DECRETA

Art. 1º. Fica prorrogada a instalação da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, no período de 01/07/2016 à 31/12/2016 onde terá como sala física a unidade do CTA-DENGUE, situada na Rua Minas Gerais, nº 361, Centro, município de Coronel Freitas, email:combatedengue@coronelfreitas.sc.gov.br , telefone para contato nº (49) 3347-0098 e (49) 3347-1324.

Parágrafo Único. A Sala de Situação do município de Coronel Freitas terá como objetivos:

1. Planejar a execução das ações de mobilização e de combate ao mosquito em seu município;
2. Mobilizar pessoal, insumos, equipamentos e logística para a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
3. Coordenar, monitorar e supervisionar a execução das ações de mobilização e combate ao mosquito em seu município;
4. Intensificar as ações de combate ao vetor;
5. Gerenciar os estoques de aduldidas e larvicidas;
6. Informar à Sala Estadual de Coordenação e Controle as necessidades logísticas para o pronto cumprimento da mobilização e

combate ao mosquito;
 7. Realizar os levantamentos de dados para os indicadores;
 8. Consolidar dados e informações sobre a intensificação da campanha de combate ao mosquito;
 9. Remeter dados às Salas de Coordenação e controle;
 10. Integrar as equipes de agentes de endemias e comunitários de saúde nas atividades de mobilização e combate ao mosquito;
 11. Engajar as equipes de saúde para a conscientização e orientação da população;
 12. Envolver professores e alunos das instituições de ensino nas atividades de conscientização e orientação da população;
 13. Envolver o Ministério Público e o Poder Judiciário na intensificação da campanha;
 14. Incentivar a participação da sociedade civil organizada;
 15. Conscientizar a sociedade sobre a importância da atuação de cada cidadão nos cuidados preventivos necessários para evitar a proliferação do mosquito nos ambientes;
 16. Avaliar resultados da intensificação da campanha para orientar a continuidade das ações.

Art. 2º. A Coordenação da Sala de Situação para intensificação de ações de combate ao mosquito Aedes Aegypti, será de responsabilidade do servidor público municipal, Rafael Dal Cortivo.

Art. 3º. Serão membros participantes da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti, as seguintes instituições representadas pelas seguintes pessoas:

Nome	Instituição
Cesar Luis Martinelli	Prefeito Municipal em Exercício do Município de Coronel Freitas
Jaime Antonio Favareto	Defesa Civil do Município de Coronel Freitas
Alex Sandre Massolini	Secretaria Municipal de Saúde
Jucilaine Bortolosso	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Claci De Fatima Glanert Mazetto	Secretaria Municipal de Educação
Clarice Ana Tessaro Zucco	Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Nelcir João Zardo	Secretaria Municipal de Esportes
Valdecir José Giachini	Secretaria Municipal de Agricultura
Danice Cheila Sirtuli	Secretaria Municipal de Assistência Social
Olir Malfatti	Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária
Cleomar Pagnussat	Agente de Saúde Pública, Vigilância Epidemiológica
Darlea De Cezaro	Enfermeira, Atenção Básica em Saúde
Guimar Alberto Silvestrim	Escoteiro
Alixandre Antonio Appi	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos -DMER
Eliane Bee Farias Bento	Monitor Social I, Cras

Art. 4º. As despesas com a organização e realização das atividades da Sala de Situação para Intensificação de Ações de Combate ao Mosquito Aedes Aegypti correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto N. 7.408/2016.

Gabinete do Prefeito, 01 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
 Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7575/2016

DECRETO Nº 7.575, 07 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR POR FALECIMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado por falecimento, o servidor público municipal José Mohr, ocupante do cargo de motorista, nomeado pelo Decreto Nº 1472/1995 a partir de 02/07/2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste decreto, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 07 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
 Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
 Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7576/2016

DECRETO Nº 7.576, 14 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.151/2016;

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do município, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.00 – Câmara De Vereadores
 Unidade: 01.01 – Câmara De Vereadores
 Função: 01 - Legislativa
 Sub-função: 031 – Ação Legislativa
 Programa: 0001 – Processo Legislativo
 Ação: 1.001 – Conclusão construção sede própria
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 01.00 – Câmara De Vereadores
 Unidade: 01.01 – Câmara De Vereadores
 Função: 01 - Legislativa
 Sub-função: 031 – Ação Legislativa
 Programa: 0001 – Processo Legislativo
 Ação: 1.002 – Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7577/2016

DECRETO Nº. 7.577, 14 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 148.000,00 (Cento e quarenta e oito mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 2.003 – Manutenção das Atividades de Administração do Município.

Elemento: 3.3.90.0000000000.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Órgão: 03.00 – Secretaria de Administração e Finanças.

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças.

Função: 04 – Administração.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0003 – Administração Geral.

Ação: 1.005 – Aquisição de Móveis, Equipamentos e Veículos.

Elemento: 4.4.90.0000000000.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.007 – Manutenção do Transporte Escolar.

Elemento: 3.3.90.0000000000.00.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7578/2016

DECRETO Nº. 7.578, 14 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, o valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 06.00 – Secretaria De Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos.

Função: 25 – Energia.

Sub - função: 752 – energia Elétrica.

Programa: 0018 – Serviço de Utilidade Pública.

Ação: 2.049 – Manutenção e Melhoria da iluminação Pública.

Do Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Para Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 12.000,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7579/2016

DECRETO Nº 7.579, 14 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, o valor de R\$ 34.274,10 (trinta e quatro mil e duzentos e setenta e quatro reais e dez centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0032 – Saúde Mental.

Ação: 2.104 – Manutenção do Programa NASF.

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0864 – Recursos Ordinários R\$ 34.274,10

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0032 – Saúde Mental.

Ação: 2.104 – Manutenção do Programa NASF.

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0864 – Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0864 – Recursos Ordinários R\$ 29.274,10

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7580/2016

DECRETO Nº. 7.580, 14 de julho de 2016.

NOMEIA A COMISSÃO INTERSETORIAL PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS – SC.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Para a elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Coronel Freitas – SC será constituída a Comissão Intersetorial composta pelos seguintes órgãos públicos e organizações representativas:

I - Representantes do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente:
Lurdes Mazetto

II - Representantes do conselho municipal da assistência social – CMAS:

Raquel Lamp Milani

III - Representantes do conselho municipal da saúde – CMS:

Isabel Rossi Cavasotto

I V- Representantes do conselho municipal da educação:

Solange Maria Balbinot

V - Representantes do conselho Tutelar:

Clarice Justina Golo Debortoli

VI - Representantes da Entidade Governamental:

Secretaria Municipal de Educação:

Gelci Martinelli

Secretaria da Cultura:

Simone Zuffo

Secretaria de Esportes:

Nelcir Zardo

Secretaria Municipal de Saúde:

Daiane Patricia Nazario

Secretaria Municipal de Assistência Social:

Eliane Bee Farias Bento

VII - Representantes de crianças e adolescentes:

Thiago Ferrari,

Valéria Dal Cortivo Dala Barba

Shaiane Biazzi do Prado

Julia Peretti Cortina

Larissa Pitt

Art. 2º. O Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Coronel Freitas – SC é considerada de relevante interesse para os municípios.

Art. 3º. Os membros da Comissão Intersetorial do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Coronel Freitas – SC prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. As despesas decorrentes do funcionamento do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do município de Coronel Freitas – SC ocorrerão por conta do orçamento municipal em vigência, que concerne ao apoio técnico e administrativo.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto Nº 7.529/2016.

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7581/2016

DECRETO Nº. 7.581, 14 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 122 – Administração Geral.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.012 – Manutenção do Administrativo da Educação.

Elemento: 3.1.90.0000000000.00.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7582/2016

DECRETO Nº. 7.582, 25 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 51/2016, CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº 2/2016, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 51/2016 – Concorrência para Alienação Nº. 2/2016, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Airtor Carlos Rampanelli, com o item Nº: 4 no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e Altair Vivian com o item Nº 7 no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7583/2016

DECRETO Nº. 7.583, 25 de Julho de 2016.

ESTABELECE TURNO ÚNICO NA SECRETARIA DE SAÚDE E ESFs QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido turno único das 07:00 Horas às 13:00 Horas, a partir de 01 de Agosto de 2016, com término no dia 31 de Dezembro de 2016, nos ESFs 1, 2 e 3 e Secretaria de Saúde.

Parágrafo único – O Posto de Saúde Central terá funcionamento em horário normal para atendimentos emergenciais.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7584/2016

DECRETO Nº. 7.584, 25 de julho de 2016.

INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO CONTÍNUO E AVALIAÇÕES PERIÓDICAS DA EXECUÇÃO DAS METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –PME DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Instituir a Comissão Coordenadora para monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução das metas e

estratégias em cada nível e modalidade de Ensino do plano municipal de educação – PME do município de coronel Freitas/ SC, conforme determina a Lei Municipal nº 2.076 de 16 de Junho de 2015 – art. 5º-PME e Decreto nº 7.563 de junho de 2016 que constitui as instâncias que têm tal responsabilidade.

Art. 2º. As Instâncias designadas pelo Decreto 7.563/2016 oficializarão os seus representantes de classe/órgão/ entidade para compor a referida comissão através de documento (Ata ou Ofício) assinado pelos responsáveis da Instância observando o artigo 3º.

Art. 3º. Serão representantes natos das Instâncias que compõem a Comissão Coordenadora para monitoramento contínuo e avaliações periódicas da execução das metas do plano municipal de educação – PME , os seguintes membros:

I – Secretaria Municipal de Educação (Secretário (a) ou Diretor(a) Municipal de Educação);

II - Câmara de Vereadores (Comissão de Educação,Cultura, Saúde e Assistência)

III – Conselho Municipal de Educação (Presidente(a) do CME)

IV – Fórum Municipal de Educação (Presidente(a) do FME)

Parágrafo Único - Os representantes das Instâncias citadas neste artigo serão nomeados por Portaria Municipal.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Coordenadora para monitoramento contínuo e avaliações do plano municipal de educação – PME do município de coronel Freitas/ SC:

I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pelo Departamento de Educação;

II – Organizar Consulta Públicas para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do PME;

III- Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento – PME e versão final e encaminhar ao Departamento de Educação;

IV – Divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

V – Propor revisão do percentual de investimento público em educação.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7585/2016

DECRETO Nº. 7.585, 25 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício de 2015, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 890,89

(Oitocentos e noventa reais e oitenta e nove centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Todas as Crianças e Adolescentes na Escola.

Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento: 3.1.90.0000000000.00.03.0001 – Aplicações Diretas R\$ 890,89

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, conforme decreto nº. 7.441/2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 25 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO Nº 7586/2016

DECRETO Nº. 7.586, 25 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAR VERBA POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 2.120/2015.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a movimentar verba por anulação de dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Coronel Freitas, o valor de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme a seguir discriminado:

De:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub - função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 2.004 – Manutenção do Programa ESF.

Do Elemento 3.3.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas R\$ 36.500,00

Para Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0064 – Aplicações Diretas R\$ 36.500,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7587/2016

DECRETO Nº. 7.587, 28 de Julho de 2016.
Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 26 de Julho de 2016, o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocupada pela servidora pública municipal Cleria Dalcortivo, a pedido, por motivo de aposentadoria por invalidez, pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 6140772358, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Julho de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7588/2016

DECRETO Nº. 7.588, 28 de Julho de 2016.
DISPÕE SOBRE RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO DE SERVIDOR MUNICIPAL.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA

Art. 1º. Fica cancelada a licença remunerada para atividade política ao servidor municipal Fernando Stuaní, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas 2, com lotação na S.M.T.O.S.U - Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a qual foi concedida através do Decreto Nº 7568/2016, pelo motivo de não ter sido aprovado como candidato a vereador, conforme a Ata da Convenção Municipal de Escolha dos Candidatos as eleições de 2016, do Partido da República PR do município de Coronel Freitas-SC, realizada no dia 22/07/2016, pelo qual iria concorrer.

Art.2º. Fica determinado o retorno imediato do servidor as suas atividades no município.

Art.3º. Fica revogado o Decreto Nº 7.568/2016.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Julho de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7588A/2016

DECRETO Nº. 7.588A, 28 de Julho de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Jucilaine Bortolosso, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo, nomeada pelo Decreto nº. 6.749/2014, a partir de 31 de Julho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 28 de Julho de 2016.
Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7588B/2016

DECRETO Nº. 7.588B, 28 de Julho de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar o servidor público municipal Alveri Decarli, ocupante do cargo de Secretário de transportes, Obras e Serviços Urbanos, nomeada pelo Decreto nº. 7.094/2015, a partir de 31 de Julho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 28 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 7588C/2016

DECRETO Nº. 7.588C, 28 de Julho de 2016.
EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a servidora pública municipal Danice Cheila Sirtuli, ocupante do cargo de Diretora de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº. 7.492/2016, a partir de 31 de Julho de 2016.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito 28 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco
Secretária de Administração e Finanças

LEI Nº 2.144/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.144, 10 de Junho de 2016.
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI Nº 1.693, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2009 E SEUS ANEXOS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei Nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;
III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;
IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;
V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;
VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e
VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 2º O artigo 3º da Lei Nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRAA = NH \times R\$ 0,1200$, onde

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 3º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 4º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRES = NH \times R\$ 0,0600$, onde

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 4º Fica acrescido o artigo 5º, Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRVL = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas
NH - Número de habitantes no município
R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2011, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.
§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRCR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$TRTR = NH \times R\$ 0,0100$, onde

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela

seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$, onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$, onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 10. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 11. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 12. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 13. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 1.693, de 19 de

novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 15. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 16, Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 16. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 17. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 17. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 18. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 19. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 20. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art.20. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.21. Fica acrescido o artigo 22, na Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, com a seguinte redação:

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 22. O artigo 3º, do anexo Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 23. O Parágrafo único, do artigo 32, do anexo Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 32

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 24. O § 1º, do artigo 39, do Anexo Protocolo de Intenções, anexo I integrante da Lei nº 1.693, de 19 de novembro de 2009 passa a ter a seguinte redação:

Art. 39

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 25º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 26º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.145/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.145, 10 de Junho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado para abrir crédito adicional especial suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente do

Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 60.760,34 (Sessenta mil e setecentos e sessenta reais e trinta e quatro centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 01 - Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0020 – Vigilância em Saúde.

Ação: 2.092 - Manutenção da Vigilância em Saúde.
 Elemento: 3.1.90.0000000000.01.0000 – Recursos ordinários
 R\$ 60.760,34.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes de anulações de dotações orçamentárias, a seguir discriminadas:

Órgão: 07.00 – Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 01 - Departamento de Saúde
 Função: 10 - Saúde
 Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária.
 Programa: 0020 – Vigilância em Saúde.
 Ação: 2.092 - Manutenção do Vigilância em Saúde.
 Elemento: 3.3.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 8.093,15.
 Elemento: 3.3.90.0000000000.03.0000 – Recursos Ordinários R\$ 52.667,29.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de Junho de 2016.
 Mauri José Zucco
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.146/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.146, 21 de Junho de 2016.
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE DESPESA RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar na dotação própria do Orçamento atual do Município, valor de R\$ 151,85 (Cento e cinquenta e um reais e oitenta e cinco centavos), para pagamento de despesa relativa ao exercício financeiro de 2015, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a PR/CC/IMPrensa Nacional, portadora do CNPJ Nº 04.196.645/0001-00, conforme a seguir discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
ACÇÃO 2.003		
ELEMENTO 3.3.90.00.00.0	PR/CC/IMPrensa NACIONAL	R\$ 151,85
0.00.00.00.01.0000		
TOTAL		R\$ 151,85

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da ação acima discriminada.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação
 Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.
 Mauri José Zucco
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.147/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.147, 21 de Junho de 2016.
 DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do município, o valor de R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 – Sec. De Administração e Finanças
 Unidade: 03.02 – Departamento De Administração e Finanças
 Função: 04 - Administração
 Sub-função: 122– Administração Geral
 Programa: 0003 – Administração Geral
 Ação: 2.088 – Transferência a Consórcios Públicos, subvenções, contribuições
 Elemento: 3.3.93.0000000000.01.0000 – Recursos Próprios R\$ 11.010,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 – Sec. De Transportes, Obras e Serviços Urbanos
 Unidade: 06.02 – Departamento de transportes e Obras
 Função: 26 - Transporte
 Sub-função: 782– Transporte Rodoviário
 Programa: 0013 – Estradas Vicinais
 Ação: 1.043 – Pavimentação Asfáltica Rodovia da Integração
 Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – aplicações Direta R\$ 11.010,00

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Junho de 2016.
 Mauri José Zucco
 Prefeito Municipal

LEI Nº 2.148/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.148, 28 de Junho de 2016.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a baixa dos bens patrimoniais (Listagem anexa à presente Lei), pertencentes ao Poder Executivo e Legislativo do município. Os bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, causados pela enxurrada ocorrida no município no dia 14/07/2015, situação de calamidade pública conforme Decreto Nº 7204/2015, Boletim de ocorrência Nº 00068-2015-00763, foram considerados inservíveis, resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais, realizados pela comissão de avaliação, conforme ata Nº 01/2016 de 12/05/2016, nomeados pelo Decreto N. 7.528/2016.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

ANEXO**BENS PARA DAR BAIXA REFERENTE À ENCHENTE**

DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
Nº placa	Descrição
568	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA
1008	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1106	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2978	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2979	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2983	MESA EM MADEIRA
2984	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2989	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2994	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2995	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3000	BALCÃO PIA EM MDF 2 PORTAS E 4 GAVETAS
3003	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3006	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3007	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3008	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3010	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3012	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3014	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3017	BALCÃO PIA EM FORMICA 7 PORTAS E 4 GAVETAS
3018	BEBEDOURO
3019	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3022	ESTANTE EM AÇO
3023	ESTANTE EM AÇO
3024	ESTANTE DE AÇO 6 PRATELEIRAS
3025	ESTANTE EM AÇO
3026	BALCÃO AÉREO EM FORMICA 7 PORTAS
3030	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3031	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
3032	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3034	ESCRIVANINHA EM MDF 1 GAVETA - ANTIGA
3035	ESCRIVANINHA EM MDF 4 GAVETAS - ANTIGA
3039	VENTILADOR FAET

4300	IMPRESSORA HP DESKJET D 1460
3046	POLTRONA GIRATÓRIA ESTIFADA EM TECIDO COM ENCOSTO DE BRAÇO
3072	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3146	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3147	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3373	APARELHO DE SOM MINISYSTEM MARCA EXCESS
3393	FOGÃO INDUSTRIAL À GAS 2 BOCAS MARCA GERAL
3596	CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA EM TECIDO
3826	CADEIRA ESTOFADA GIRATÓRIA EM TECIDO
4190	FOGÃO INDUSTRIAL À GAS 2 BOCAS
4306	IMPRESSORA HP DESKJET D 1560
4635	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO COM APOIO PARA BRAÇO
4636	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO COM APOIO PARA BRAÇO
4648	MESA PARA REUNIÃO TAMPO (DOADA PODER JUDICIÁRIO FEDERAL)
4736	MESA DE MADEIRA COR MEL
4741	MESA DE MADEIRA COR MEL
4743	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
4747	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
4748	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
4755	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
4756	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
4758	CADEIRA DE MADEIRA COR MEL
5169	MAQUINA DE LAVAR ROUPAS BRASTANK
5170	MAQUINA DE SECAR CENTRIFUGA MUELLER
5869	BANCO EM MDF DE 2,50m 0,45x0,35m PARA DEPARTAMENTO DE ESPORTES
5930	RADIO PHILCO 4W RMS MP3 PARA DEPARTAMENTO DE ESPORTES
6080	NOTEBOOK INTEL DC 2GB 320GB/14 DEPARTAMENTO DE ESPORTES
6305	ESCRIVANINHA EM MDF 3 GAVETAS COM CHAVE BRANCA - ANTIGA
6556	LAVADORA DE ROUPAS TANQUINHO 2,5 K MARCA CLARICE
6714	ESCADA DE ALUMINIO 12 DEGRAUS, MOR
6820	MICROCOMPUTADOR INTEL DUAL CORE, 4GB, HD 500 GB
7054	CADEIRA GIRATÓRIA EM TECIDO
7056	LEITOR HAMSTER FINGERTECH
7062	QUADRO BRANCO - 1,20x1,00m
7063	CAIXA DE SOM AMPLIFICADOR MASTER MV 100
7087	CADEIRA DE MADEIRA ESTILO COLONIAL
7088	LAVA JATO JET MAX MODELO SUPER 2000
7089	LOUSA BRANCA
7090	ESTANTE EM MADEIRA COM 7 PRATELEIRAS
7091	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - VELHA
7092	MACA DE FERRO ANTIGA
7152	COMPUTADOR INTEL CORE 2 DUO 2,93 GHz DE MEMORIA E HD 750GB
7153	MOTO COMPRESSOR 2HP L 220W KAJIMA MC 240
7154	KIT DE ACESSORIOS COMPRESSOR AR
7155	PULVERIZADOR JACTO 12 LTS XP 12
7823	MOTO COMPRESSOR 2HP L 220W KAJIMA MC 240
9259	LAVADORA DE ROUPAS 15 KG ELECTROLUX 220W
9686	GRAVADOR DE IMAGEM DIGITAL 4 CANAIS HIBRIDO LV6
9688	ASSOPRADOR PARA LIMPEZA DE FOLHAS E GALHOS 25,4 CC KWB26

	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Nº placa	Descrição
658	CADEIRA EM MADEIRA ESTOFADA E TECIDO AZUL PARA CRIANÇAS COM APOIO P/ OS PÉS
776	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1074	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2330	MESA EM MADEIRA 1,50x0,80m

3521	MESINHA EM FERRO
3591	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
3598	MESA P/ ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS COM CHAVE
3600	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 2 GAVETAS
3608	GAVETEIRO EM FORMICA 5 GAVETAS
4821	CADEIRA MULTIUSO PARA TELECENTRO
5168	BALCÃO BRANCO 1,20 COM INOX E FOGÃO EMBUTIDO (SECRETARIA EDUCAÇÃO)
5174	CENTRAL TELEFONICA INTELBRAS (DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO)
5228	ARMÁRIO 0,50x0,80 BRANCO (SECRETARIA EDUCAÇÃO)
5389	30 PEÇAS PARA ESCOLAS - PLACA NÃO FIXADA
	CONJUNTO COM 3 SUPER TAPETE DO ALFABETO EM EVA
5390	30 PEÇAS PARA ESCOLAS - PLACA NÃO FIXADA
5403	ADIPOMETRO PLICOMETRO CLINICO CESCORF PARA EDUCAÇÃO
5406	MONITOR 15"
5861	ACERVO DE LIVROS PARA ALUNOS DE 1º AO 5º ANO
5862	ABRIGOS DE PASSAGEIROS - LINHA OGLIARI - PLACA NÃO FIXADA
5945	CADEIRA TRIO CONFORT PARA ONIBUS MICROONIBUS
5948	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5950	BEBEDOURO THERMOMAQ MAQTRON
6115	MESA DE MADEIRA 0,80x0,80x0,50m
6422	NOBREAK 600 VA BIVOLT
6477	ABRIGO DE PASSAGEIROS - LINHA ALBERTON - PLACA NÃO FIXADA
6479	ABRIGO DE PASSAGEIROS - LINHA SALTINHO - PLACA NÃO FIXADA
6746	ONIBUS ESCOLAR, VOLKSBUS, VW 15.190, PLACA MJT-4076, ANO 2012
8293	ESTABILIZADOR ADF TRONIC ST 1000
8295	MONITOR POSITIVO 15" LCD - PRETO (MEC 83/98)
6748	ONIBUS ESCOLAR, IVECO CITY CLASS ESCOLAR, PLACA MKW-6726, ANO 2012
8295	MONITOR POSITIVO 15" LCD - PRETO
8300	BALANÇA DE VIDRO PRESTIGE SAÚDE EB2033
8302	ESCADA DE FERRO 5 DERAUS
8305	CADEIRA BEBE CONFORTO TRIO SP CONFORT SHADOW NANIA PRETA
8306	CADEIRA BEBE CONFORTO GALZERANO VERMELHA/CINZA
8307	CADEIRA BEBE CONFORTO GALZERANO VERMELHA/CINZA
8309	CADEIRA BEBE CONFORTO GALZERANO VERMELHA/CINZA
8316	ESTABILIZADOR ADF TRONIC ST 1000
8317	IMPRESSORA HP DISKJET 10 F4280
8318	CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA ESTOFADA EM CORVIN COM APOIO PARA BRAÇO
8321	LIQUIDIFICADOR CADENCE MODELO LIG 789 - BRANCO
8324	RÁDIO COM CD BRITANIA BS3 BRANCO
8332	MESA PARA ESCRITÓRIO - 3 GAVETAS COM CHAVE
8334	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL
9002	MESA AUXILIAR P/ IMPRESSORA - BEGE
9003	MESA PARA COMPUTADOR COM SUPORTE PARA TECLADO
9590	CENTRAL PABX MODULARE I 2/4
9823	MESA PROFESSOR COM 2 GAVETAS 1,20x0,60x0,74m BRANCA
9824	MESA PROFESSOR COM 2 GAVETAS 1,20x0,60x0,74m BRANCA
5401	DATA SHOW
6523	NOTEBOOK
6402	FONE-FAX
8298	ESTABILIZADOR
8316	ESTABILIZADOR
8293	ESTABILIZADOR
8296	ESTABILIZADOR
6346	DVD - APARELHO
8315	CPU
6695	CPU
8418	NOBREAK 600 VA BIVOLT
2831	CARTEIRA ESCOLAR
3646	CARTEIRA ESCOLAR

	RODOVIÁRIA
Nº placa	Descrição
284	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2637	CADEIRA DE MADEIRA ESTILO COLONIAL
2928	LIQUIDIFICADOR MARCA ARNO 2 VELOCIDADES OPTIMY
2933	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
3138	FOGÃO À GÁS 6 BOCAS MARCA GERAL
3140	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3142	BALCÃO PIA EM FORMICA 4 PORTAS E 3 GAVETAS
3154	ESTANTE EM MADEIRA
3183	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3192	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3220	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3258	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3261	MESA DE MADEIRA
3262	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS E 2 GAVETAS
3282	CADEIRA DE MADEIRA ESTILO COLONIAL
3324	VENTILADOR MARCA BRISA
3574	TELEVISOR MARCA MITSUBISHI 20 POL
3667	ESTABILIZADOR ADFTRONIC ST 1000
4550	CAMA BELICHE EM MADEIRA
4672	MESA PARA JUIZ E DIRETOR DE SECRETARIA (DOADO PODER JUDICIARIO FEDERAL
4886	TV A CORES 29" CCE HPS 29997 FS (CASA DO ABRIGO)
5850	PURIFICADOR DE AGUA MARCA PURATRONIC LATINA (ASSISTENCIA SOCIAL)
6005	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA 220V BLACKDECKER PARA CASA DO ABRIGO
6041	MESA 1,60x0,80 BRANCA (CONSELHO TUTELAR)
6599	NOBREAK 1300BIV BAT EX CAR 7A
7101	ESTABILIZADOR ADFTRONIC ST 1000
7131	ESCADA DE FERRO 6 DEGRAUS
7132	LAVA JATO JET MAX MODELO SUPER 2000
7133	NOBREAK MAXIPOWER AMI
7138	CADEIRA DE MADEIRA ESTILO COLONIAL
7140	CAIXA AMPLIFICADORA WARMUSIC 6W 15R
7150	ARMÁRIO MDF 2 PORTAS
7835	ESCADA DE FERRO 6 DEGRAUS
8323	ASPIRADOR DE PÓ WALITA 400J (ANTIGO)

			CONSELHO TUTELAR
Nº placa	Descrição		
17	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
24	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - ANTIGA		
25	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - ANTIGA		
26	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - ANTIGA		
28	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - ANTIGA		
34	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA - ANTIGA		
37	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
70	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
71	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
80	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
81	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
84	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
86	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
87	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
183	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA		
2299	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA EM TECIDO		

2301	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
2304	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
2309	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
2312	ARMÁRIO EM MADEIRA 2 PORTAS
2318	REFRIGERADOR MARCA PROSDOCIMO R 26 260 LTS
2319	BALCÃO PIA EM FORMICA 3 PORTAS E 2 GAVETAS
2320	BALCÃO AÉREO EM FORMICA 3 PORTAS
2324	ARMÁRIO EM MADEIRA 2 PORTAS DE CORRER
2331	ARMÁRIO EM FORMICA 2 PORTAS
2332	RACK EM FORMICA 1 GAVETA PARA COMPUTADOR
2335	IMPRESSORA HP 1360
2642	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
2643	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
2658	ARMÁRIO EM MDF 3 PORTAS COM CHAVE E PRATELEIRAS INTERNAS
2661	MESA AUXILIAR EM MADEIRA 0,50X0,50m BRANCA PARA BEBEDOURO
2785	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2789	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2818	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2821	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2824	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2835	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2837	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
4733	MÁQUINA DE COSTURA OVERLOK BUTTERFLY
4772	TAMPO DE MADEIRA, QUEBRADO, PEDAÇO DE ARMÁRIO
5345	APARELHO FAX LINEA GRAFITE PARA CONSELHO TUTELAR
5884	MODEM HUB DLINK DSL500B
6038	CADEIRA CEREJEIRA
6046	APARELHO DE SOM USB SDMP3 FG 501 BOSSOUND COM FALANTES
6046	ANTENA ST900 PARA VEICULO CELTA MFY 4160 CONSELHO TUTELAR
6150	AQUECEDOR MURANA DF - 55
6512	CADEIRA PP EMPILHABEL ASSENTO PRETO
6514	CADEIRA PP EMPILHABEL ASSENTO PRETO
6516	CADEIRA PP EMPILHABEL ASSENTO PRETO
6517	CADEIRA PP EMPILHABEL ASSENTO PRETO
7647	ESTANTE MDF 3 PORTAS COM CHAVE CEREJEIRA
7648	MESA AUXILIAR PARA BEBEDOURO EM MADEIRA
7656	ESPELHO EM MADEIRA 1,30x1,35m COM MOLDURA
7657	ESPELHO EM MADEIRA 1,30x1,35m COM MOLDURA
7658	CADEIRA FIXA DE PLÁSTICO PRETO
7659	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE
7660	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE
7661	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE
7662	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE
7663	QUADRO BRANCO - 1,20x2,00m
9698	FERRO ELÉTRICO A SECO AUTOMATICO BLACK E DECKER
10208	MESA PARA COMPUTADOR BR C212 DALLA COSTA
10214	ARMARIO ESTANTE TECA ITALIA
10215	ARMARIO ESTANTE TECA ITALIA
10216	ARMARIO ESTANTE TECA ITALIA
2337	ARCONDICIONADO CONSUL 10000 BTUS

	CMEIEF CLUBE DO BOLINHA INFANTIL
Nº placa	Descrição
343	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
346	MESA EM MDF
347	MESA EM MADEIRA
355	ARMARIO EM MADEIRA 6 PORTAS
364	MESA EM MADEIRA

365	MESA EM MADEIRA E TAMPA EM FORMICA
377	POLTRONA FIXA ESTOFADA EM COURVIN
378	POLTRONA FIXA ESTOFADA EM COURVIN
380	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
387	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
390	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
391	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
399	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
406	MESA EM MADEIRA
407	MESA EM MADEIRA
408	APARELHO DE SOM TOSHIBA
410	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
471	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
507	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
509	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
512	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
519	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
523	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
532	MESA P/ PROFESSOR EM MADEIRA
539	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO
543	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO
579	AQUECEDOR DE AR
580	AQUECEDOR DE AR
589	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
590	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
593	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
594	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
595	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
598	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
600	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
605	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
611	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
612	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
615	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
619	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
620	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
626	BANCO EM MADEIRA
627	BANCO EM MADEIRA
631	BANCO EM MADEIRA
634	MESA EM MDF
636	MESA EM MDF
638	MESA EM MDF
644	BEBEDOURO MARCA BELLIERE
650	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO
672	BALCAO PIA EM MDF 7 PORTAS/4 GAVETAS
788	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
811	MESA P/ PROFESSORA EM MDF/3 GAVETAS
818	MONITOR LG 17"
850	MESA P/ COMPUTADOR EM FORMICA
856	ESTABILIZADOR ADFTRONIC
882	SUPORTE PARA TV E DVD
903	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
3538	VENTILADOR DE TETO BRITANIA
3769	MONITOR AOC 15"- CRT
4289	BATEDEIRA 2 TIGELAS
4302	NOBREAK ADFTRONIK
4622	MESA AUXILIAR MODELO COM 01 GAVETA
4623	MESA AUXILIAR MODELO COM 01 GAVETA
4688	MESA P/ JUIZ E DIRETOR DE SECRETARIA

4690	MESA DIRETOR
4842	MESA EM MDF C/ 2 GAVETAS C/ CHAVE
5053	MESA OITAVADA COM FORMICA
5054	MESA OITAVADA COM FORMICA
5058	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5059	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5060	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5061	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5062	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5065	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5066	MESA ESCOLAR EM FORMICA
5085	MESA ESCOLAR ADULTO
5089	MESA P/ REFEITORIO EM FORMICA COR BRANCA
5091	BANCO P/ REFEITORIO
5093	BANCO P/ REFEITORIO
5096	BANCO P/ REFEITORIO
5617	MESA CENTRAL: CONJUNTO DE MESA CADEIRA OITAVADA FORMICA CORES DIVERSAS
5618	MESA CENTRAL: CONJUNTO DE MESA CADEIRA OITAVADA FORMICA CORES DIVERSAS
5913	GAVETEIRO MOVEL COM 4 GAVETAS COR MARFIN- INFANTIL
5914	GAVETEIRO MOVEL COM 4 GAVETAS COR MARFIN- INFANTIL
6168	CONDICIONADOR DE AR SPLIT
6192	ESTANTE DE AÇO COM 04 PRATELEIRAS- 1,98
6207	MESA P/ COZINHA- CARLA DE 1 METRO
6350	MICROFONE SEM FIO LD- 6630 VHF DUPLO LOUD
6358	CONDICIONADOR DE AR SPLIT
6640	RÁDIO COM CD BRITANIA
6645	RADIO COM CD BRITANIA
6646	RADIO COM CD BRITANIA
6649	APARELHO DVD BRITANIA MATRIX
6654	ROÇADEIRA STILHL FS 55
6705	FRALDARIO EM MDF/ ASSENTO COM ESPUMA/ 2 PORTAS/ 3 GAVETAS
6931	CARTEIRA- CONJUNTO DE MESA CADEIRA OITAVADA FORMICA CORES DIVERSAS
6940	CARTEIRA- CONJUNTO DE MESA CADEIRA OITAVADA FORMICA CORES DIVERSAS
7521	COMPUTADOR INTEL CORE
8429	GUILHOTINA EXCENTRIX-30CM-12"
8457	MONITOR LG 19" LED
8458	MONITOR LG 19" LED
8547	BAU EM MADEIRA
8548	ESTANTE DE AÇO 3 PRATELEIRAS
8549	ESTANTE DE AÇO 3 PRATELEIRAS
8550	ESTANTE DE AÇO 3 PRATELEIRAS
8553	MESA P/ESCRITORIO EM MADEIRA- 4 GAVETAS
8561	MICRO-ONDAS 20 LITROS PHILCO
8562	RADIO POWERBACK
8563	FORNO ELETRICO BEST
8566	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8567	CADEIRA DE FERRO ESTOFADA EM CORINO
8569	LIQUIDIFICADOR ARNO CLIC PRO 500W
8570	CENTRIFUGA P/ SUCOS ARNO
8579	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8580	MESA P/ COMPUTADOR C/ SUPORTE P/ TECLADO- AMARELA
8582	MESA P/ ESCRITORIO EM FORMICA 3 GAVETAS
8583	MICROFONE SONY SM 879
8584	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS C/ CHAVE
8592	MURAL DE MADEIRA
8605	CADEIRA DE FERRO ESTOFADA EM CORINO
8606	CADEIRA DE FERRO ESTOFADA EM CORINO
8609	BANCO DE MADEIRA P/ REFEITORIO
8617	MONITOR LG 19"- FLATRON W1942P

8618	ESTABILIZADOR
8619	MESA EM FORMICA REDONDA
8620	MESA EM MDF P/ ESCRITORIO
8621	MESA EM MDF P/ ESCRITORIO
8622	SCANNER CANON LDI 100
8623	MESINHA EM MDF- BRANCA
8628	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8629	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8630	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8632	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO
8633	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM TECIDO
8635	ARMARIO EM MDF C/ 8 DIVISORIAS- BRANCO
8636	ARMARIO EM MDF C/ 8 DIVISORIAS- BRANCO
8637	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS C/ CHAVE
8638	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA INFANTIL CONJ OITAVADO
8655	CONJUNTO DE TRAVE E CESTA DE BASQUETE
8656	LAVADOURA MULLER SUPER POP
8659	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8660	AQUECEDOR ANODILAR
8661	CADEIRA DE FERRO INFANTIL ESTOFADA EM CORINO
8752	FORNO MICRO-ONDAS ELETROLUX MODELO MEF 33 BRANCO
8754	CADEIRA EM FERRO E CORINO LARANJA E BRANCA
8762	RECEPTOR DE SATELITE ZDX 7000G
8763	RETROPROJETOR LH 150
8775	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
8780	APARELHO DE DVD BRITANIA COMPACT PLUS
8783	BAU EM MDF VERDE
8786	ESTANTE DE AÇO 3 PRATELEIRAS
8795	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8796	VENTILADOR BRITANIA VENTUS PROTECT 30- BRANCO
8806	CADEIRA DE FERRO ESTOFADA EM CORINO
8811	PRATELEIRA DE MDF 4 DIVISORIAS- AZUL E CREME
8817	MESA DE MADEIRA
8823	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
8826	LOUSA BRANCA
8831	VENTILADOR BRITANIA B40- BRANCO
8833	VENTILADOR BRITANCIA B4- BRANCO
8841	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL FORMICA
8852	BAU EM MADEIRA
8855	ROUPEIRO EM MADEIRA- 3 PORTAS
8874	BERÇO DOBRAVEL COLORIDO GALZERANO
8875	BERÇO DOBRAVEL COLORIDO GALZERANO
8876	BERÇO DOBRAVEL COLORIDO GALZERANO
8877	BERÇO DOBRAVEL COLORIDO GALZERANO
8878	BERÇO DOBRAVEL COLORIDO GALZERANO
8883	BANHEIRA/TROCADOR GALZERANO
8888	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8889	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8894	CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO
8896	CARRINHO DE BEBE- GALZERANO
8900	MESA EM MADEIRA
8901	MESA EM MADEIRA
8902	MONITOR POSITIVO 16"LCD
8903	MONITOR POSITIVO 16"LCD
8904	MONITOR POSITIVO 16"LCD
8905	MONITOR POSITIVO 16"LCD
8917	MONITOR LG 19"
8919	CPU POSITIVO- SISTEMA OPERACIONAL LINUX- PROCESSADOR INTEL CELERON
8926	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOFT

8928	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL
8930	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL
8931	ESTABILIZADOR MARCA MICROSOL
8933	IMPRESSORA SAMSUNG ML
8934	ARMARIO EM MDF1 PORTA C/ CHAVE- BRANCO
8941	ARMARIO EM MADEIRA- 12 PORTAS
8943	FERRO ELETRICO DE PASSAR ROUPA
8968	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL CONJ OITAVADO
8970	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VERDE
9240	CADEIRA ALTA STANDARD URSINHOS P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9241	CADEIRA ALTA STANDARD URSINHOS P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9242	CADEIRA ALTA STANDARD URSINHOS P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9243	CADEIRA ALTA STANDARD URSINHOS P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9244	CADEIRA ALTA STANDARD URSINHOS P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9245	CADEIRA ALTA STANDARD TIGRINHA P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9246	CADEIRA ALTA STANDARD TIGRINHA P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9247	CADEIRA ALTA STANDARD TIGRINHA P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9248	CADEIRA ALTA STANDARD TIGRINHA P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9249	CADEIRA ALTA STANDARD TIGRINHA P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9250	CADEIRA ALTA STANDARD FORMULA BABY P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9251	CADEIRA ALTA STANDARD FORMULA BABY P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9252	CADEIRA ALTA STANDARD FORMULA BABY P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9253	CADEIRA ALTA STANDARD FORMULA BABY P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9254	CADEIRA ALTA STANDARD FORMULA BABY P/ ALIMENTAÇÃO DE BEBES
9272	CARRINHO MILANO REVERSIVEL CACAU
9273	CARRINHO MILANO REVERSIVEL CACAU
9274	CARRINHO MILANO REVERSIVEL CONZA E VERMELHO
9275	CARRINHO MILANO REVERSIVEL CONZA E VERMELHO
9276	BALCAO 120 3 PORTAS BRANCO
9277	BALCAO 120 3 PORTAS BRANCO
9521	MESA EM MDF 1,5 COM CANTOS ARREDONDADOS/ COR BEGE
9522	MESA EM MDF 1,5 COM CANTOS ARREDONDADOS/ COR BEGE
9712	CARRINHO DE REPOUSO E PASSEIO GALZERANO
9713	CARRINHO DE REPOUSO E PASSEIO GALZERANO
9714	CARRINHO DE REPOUSO E PASSEIO GALZERANO
9715	CARRINHO DE REPOUSO E PASSEIO GALZERANO
9716	CARRINHO DE REPOUSO E PASSEIO GALZERANO

	CMEIEF CLUBE DO BOLINHA FUNDAMENTAL
Nº placa	Descrição
237	ARMARIO EM MDF 12 PORTAS
281	MESA EM MADEIRA
288	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL EM FORMICA
353	RETROPROJETOR MARCA GRAFOTEC OPTI
370	EPIDIASCOPIO MARCA GRAFOSCOPE
488	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
493	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
533	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA
535	TELEVISOR MARCA PHILCO 20 POL COM VIDEO ACOPLADO
569	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
578	AQUECEDOR DE AR
583	QUADRO BRANCO
587	MESA P/COMPUTADOR EM FORMICA
588	MESA P/COMPUTADOR EM FORMICA
685	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
686	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
687	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
690	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA

691	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
693	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
694	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
695	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
697	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
698	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
704	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
705	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
706	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
707	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
708	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
709	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
710	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
713	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
714	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
715	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
716	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
717	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
718	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA
719	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
720	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
721	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
722	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
724	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
725	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
728	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
729	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
730	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
731	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS C/ CHAVE
732	VIDEO CASSETE MARCA SEMP 5 HEAD
735	APARELHO DE SOM TOSHIBA
737	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS C/CHAVE
738	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS C/CHAVE
740	VENTILADOR DE PAREDE ARGE
747	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
748	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
750	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
752	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
754	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
757	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
761	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
763	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
764	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
765	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
768	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
769	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
770	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
771	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
772	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
774	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
775	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
777	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
779	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
780	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
782	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
783	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
784	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
787	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
790	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

791	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
792	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
793	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
794	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
797	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
799	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA COM 3 GAVETAS
800	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS C/ CHAVE
801	APARELHO DE SOM DIPLOMAT
805	VENTILADOR DE PAREDE ARGE
806	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS C/CHAVE
807	ARMARIO EM MADEIRA 2 PORTAS C/CHAVE
810	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
815	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA
819	MESA P/COMPUTADOR EM FORMICA
824	MESA P/ESCRITORIO EM FORMICA
825	APARELHO DE SOM TOSCHIBA
826	APARELHO DE SOM PHILIPS
828	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
832	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS
834	APARELHO DE SOM PHILIPS
844	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
851	MIMEOGRAFO MARCA COPIATIC
854	IMPRESSORA MATRICIAL EPSON
857	CAIXA DE SOM
858	CAIXA DE SOM
868	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
870	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
875	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS C/CHAVE
888	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
890	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
894	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
895	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
906	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
908	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
909	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
911	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
912	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
915	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
916	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
923	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
925	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
926	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
927	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
929	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
931	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
932	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
933	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
936	VIDEO CASSETE MARCA PANASSONIC
939	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS C/CHAVE
940	ARMARIO EM MADEIRA 3 PORTAS
944	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
953	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
956	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
958	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
970	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
979	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
980	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
983	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
986	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

988	TELEVISOR MARCA CINERAL
989	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
992	ARMARIO EM MADEIRA 4 PORTAS
997	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA COM 3 GAVETAS
1000	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1001	MESA P/ PROFESSOR EM FORMICA
1002	ARMARIO EM FORMICA 2 PORTAS
1004	APARELHO DE SOM MARCA DIPLOMAT
1005	LAVA JATO MARCA STIHL
1012	BANCO EM CONCRETO ACENTO EM MADEIRA
1013	BANCO EM CONCRETO ACENTO EM MADEIRA
1014	BANCO EM CONCRETO ACENTO EM MADEIRA
1023	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1028	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1031	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1032	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1041	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1047	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1050	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1053	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1054	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1055	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1057	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1059	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1060	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1061	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1062	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1063	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1067	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1069	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1070	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1072	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1073	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1075	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1077	TELEVISOR MARCA PHILCO 20 POL COM VIDEO ACOPLADO
1079	APARELHO DE SOM EXCESS
1080	MESA P/ESCRITORIO 3 GAVETAS EM MDF
1087	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1090	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1092	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1093	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1097	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1098	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1100	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1101	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1104	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1108	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1109	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1111	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1112	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1118	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1121	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1124	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1126	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1127	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1355	CADEIRA PRE ESCOLAR FORMICA
1558	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1629	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
1692	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

2296	BALCAO EM FORMICA 2 PORTAS
2338	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2778	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2779	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2781	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2784	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2788	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2795	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2797	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2806	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2809	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2812	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2820	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
2905	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
4603	ARMARIO PADRAO 2 PORTAS
4613	MESA P/FUNCIONARIO
4614	MESA P/FUNCIONARIO
4624	MESA AUXILIAR MODELO COM 1 GAVETA
4645	MESA P/FUNCIONARIO
4670	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORINO COM APOIO P/BRAÇO
4674	CADEIRA GIRATORIA ESTOFADA EM CORINO COM APOIO P/BRAÇO
5179	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8 LITROS MARCA VISA
5216	EXTRATOR DE SUCO VIZA INOX BIVOLT
5220	BATEDEIRA CADENCE
5222	FORNO ELETRICO STANDER SUPREMO
5373	CLIMATIZADOR 9000BTUS KOMEKO
5386	FORNO MICRO-ONDAS 31 LITROS MARCA LG LATINA
5547	MESA CIRCULAR BRANCA REIFLEX
5548	MESA CIRCULAR BRANCA REIFLEX
5549	MESA CIRCULAR BRANCA REIFLEX
5593	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA
5594	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA
5596	CADEIRA ESCOLAR ADULTO EM FORMICA
5623	MESA P/ REFEITORIO
5624	MESA P/ REFEITORIO
5625	MESA P/ REFEITORIO
5627	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5629	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5631	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5633	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5636	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5638	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5639	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5641	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5642	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5644	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5646	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5647	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5650	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5651	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5653	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5656	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5657	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5659	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5662	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA JUVENIL
5663	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5667	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5668	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5671	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

5673	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5674	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
5852	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL
5916	MESA P/ REFEITORIO
5917	MESA P/ REFEITORIO
5918	MESA P/ REFEITORIO
5919	MESA P/ REFEITORIO
6179	CLIMATIZADOR: EVAPORADORA INTERNA LG QUENTE E FRIO
6180	CLIMATIZADOR: EVAPORADORA INTERNA LG QUENTE E FRIO
6209	DEPURADOR DE AR
6634	QUADRO STALO BRANCO
6639	TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPE RETRATIL
6641	RADIO LENOX BD 122
6642	RADIO COM CD BRITANIA BS7 MP3
6653	FILMADORA MORMAII HD GAIA 12MP A PROVA D'AGUA
6762	CAIXA DE SOM PEQUENA COM ENTRADA P/PENDRIVE E MICROFONE
6779	BANCO P/ REFEITORIO
6780	BANCO P/ REFEITORIO
6781	BANCO P/ REFEITORIO
6782	BANCO P/ REFEITORIO
6783	BANCO P/ REFEITORIO
6784	BANCO P/ REFEITORIO
6785	BANCO P/ REFEITORIO
6786	BANCO P/ REFEITORIO
6787	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6788	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6789	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6790	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6791	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6792	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6793	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6794	BANCO DAL PRA PARA REFEITORIO
6845	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
6846	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8336	QUADRO BRANCO
8337	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS BRANCO
8338	QUADRO BRANCO
8339	QUADRO NEGRO
8340	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8342	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8344	QUADRO BRANCO
8346	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8348	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8349	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8351	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8352	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8354	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8355	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8358	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8359	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8360	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA INFANTIL CONJ OITAVADO
8363	QUADRO NEGRO
8364	APARELHO DE DVD SEMP TOSCHIBA MODELO SD-5060 S
8365	ARMARIO EM MDF 2 PORTAS- MARFIM
8366	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS BRANCO
8367	QUADRO BRANCO
8368	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8369	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8372	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA

8374	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8378	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8380	QUADRO NEGRO
8381	APARELHO DE DVD PROVIEW MODELO DVP 801
8382	MESA P/ PROFESSOR EM MADEIRA 4 GAVETAS
8383	AQUECEDOR ANODILAR
8390	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8391	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8392	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8393	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8395	MESA P/ PROFESSOR EM MDF
8398	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8400	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8401	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8402	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8403	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8404	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8405	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8407	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8409	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8410	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8411	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8412	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8414	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8416	MESA EM MADEIRA
8418	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8421	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA VELHA
8423	MONITOR AOC 19" LED
8427	IMPRESSORA EPSON
8428	BALCAO EM MADEIRA CEREJEIRA
8430	RADIO COM CD BRITANIA BS7 MP3
8431	ARMARIO EM MDF 6 PORTAS C/BANCADA E LOCAL P/FORNO
8432	TELEVISOR PHILIPS 20 POL
8433	SUORTE P/ TV
8434	BEBEDOURO ALUMINIO LIBEL- BRANCO
8435	APARELHO DE DVD PROVIEW MODELO DVP 801
8436	APARELHO DE DVD BRITANIA COMPACT PLUS
8437	QUADRO BRANCO
8438	RETROPROJETOR MARCA VISOGRAF
8439	RADIO COM CD BRITANIA BS7 MP3
8440	COMPRESSOR DE AR SCHULZ AIR PLUS VERMELHO
8441	ESQUELETO DE PLASTICO C/ESTRUTURA DE FERRO
8442	ESQUELETO DE PLASTICO C/ESTRUTURA DE FERRO
8443	ARMARIO EM MDF 4 PORTAS- BRANCO
8444	ARMARIO EM MDF 6 PORTAS- BRANCO
8445	PRATELEIRA DE MADEIRA- 6 DIVISORIAS
8446	PLANETARIO EM MADEIRA
8447	COMPUTADOR CELERON 256MB DE MEMORIA E HD DE 40GB
8448	MONITOR CCE 14" WIDESCREEM- PRETO
8450	PRATELEIRA DE MADEIRA- 10 DIVISORIAS
8451	ARQUIVO DE AÇO 4 GAVETAS
8452	PRATELEIRA DE MDF 6 DIVISORIAS- BRANCA
8453	PRATELEIRA DE MDF 18 DIVISORIAS- BRANCA
8454	PRATELEIRA DE MDF 6 DIVISORIAS- BRANCA
8455	ESTABILIZADOR MAG
8461	COMPUTADOR PENTIUM 4, 4 GB DE MEMORIA E HD DE 500 GB
8462	COMPUTADOR PENTIUM 4, 4 GB DE MEMORIA E HD DE 500 GB
8465	BALCAO PRATELEIRA EM MADEIRA- 5 DIVISORIAS
8469	ARMARIO EM MDF 9 PORTAS

8470	ARMARIO EM MDF 9 PORTAS
8471	ARMARIO EM MDF 10 PORTAS- BRANCO
8472	ARMARIO EM MDF 5 PORTAS
8473	PROJETOR EPSON MODELO EMP- S5
8474	PROJETOR DIEBOLD LINUX
8475	MINISYSTEM BRITANIA BS 336
8477	QUADRO NEGRO
8478	MESA P/ ESCRITORIO EM MADEIRA
8479	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO C/ BRAÇO
8481	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8486	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8487	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8488	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8489	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8494	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8495	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8498	QUADRI BRANCO
8499	QUADRO NEGRO
8500	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS BRANCO COM CHAVE
8501	MESA EM MADEIRA P/PROFESSOR 4 GAVETAS
8509	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8514	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8519	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8520	MESA DE DESENHO- ESTRUTURA EM FERRO COM TAMPO EM MADEIRA
8526	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8527	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS BRANCO COM CHAVE
8528	ARMARIO EM MDF 3 PORTAS BRANCO COM CHAVE
8529	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8530	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8531	BALANÇA DIGITAL URBANO 20 KG
8532	BALCÃO EM MDF 2 PORTAS E 4 GAVETAS- BRANCO
8534	CILINDRO INDUSTRIAL HB-250 LAMINADOR
8536	CORTADOR DE LEGUMES VITALEX
8537	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
8539	VENTILADOR BRITANIA B40- BRANCO
8540	VENTILADOR BRITANIA B40- BRANCO
8541	VENTILADOR MONDIAL
8542	VENTILADOR FAET EURUS- CINZA
8543	VENTILADOR FAET EURUS- CINZA
8544	RADIO TOSCHIBA
8545	ESCADA DE FERRO 7 DEGRAUS
8546	CENTRIFUGA DE ROUPA ARNO CLASSIC BRANCA
8727	CADEIRA DIRETOR COM RODIZIO
8728	CADEIRA DIRETOR COM RODIZIO
8944	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
9004	CADEIRA ESCOLAR EM FORMICA
9036	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
9037	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA
9039	CARTEIRA ESCOLAR EM FORMICA

	CÂMARA DE VEREADORES
Nº placa	Descrição
4079	MESINHA EM FORMICA
4083	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4103	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4115	BALCÃO PIA EM FORMICA 3 PORTAS E 2 GAVETAS

4117	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
4119	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
4123	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
4135	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
4142	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM TECIDO
4146	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4147	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4148	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4149	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4150	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4151	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4153	CADEIRA FIXA EM FERRO COM ACENTO EM CORVIN
4155	BALCÃO EM MDF 2 PORTAS
4156	BEBEDOURO MARCA ESMALTEC
4157	CAIXA DE SOM MARCA GRADUS
4158	CAIXA DE SOM MARCA GRADUS
4161	CAIXA DE SOM MARCA GRADUS
4162	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4163	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4164	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4165	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4166	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4167	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4168	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4169	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4170	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4171	MESA PARA ESCRITÓRIO EM FORMICA 3 GAVETAS
4186	TRIBUNA EM MDF
6112	NOTEBOOK INTELBRAS 1330 WTS 14 PRETO 2GB DE MEMÓRIA E HD 300GB
6113	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE I5 MEMÓRIA 4GB
6114	PRATELEIRA EM MDF DE 2,78x2,57x0,37m COM DIVISÓRIAS
6116	NOTEBOOK ACER INTEL 4732 HD 250GB
6117	MESA 1,20m COM GAVETEIRO COR TABACO
6118	MESA 1,60m COM GAVETEIRO COR TABACO
6121	VENTILADOR OSC 0,40m
6132	MICROFONE SEM FIO MCC 2200
6134	MICROFONE SEM FIO VHF
6136	MICROFONE SEM FIO COM DUPLO VOLUME
6137	MICROFONE SEM FIO MCC 2200
6138	MICROFONE SEM FIO VHF
8260	RECEPTOR DE MICROFONE SEM FIO MARCA GROOVE PRÓ 1280
8261	RECEPTOR DE MICROFONE MARCA LOUD LD-6630
8262	RECEPTOR DE MICROFONE SEM FIO MARCA MCC 2200
8263	RECEPTOR DE MICROFONE SEM FIO MARCA MCC 2200
8264	PEDESTAL DE MESA PARA MICROFONE MARCA ASKI EM FERRO
8265	PEDESTAL DE MESA PARA MICROFONE MARCA ASKI EM FERRO
8267	HASTE DE MADEIRA PARA BANDEIRA
8268	HASTE DE MADEIRA PARA BANDEIRA
8269	HASTE DE MADEIRA PARA BANDEIRA
8273	CAFETEIRA ARNO MODELO NESCAFÉ DOLCE GUSTO
8276	PEDESTAL DE MESA PARA MICROFONE MARCA ASKI EM FERRO
8277	PEDESTAL DE MESA PARA MICROFONE MARCA ASKI EM FERRO
8278	PEDESTAL DE MESA PARA MICROFONE MARCA ASKI EM FERRO
8281	CAMERA DIGITAL PANASONIC LUMIX DMC-LZ30
8286	MESA EM MDF 0,60x0,70m COR TABACO
8287	ESTABILIZADOR ADFTRONIC ST 1000
8289	COMPUTADOR INTEL CORE I5 3.0GHz 8GB DE MEMÓRIA E HD DE 500GB
8290	ESTABILIZADOR ADFTRONIC ST 1000
8291	ESTABILIZADOR MARCA PHOENIX

10312	AQUECEDOR DOMEST HALOGENO AH-02 220V PREMIUM
10308	MESA PARA COMPUTADOR BIA GRANITE BLACK/WHITE
10306	DESUMIDIFICADOR DE PAPEL MENNO 600 FLS
10313	AQUECEDOR NK565 220V CINZA NILK

LEI Nº 2.149/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.149, 28 de Junho de 2016.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 e a Lei Municipal Nº 2.068/2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, e alteração da Lei Municipal Nº. 2.120/2015, Lei Orçamentária Anual, e Suplementa Verbas no orçamento vigente, dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.033– Aquisição de máquinas, veículos, equipamentos e mobiliário, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2016, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2016	TOTAL
1.033	Aquisição de máquinas, veículos, equipamentos e mobiliário	01	1	127.110,00	127.110,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 122.010,00 (cento e vinte e dois mil e dez reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 05.01 Departamento de Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Sub-função:122- Administração Geral

Programa:0010 – Agricultura

Ação: 1.033 – Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários - R\$ 24.510,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios- R\$97.500,00

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação através do convênio 833099/2016- MAPA e da anulação de dotação conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Anulação de dotação	1.043	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0000	24.510,00
Excesso de Arrecadação	1.033	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	97.500,00

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.035– Aquisição de Máquinas e equipamentos para patrulha agrícola Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				22016	TTOTAL
11.035	Aquisição de Máquinas e equipamentos para patrulha agrícola	01	11	117.600,00	1117.600,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.000,00(cent mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 05.00 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade: 05.01 Departamento de Agricultura

Função: 20 – Agricultura

Sub-função:122- Administração Geral

Programa:0010 – Agricultura

Ação: 1.033 – Aquisição de máquina, veículos, equipamentos e mobiliário

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios- R\$100.000,00

Art. 6º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação na referida destinação de recursos através de convênio 830854/2016/MDA, conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.035	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	100.000,00

Art. 7º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.048– Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2016	TOTAL
1.048	Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano	01	1	50.000,00	50.000,00

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 – Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 – Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-função:451- infra-estrutura Urbana

Programa: 15 – Urbanização da cidade

Ação:1.048 – Construção de Passarelas e Pontes no Perímetro Urbano

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferências de Convênios -R\$ 50.000,00

Art. 9º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Governo do estado de SC – SDR- Chapecó:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de Arrecadação	1.048	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	50.000,00

Art. 10º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.026– Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal, fixadas na Lei Nº. 1.960/2014. que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2014/2017 na Lei Nº. 2.068/2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2016	TOTAL
1.026	Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal	01	1	50.000,00	50.000,00

Art. 11º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$50.000,00(cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 06.02 – Departamento de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub-função:122-Administração Geral

Programa: 0007 – Esporte e Lazer Para Todos

Ação:1.026 – Reforma e ampliação dos vestiários, arquibancadas e Copa Estádio Municipal

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.0024 – Transferência de Convênios –R\$ 50.000,00

Art. 12º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do possível excesso de arrecadação de Convênio firmado com o Governo do Estado SC- SDR - Chapecó:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Excesso de arrecadação	1.026	4.4.90.00.00.00.00.00	01.0024	50.000,00

Art. 13º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 14º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.150/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.150, 28 de Junho de 2016.

FIXA O SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS PARA A LEGISLATURA DE 2017/2020.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores promulgou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica fixado o subsídio mensal do Prefeito Municipal em R\$ 15.508,03 (Quinze mil quinhentos e oito reais e três centavos).

Art. 2º Fica fixado o subsídio mensal do Vice-prefeito em R\$ 4.652,40 (quatro mil seiscentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos).

Art. 3º Fica fixado o subsídio mensal dos Secretários Municipais em R\$ 4.280,57 (quatro mil duzentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos).

Parágrafo Único. Aos Secretários Municipais é garantido o direito a férias remuneradas e ao decimo terceiro salario, na forma estabelecida para os servidores municipais.

Art. 4º Fica fixado o subsídio mensal do Vereador em R\$ 3.281,05 (três mil duzentos e oitenta e um reais e cinco centavos)

§ 1º A cada falta injustificada do vereador às Sessões Ordinárias da Câmara, será descontado o valor proporcional de 10% (dez por cento) do subsídio.

Art. 5º Fica fixado o subsídio mensal do Presidente da Câmara de Vereadores em R\$ 4.757,52 (quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)

§ 1º Considerar-se-á, para efeito de desconto de falta do Presidente da Câmara às reuniões ordinárias, o mesmo valor, nominal, descontado de Vereador de que fala o parágrafo anterior.

Art. 6º A revisão dos subsídios fixados por esta Lei, será no mesmo mês da revisão da remuneração dos Servidores Públicos Municipais, com a aplicação do mesmo índice, exceto no primeiro ano de mandato, os quais terão direito a correção proporcional ao tempo de mandato.

Art. 7º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2.017, revogando a Lei nº 1.875 de 29 de junho de 2012.

Gabinete do Prefeito, 28 de Junho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em data supra e publicada no átrio do Centro Administrativo.

Clarice Ana Tessaro Zucco

Secretaria de Administração e Finanças

ANEXO I

CARGO	SUBSIDIO
PREFEITO	R\$ 15.508,03
VICE-PREFEITO	R\$ 4.652,40
SECRETARIOS	R\$ 4.280,57
VEREADORES	R\$ 3.281,05
PRESIDENTE DA CAMARA	R\$ 4.757,52

LEI Nº 2.151/2016

LEI MUNICIPAL Nº. 2.151, 14 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAÇÃO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

Faz Saber – Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar por anulação de dotação no orçamento do município, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 01.00 – Câmara De Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara De Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.001 – Conclusão construção sede própria

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir descrita:

Órgão: 01.00 – Câmara De Vereadores

Unidade: 01.01 – Câmara De Vereadores

Função: 01 - Legislativa

Sub-função: 031 – Ação Legislativa

Programa: 0001 – Processo Legislativo

Ação: 1.002 – Aquisição de Móveis, Equipamentos e Mobiliário em Geral

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.0000 – Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Julho de 2016.

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 21/2016

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 21/2016

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 02/09/2016

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 02/09/2016

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:00 às 13:00 Hrs ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 19 de AGOSTO de 2016

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO 4/2016**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº001/2016

CONTRATO Nº 04/2016

CONTRATAÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA QUINTA ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, SANTA CATARINA, COMPREENDENDO ÁREA TOTAL DE 606,28M², SENDO QUE ESTA ETAPA SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PAVIMENTO SUPERIOR. QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS E A EMPRESA DEDETIZADORA QUALIDADE LTDA ME, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado, a CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.561.874/0001-71, com sede administrativa na Rua Rio Grande do Norte, 740, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. JANDIR COVCEWECZ, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa DEDETIZADORA QUALIDADE LTDA ME com sede na Rua Dante Travi, S/N-CENTRO- Guatambu-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.327.450/0001-96 neste ato representada pelo Sr. Jair Colling, portador(a) da Cédula de Identidade nº RG 3373184 e inscrito (a) no CPF sob o nº 014.696.409-88 doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Tomada de Preços nº 1/2016, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto CONTRATAÇÃO DE OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA QUINTA ETAPA DA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CORONEL FREITAS, SANTA CATARINA, COMPREENDENDO ÁREA TOTAL DE 606,28M², SENDO QUE ESTA ETAPA SE DESTINA EXCLUSIVAMENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NO PAVIMENTO SUPERIOR,

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade Tomada de Preços nº 001/2016, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma indireta, em regime de empreitada integral, em conformidade com o projeto básico constante do Anexo "E" do Edital que a este dá causa.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a entregar a obra, objeto deste Contrato, completamente acabada, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da data da expedição da ordem de serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2016, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela execução da obra prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 39.618,67 (Trinta e nove mil, seissentos e dezoito Reais e sessenta e sete centavos).

4.2. As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão pela seguinte dotação:

Órgão 01 – Câmara de Vereadores

Unidade 01.01 – Câmara de Vereadores

Função 01.01 - Legislativa

Subfunção 031 - Ação Legislativa

Programa 0001 - Processo Legislativo

Projeto/Atividade 1.001 – Conclusões Construção da Sede Própria

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DA OBRA

5.1. A obra objeto deste Contrato será considerada executada mediante a emissão de relatórios de medição, relativos à execução, pelo Setor de Engenharia da CONTRATANTE, os quais serão emitidos até o 3º (terceiro) dia útil após a conclusão de cada etapa, para o fim previsto no item 6.1 da Cláusula Sexta deste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. A CONTRATADA deverá emitir as notas fiscais relativas execução da obra objeto deste Contrato até o 2º (segundo) dia útil após o recebimento dos respectivos relatórios de medição, previstos na Cláusula Quinta deste Instrumento.

6.2. A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, após o recebimento da respectiva nota fiscal certificada pelo servidor responsável, cumprido o disposto no item 6.1 desta Cláusula.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS REAJUSTES

7.1. O preço ora contratado é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

8.1.1. Responsabilizar-se pela saúde dos funcionários, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.

8.1.1.1. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 125 do Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, empregados da CONTRATADA intentarem reclamações trabalhistas contra a CONTRATANTE.

8.1.1.2. Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.

8.1.2. Obrigar-se pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

8.1.3. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à CONTRATANTE, ao meio ambiente e/ou a terceiros

em decorrência da execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

8.1.4. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente Contrato.

8.1.5. Manter, na direção dos serviços, representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente, em todos os seus atos.

8.1.6. Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas.

8.1.7. Apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)/ RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente quitada, no início da execução da obra objeto deste Contrato.

8.1.8. Requerer a matrícula da obra objeto deste Contrato junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, antes do início da execução da mesma.

8.1.9. Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à CONTRATANTE, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa INSS/DC nº 100, de 18 de dezembro de 2003, encaminhando, juntamente com a nota fiscal/fatura, a GRPS devidamente preenchida.

8.1.10. Apresentar as guias de recolhimento do FGTS e do INSS, relativas ao CNPJ da CONTRATADA e/ou ao CEI da obra, devidamente quitadas, para o recebimento do pagamento de cada parcela, bem como a CND do INSS, o CRF do FGTS e declaração contendo, no mínimo, o nome e a assinatura dos funcionários e ciente da empresa, comprovando que os salários do período compreendido entre a data de assinatura da Ordem de Serviço e da data de Recebimento Provisório da Obra foram pagos, para recebimento do pagamento da última parcela, podendo esta última ser substituída por Certidão Negativa de Débito Salarial expedida pela Delegacia ou Subdelegacia Regional do Trabalho.

8.1.11. Recolher o ISSQN devido na base territorial da execução dos serviços.

8.1.12. Providenciar a sinalização de segurança de trânsito para o canteiro de obras e/ou rua(s) envolvida(s) na execução da obra objeto deste Contrato.

8.2. São obrigações da CONTRATANTE:

8.2.1. Entregar os relatórios de medição das etapas de execução da obra objeto deste Contrato no prazo estabelecido na cláusula quinta.

8.2.2. Efetuar o pagamento no prazo estabelecido no subitem 6.2, cumprido o disposto no item 6.1 da cláusula sexta.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através do setor de engenharia da AMOSC e Comissão especialmente designada, a qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 02 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para

aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

9.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DA OBRA

10.1. A CONTRATADA responderá pela solidez e segurança da obra objeto da presente licitação, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão da mesma, em conformidade com o art. 618, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/02).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

11.1. A obra, objeto deste Contrato, deverá ser recebida provisoriamente, mediante emissão, pelo setor de engenharia, do Termo de Recebimento Provisório da mesma, nos termos do art. 73, inc. I, "a" da Lei 8.666/93.

11.2. Decorrido o prazo máximo de 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, conforme previsto no § 3º do art. 73 da Lei 8.666/93, a CONTRATANTE formalizará o recebimento definitivo da obra objeto deste Contrato, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma, nos termos do art. 73, inc. I, "b" da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

12.2. A rescisão contratual poderá ser:

12.2.1. determinada por ato unilateral da CONTRATANTE, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

12.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. Sem prejuízo das sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

13.2. Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

13.2.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento);

13.3. Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

13.3.1. Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;

13.3.2. Multa correspondente à diferença de preço resultante de nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

13.4. O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 13.3.1 e 13.3.2 será o valor inicial do Contrato.

13.5. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

14.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

16.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Coronel Freitas - SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Coronel Freitas, SC, 04 de agosto de 2016.

JANDIR COVCEWECZ Presidente CONTRATANTE	JAIR COLLING Representante CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Sediane Lunardi Marafon
CPF: 824.494.069-72

02. _____
Nome: Evanilde Gollo Cordazzo
CPF: 049.467.309-58

Coronel Martins

PREFEITURA

ANEXO TC-07/94 - DADOS PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2016. NÚMERO ATA DE REGIDTRO DE PREÇOS: 003/2016.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 24/02/2016

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso de possível aquisição de combustíveis para manutenção de equipamentos rodoviários, caminhões e demais veículos automotores pertencentes à Administração Municipal, para o exercício financeiro de 2016, conforme itens e preços abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade a partir de sua assinatura e perdurará pelo prazo de 12 (doze) meses.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Coronel Martins não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do equilíbrio econômico-financeiro

3.1 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.1.1 - Caso se verifique a situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, o reajuste somente será concedido se o valor acrescido for superior a 5% (cinco por cento) em relação ao valor inicial.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 79.304.937/0001-00
CONTRATADO: POSTO PEDRA BRANCA LTDA

ANEXO TC-07/94 - DADOS DE TEXTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS DE TEXTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2016.

MÊS/ANO: JUNHO/2016. NÚMERO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 005/2016.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 14/06/2016

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1 - A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso do REGISTRO DE PREÇOS para possível contratação de serviços em

horas máquinas para recuperação de estradas vicinais no interior do município de Coronel Martins, conforme itens e preços abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá validade a partir de sua assinatura e perdurará pelo prazo de 12 (doze) meses.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal de Coronel Martins não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do equilíbrio econômico-financeiro

3.1 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.1.1 - Caso se verifique a situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, o reajuste somente será concedido se o valor acrescido for superior a 5% (cinco por cento) em relação ao valor inicial.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 03.761.454/0001-73
CONTRATADO: TEPLAN LTDA ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2016.

MÊS/ANO: FEVEREIRO/2016. NÚMERO ATA DE REGIDTRO DE PREÇOS: 001/2016.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 10/02/2016

Considerando a rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços nº 001/2016, em relação à Empresa Celina dos Santos Gusthmann Me, conforme Despacho/decisão do Chefe do Poder Executivo datado de 03 de maio de 2016;

Considerando que a empresa classificada em segundo lugar (Alexandra Menegatti Me) se dispõe a promover o fornecimento dos produtos até então fornecidos pela empresa afastada do certame, por preço relativamente inferior a sua própria cotação no Pregão, alegando, entretanto, ser impossível promover o fornecimento pelos preços cotados pelos preços cotados no pregão pela Empresa Celina dos Santos Gusthmann Me;

Considerando que, conforme pesquisa de preço informal realizada via telefone os preços reduzidos apresentados pela empresa classificada em segundo lugar, são compatíveis com os preços praticados

no mercado regional;

Considerando que a merenda escolar é ação imprescindível ao desenvolvimento do ensino, não podendo haver paralisação no fornecimento sob pena de sérios prejuízos aos alunos;

Cláusula Segunda – Da Rerratificação

2.1 – permanecem inalteradas e rerratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 001/2016 que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 04.149.758/0001-47

CONTRATADO: ALEXANDRA MENEGATTI ME

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 020/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 020/2016.

MÊS/ANO: JULHO/2016 NÚMERO CONTRATO: 020/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/07/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa à prestação de serviços pela CASA DE REPOUSO Pousada Feliz, disponibilizando acolhimento do Sr. Fiorindo Pazini, cidadão do Município de Coronel Martins – SC, encaminhado pelo Setor Social com fornecimento de alimentação, vestiário, medicação, assistência médica e demais cuidados que sejam necessários ao bem estar da pessoa humana.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O contratante repassará a Contratada o montante de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), dividido em 05 (cinco) parcelas mensais de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) de agosto a dezembro de 2016, sendo este valor complementado pelo benefício previdenciário-social mensal do Sr. Fiorindo Pazini.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de execução deve se dar IMEDIANTAMENTE a partir da assinatura deste instrumento, com vigência até 31/12/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 As partes convenientes elegem o Foro da Comarca de São Domingos/SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.452.304/0001-31

CONTRATADO: Casa de Repouso Pousada Feliz - Loni Birk

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 021/2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 021/2016.

MÊS/ANO: JULHO/2016 NÚMERO CONTRATO: 021/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 26/07/2016

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato visa à prestação de serviços pela CASA DE REPOUSO Pousada Feliz, disponibilizando acolhimento do Sr. João Maria de Oliveira, cidadão do Município de Coronel Martins – SC, encaminhado pelo Setor Social do Município, com fornecimento de alimentação, vestiário, medicação, assistência médica e demais cuidados que sejam necessários ao bem estar da pessoa humana.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 O contratante repassará a Contratada o montante de R\$ 4.400,00 (quatro mil quatrocentos reais), dividido em 05 (cinco) parcelas mensais de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) de agosto a dezembro de 2016, sendo este valor complementado pelo benefício previdenciário-social mensal do Sr. João Maria de Oliveira.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de execução deve se dar IMEDIANTAMENTE a partir da assinatura deste instrumento, com vigência até 31/12/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 As partes convenientes elegem o Foro da Comarca de São Domingos/SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente contrato com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.452.304/0001-31

CONTRATADO: Casa de Repouso Pousada Feliz - Loni Birk

Correia Pinto**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 21/2016 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO - DOM
PROCESSO LICITATÓRIO N. 21/2016 - PMCP

Instrumento: Contrato nº 559/2016 PMCP;

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EPI'S (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL), CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I e Anexo II do edital.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME
CNPJ 04.584.756/0001-86.

Processo Licitatório nº 21/2016 PMCP – Pregão Presencial

Item	Descrição do Item	Unid	Qtde	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Jaqueta em nylon impermeável, com forro matessale 80cm, com bordado lateral.	Unid	200	52,50	10.500,00
02	Camiseta malha pique manga curta, com 2 botões e bordado lateral.	Unid	500	15,95	7.975,00
03	Calça em brim pesado, uso profissional, ½ elástico com presilha, zíper e botão.	Unid	500	22,25	11.125,00
04	Botina com elástico em vaqueta, solado bidensidade.	Unid	200	29,75	5.950,00
05	Luva vaqueta petroleira, reforço interno e elástico no dorso.	Unid	200	8,50	1.700,00
06	Protetor auricular tipo concha, com atenuação mínima de 20 DB.	Unid	50	17,00	850,00
07	Protetor auricular tipo plug de silicone 18 DB.	Unid	100	2,60	260,00
08	Bota de PVC, cano longo.	Unid	100	18,70	1.870,00
09	Capa de PVC, com forro poliéster.	Unid	50	10,20	510,00
	Total		40.740,00		

Valor total: R\$ 40.740,00

Vigência: 17/08/2016 a 31/08/2016

Correia Pinto/SC 19 de agosto de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2016

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/09/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 14:00 horas do dia 01/09/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 18 de Agosto de 2016.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

LICITAÇÕES 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público para o conhecimento dos interessados que encontra-se aberto o Processo nº 055/2016. Pregão nº 055/2016. Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos para as Unidades Básicas de Saúde do Município. (autoclave odontológica). Entrega da documentação e propostas a partir das 08:00 horas do dia 02/09/2016. no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 22/08/2016.

Elsa S. de Paula dos Santos – Gestora do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica os interessados que está aberta a Licitação Tipo: Pregão nº 111/2016, Processo 111/2016, Objeto: Aquisição de Materiais de Higiene e limpeza para a Administração Municipal) .Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 02/09/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações no Depto de Compras e Licitações do Município, Rua Santos Dumont, N.413, Dionísio. Cerqueira, 22/08/2016.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

PORTARIA Nº 063/2016

PORTARIA nº 063, de 21 de Julho de 2016.

Revoga a Portaria nº 058, de 01 de Julho de 2016, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990, e considerando-se a desistência do servidor em concorrer no pleito eleitoral, com gozo de férias regulares em compensação ao afastamento já usufruído; resolve:

REVOGAR

A Portaria nº 058, de 01 de Julho de 2016, que concedia licença para atividade política ao servidor ADILSON JOSÉ NICOCELI, ocupante do emprego público de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Estradas e Serviços Urbanos, a contar desta data, autorizando-se a compensação dos dias de afastamento com o gozo do período regular de férias.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de julho de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA nº 064, de 29 de julho de 2016.

Concede exoneração a Servidora Jessica Terezinha Reitz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora JÉSSICA TEREZINHA REITZ, ocupante do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Promoção Social, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 022, de 02/03/2016, a contar de 01/08/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 29 de julho de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA nº 065, de 29 de julho de 2016.

Concede exoneração a Servidora Simone Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora SIMONE SILVEIRA, ocupante do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Promoção Social, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 044, de 25/04/2016, a contar de 01/08/2016.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 29 de julho de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 066/2016

PORTARIA no 066, de 02 de Agosto de 2016.

Nomeia servidora pública para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
Emprego: Auxiliar de Recreação Infantil			
NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Simone Silveira (DN. 01/03/1987)	4.605.620-3 066.098.019-32	28 R\$ 1.142,17	40h

2. CONVOCAR a servidora para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar nº 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 02 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 067/2016

PORTARIA no 067, de 04 de agosto de 2016.

Concede exoneração a Servidora Wanessa Giovanna Boettger Frainer.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e artigo 49, VII, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora WANESSA GIOVANNA BOETTGER FRAINER, ocupante do emprego público de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria de Educação e Promoção Social, para o qual foi nomeada pela Portaria nº 047, de 09/05/2016, a contar desta data.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 04 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 068/2016

PORTARIA no 068, de 05 de Agosto de 2016.

Nomeia servidora pública para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
Emprego: Auxiliar de Recreação Infantil			
NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Wanessa Giovanna Boettger Frainer (DN. 19/02/1979)	3.576.960 006.803.139-40	28 R\$ 1.142,17	40h

2. CONVOCAR a servidora para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar nº 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 05 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 069/2016

PORTARIA no 069, de 08 de Agosto de 2016.

Nomeia servidora pública para o exercício de emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, Inciso X, c/c artigo 72, Inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990;

RESOLVE:

1. NOMEAR a candidata abaixo, aprovada no Concurso Público nº 01/2016, homologado em 26 de Fevereiro de 2016, para ocupar emprego público efetivo na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, a contar desta data, na forma que segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL			
Emprego: Auxiliar de Recreação Infantil			
NOME/DN	RG/CPF	REFERÊNCIA SALARIAL	JORNADA SEMANAL
Patricia Gessner (DN. 03/12/1994)	5.148.234 096.179.079-25	28 R\$ 1.142,17	40h

2. CONVOCAR a servidora para tomar posse nos termos dos artigos 21 a 24 da Lei Complementar nº 50/2006.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 08 de agosto de 2016; 28o ano de Fundação; 27o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Ermo

PREFEITURA

DECRETO N.º 050, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO N.º 050, de 15 de Agosto de 2016.

Suplementam dotações orçamentárias e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 391/15, de 17/11/2015 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a saber:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

04.122.0019.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.00.00.0080 (3) – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

04.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

3.3.90.00.00.00.00.0080 (17) – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º. As suplementações de que tratam o Art.1º, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte (0080) - recursos próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de Agosto de 2016.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ADITIVO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Bitmap Consultoria e Sistemas Ltda.

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação, instalação, manutenção e treinamento de sistema informatizado de gestão educacional, para atender demanda da secretaria municipal de educação.

Número do Contrato: 0106/2015

Primeiro Termo Aditivo: Aditiva prazo de vigência e valor

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0055/2015 na Modalidade Tomada de Preços N.º 0004/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 19 de AGOSTO de 2016.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ADITIVO 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Engedix Soluções de Engenharia Ltda.

Objeto: Contratação de empresa para ampliação e reforma da escola municipal Airo Ozelame – incluindo materiais e mão de obra.

Número do Contrato: 0100/2015

Segundo Termo Aditivo: Aditiva valor

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0043/2015 na Modalidade Concorrência Pública N.º 0002/2015 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 18 de agosto de 2016.

DERLY JOSÉ TAFFAREL

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 1056/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 1056/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 21/2016

As 14:00 horas do dia 19 de agosto de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES-BENZ PLACA QHC 2975. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: INGÁ VEÍCULOS LTDA.

Iniciada a sessão, onde que nenhuma empresa ME e EPP compareceu para o processo Licitatório, sendo assim aberto para a participação da empresa INGÁ VEÍCULOS LTDA com seu representante legal, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	8,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	ARRUELA 20 mm	1,00
2	8,00	LIT	INGÁ VEÍCULOS	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	16,00
3	10,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	PORCA A0009902850	7,52
4	4,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	PRISIONEIRO A0019904605	11,00
5	1,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	JUNTA DO RETORNO DO ÓLEO DA TURBINA A54111870080	10,00
6	1,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	ELEMENTO FILTRANTE A6345280306	248,00
7	1,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	TURBO COMPRESSOR DO GÁS DE ESCAPE A9060960098	8.050,00
8	20,00	PÇ	INGÁ VEÍCULOS	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA PRETA	0,59
9	1,00	SVÇ	INGÁ VEÍCULOS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA LIMPEZA, REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DO RADIADOR.	220,00
10	1,00	SVÇ	INGÁ VEÍCULOS	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE TURBINA	280,01

Sendo um valor total de R\$ 9.075,01

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos dezanove dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1056/2016 - INGÁ VEÍCULOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 1056/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 21/2016

Validade da ata de R.P.: 30(trinta) dias contados a partir do dia 19/08/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa INGÁ VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.994.951/0010-87, estabelecida na ROD BR 282, KM 644, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. LEONIR JOSE LAZZAROTTO, inscrito no CPF/MF sob nº. 563.450.039-72 e Identidade nº. 1417891, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 676/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 15/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES-BENZ PLACA QHC 2975, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

Relação de Itens

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	8,00	PÇ	ARRUELA 20 mm	R\$ 1,00
2	8,00	LIT	ÓLEO LUBRIFICANTE 15W40	R\$ 16,00
3	10,00	PÇ	PORCA A0009902850	R\$ 7,52
4	4,00	PÇ	PRISIONEIRO A0019904605	R\$ 11,00
5	1,00	PÇ	JUNTA DO RETORNO DO ÓLEO DA TURBINA A54111870080	R\$ 10,00
6	1,00	PÇ	ELEMENTO FILTRANTE A6345280306	R\$ 248,00
7	1,00	PÇ	TURBO COMPRESSOR DO GÁS DE ESCAPE A9060960098	R\$ 8.050,00
8	20,00	PÇ	ABRAÇADEIRA PLÁSTICA PRETA	R\$ 0,59
9	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA LIMPEZA, REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DO RADIADOR.	R\$ 220,00
10	1,00	SVÇ	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE TURBINA	R\$ 280,01

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - As peças a serem cotadas para o conserto da máquina deverá ser Originais da Fabricante da Máquina.

IV – As despesas para o Transporte da Máquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

V – Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da máquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 1056/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - O prazo Máximo para a realização dos serviços será de 10 dias contados após a emissão da autorização de compra e Serviço.

VII - As despesas para o Transporte da Máquina para realização dos serviços e devolução após a conclusão dos mesmos, será de responsabilidade da empresa vencedora.

VIII - Garantia mínima de 06 meses dos serviços e peças, sendo que o transporte da máquina dentro do prazo de garantia será por conta da empresa vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.39.00.00 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS;

3.3.90.39.17.00.00 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS;

Projeto atividade:

267820025.2.033000 - MANUTENÇÃO ATIV. SECR. INFRA - ESTRUTURA E TRANSP.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 30 dias, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN		LEONIR JOSE LAZZAROTTO
CPF: 024.900.719-39		CPF: 563.450.039-72
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 060

DECRETO nº. 060/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 1056/2016, e dá outras providências.

ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 1056/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇA E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO E CONserto DO CAMINHÃO CAÇAMBA MERCEDES-BENZ PLACA QHC 2975.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

INGA VEICULOS LTDA	R\$ 9.075,01
--------------------	--------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretário de Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/PMF/2016-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 120/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 49/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 120/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. ADEMIR RAMPINELLI ME, CNPJ/MF nº 81.596.801/0001-63, estabelecida na Rua Bonifácio Back, 39, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo Sr. Ademir Rampinelli, CI 6/R 452.177, CPF 379.027.259-00;
2. ZILEZIO OLAVO MACHADO ME, CNPJ/MF nº 81.803.793/0001-89, estabelecida na Rodovia Gabriel Arns, 1658, Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Zilezio Olavo Machado, CI 968110, CPF 398.524.319-00;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 120/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves da Polícia Civil do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo:

LOTE	MARCA/MODELO	ANO	QUANT	M.O R\$	P.O	P.R	VENCEDOR
1	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2013/2014	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
2	FORD/FIESTA 1.6 FLEX	2011/2012	1	R\$ 62,30	11%	26%	ZILEZIO
3	FIAT/PALIO WEEKEND TREKKING	2011/2012	1	R\$ 62,30	11%	26%	ADEMIR
4	RENAULT LOGAN 1.6	2009/2009	1	R\$ 62,30	11%	26%	ADEMIR

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Entregar os produtos/serviços de forma parcelada, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da CONTRATADA em local pré-estabelecido pelo contratante no perímetro municipal, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de validade de consumo, em horário a ser estabelecido, conforme o produto, através do Departamento de Compras.
2. Os produtos/serviços serão solicitados de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
 - 2.1. O prazo de entrega dos produtos/serviços será de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da nota de empenho ou ordem de compra.
3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
 - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado

à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável pela oficina, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da contratante.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição dos produtos e ou serviços, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.
- b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.
- c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos índices de percentual de desconto registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 120/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual

teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 19 de agosto de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

ADEMIR RAMPINELLI ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Ademir Rampinelli
CPF: 379.027.259-00;

ZILEZIO OLAVO MACHADO ME
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Zilezio Olavo Machado
CPF: 398.524.319-00;

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 128/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO
Registro de Preços

MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 128/PMF/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de triciclo de carga para atendimento as necessidades do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de setembro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço eletrônico: www.blcompras.org.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.blcompras.org.br até as 08:45 horas do dia 05/09/2016. A sessão pública será realizada no endereço eletrônico acima citado.

Forquilha, 19 de agosto de 2016.
ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 166, DE 12 DE AGOSTO DE 2016. (REPUBLICADO)

DECRETO Nº 166, DE 12 DE AGOSTO DE 2016.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E CONSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, de acordo com o que consta do Processo de Sindicância nº 003/2016 e,

CONSIDERANDO que o Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância, instituída pelo Decreto nº 135, de 1º de julho de 2016, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, concluiu que a servidora RAQUEL MAXIMIANO ROQUE PREIS, matrícula nº 4493, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, infringiu os incisos I, II, III, IV, alínea "a" do V, VII, IX e XI do art. 88 e os incisos I, IV V, VI, VII, XII e XIII do art. 89, ambos da Lei 487/98, que por sua natureza poderão ocasionar pena de demissão de acordo com os incisos V, VI e VII do art. 97 da Lei 487/98, em virtude de praticar insubordinação grave em serviço, condutas incontinentes e escandalosas, além de não cumprir com as suas atribuições, ausentando-se do serviço sem o prévio aviso, e interferindo no andamento das atividades de outros profissionais do órgão;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de dar prosseguimento à apuração e apresentar relatório final, com relação às irregularidades apontadas no Relatório Conclusivo da Comissão de Sindicância instituída pelo Decreto nº 135, de 1º de julho de 2016, configurada como possível infração aos incisos I, II, III, IV, alínea "a" do V, VII, IX e XI do art. 88 e os incisos I, IV V, VI, VII, XII e XIII do art. 89, que ensejam na penalidade prevista nos incisos V, VI e VII do art. 97, todos da Lei Municipal nº 487, de 02 de dezembro de 1998, atribuídas à servidora RAQUEL MAXIMIANO ROQUE PREIS, matrícula nº 4493, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Parágrafo único. A Comissão de Sindicância será integrada pelos seguintes membros:

- I - Daniele Berti Dalmolim, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, matrícula nº 3179;
- II - Fabiana Venson, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de educação, matrícula nº 2722;
- III - Giseli Scandolara Bosa, servidora pública efetiva, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 1993.

Art. 2º A Presidência dos trabalhos competirá à servidora indicada no inciso I do artigo anterior, a quem competirá designar o(a) servidor(a)

encarregado(a) de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.

Art. 4º A Comissão Especial apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 12 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 12 de agosto de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2016

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA - SC

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2016

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA / SC, em cumprimento a Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade – convida a população para a realização da 7ª Audiência Pública do processo de alteração do Plano Diretor Municipal de Forquilha, com o objetivo de garantir a participação da população e associações representativas de comunidades, onde serão apresentados os resultados das reuniões entre os conselheiros do CDMF.

DATA: 06 de setembro de 2016.

HORÁRIO: 19:00 horas

LOCAL: AUDITÓRIO DA CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: Rua Sigisfredo Back – Centro (Próximo à Prefeitura Municipal)
Forquilha / SC

Forquilha / SC, 19 de agosto de 2016.

LEANDRO ARNS BACK
Presidente do Conselho de Desenvolvimento Municipal de Forquilha

Informações: contato com Eng. LEANDRO ARNS BACK

SETOR DE PLANO DIRETOR

Endereço: Avenida 25 de Julho, 3400 – Centro – Forquilha (SC).

Tel.: (48) 3463.8100

Site: www.forquilha.sc.gov.br

E-mail: plandiretor@forquilha.sc.gov.br

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 67/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 73/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

DO OBJETO – Aquisição de tubos de concreto para serem utilizados nas obras de drenagem nos Bairros Saturno e Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Ofícios GP nº. 546 e 547/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina, conforme, Convênio nº 2016TR000947, Processo nº SDR213315/2016.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato nº. 73/PMF/2016 o valor de R\$ 16.146,00 (dezesesseis mil cento e quarenta e seis reais), relativo aos seguintes itens:

Item	Quant.	Unidade	Especificação	Preço Unitário
3.1	168	Unid	Fornecimento de tubos de concreto simples para águas pluviais D=400mm	R\$ 22,00
3.3	300	Unid	Fornecimento de tubos de concreto simples para águas pluviais D=600mm	R\$ 41,50

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de agosto de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

01.PRESTAÇÃO DE CONTAS PARCELA 06-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO									
ESTADO DE SANTA CATARINA									
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS									
UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo									
ORDENADOR DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI									
ENTIDADE BENEFICIADA					Associação Atitude e Vida			CNPJ: 07.625.350/0001-92	
ENDEREÇO: 10 DE NOVENBRO, 56					CEP: 89580-000				
RESPONSÁVEL: FIORINDO GRANDO					CPF: 436.377.109-78				
Nota de Empenho:		355	Data:	20/01/16	Valor Total: 121.000,00				
Ordem de Pagamento		6030	Data:	20/07/16	Valor: 11.000,00				
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do CREAS						
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições						
Histórico da Finalidade:			Manutenção no atendimento á crianças portadoras de necessidades especiais com realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.						
Documento		HISTÓRICO			RECEBIMENTO		PAGAMENTO		
NÚMERO	DATA								
6030	20/07/2016	REPASSE DA PREFEITURA			11.000,00				
850643	08/08/2016	Pago salário de Maria Ap. Matias					2.014,29		
850642	08/08/2016	Pago guia INSS 07/2016					292,30		
850644	08/08/2016	Pago salário a Maria Joceli H Dalazen					1.070,62		
850645	05/08/2016	Pago a Jean Silva – NF 7427					3.600,00		
850641	08/08/2016	Pago guia FGTS 07/2016					270,17		
850647	05/08/2016	Pago a Cleusa Maria Venson NF 7428					750,00		
850646	08/08/2016	Pago aluguel a Itacir Del Ré (07/2016)					1.450,00		
850649	10/08/2016	Pago a Marisa de L. Dos S. Mello NF 7441					1.552,62		
		TOTAL GERAL			11.000,00		11.000,00		
Local e Data: Fraiburgo(SC), 16 de Agosto de 2016									
FIORINDO GRANDO									

AT16FMS50

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: AT16FMS50

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO

Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME

Valor : 8.593,18 (oito mil quinhentos e noventa e três reais e dezoito centavos).

Vigência : Início: 01/08/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS PARA USO DOS PACIENTES QUE FREQUENTAM O CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CAPS.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016

NILCE PINZ - Secretária de Saúde

AT16SF48**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF48
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: BRITAGEM GASPAR LTDA
Valor : 28.300,00 (vinte e oito mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 03/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MASSA ASFÁLTICA CAUQ, EMULSÃO ASFÁLTICA RM1C E MASSA ASFÁLTICA CAUQ COM SERVIÇOS DE APLICAÇÃO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2016 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MASSA ASFÁLTICA CAUQ, EMULSÃO ASFÁLTICA RM1C E MASSA ASFÁLTICA CAUQ COM SERVIÇOS DE APLICAÇÃO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO).

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF49**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF49
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA
Valor : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 03/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 112/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MASSA ASFÁLTICA CAUQ, EMULSÃO ASFÁLTICA RM1C E MASSA ASFÁLTICA CAUQ COM SERVIÇOS DE APLICAÇÃO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF50**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF50
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA ME
Valor : 135.250,00 (cento e trinta e cinco mil duzentos e cinquenta reais).
Vigência : Início: 10/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 34/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA DO RAMO PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÉPTICOS; SERVIÇO DE HIDROJATEAMENTO COM EQUIPAMENTO COMBINADO; E SERVIÇO COM CAMINHÃO ALTO-VÁCUO PARA SUÇÃO E DESENTUPIMENTO DE REDES COM LIMPEZA DE TANQUES DE ELEVATÓRIAS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS A (SANEFRAI).

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF51**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF51
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: BRITASUL COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA
Valor : 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)
Vigência : Início: 12/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 115/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DO ÓRGÃO PARTICIPANTE (SANEFRAI), DURANTE O PERÍODO DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF52**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF52
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: KEMHYDRA COM. PROD. QUÍMICOS PETROQUÍMICOS LTDA
Valor : 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais)
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 36/2016
Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTO QUÍMICO PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA NA ETA, NO TRATAMENTO DO ESGOTO DA ETE JARDIM AMÉRICA E DO CHORUME NO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0061_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0061/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0235/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
OBJETO: Inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25 caput Referente a contratação da Casa Lar de Lazaro, da cidade de São Lourenço do Oeste/Sc, para acolhimento da Idosa Sra. Ana Luiza Scussiatto, durante o período de agosto a dezembro De 2016.
CONTRATADA: CASA LAR DE LAZARO. CNPJ: 21.149.405/0001-47
VALOR: R\$ 10.252,40 (dez mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 Inciso II c/c Art 13, Inc. VI, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(Sc), 19 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0062_2016 PMF

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0062/2016 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0239/2016 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
OBJETO: Curso de capacitação " trabalho em altura (NR35)", para o servidor Leandro de Jesus da Silva, com a carga horária de 08 horas, no dia 03/09/2016, pois o mesmo exerce trabalho com altura nos preparativos das decorações para festividades do município.
CONTRATADA: CLIMASEG AMBIENTAL. CNPJ: 09.025.879/0001-09
VALOR: R\$ 130,00 (cento e trinta reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 Inciso II c/c Art 13, Inc. VI, da Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(Sc), 19 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO – PREFEITO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037A_2016-SF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0037A/2016 – SF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Pregão Presencial nº 0037A/2016 – PMF

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos para construção da estação de tratamento de esgoto do Bairro Liberata: Menor Preço POR LOTE. Retificação: Fica incluso o anexo VII, conforme solicitação no LOTE 02, e alterado a descrições dos ITENS 04,05 e 24 do Edital: Desta forma, como tal alteração implicará na formulação das propostas, será alterada a data de abertura das Propostas de Preços: A ENTREGA, PROTOCOLO dos envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" bem como o CREDENCIAMENTO, deverão ser feitos junto ao Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC, até as 09:15 horas do dia 12 de setembro de 2016, ou do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 19 de agosto de 2016.
João Albino de Barros – Presidente da SANEFRAI

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0122A_2016- RP- 0076

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC
Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0122A/2016 – PMF
Registro de Preço nº 0076/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura de empresa para prestação de serviços de serviço de pintura sobre pavimentação (faixas de pedestres, faixas de eixo, borda e meios-fios). Retificação: Fica retificado o item 2.2 do Edital, e incluso o item 2.2.1 neste Edital. Desta forma, como tal alteração implicará na formulação das propostas, será alterada a data de abertura das Propostas de Preços. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 02 de setembro de 2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 19 de agosto de 2016.
Ivo Biazolo – Prefeito

CT16SF22

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16SF22
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: F.VACHILESKI & CIA LTDA
Valor : 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 04/08/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS 19,5 X 24 PARA A RETROESCAVADEIRA RANDON FROTA SFR 1028 E PATRIMONIO 83786 DE USO DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

CT16SF23

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16SF23
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: VIDEACROSS COMERCIO DE MOTOS LTDA
Valor : 10.700,00 (dez mil setecentos reais)
Vigência : Início: 11/08/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETA PARA USO DOS LEITURISTAS DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

CT16SF24

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16SF24
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: CHAPECO INDUSTRIA E COMERCIO DE FIBRAS LTDA.
Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
Vigência : Início: 15/08/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO PARA IMPLANTAR NO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BAIRRO LIBERATA.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

DECRETO Nº 214/2016

DECRETO Nº 214, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 397,79 (trezentos e noventa e sete reais e setenta e nove centavos), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.93.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0439 (120)	R\$	29,25
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0430 (121)	R\$	368,54
Total		
	R\$	397,79

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4132501034200 – Rec. Rem. Recurso UBS São José	R\$	29,25
4172421010500 – Transf. Recursos SUS – UPA	R\$	368,54
TOTAL		
	R\$	397,79

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 19 DE AGOSTO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1660/2016

PORTARIA Nº 1660, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Licença Sem Remuneração a
Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 4191/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares para o servidor ADÃO FRANCISCO DE ASSIS, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 657.154.119-04, nomeado no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 31 de agosto de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1661/2016

PORTARIA Nº 1661, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora IARA DE FATIMA BIANEX MARQUES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 649.723.219-20, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1662/2016

PORTARIA Nº 1662, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 3976/2016;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora MARGARETE TEREZA TROMBETTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 037.535.949-46, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR área de atuação GEOGRAFIA, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 12 de agosto de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de agosto de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de agosto de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT16FMS22

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS22 - Contrato Nº: AT16FMS26
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: TRANS MANNU'S EIRELI - ME
Vigência : Início: 02/08/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2016
Objeto : AS PARTES RESOLVEM EFETIVAR A INCLUSÃO DE UM VEÍCULO PARA A EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONFORME AS DESCRIÇÕES A SEGUIR: PAS: MICROONIB/NÃO APLIC PLACA: QHL 9914 / COR BRANCA, ANO/MODELO: 2015/2015, CHASSI: 936ZCWMMCF2152437, RENAVAL: 1053960910 15P / 127CV.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA.AT16FMS23**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT16FMS23 - Contrato Nº: AT16FMS26
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: TRANS MANNU'S EIRELI - ME
Valor : 25.625,00 (vinte e cinco mil seiscentos e vinte e cinco reais).
Vigência : Início: 03/08/2016 Término: 31/10/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 1.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

TA16FMS14**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16FMS14 - Contrato Nº: CT15FMS14
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Valor : 201,85 (duzentos e um reais e oitenta e cinco centavos).
Vigência : Início: 09/08/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO ACIMA EPIGRAFADO, DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NA SUA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, RESOLVEM FIRMAR O PRESENTE TERMO PARA ENDOSO E INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO FIAT/ MOBI LIKE, DE USO DO CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL), DO MUNICÍPIO: FIAT/ MOBI LIKE, PAS/ AUTOMOVEL/NAO APLIC. ALCO/GASOL, Ano/Modelo: 2016/2017 – COR BRANCA, Placa: QIF 0565 – FROTA Nº 309, Chassi: 9BD341A5NHB411771, Renavam: 1092448214.

Fraiburgo, 19 de Agosto de 2016
NILCE PINZ - Secretária de Saúde

PRESTAÇÃO DE CONTAS PMF 04-08**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**

ESTADO DE SANTA CATARINA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO				
ORDENADOR DA DESPESA: NILCE PINZ				
ENTIDADE BENEFICIADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA			CNPJ: 17.757.127/0001-52	
ENDEREÇO: AV. JOÃO MARQUES VIEIRA , 975			CEP: 89.580-000	
RESPONSÁVEL: FLÁVIO JOSÉ MARTINS		CPF: 133.199.739-91		
Nota de Empenho:	1190	Data: 07/06/2016	Valor Total: 700.000,00	
Ordem de pagamento:	2294	Data: 04/08/2016	Valor:	119.692,91
Nota de Empenho:	1596	Data: 02/08/2016	Valor:	1.696.161,83
Ordem de pagamento:	2295	Data: 04/08/2016	Valor:	15.231,94
Projeto Atividade:	2022			
Item/Fonte: 10.3.3.50.41.99.00.00.00				
Histórico da Finalidade: Transferência voluntária de recursos financeiros destinados a auxiliar no custeio de despesas de manutenção das atividades hospitalares, despesas operacionais dos serviços de saúde e atendimento hospitalar para toda a população fraiburguense no exercício de 2016, conforme TACV15PMF0008.				
Documento		HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
NÚMERO	DATA			
	4/8/2016	REPASSE DA PREFEITURA	119.692,91	
	4/8/2016	REPASSE DA PREFEITURA	15.231,94	
		RECURSOS PRÓPRIOS - TARIFA BANCÁRIA	8,25	
		Tarifa Bancária		8,25
Folha 07/2016	5/8/2016	Alice Moreira Leite		1.861,80
Folha 07/2016	5/8/2016	Aline Silveira		1.721,87
Folha 07/2016	5/8/2016	Antônio Irineu Vicentin		1.545,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Ari Antônio Guindani		6.022,97
Folha 07/2016	5/8/2016	Augusto Ribeiro Antunes		1.903,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Bruna Weirich		1.650,90
Folha 07/2016	5/8/2016	Cintia Marcon Ramos		2.002,00
Folha 07/2016	5/8/2016	Claudemir Jose Olivio de Liz		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Cleberson Castanho		2.321,44
Folha 07/2016	5/8/2016	Cristiane Felix Ribeiro		1.077,28
Folha 07/2016	5/8/2016	Cristiano Tessari		1.487,24
Folha 07/2016	5/8/2016	Daiane Bolzani		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Daniele da Silva Xavier		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Diego Alisson Rosa		3.468,31
Folha 07/2016	5/8/2016	Dirceu Job Calgaro		3.380,80
Folha 07/2016	5/8/2016	Elaine Aparecida Caregnato		2.251,68
Folha 07/2016	5/8/2016	Elaine Patricia Maciel		1.435,37
Folha 07/2016	5/8/2016	Eliane da Conceição		2.740,76
Folha 07/2016	5/8/2016	Eliane Inês Tenconi Borges		2.665,99
Folha 07/2016	5/8/2016	Elisângela Busatta		1.468,24
Folha 07/2016	5/8/2016	Elizandra Aparecida Schmidt de Paula		966,29
Folha 07/2016	5/8/2016	Emilyn Caroline Ribeiro		1.531,53
Folha 07/2016	5/8/2016	Érica Maria Franciosi		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Flaviana Ribeiro de Deus		3.183,08
Folha 07/2016	5/8/2016	Franciane de Souza dos Anjos		1.903,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Gorete Maciel		1.105,33

Folha 07/2016	5/8/2016	Izabel Ribeiro de Goes Maciel		1.533,34
Folha 07/2016	5/8/2016	Jackson Leandro Marqueviski		1.729,00
Folha 07/2016	5/8/2016	Janete de Melo Rodrigues		1.138,45
Folha 07/2016	5/8/2016	Janete Rodrigues Gonçalves		2.579,00
Folha 07/2016	5/8/2016	João Henrique Pereira		1.553,95
Folha 07/2016	5/8/2016	Jose Cesar Beher		1.331,03
Folha 07/2016	5/8/2016	Joziele Rubiane Machado da Silva		1.858,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Jucelita Campagnaro		1.531,53
Folha 07/2016	5/8/2016	Juciane de Fátima Fernandes		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Karina Oliveira da Silva		999,29
Folha 07/2016	5/8/2016	Kauana Kuhn		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Klebiana Freitas Bartolomeu		2.433,90
Folha 07/2016	5/8/2016	Leticia Aparecida Ferreira		1.704,83
Folha 07/2016	5/8/2016	Ligia Dias de Almeida		1.404,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Luan Carlo Vicente		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Luciana de Assis		1.770,70
Folha 07/2016	5/8/2016	Luciane da Silva Pinto		942,27
Folha 07/2016	5/8/2016	Luciane Marcondes dos Santos		1.196,19
Folha 07/2016	5/8/2016	Marcio Cruz		1.502,92
Folha 07/2016	5/8/2016	Marcos Alexandre Bortolini		1.065,36
Folha 07/2016	5/8/2016	Margarete Rosana dos Santos		1.157,80
Folha 07/2016	5/8/2016	Maria Ribeiro dos Santos		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Marieli Schissi		1.086,73
Folha 07/2016	5/8/2016	Marilene Aparecida Forteck		1.227,28
Folha 07/2016	5/8/2016	Marines Gomes		1.911,08
Folha 07/2016	5/8/2016	Mariza de Fátima Cluves		1.176,74
Folha 07/2016	5/8/2016	Marizete Gollo		1.938,75
Folha 07/2016	5/8/2016	Maryleize Aparecida Alves		103,64
Folha 07/2016	5/8/2016	Mayara Souza do Amaral		1.196,19
Folha 07/2016	5/8/2016	Michele Lazzari		1.184,52
Folha 07/2016	5/8/2016	Pâmela Evelyn de Moraes		1.820,00
Folha 07/2016	5/8/2016	Patrícia Moreira de Moura		1.196,19
Folha 07/2016	5/8/2016	Patricia Oldenburg Riegert		2.477,39
Folha 07/2016	5/8/2016	Rosana de Fátima Ribeiro		1.035,29
Folha 07/2016	5/8/2016	Roselani Lima da Rocha		3.805,74
Folha 07/2016	5/8/2016	Rosemeri dos Santos Ferneda		1.903,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Rosmari Dias		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Rubiane Zago		3.896,05
Folha 07/2016	5/8/2016	Santa Munaro dos Santos		1.903,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Silvana Cláudia Giacomelli		3.343,80
Folha 07/2016	5/8/2016	Silvana Esser Pacheco		1.123,03
Folha 07/2016	5/8/2016	Simone Bussato		2.159,04
Folha 07/2016	5/8/2016	Solange Leite		50,06
Folha 07/2016	5/8/2016	Tailana Paula Tibes de Campos		988,20
Folha 07/2016	5/8/2016	Talita Cassia Barbosa Gatti		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Tatiane Ribeiro Cândido Veloso		1.057,84
Folha 07/2016	5/8/2016	Thainan Bernardi Mendes		2.305,01
Folha 07/2016	5/8/2016	Vera Lucia Manfioleti		1.554,69
Folha 07/2016	5/8/2016	Viviane Siburski de Oliveira		1.903,32
Folha 07/2016	5/8/2016	Volnei Alves Webber		1.903,32
TOTAL GERAL			134.933,10	134.933,10

Dirceu Job Calgaro - Responsável

Cristiano Tessari - Responsável

Flávio José Martins - Presidente AFSC

Fraiburgo (SC), 16 de agosto de 2016.

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 832/2016 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 832/2016, 18 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13, § 4º, 5º e art.14 da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito no orçamento do na Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	1.045	Obras Práticas Esportivas Para o Lazer Da Comunidade.	
157	4.4.90.00.00.00.00.0.0642	Aplicações Diretas	
	TOTAL		

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 49.827,20 (quarenta e nove mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	1.045	Obras Práticas Esportivas Para o Lazer da Comunidade.	
157	4.4.90.00.00.00.00.0.0642	Aplicações Diretas	R\$ 49.827,20
	TOTAL		

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 2016 TR 1644 no valor de R\$ 49.827,20 (quarenta e nove mil oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra bruta para conservação e manutenção de estradas vicinais conforme plano de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 18 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 833/2016 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 833/2016, 18 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR ATRAVÉS DE RECURSO DE CONVÊNIO NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da lei orgânica do município de Frei Rogério e no art.13,§ 4º, 5º e art.14 da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito no orçamento do na Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	1.054	Aberturas de Ruas, Pavimentação Urbana e Estradas Vicinais.	
156	3.3.90.00.00.00.00.0.0642	Aplicações Diretas	
	TOTAL		

Art. 2º - Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 99.989,33 (noventa e nove mil e novecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	02	Poder Executivo	
Unidade:	06	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	
Proj./Ativ.	1.054	Aberturas de Ruas, Pavimentação Urbana e Estradas Vicinais.	
156	3.3.90.00.00.00.00.0.0642	Aplicações Diretas	99.989,33
	TOTAL		

Art. 3º - Utilizar-se-á como fonte para suplementação da dotação orçamentária especificada no artigo primeiro deste decreto, o Convênio nº 2016 TR 1633 no valor de R\$ 99.989,33 (noventa e nove mil e novecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), celebrado com Estado de Santa Catarina e o Município de Frei Rogério objetivando a aquisição de pedra brita para conservação e manutenção de estradas vicinais conforme plano de trabalho.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 18 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 834/2016 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 834/2016, 19 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso II e art. 13 § 5º da lei nº 838/2015 de 26/11/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito no orçamento da Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação Orçamentária:

Órgão:	03	Fundo Municipal	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.079	Programa Vigilância Sanitária	
45	4.4.90.00.00.00.00.0.0157	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil Reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	03	Fundo Municipal	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.079	Programa Vigilância Sanitária	
45	4.4.90.00.00.00.00.0.0157	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 3.000,00

Art. 3º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 3.000,00 (Três mil Reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	03	Fundo Municipal	
Unidade:	01	Fundo Municipal de Saúde	
Proj./Ativ.	2.079	Programa Vigilância Sanitária	
35	3.3.90.00.00.00.00.0.0157	Aplicações Diretas	
	TOTAL		R\$ 3.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, 19 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 860/2016 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O "LAR NOVA ALVORADA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LEI MUNICIPAL Nº 860/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS, A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM O "LAR NOVA ALVORADA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS, autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com o LAR NOVA ALVORADA, entidade sem fins lucrativos sediada no município de Curitiba, inscrita no CNPJ n. 03.036.536/0001-55, objetivando viabilizar o acolhimento institucional, quando necessário e de forma transitória, de crianças e adolescentes de Frei Rogério em situações de risco ou vulnerabilidade, em atenção à Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

Art. 2º - Pelo presente Convênio, o Poder Executivo repassará ao LAR NOVA ALVORADA a importância de R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais por menor, pelo durante o período em que perdurar o acolhimento, cujo pagamento ocorrerá até o dia 10 do mês competente, em conta vinculada ao Convênio.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá prestar contas mensalmente da aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela Instrução Normativa TC-14/2012 do Tribunal de Contas do Estado, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º - As despesas necessárias para a execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Frei Rogério/SC, 19 de agosto de 2016.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

RESUMO EDITAL PROC,17/2016 =PREF. TRANSPORTE ESCOLAR V

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2016

O Município de Frei Rogério – SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 08 de setembro de 2016 às 08h30min, na sede da Pref. Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na mod. de PREGÃO PRESENCIAL, sob a égide das Leis 10520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a contratação de Serviços de Transporte Escolar, para atender alunos durante o segundo semestre do ano letivo de 2016

Informações e Edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério (SC), 19 de agosto de 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

LICITAÇÃO 027/2016 - ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2016

CONCORRENCIA Nº 001/2016

Neste dia 19 de agosto de 2016, as 09:00 horas reuniram-se a presidente e a comissão de licitação pelo Decreto 107/2016 e o representante da ACIG Cleber Lanzarin para a abertura dos envelopes das proposta referente ao Processo de Licitação nº 027/2016 Concorrência nº 01/2016, na Concessão de incentivo industrial, na forma de concessão de direito real de uso de Bem imóvel de propriedade do Município de Galvão. No início da manhã deste dia, por volta de 08:40 horas estive na sala de licitação representante da empresa Construtora Villani LTDA o qual fez a entrega de uma declaração onde a mesma vem desistir do processo licitatório nº 027/2016 concorrência nº 001/2016. Tendo em vista que a outra empresa participante Milk Transporte LTDA foi desabilitado nos documentos de habilitação, não serão aberto nenhum envelope de proposta desta licitação. Os envelopes das empresas permanecerão fechados no processo juntamente com a declaração da empresa. Sem mais para o momento encerra-se esta ata e passa a ser assinada pelos presentes.

Garopaba

PREFEITURA

ERRATA Nº 01 AO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA

ERRATA Nº 01 AO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 33/2013

O Município de Garopaba torna publico aos interessados que RETIFICA o TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 33/2013, na clausula segunda – Das Disposições finais, que diz:

2.1 A rescisão amigável terá eficácia a partir do dia 01 de setembro de 2016, em conformidade com o contrato assinado pelas partes.

Leia-se:

2.1 A rescisão amigável terá eficácia a partir do dia 17 de agosto de 2016, em conformidade com o contrato assinado pelas partes.

Garopaba, 19 de agosto de 2016
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 49/2016; Processo nº. 72/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: VERSATIL CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. CNPJ: 02.127.024/0001-31. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de R\$ 49.427,94 (Quarenta e nove mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos) ao contrato original referente alterações promovidas no projeto, conforme planilha e justificativa em anexo a este documento, devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Infra Estrutura; Data da Assinatura: 19/08/2016.

PORTARIA N.º 743/2016.

PORTARIA N.º 743, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata LUCIANE ADELINO MONTEIRO, CPF n.º 018.063.169-19, aprovada e classificada como 1ª colocada no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades nas unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 744/2016.

PORTARIA N.º 744, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o candidato ROBSON CELSO DA SILVA, CPF n.º 016.365.439-52, aprovado e classificado como 1ª colocado no Concurso Público 001/2015, homologado em 11 de maio de 2016, para exercer em caráter efetivo o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de operar tratores, carregadeiras, retroescavadeiras e motoniveladoras na abertura, alargamento e conservação de estradas e vias públicas.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de agosto de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/08/2016, de acordo com a
Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 1987 DE 17 DE AGOSTO DE 2016**

LEI Nº 1987 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

“Denomina Servidão no Bairro Ambrósio do Município de Garopaba e dá outras providencias”.

Eu, SÉRGIO LUIZ GONÇALVES, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Servidão existente situada no Bairro Ambrósio. Lado oeste, numa extensão de 8,00m, confronta com a Rua Adelaide de Araújo Cardoso. Lado leste sem saída, numa extensão de 8,00m, confronta com Maria Aparecida Cardoso Zanelato e Albertina de Araújo Pereira, lado norte, numa extensão 248,19m, confronta com propriedades de Marcelo Cardoso Severino, Ernanes da Silva, Cleber Zanelato, Clarice Zanelato, Diego Francisco Pandolfo Chaves, Carioni Zanelato, Camila Zanelato, Maria Aparecida Cardoso Zanelato, lado sul, numa extensão de 249,19m confronta com as propriedades de Albertina de Araújo Pereira, Diego João Pereira, Diovani João Pereira, passa a ser denominada Servidão Genuíno Francelino de Araújo, conforme levantamento topográfico e memorial descritivo anexo que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de agosto de 2016.

Sérgio Luiz Gonçalves

Vice-Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de agosto de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação Legislação e
Processo Legislativo

LEI Nº 1988 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 1988 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

“Denomina Rua no Bairro Campo D’Una do Município de Garopaba e dá outras providencias”.

Eu, SÉRGIO LUIZ GONÇALVES, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua existente situada no Bairro Campo D’Una, que tem suas medidas e confrontantes: lado oeste, numa extensão de 8,00 com faixa de domínio da Rodovia SC 434, lado leste sem saída, numa extensão de 8,00 Zelaide Batista Pereira CPF: 028.383.129-76 e Daniela Elizabete Marques CPF: 038.979.769-35, lado norte, numa extensão 218,00m confronta com propriedades de Zelaide Batista Pereira CPF: 028.383.719-59, Eloisa Batista Pereira CPF: 062.560.129-76, Cenira Campos da Silva CPF: 164.111.530-00, lado sul, numa extensão de 218,00m confronta com as

propriedades de Cedolino Pereira CPF: 351.153.199-34, Augusto Valdir de Paula CPF: 569.835.062-00 e Daniela Elizabete Marques CPF: 038.979.769-35, passa a ser denominada Rua SATURNINO PEREIRA, conforme memorial descritivo, planta de situação e ART em anexo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de agosto de 2016.

Sérgio Luiz Gonçalves

Vice-Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de agosto de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

LEI Nº 1989 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 1989 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

“Denomina Rua no Bairro Areias do Macacu do Município de Garopaba e dá outras providencias”.

Eu, SÉRGIO LUIZ GONÇALVES, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Garopaba, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, nos termos do art. 40, §7º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Rua existente situada na localidade do Bairro Areias do Macacu que se inicia na GRP 010 possui 567,11 m (quinhentos e sessenta e sete metros e onze centímetros), de extensão, por 08.00 m (oito metros) de largura com termino nos alinhamento entre os pontos 02 e 03 com faixa de acréscimo de marinha, passa a ser denominada Rua 16 DE NOVEMBRO. Conforme croqui e demais documentos em anexo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, em 17 de agosto de 2016.

Sérgio Luiz Gonçalves

Vice-Presidente

Publicada a presente Lei, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos dezessete dias do mês de agosto de 2016.

Publicada a presente Lei no DOM/SC em ____/____/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL FMS Nº 005/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GARUVA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL

Processo Licitatório FMS Nº 005/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço

Objeto: Aquisição e instalação de equipamento de raio-x, para atender as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento do Município e demandas da Secretaria Municipal de Saúde, através do Convênio nº 2016TRO 01496, firmado entre o Município de Garuva e a Secretaria de Estado da Saúde.

Devido a inclusão dos itens 1.1.1 e 5.1.6 do edital e 1.1.1 da minuta de contrato, o credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes do Pregão supra citado será dia 01/09/2016 as 08:30 horas. A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 19 de agosto de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 123/2016

DECRETO Nº 123 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, especialmente o art. 6º da Lei nº 1917, de 09/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	3390	01.01.00	R\$	15.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	3390	01.01.00	R\$	20.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.001.12.361.1028.2028 Desenv. e manut. do ensino fundamental	4490	01.01.00	R\$	15.000,00
07.001.12.365.1030.2031 Desenv. e manut da educação infantil	4490	01.01.00	R\$	20.000,00

Art. 3º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	3390	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	4490	01.00.00	R\$	10.000,00

Art. 5º - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 17.200,00 (dezessete mil e duzentos reais), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

15.001.08.244.1023.2051 Man. do progr.de promoção e prev.des.social	3390	01.35.04	R\$	17.200,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação dos recursos de Transferências do Fundo Nacional de Assistência Social - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade – CREAS.

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

José Chaves
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 124/2016

DECRETO Nº. 124 de 19 de agosto de 2016

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Gabriel de Freitas, do cargo comissionado de Diretor de Contabilidade."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o senhor GABRIEL DE FREITAS, portador de CPF nº 042.175.269-62, do cargo comissionado de Diretor de Contabilidade – CC2, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 125/2016

DECRETO Nº. 125 de 19 de agosto de 2016

"Dispõe sobre a exoneração do senhor Fabio Sozin, do cargo comissionado de Diretor Administrativo de Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o senhor FÁBIO SOZIN, portador de CPF nº 006.226.029-42, do cargo comissionado de Diretor Administrativo da Educação – CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 126/2016

DECRETO Nº. 126 de 19 de agosto de 2016

"Dispõe sobre a nomeação do senhor Fabio Sozin, para o cargo comissionado de Diretor de Administração e Planejamento."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o senhor FÁBIO SOZIN, portador de CPF nº 006.226.029-42, para o cargo comissionado de Diretor de Administração e Planejamento – CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 127/2016

DECRETO Nº. 127 de 19 de agosto de 2016

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Gabriel de Freitas, para o cargo comissionado de Diretor Administrativo de Educação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado o servidor GABRIEL DE FREITAS, portador de CPF nº 042.175.269-62, para o cargo comissionado de Diretor Administrativo de Educação – CC2, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 19 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

LEI Nº 1950/2016

LEI Nº 1950, DE 19 DE AGOSTO DE 2016

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER EM DOAÇÃO SEM ÔNUS, DUAS PROPRIEDADES DO ESTADO DE SANTA CATARINA".

O POVO DO MUNICÍPIO DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a receber em nome do Município de Garuva, por doação sem ônus, do ESTADO DE SANTA CATARINA, duas propriedades das unidades escolares do Ensino Fundamental desativadas.

Parágrafo-Único - A presente doação foi autorizada pela Lei Estadual nº 16.100 de 30 de agosto de 2013, qual segue texto anexo I como parte integrante da presente lei.

Art. 2º - Dos cinco imóveis descritos e autorizados na Lei Estadual 16.100/2013, serão recepcionados pela presente lei, somente os seguintes:

I – Imóvel Matriculado sob numero RI 43.732 JLLE – SC, Cadastro Imobiliário Nº 5543-3, localizado na Estrada Três Barras, S/N, Três Barras – Garuva – SC, avaliado em R\$ 140.000,00;

II – Imóvel Matriculado sob numero RI 44.597 JLLE – SC, Cadastro Imobiliário 5541-1, localizado na Estrada Sol Nascente, S/N, Sol Nascente – Garuva – SC, avaliado em R\$ 22.500,00.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 115/2016

PORTARIA Nº. 115, de 18 de agosto de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2029/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ALINE BARROS FRANCO.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 116/2016

PORTARIA Nº. 116, de 18 de agosto de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2078/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor VALDECIR GONÇALVES.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional I, Classe II, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117/2016

PORTARIA Nº. 117, de 18 de agosto de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2152/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ANA CLAUDIA PIONHIEVICZ.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 118/2016

PORTARIA Nº. 118, de 18 de agosto de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 2198/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora ROSEMERI NEBEL.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Operacional I, Classe II, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 18 de agosto de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.120, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.120, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, abaixo relacionada, em virtude de não assumir no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
CRISTINA OLIVEIRA DOS SANTOS	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	52º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.085/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.121, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.121, 16 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2015, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
CAMILA BERNARDO PEREIRA DE SOUZA E SILVA	AUXILIAR DE PROFESSOR	40	53º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.122, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.122, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
GABRIELLE CRISTINA BECKER	PSICOLOGA	40	12º	SECRETARIA DE SAÚDE	7.104/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.123, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.123, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JACSON REGIEL	PSICOLOGO	40	13º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.124, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.124, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionado, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
JACSON REGIEL	PSICOLOGO	40	13º	SECRETARIA DE SAÚDE	7.123/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.125, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.125, 16 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
LUCIANA GRAMKOW	PSICOLOGA	40	14º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.126, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.126, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
LUCIANA GRAMKOW	PSICOLOGA	40	14º	SECRETARIA DE SAÚDE	7.125/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.127, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.127, 16 DE AGOSTO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
SUELEN BECKER	PSICOLOGA	40	15º	SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.
Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.128, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.128 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA O SERVIDOR RICARDO ALEXANDRE FREITAS

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor RICARDO ALEXANDRE FREITAS, CPF nº 620.889.049-72 do cargo efetivo de Médico Clínico Geral, lotado com 10 horas semanais na Secretaria de Saúde, nomeado pelo Decreto 145/1995, a partir de 04 de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2016.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.130, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.130 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA ANAILZA LIMA ALENCAR

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a servidora ANAILZA LIMA ALENCAR, CPF nº 192.272.848-93 do cargo efetivo de Professora, lotada com 20 horas semanais na Secretaria de Educação, nomeada pelo Decreto 6275/2015, a partir de 05 de agosto de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 05 de agosto de 2016.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.131, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.131 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA SILVANA KUNEL PEREIRA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a servidora SILVANA KUNEL PEREIRA, CPF nº 702.196.999-68, do cargo efetivo de Professora, lotada com 40 horas semanais na Secretaria de Educação, nomeada pelo Decreto 6183/2015, a partir de 15 de julho de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 15 de julho de 2016.

Gaspar, 16 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.133, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.133, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR IVO NUNES FERREIRA PINTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 12 de agosto de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Motorista, do servidor IVO NUNES FERREIRA PINTO, CPF nº 505.768.369-15, nomeado pelo Decreto nº 2.748/2008, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2016.

Gaspar, 17 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.134, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.134, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR ONIVALDO IGNACZUK.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 1 de agosto de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, do servidor ONIVALDO IGNACZUK, CPF nº 399.748.209-87, nomeado pelo Decreto nº 067/87, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 1 de agosto de 2016.

Gaspar, 17 de agosto de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.135, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.135, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA EDNA MARQUES CORTIÇO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 2 de agosto de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Berçarista, da servidora EDNA MARQUES CORTIÇO, CPF nº 733.273.368-49, nomeada pelo Decreto nº 3.772/2010, em virtude de aposentadoria por invalidez.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 2 de agosto de 2016.

Gaspar, 17 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.136, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 7.136, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, abaixo relacionada, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
CARLINE BAUMGARTNER	FARMACÊUTICO	40	8º	SECRETARIA DE SAÚDE	7.111/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 5.002, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA Nº 5.002, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

REVOGA A PORTARIA Nº 4.061, DE 30 DE JUNHO DE 2016, QUE CONCEDEU LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EVA CRISTINA DE SOUZA, PARA O DESEMPENHO DE ATIVIDADE POLÍTICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 4.061, de 30 de junho de 2016, que concedeu licença a servidora pública municipal EVA CRISTINA DE SOUZA, para o desempenho de atividade política.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de julho de 2016.

Gaspar, 17 de agosto de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

SAMAE - GASPAR**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 39/2016

EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme estabelece o art. 48, inciso "I" da Lei Complementar nº 123/2006.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 06/09/2016.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 06/09/2016 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 19 de agosto de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 38.2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 38/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
Valor : 9.091,00 (nove mil e noventa e um reais)
Vigência : Início: 19/08/2016 Término: 19/08/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, DESTINADOS A
READEQUAÇÃO E MELHORAMENTO DA SALA DE VACINAS NA
UNIDADE BÁSICA CENTRAL, LOCALIZADA A RUA PRESIDENTE
KENNEDY, EM GUARACIABA SC.

HOMOLOGAÇÕES PROCESSO 35.2016 FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016
PROCESSO Nº 35/2016 HOMOLOGAÇÃO: 19/08/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA
SC
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, DESTINADOS A
READEQUAÇÃO E MELHORAMENTO DA SALA DE VACINAS NA
UNIDADE BÁSICA CENTRAL, LOCALIZADA A RUA PRESIDENTE
KENNEDY, EM GUARACIABA SC.

CONTRATADO: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.091,00 (nove mil e noventa e um reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 96.16 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS CORPO BOMBEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº96/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 117/16, Edital de Pregão Presencial Nº 96/16, Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE SALVAMENTO EM ALTURA E COMBATE A INCENDIO FLORESTAL E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE GUARACIABA/SC; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 02/09/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 02/09/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 19 de Agosto de 2016.
Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

DECRETO Nº. 678/2016

DECRETO Nº. 678/2016

Aprova o Loteamento Residencial Vitória.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e art. 17, da Lei nº. 1008/1986;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento Residencial Vitória, situado no Bairro Corticeira, neste município, empreendido no imóvel com superfície de 281.850,10m², na Rua 204 – Hermínio Stringari, objeto da matrícula nº. 26.956, de propriedade de GLBC Administradora de Bens Próprios Ltda., inscrita no CNPJ sob n.º 20.315.992/0001-53.

Art. 2º. Para garantia da realização e conclusão do referido loteamento, ficam caucionados em favor do Município de Guaramirim, os seguintes lotes integrantes do mesmo:

I - 20 (vinte) lotes numerados do 01 ao 20, da quadra A;
II - 20 (vinte) lotes numerados do 25 ao 44, da quadra B;
III - 13 (treze) lotes numerados do 47 ao 59, da quadra C;
IV - 13 (treze) lotes numerados do 63 ao 75, da quadra D;
V - 22 (vinte e dois) lotes numerados do 79 ao 100, da quadra E;
VI - 22 (vinte e dois) lotes numerados do 103 ao 124, da quadra F;
VII - 22 (vinte e dois) lotes numerados do 127 ao 148, da quadra G;
VIII - 15 (quinze) lotes numerados do 151 ao 165, da quadra H;
IX - 26 (vinte e seis) lotes numerados do 174 ao 199, da quadra I;
X - 23 (vinte e três) lotes numerados do 204 ao 226, da quadra U;
XI - 20 (vinte) lotes numerados do 243 ao 262, da quadra N;
XII - 20 (vinte) lotes numerados do 271 ao 290, da quadra O;
XIII - 20 (vinte) lotes numerados do 300 ao 319, da quadra P;
XIV - 20 (vinte) lotes numerados do 333 ao 352, da quadra Q;

Art. 3º. É condição para a eficácia do presente decreto, que esta caução seja averbada no registro imobiliário competente, sendo os custos necessários, por conta da proprietária do empreendimento, devendo a mesma encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, cópia da matrícula atualizada com a averbação mencionada.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2016 – PMG
Processo Licitatório nº 100/2016 – PMG

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação – Credenciamento.

Objeto da Licitação: Contratação de instituições financeiras e de crédito para o recebimento de tributos e demais receitas públicas, bem como faturas do serviço de água do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situado na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Banco Bradesco SA, inscrita no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, estabelecida na Cidade de Deus, s/n, município de Osasco, estado de São Paulo.

Data da Assinatura: 15/08/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 006/2014 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2014 – FMS

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratada: Odonto Blu Comércio e Assistência Técnica Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.291.878/0001-83, estabelecida na Rua São Paulo, nº 2871, sala 03, bairro Itoupava Seca, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato estendido por 12 (doze) meses, correspondendo o período entre o dia 21 de agosto de 2016 até o dia 21 de agosto de 2017.

Data da Assinatura: 05/08/2016 Vigência: 21/08/2017.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2014 – FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2014 – FMS

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de esterilização do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, através do seu Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina. Contratada: Odonto Blu Comércio e Assistência Técnica Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.291.878/0001-83, estabelecida na Rua São Paulo, nº 2871, sala 03, bairro Itoupava Seca, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo de Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato estendido por 12 (doze) meses, correspondendo o período entre o dia 31 de agosto de 2016 até o dia 31 de agosto de 2017.

Data da Assinatura: 05/08/2016 Vigência: 31/08/2017.

Guaramirim (SC), 19 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
PREFEITO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº. 13/SMS**JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor SINGULAR DROGARIA E MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA referente ao empenho nº. 1305/2016, datado de 04/08/2016, no valor de R\$ 19.365,00. Este pagamento se refere ao medicamento Sunitinibe (malato) 50mg (Sutent) caixa com 28 cápsulas para cumprimento da Determinação Judicial nº. 0301369-73.2016.8.24.0026.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para possibilitar o cumprimento da determinação judicial, pois este fornecedor somente realiza a entrega do medicamento mediante pagamento antecipado, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 18 de agosto de 2016.

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº. 507/2016

PORTARIA Nº. 507/2016

Exonera Tarcizio Rodrigues Pinto.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Tarcizio Rodrigues Pinto, da função de Analista de Sistemas, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 508/2016

PORTARIA Nº. 508/2016

Exonera Irineu José Veiga Junior.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Irineu José Veiga Junior, da função de Diretor de Cadastro, vinculado à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 509/2016

PORTARIA Nº. 509/2016

Nomeia Irineu José Veiga Junior.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Irineu José Veiga Junior, na função de Secretário de Agricultura, a partir de 18 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 510/2016

PORTARIA Nº. 510/2016

Exonera José Oscar Michalak.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar José Oscar Michalak, da função de Encarregado, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 16 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 511/2016

PORTARIA Nº. 511/2016

Nomeia José Oscar Michalak.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear José Oscar Michalak, na função de Gerente de Serviços Urbanos, vinculado à Secretaria de Infraestrutura, a partir de 17 de agosto de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 18 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 512/2016

PORTARIA Nº. 512/2016

Substitui presidente da Comissão Permanente de Revisão de Cadastro Imobiliário, nomeado pela Portaria nº. 663/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições,
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Substitui temporariamente o servidor Denilton José Malinski, como presidente da Comissão Permanente de Revisão de Cadastro Imobiliário, nomeado pela Portaria nº. 663/2015, pelo servidor Vanderlei Alves Vieira, até 02 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 19 de agosto de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 37/2016 - Pregão Presencial Nº. 23/2016.

Objeto: Aquisição de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e colchões e travesseiros, para serem utilizados na Rede Municipal de Ensino (Ensino Fundamental e Educação Infantil) do município de Guarujá do Sul, com recursos do Salário Educação.

Propostas e Habilitação: 06/09/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 19 de agosto de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PREGÃO Nº 030/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2016

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO

Registro de Preços para a eventual aquisição de frutas, verduras e legumes para uso das diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 06 meses.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 14:00 horas do dia 31/08/2016.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 18,65 (dezoito reais e sessenta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 19 de agosto de 2016.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PORTARIA Nº 182/2016

PORTARIA Nº 182, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 016, de 02 de junho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 30.12.2015, o Contrato de Trabalho nº 016/2014, celebrado com LUCIANA DE FÁTIMA GONÇALVES DOS SANTOS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE AGOSTO DE 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

RETIFICAÇÃO- FMS

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA EDIÇÃO 1943.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM – CNPJ: 11.250.761/0001-18

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - FMS

OBJETO: Contratação de serviços de coleta e análise de exames laboratoriais para o ano de 2016, decorrentes do Edital de Credenciamento nº 001/2016 do FMS de Ibiam, e Anexo I do Decreto 2.898/2015. CONTRATADO: G Pasteur Laboratório de Análises Clínicas e Patológicas Ltda

CNPJ do contratado: 78.491.172/0001-00. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8666/93

VALOR: O preço a ser pago pelos exames é conforme estabelecido no anexo I do Decreto Municipal 2.898/2016. Ibiam, 19 de Agosto de 2016. Gilmar Fontana, Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 68 2016

Lei Complementar nº 68, de 18 de agosto de 2016.

APLICA REVISÃO GERAL ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, CONFORME PREVISÃO CONTIDA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 40, DE 29 DE JULHO DE 2013 E ALTERAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

LAURI ARMINDO ADÃO JUNIOR, Prefeito Municipal de Ilhota em exercício, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores públicos do Município (incluindo a administração direta e indireta), o reajuste de 9,82% (nove vírgula oitenta e dois por cento) a título de revisão geral anual ao funcionalismo, de que trata a Lei Complementar nº 40, de 29 de julho de 2013 c/c as alterações da Lei Complementar nº 62, de 19 de agosto de 2015.

§ 1º O reajuste previsto no caput aplica-se aos proventos de aposentadoria e aos valores de pensões, assim como aos agentes políticos e cargos comissionados, excluídos os servidores ativos e inativos do Magistério Municipal, definidos em regra própria (lei nº 11.738/08, c/c art. 65 da Lei Complementar Municipal nº 31/2013), na forma da lei.

Art. 2º Os valores indicados no artigo antecedente serão pagos em 2(duas) parcelas, sendo:

- a) 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento) incidente sobre a remuneração do mês de julho de 2016, a ser pago em agosto de 2016;
- b) 4,91% (quatro vírgula noventa e um por cento) incidente sobre a remuneração do mês de agosto de 2016, a ser pago em setembro de 2016;
- c) 9,82% (nove vírgula oitenta e dois por cento) incidente sobre o vale alimentação a ser pago em agosto de 2016.

Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, 18 de agosto de 2016.

LAURI ARMINDO ADÃO JUNIOR
Prefeito Municipal em Exercício

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 078/2016

EDITAL SEAGP Nº 078/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, divulgado através do Edital nº 14/2015, de 30 de outubro de 2015, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 14/2015, de 15 de Janeiro de 2016, que homologou os resultados do referido Processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 14/2015, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Agosto a 21 de Setembro de 2016, no horário das 08h às 13h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo. Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 078/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Enfermeiro 40h
Amanda Gonçalves de Souza

EDITAL SEAGP Nº 079/2016

EDITAL SEAGP Nº 079/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, divulgado através do Edital nº 004/2016, de 05 DE ABRIL DE 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2016, de 27 de abril de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Agosto a 21 de Setembro de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 079/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico(a) de Enfermagem
MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA CARVALHO JOB

EDITAL SEAGP Nº 080/2016

EDITAL SEAGP Nº 080/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2012.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, divulgado através do Edital nº 004/2012, de 14 de novembro de 2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 04/2012, de 08 de fevereiro de 2013, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2012, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Agosto a 21 de Setembro de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

EDITAL SEAGP Nº 080/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Servente Merendeira

Edilene Aparecida da Silva

PORTARIA PMI/GGP Nº 459/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 459, de 18 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Motorista, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 08/2013, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Bruno Cipriano	Motorista	059.898.589-14	18/08/2016

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, em substituição ao servidor Sr. Marcos Fernandes da Silva, Motorista, matrícula nº 5183, inscrito no CPF sob o nº 037.811.699-10, que encontra-se afastado para concorrer o pleito eleitoral, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em concurso público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 460/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 460, de 18 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativa - ACESSUAS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 05/2016, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vanessa Aires da Silva	Agente Administrativa ACESSUAS	007.846.890-67	18/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de agosto de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 461/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 461, de 19 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Josiane Natália Pacheco dos Santos	Professora I – 20h	017.914.099-03	08/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes

Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

PORTARIA PMI/GGP Nº 462/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 462, de 19 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA INTERINO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 14/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Sirlene da Rosa Tomaz	Professora II – 20h	004.945.029-83	09/08/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 19 de agosto de 2016.

Daniel Vinício Arantes Neto
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública
(Interino)

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Layra Fernandes
Superintendente de Gestão de Pessoal e Inovação

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 2093/16

. DECRETO Nº 2093/16
. De 18 de agosto de 2016

ESTABELECE ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL - INDAPREV E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Leis Complementares nº 64/05, nº 147/13 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando o Cálculo Atuarial,

DECRETA:

Art. 1º - O Município de Indaial contribuirá mensalmente sobre a remuneração dos segurados com o percentual total de 15,49% (quinze vírgula quarenta e nove por cento), incidindo, inclusive, sobre a gratificação natalina, sendo:

-Custo Normal = 14,49% (quatorze vírgula quarenta e nove por cento);
-Taxa de Administração = 1,00% (um por cento).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 1991/16.

Município de Indaial, em 18 de agosto de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2095/16

. DECRETO Nº 2095/16
. De 19 de agosto de 2016

Cancelamento de restos a pagar

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito no Exercício do cargo de Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

ENTIDADE	Nº EMPENHO	ESPÉCIE	CREDOR	VALOR EMPENHADO	VALOR A CANCELAR	MOTIVO
MUNICÍPIO DE INDAIAL	10193/2015	ORDINÁRIO	COMERCIAL MENELLI LIMITADA EPP	R\$ 671,00	R\$ 671,00	DESPESA NÃO EFETUADA. MATERIAL NÃO FOI ENTREGUE PELO FORNECEDOR. FOI FEITA NOVA LICITAÇÃO, CONFORME COMUNICAÇÃO INTERNA DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua reinscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 19 de agosto de 2016.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

EDITAL Nº 06/2016 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA ALCESTE FRANCISCO DE ANDRADE

Indaial, 19 de agosto de 2016.

EDITAL Nº 06/2016

O Prefeito de Indaial, Sérgio Almir dos Santos, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4.580/2011 e 4841/2013 e Decreto nº 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão da Alceste Francisco de Andrade (Rua "C" do Loteamento Residencial Colina Arvoredo), Bairro Estrada das Areias, totalizando 1.296,00m² de pavimentação (157,30 metros de extensão) e 330,00 metros lineares de testadas com meio fio de concreto, importando a obra em R\$ 103.611,60 (Cento e três mil, seiscentos e onze reais e sessenta centavos) iniciando pelo lado direito no lote 40 de propriedade de Lucio André de Andrade e pelo lado esquerdo no lote 17 de propriedade de Andre R. Klowasky, terminando no lado direito no lote 29 de propriedade de José Antonio da Rosa Neto e na Area Verde 01, de propriedade do Município de Indaial, pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Areia para colchão de assentamento de lajota tijolão de concreto;
- 1.3 – Tijolos maciços;
- 1.4 – Cimento.

2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.3 – Rolo compactador;
- 2.4 – Carregadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
1. MATERIAL				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto	m²	1.296,00	52,71	68.314,60
1.2 – Areia	m³	130,00	63,50	8.255,00
1.3 – Tijolo comum	unid.	200,00	0,50	100,00
1.4 – Cimento	saco	2,00	22,00	44,00
TOTAL ITEM 01 = R\$				76.713,60
2. MÃO-DE-OBRA				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	1.300,00	16,90	22.056,00
2.2 – Máquina para preparação de cancha (patrola)	h	12,00	240,00	2.880,00
2.3 – Rolo compactador	h	3,00	80,00	240,00
2.4 – Transporte de material excedente	h	12,00	63,50	762,00
2.5 – Carregadeira	h	12,00	80,00	960,00
TOTAL ITEM 02 = R\$				26.898,00
TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$				98.625,60
3. CUSTOS DA OBRA				
3.1 Participações dos moradores				91.928,80
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Testada e embocamentos				6.696,80
3.2.2 – Infraestrutura e melhorias				4.986,00
TOTAL ITEM 03 = R\$				103.611,60
DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL
Lado Direito				

Município de Indaial - embocamento		6,00	24,00	913,20
Lucio André de Andrade		19,00	76,00	5.783,60
Ivan Carlos Ogleari		12,00	48,00	3.652,80
Cirilo Ferreira de Souza		12,00	48,00	3.652,80
Patricia Giovanella		12,00	48,00	3.652,80
Glauco C. Schroeder		12,00	48,00	3.652,80
Gleisimara Guilande		12,00	48,00	3.652,80
Lucio Andre de Andrade		12,00	48,00	3.652,80
Tiago Emil		12,00	48,00	3.652,80
Alex Sandro de Farias Mendes		12,00	48,00	3.652,80
Claudecir dos Santos Fontana		12,00	48,00	3.652,80
Elizandra Fontana		12,00	48,00	3.652,80
Jose Antonio Rosa Neto		12,00	48,00	3.652,80
Município de Indaial - virador		12,00	48,00	3.652,80
Lado Esquerdo				
Município de Indaial - embocamento		6,00	24,00	913,20
Andre Ricardo Klowasky		18,00	72,00	5.479,40
Rudiberto Dickmann		12,00	48,00	3.652,80
Lucio Andre de Andrade		12,00	48,00	3.652,80
Marcelo da Silva		12,00	48,00	3.652,80
Marli Moreira da Silveira		12,00	48,00	3.652,80
Lucio Andre de Andrade		12,00	48,00	3.652,80
Rubens Henschel		12,00	48,00	3.652,80
Emilia Rocha Brum		12,00	48,00	3.652,80
Ivonei Floriani		12,00	48,00	3.652,80
Vanio Carlo de Oliveira		12,00	48,00	3.652,80
Eleno Muler		12,00	48,00	3.652,80
Johney Batista Duque		13,00	52,00	3.957,20
Município de Indaial – Área Verde 01		4,00	16,00	1.217,60
TOTAL		304,99	1.219,96	98.625,60

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.
2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013..
3. O não pagamento implicará:
 - 3.1 - MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)
 - 3.2 - JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.
 - 3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
PREFEITO

PORTARIA SMS Nº 10/16

PORTARIA/SMS Nº 10, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Gustavo Henrique Hofmann, Psicólogo, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 11/16

PORTARIA/SMS Nº 11, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora karoline Marcelli Hardt, Fisioterapeuta, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 12/16

PORTARIA/SMS Nº 12, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Milena Mery da Silva, Terapeuta Ocupacional, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 13/16

PORTARIA/SMS Nº 13, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Nayara Elmisan Zolet, Educadora Física, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 14/16

PORTARIA/SMS Nº 14, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Ana Paula Soares, Nutricionista, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 7/16

PORTARIA/SMS Nº07 , de 05 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Maria Salete Erbs Dias, Assistente Social, como coordenadora do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Indaial, 05 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 8/16

PORTARIA/SMS Nº 08, de 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Maria Ediléia Ribeiro da Silva, Fonoaudióloga, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA SMS Nº 9/16

PORTARIA/SMS Nº 09, 19 de agosto de 2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ADRIANE MACHADO FERRARI, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Indaial, e

Considerando a Lei nº 5227, de 20 de novembro de 2016, que altera a Lei nº 5019/2014, que dispõe sobre a Gratificação especial para os profissionais integrantes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Considerando o Decreto nº 2058, de 21 de julho de 2016, que atualiza a relação de profissionais nomeados para o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a servidora Aline Maiochi Beirão, Psicóloga, como parte integrante da equipe do Núcleo de Apoio à Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde, passando a vigorar a gratificação especial prevista no Art. 5º, da Lei nº 5227/2015.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Indaial, 19 de agosto de 2016.

Adriane Machado Ferrari
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 111-COMUNICADO

MUNICIPIO DE INDAIAL

COMUNICADO

Processo Licitatório nº 111/2016

Edital de Pregão Presencial nº 033/2016-10430

Com Registro de Preços

Objeto: Aquisição de peças de reposição para equipamentos de informática.

Comunicado: Através do setor de licitações, torna público para o conhecimento dos interessados, conforme preceita a Lei Federal nº 8.666/93, que a realização do certame do referido processo será no dia 23/0008/2016 às 09h00min, na sala de Reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura.

Entrega dos envelopes: 19/08/2016 as 08:45h.

Abertura das propostas: 19/08/2016 as 09:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos
Prefeito Municipal

Iomerê

PREFEITURA

DECRETO 1675/2016

DECRETO Nº. 1675 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.
Autoriza desmembramento de área.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr. Pedro Sovrani, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 800,00m² (oitocentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 15.277:

Lote: 05

Quadra: 09

Inscrição Imobiliária: 01.09.05.01

Área à desmembrar: 400,00m² (quatrocentos metros quadrados)

Confrontações:	
Lote 01A – 400,00m ² - Área a desmembrar	
NORTE	Confronta-se com Leandro Zamboni, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Área 01, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Angelo Sovrani, com distância de 20,00m.
OESTE	Confronta-se com Rua João Rech, com distância de 20,00m.
Lote 01 – 400,00m ² - Área remanescente	
NORTE	Confronta-se com Área 01A, com distância de 20,00m;
SUL	Confronta-se com Rua Governador Jorge Lacerda, com distância de 20,00m;
LESTE	Confronta-se com Angelo Sovrani, com distância de 20,00m.
OESTE	Confronta-se com Rua João Rech, com distância de 20,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 16 de agosto de 2016.

MILTO LUIZ BORGA

Prefeito municipal em Exercício

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1676/2016

DECRETO Nº. 1676 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 7.600,00 (sete mil seiscentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2019 Manutenção do Conv. Sec. de Segurança Pública

44900000 Aplicações Diretas

1310.00 Convênio de Trânsito - Militar

R\$ 7.300,00

03.00 Secretaria de Administração e Finanças

03.01 Secretaria de Administração e Finanças

2019 Manutenção do Conv. Sec. de Segurança Pública

44900000 Aplicações Diretas

1311.00 Convênio de Trânsito - Civil

R\$ 300,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1677/2016

DECRETO Nº. 1677 DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 823/2015 de 01 de dezembro de 2015, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 823/2015 de 01 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Iomerê, no valor de R\$ 3.339,50 (três mil trezentos e trinta e nove reais cinquenta centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11.00 Fundo Municipal de Assistência Social
11.01 Fundo Municipal de Assistência Social
2045 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
33900000 Aplicações Diretas
1335.00 Transferências do Sistema Único de Assistência Social
R\$ 3.339,50

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Iomerê, 17 de agosto de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2822/2016

PORTARIA Nº. 2822 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Progressão Funcional à Servidora
CAROLINA SIPP ZARDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora CAROLINA SIPP ZARDO sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2823/2016

PORTARIA Nº. 2823 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Progressão Funcional à Servidora
JUDITE BARICHELLO BORGIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora JUDITE BARI-
CHELLO BORGIA sendo pago mensalmente a partir do mês de
AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão
Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios

– DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2824/2016

PORTARIA Nº. 2824 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Progressão Funcional à Servidora
JAQUELINE MENGUZZI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a servidora JAQUELINE
MARIA MENGUZZI sendo pago mensalmente a partir do mês de
AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão
Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios
– DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2825/2016

PORTARIA Nº. 2825 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
Concede Progressão Funcional à Servidora
ELIANE ANSILIERO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a ELIANE ANSILIERO sendo
pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02%
sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de
Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, con-
dicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios
– DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2826/2016

PORTARIA Nº. 2826 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
FRANCIELI MARIANI PASQUAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a FRANCIELI MARIANI PASQUAL sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2827/2016

PORTARIA Nº. 2827 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
ANA PAULA MICHELON MENEGON.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a ANA PAULA MICHELON MENEGON sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2828/2016

PORTARIA Nº. 2828 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
EDINA NAVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a EDINA NAVA sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2829/2016

PORTARIA Nº. 2829 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
INÊS KUMIECHICK MARIANI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a INÊS KUMIECHICK MARIANI sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2830/2016

PORTARIA Nº. 2830 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
ROBSON FERNANDO VOLPATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a ROBSON FERNANDO VOLPATO sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2831/2016

PORTARIA Nº. 2831 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
NÁDIA SCUR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a NÁDIA SCUR sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2832/2016

PORTARIA Nº. 2832 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Progressão Funcional à Servidora
MARINÊS ZANETTI ZAGO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Processo Administrativo:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progresso funcional a MARINÊS ZANETTI ZAGO sendo pago mensalmente a partir do mês de AGOSTO de 2016, 02% sobre o salário base a título de Progressão Funcional por Curso de Aperfeiçoamento.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 18 de agosto de 2016.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

009º ATO CONVOCATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA SELEÇÃO POR NÍVEL DE TITULAÇÃO

1. De acordo com o edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016, estamos convocando para o 009º Ato Convocatório para contratação temporária seleção por nível de titulação, candidatos interessados em assumir cargo/função segundo vaga descrita no quadro a seguir para a disciplina e área correlata por ter sido esgotada as chamadas do Processo Seletivo 001/2015 Edital nº 30/2015.

2. Quadro de Vagas

Cargo/Função	Cronograma de Horário
Professor de Língua Estrangeira Inglês	14 horas

3. Os interessados na vaga devem comparecer na Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves, 220 – Ipumirim/SC Segunda - feira (22/08/2016), de acordo com o cronograma de horário especificado acima, obrigatoriamente munido de documentos descritos no edital 43/2016 de 17 de fevereiro de 2016.

Ipumirim/SC, 18 de agosto de 2016.

VALDIR ZANELLA

PREFEITO

PORTARIA Nº. 280/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A ITAMAR DAL BELLO, matrícula 2170-9, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 10/06/2014 a 09/06/2015 e gozo de 22/08/2016 a 20/09/2016.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 22/08/2016.

Ipumirim - SC, 18 de Agosto de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

Itá

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

ERRATA Nº 001

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que o aviso de Licitação da Dispensa de Licitação nº 004/2016, tendo como objeto a prestação de serviços e venda de produtos disponibilizados em unidades de atendimento da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, sofreu a seguinte alteração. Foi alterado no Aviso de Licitação:

- onde lê-se:

O valor a ser pago é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), sendo pago em doze parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais)

- leia-se:

O valor a ser pago é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo pago em doze parcelas iguais de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com vigência de sessenta meses.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Itá SC., 19 de agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

DECRETO N. 079/2016

DECRETO Nº 079, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

“Prorroga prazo para conclusão dos Trabalhos do Decreto nº 060/2016 que designou Comissão Especial para conduzir Processo Administrativo e dá outras providências”.

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e,

Considerando solicitação do Presidente da Comissão instituída através do Decreto nº 060/2016;

Considerando que não houve tempo hábil por parte da Comissão para finalizar os trabalhos no prazo de 60 (sessenta) dias;

Considerando o disposto no Art. 3º do Decreto nº 060/2016;

Considerando que os servidores nomeados para compor referida Comissão desempenham diversas outras atividades;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão constituída através do Decreto Municipal nº 060/2016 por mais 60 (sessenta) dias contados a partir da data de 22 de agosto do corrente ano.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá/SC, 18 de Agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

ELTON JOSÉ THOMAS

Secretária de Administração e Fazenda

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O MUNICÍPIO DE ITÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.024.240/0001-53, com sede administrativa na Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf nº 100, Centro, nesta cidade de Itá, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 9.452, de 20 março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais e demais interessados o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, em 16/08/2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 787344/2013 - Operação 1006639-74, firmado com Município de Itá, assinado em 04/11/2013, no âmbito do Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, sob a gestão do Ministério do Esporte, que tem por objeto “IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESPORTIVA”.

Itá - SC, 19 de agosto de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO PR Nº 24/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 40/2016 - Pregão Presencial nº 24/2016 – Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios (Merenda Escolar) para as Escolas da Rede Municipal de Ensino, Pré-Escolas e Centros de Educação Infantil do Município, para o segundo semestre letivo de 2016. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 05 de setembro de 2016, até as 09hs10min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 05 de setembro de 2016, as 09hs20min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioplis.sc.gov.br. Itaiópolis, 19 de agosto de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 140 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.099.2016

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 140 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.099.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de chaves, carimbos e acessórios, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.099.2016.

Entrega dos envelopes: Até as 14:00(quatorze) horas do dia 1º/09/2016.

Abertura do Pregão: 1º/09/2016 às 14:00 (quatorze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços/fornecedores/modalidade/pregão".

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 19 de agosto de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

PROCESSO Nº 142 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.101.2016 OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPEMA.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 142 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.101.2016

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo furgão, transformado em ambulância para o Corpo de Bombeiros Militar de Itapema.

Entrega dos envelopes: Até às 16:00 (dezesseis) horas do dia 1º de setembro de 2016.

Abertura do Pregão: 1º de setembro de 2016, às 16:00 (dezesseis) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.101.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 19 de agosto de 2016.

EVERALDO DARÓS

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

PROCESSO Nº 144 / 2016 – CREDENCIAMENTO Nº. 004.2016 OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO PROGRAMA "ADOTE UM POSTO GUARDA VIDAS" CONFORME ESPECIFICAÇÕES E OBRIGAÇÕES DO ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 340 DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 144 / 2016 – Credenciamento nº. 004.2016

Objeto: Credenciamento de Pessoas Físicas e Jurídicas interessadas em participar do programa "adote um posto guarda vidas" conforme especificações e obrigações do anexo único do Decreto nº 340 de 16 de agosto de 2016.

Entrega dos envelopes: A partir do dia 22(vinte e dois) até o dia 29(vinte e nove) de agosto de 2016, das 12:00h as 18:00h na Diretoria de Compras sito a Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Endereço para retirada do edital: O edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "compras e licitações – modalidades – credenciamento – pasta 004.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 19 de agosto de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 130, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 130, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia os membros da Comissão Coordenadora de avaliação e monitoramento do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela alínea p do inciso I do art. 75, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 2.979, de 14 de julho de 2015;

Decreta:

Art. 1º Ficam através do presente Decreto, nomeados os membros titulares e suplentes da Comissão Coordenadora de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Itapiranga SC, com a seguinte representação:

I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Michele Reis

SUPLENTE: Márcio Pauli

II – REPRESENTANTES DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E OUTROS

TITULAR: Mara Oro

SUPLENTE: Aline Weis

III – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Carlise Diel

SUPLENTE: Camila Fassbinder

Art. 2º Esta nomeação não acarretará ônus para os cofres públicos municipais por ser considerado serviço público relevante.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga – SC, 15 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 133, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 133, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC,

na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 2, , da Quadra nº 02, da Rua 23 de Dezembro, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 360,00m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com a Rua 23 de Dezembro; ao NORDESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 1; ao SUESTE, em 12,00 metros, com o Lote Urbano nº 13; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 3; Matrícula nº 13.006, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga; de propriedade de: - ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66º 46' 47", com a Rua 23 de Dezembro; ao NORDESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336º 46' 47", com o Lote Urbano nº 1, de propriedade de Roque Führ, objeto da Matrícula nº 13.005; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66º 46' 47", com o Lote Urbano nº 13, de propriedade de Roque Führ, objeto da Matrícula nº 13.017; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336º 46' 47", com o próprio Lote Urbano nº 2, de propriedade de Roque Führ, objeto da Matrícula nº 13.006.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 134, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 134, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 13, da Quadra nº 02, da Rua São Rafael, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 360,00m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com o Lote Urbano nº 2; ao NORDESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 14; ao SUESTE, em 12,00 metros, com a Rua São Rafael; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 12; Matrícula nº 13.017, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com o Lote Urbano nº 2, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.006; ao NORDESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o Lote Urbano nº 14, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.018; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com a Rua São Rafael; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o próprio Lote Urbano nº 13, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.017.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 135, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 135, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 3, da Quadra nº 03, da Rua São Rafael, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 360,00m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com a Rua São Rafael; ao NORDESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 2; ao SUESTE, em 12,00 metros, com o Lote Urbano nº 14; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 4; Matrícula nº 13.021, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com a Rua São Rafael; ao NORDESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o Lote Urbano nº 2, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.020; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com o Lote Urbano nº 14, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.032; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o próprio Lote Urbano nº 3, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.021.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 136, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 136, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 14, da Quadra nº 03, da Rua São Carlos, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 360,00m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com o Lote Urbano nº 3; ao NORDESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 15; ao SUESTE, em 12,00 metros, com a Rua São Carlos; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 13; Matrícula nº 13.032, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com o Lote Urbano nº 3, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.021; ao NORDESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o Lote Urbano nº 15, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.033; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66° 46' 47", com a Rua São Carlos; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 336° 46' 47", com o próprio Lote Urbano nº 14, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.032.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón
Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 137, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 137, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 4, da Quadra nº 06, da Rua Irmão Inácio, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 360,00m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com Parte do Lote Rural nº 33, da Linha Laranjeira, de propriedade de Roque Führr e Verno Führr; ao NORDESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 3; ao SUESTE, em 12,00 metros, com a Rua Irmão Inácio; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 5; Matrícula nº 13.057, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor do Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 43° 37' 7", com Parte do Lote Rural nº 33, da Linha Laranjeira, de propriedade de Roque Führr e Verno Führr, objeto da Matrícula nº 11.082; ao NORDESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 133° 37' 7", com o Lote Urbano nº 3, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 12.056; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 43° 37' 7", com a Rua Irmão Inácio; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, e Azimute de 133° 37' 7", com o próprio Lote Urbano nº 4, de propriedade de Roque Führr, objeto da Matrícula nº 13.057.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón
Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº. 132, DE 16 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº. 132, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, declara de utilidade pública e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Autoriza o recebimento de SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, que será instituída por ROQUE FÜHR, empresário, RG-SC nº 461.172, inscrito no CPF sob o nº 346.061.909-06, e sua esposa ELISABETH ROHDEN FÜHR, agricultora, RG-SC nº 1.157.444, inscrita no CPF sob o nº 777.234.149-00 e registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Itapiranga SC, na forma de cessão de uso permanente com ônus real de uso, imposto sobre a propriedade a seguir identificada, com o fim específico da instalação da tubulação coletora de água pluvial e rede coletora de esgoto sanitário do LOTEAMENTO PORTAL DO SOL, situado no Município de Itapiranga/SC:

LOTE URBANO Nº 2, da Quadra nº 01, da Rua 23 de Dezembro, do Loteamento Portal do Sol, situado nesta cidade de Itapiranga, com a área de 357,84m², confrontando: ao NOROESTE, em 12,00 metros, com Parte do Lote Rural nº 33, da Linha Laranjeira, de propriedade de Roque Führ e Verno Führ; ao NORDESTE, em 29,64 metros, com o Lote Urbano nº 1; ao SUESTE, em 12,00 metros, com a Rua 23 de Dezembro; e ao SUDOESTE, em 30,00 metros, com o Lote Urbano nº 3; Matrícula nº 12.999, do Cartório de Registro de Imóveis da cidade e comarca de Itapiranga SC.

Art. 2º A respectiva SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO será em favor Município de Itapiranga e terá as seguintes dimensões: largura perpendicular de 1,50 metros, e é composta por uma área de 44,50m² (quarenta e quatro vírgula cinquenta metros quadrados), confrontando: ao NOROESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 68º 27' 47", com Parte do Lote Rural nº 33, da Linha Laranjeira, de propriedade de Roque Führ e Verno Führ, objeto da Matrícula nº 11.082; ao NORDESTE, em 29,64 metros, e Azimute de 336º 46' 47", com o Lote Urbano nº 1, de propriedade de Roque Führ, objeto da Matrícula nº 12.998; ao SUESTE, em 1,50 metros, e Azimute de 66º 46' 47", com a Rua 23 de Dezembro; e ao SUDOESTE, em 29,69 metros, e Azimute de 336º 46' 47", com o próprio Lote Urbano nº 2, de propriedade de Roque Führ, objeto da Matrícula nº 12.999.

Parágrafo único. A SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO, descrita no caput deste artigo, está demonstrada em mapa anexo, que integra este Decreto para todos os fins e efeitos.

Art. 3º Em virtude da constituição da presente SERVIDÃO ADMINISTRATIVA DE PASSAGEM DE TUBULAÇÃO no Registro de Imóveis fica declarada de utilidade pública a parte ideal do imóvel descrito no art. 2º do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Itapiranga - SC, 16 de agosto de 2016.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalón
Secretario Municipal de Administração.

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 131 A 138/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 098/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Reunidas Turismo S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial 033/2015 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro de todos os itens do pregão para aquisição, de forma parcelada, de passagens rodoviárias intermunicipais e interestaduais, com linhas e horários diversificados, destinados aos pacientes do sus e que necessitam de acompanhante quando necessário e para servidores municipais.
VALOR: R\$ 13.831,90
VIGÊNCIA: 29 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Inovamed Comércio De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 008/2016 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 25 do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 2.086,82
VIGÊNCIA: 12 de abril de 2017.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016 – FMS
3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Inovamed Comércio De Medicamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 035/2015 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 187 do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 294,70
VIGÊNCIA: 29 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 034/2015 - FMS
OBJETO: Reequilíbrio econômico financeiro do item nº 115 do pregão para aquisição de medicamentos básicos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.
VALOR: R\$ 654,50
VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Medmax Comércio De Medicamentos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 012/2016 - FMS
OBJETO: Repase de item do pregão para aquisição de medicamentos destinados para as farmácias das unidades básicas de saúde, para distribuição aos pacientes do município.

VALOR: R\$ 8.400,00
VIGÊNCIA: 03 de julho de 2017.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Oeste Gases Atmosféricos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2016 - FMS
OBJETO: Aquisição de recarga de oxigênio medicinal para uso em tratamento médico em unidades básicas de saúde, ambulâncias, saiu e residenciais.
VALOR: R\$ 31.740,00
VIGÊNCIA: 16 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 17 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2016 – FMS
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Dental Oeste Eireli Epp
ORIGEM: Pregão Eletrônico nº 001/2016 - FMS
OBJETO: Repasse de item do pregão para aquisição de forma parcelada de materiais destinados para os ambulatórios das unidades básicas de saúde do município.
VALOR: R\$ 72.171,50
VIGÊNCIA: 05 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS
EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2016 – FMS
PARTES: Município de Itapiranga e Distribuidora Odonto Hospitalar São Miguel Ltda Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 019/2016 - FMS
OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados para manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos à disposição das unidades básicas de saúde deste município.
VALOR: R\$ 13.500,00
VIGÊNCIA: 17 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 18 de agosto de 2016.
Luis Carlos Steffenon – Administrador do FMS

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 173 A 183/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
ATAS REGISTRO DE PREÇOS – PREFEITURA

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2016
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ap Oeste Distribuidora E Comércio De Alimentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro dos itens nº 03, 06, 09 e 14 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.327,08
VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 09 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 174/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Potencia Som E Informatica Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 116/2016.

OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.
VALOR: R\$ 15.034,70
VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 11 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 175/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Telecopy Equipamentos Ltda - Epp
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 116/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.
VALOR: R\$ 12.785,00
VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 11 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Jp Equipamentos Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 116/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.
VALOR: R\$ 27.592,50
VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 11 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 177/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Ecos – Tecnologia Da Informação Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 116/2016.
OBJETO: Aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais.
VALOR: R\$ 12.412,00
VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 11 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 178/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Irmas Sausen Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 118/2016.
OBJETO: Aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.
VALOR: R\$ 1.818,60
VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 12 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 179/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Agropecuária Itapiranga Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 118/2016.
OBJETO: Aquisição de materiais destinados para decoração natalina, nas ruas e praças da cidade de Itapiranga.
VALOR: R\$ 5.492,40
VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 12 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2016
PARTES: Município de Itapiranga e CM Papel De Parede E Acabamento Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 117/2016.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de lonas com impressão digital, adesivos com impressão digital e outros materiais destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 10.950,00
VIGÊNCIA: 16 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 17 de agosto de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Francieli Favero Bonatto - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 117/2016.
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de lonas com impressão digital, adesivos com impressão digital e outros materiais destinados para as diversas secretarias desta municipalidade.
VALOR: R\$ 2.350,00
VIGÊNCIA: 16 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC., 17 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2016

4º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 192/2015.
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 69 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios, para entrega parcelada, destinados para o programa de merenda escolar deste município.
VALOR: R\$ 7.406,85
VIGÊNCIA: 19 de janeiro de 2017.
Itapiranga – SC., 17 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2016

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2016
PARTES: Município de Itapiranga e Açougue Do Vicente Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 021/2016
OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 07 do pregão para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados para distribuição a famílias carentes cadastradas nos programas da secretaria de assistência social desta municipalidade.
VALOR: R\$ 661,44
VIGÊNCIA: 17 de fevereiro de 2017.
Itapiranga – SC., 17 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATOS DOS CONTRATOS 099 A 109/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONTRATOS – PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 099/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Edipo Caspers 07659760998
OBJETO: Permissão de Funcionamento de Linha de Ônibus, especificada como a LINHA IV, prevista no art. 1º, do Decreto nº 122, datado de 1º de agosto de 2016.
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 03 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2016

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Precisa Gestão Em Tecnologia E Serviços Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 134/2015
OBJETO: Prorrogação da vigência e reajuste do contrato para Fornecimento de Licença de Uso de Software por prazo determinado de Gestão da Assistência Social, Hospedagem do software em Servidor Virtual "datacenter" e Suporte Técnico.
VALOR: R\$ 18.725,00
VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 08 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Ana Lori Toillier Pauli 46034919991
ORIGEM: Dispensa de Licitação 011/2016
OBJETO: Termo de rescisão amigável do contrato administrativo para prestação de serviços de planejamento, organização e ornamentação de espaços públicos para eventos promovidos pelo município.
VIGÊNCIA: 10 de agosto de 2016.
Itapiranga – SC. 10 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Gambatto Veículos São Miguel Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 115/2016
OBJETO: Aquisição de veículo 0 km, destinado para a secretaria municipal da agricultura.
VALOR: R\$ 37.300,00
VIGÊNCIA: 09 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 10 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Cooperativa Da Agricultura Familiar De Itapiranga – Coaafi
ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 128/2016
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.
VALOR: R\$ 33.844,00
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.
Itapiranga – SC. 12 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2016

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Saneoste Instaladora De Poços Ltda - Epp
ORIGEM: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 160/2014
OBJETO: Supressão e acréscimo com alterações de troca e aumento de materiais e equipamentos e obras civis, a fim de assegurar o perfeito andamento dos trabalhos da obra em execução.
VALOR: R\$ 299.921,40
VIGÊNCIA: 31 de outubro de 2016.
Itapiranga – SC. 15 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2016

PARTES: Município de Itapiranga e JJS Desenvolvimento Humano Ltda - Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 119/2016
OBJETO: Contratação de empresa para fornecer suporte e apoio técnico para a elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, conforme resolução nº 171, do dia 04/12/2014, do conselho nacional dos direitos da criança e do adolescente.
VALOR: R\$ 6.200,00
VIGÊNCIA: 10 de dezembro de 2016.
Itapiranga – SC. 15 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 106/2016

PARTES: Município de Itapiranga e Diesel Iporã Comércio De Peças Para Bombas Injetoras Ltda Me
ORIGEM: Pregão Presencial nº 120/2016
OBJETO: Contratação de empresa para conserto e regulagem da bomba injetora do rolo compactador caterpillar, a disposição da secretaria de transportes, desta municipalidade

VALOR: R\$ 3.400,00
VIGÊNCIA: 14 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 15 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Itau Seguros De Auto E Residência S.A.
ORIGEM: Pregão Presencial nº 136/2015
OBJETO: Renovação de seguros de veículos, de propriedade do município de Itapiranga.
VALOR: R\$ 1.179,91
VIGÊNCIA: 20 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 16 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2016
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 119/2014
PARTES: Município de Itapiranga e Betha Sistemas Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 120/2014
OBJETO: Reajuste de valor de acordo com o IGP-M dos últimos 12 meses do contrato para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos.
VALOR: R\$ 33.734,58
VIGÊNCIA: 21 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 17 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2016
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 117/2015
PARTES: Município de Itapiranga e Impacto Sistemas De Informação Ltda
ORIGEM: Pregão Presencial nº 139/2015
OBJETO: Renovação do contrato para contratação de empresa especializada em serviços de implantação, manutenção, suporte e assistência técnica mensal de software para gestão da secretaria municipal da agricultura, desta municipalidade.
VALOR: R\$ 5.400,00
VIGÊNCIA: 24 de agosto de 2017.
Itapiranga – SC. 18 de agosto de 2016.
Milton Simon – Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 104/2016

Portaria nº 104 de 19 de agosto de 2016.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art.1º. Retificar a data base para cálculo de adicional de tempo de serviço para 3 de janeiro de 2005 da servidora municipal Clenice dos Santos Becker matrícula nº 3125/07, devido a não interrupção das atividades funcionais, do exercício de cargo comissionado e a nomeação para cargo efetivo de Professora do Ensino Fundamental e Educação Infantil, em conformidade com o Parecer Jurídico nº 138/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a partir de 1º/8/2016.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC., 19 de agosto de 2016.

Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA Nº 001/2016 DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PLANO DECENAL

Ata: 001/2016

Data: 04/08/2016

Horário: 09h00

Local: CRAS

Aos quatro dias do mês de agosto de 2016, no CRAS, situado na rua Londrina, número 321, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h05 foi dado início a reunião. A técnica Flávia explanou de forma básica o que é o Plano Decenal e quais são os objetivos e atividades necessárias para a elaboração do mesmo bem como a necessidade de, após sua conclusão, submetê-lo a uma consulta pública e, se aprovado, o CMDCA deverá emitir resolução de sua aprovação. Sugeriu-se que após a consulta pública e resolução do CMDCA, o Plano fosse alvo de Projeto de Lei para que as futuras gestões reconheçam as ações, estratégias e controles definidas no futuro plano. Que a maior dificuldade consistirá em que as secretarias disponibilizem os indicadores de atendimento às crianças e adolescentes, na hipótese de sua existência, aplicação e veracidade dos dados, além do levantamento dos demais dados e informações necessários, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Que o prazo final e não prorrogável da publicação do plano, incluindo consulta pública e a resolução do CMDCA é 03/12/2016. Na sequência, o Secretário Executivo do Conselhos projetou em tela a composição atual da comissão e, desta forma DEFINIU-SE que seria oficiado o Sr. Prefeito Municipal para que o mesmo designe os representantes das Secretarias Municipais do Esporte e Lazer, Administração e Finanças e Saúde, uma vez que os representantes da saúde manifestaram, não oficialmente, o desejo de sair da comissão e do próprio CMDCA. Desta forma, foi redigido o ofício de número 091/2016 do CMDCA assinado pela sua presidente, Sra. Cenita S. Dani. Também que uma comissão composta pelos Srs. (as) Marcos, Cenita, Sandra e Daine iriam às delegacias de polícia civil e militar bem como ao destacamento do Corpo de Bombeiros Militar para solicitar a colaboração e participação dos mesmos. Informou-se o primeiro ciclo de oficinas promovido pela AMUNESC realizado em 02/08/2016 e cujo material será, em conjunto com os demais materiais disponíveis, encaminhado no e-mail dos componentes da comissão. Que todos os componentes deverão estudar atentamente todo o material. Como objetivo para o próximo encontro, o município deverá levar o PPA, a LDO e a LOA do município bem como as moções da última conferência municipal. A próxima oficina da AMUNESC ocorrerá em 02/09/2016 e deverá ser enviado representantes da Comissão Intersetorial para participação. Serão tratados os eixos 01 e 02. A Sra. Cenita informa antecipadamente que estará ausente no município de 17 a 30/08/2016. Em novo ponto, foi informado aos presentes que, após a definição final dos nomes para a composição da Comissão Intersetorial será necessário a eleição de um Presidente de Comissão, um secretário e um relator. Não havendo mais nada a ser tratado, marcou-se a próxima reunião para 11/08/2016 às 09h00 no CRAS. Assinam o presente abaixo:

Sandra Maria Dani Benck
Cenita S. Dani
Ercília de Souza
Daiane Batista
Lana Beviláqua
Leonilda Da Luz Roberto
Flávia Jordana Sanches

ATA Nº 002/2016 DA COMISSÃO INTERSETORIAL DO PLANO DECENAL

Ata: 002/2016

Data: 11/08/2016

Horário: 09h00

Local: CRAS

Aos onze dias do mês de agosto de 2016, no CRAS, situado na rua Londrina, número 321, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 09h10 foi dado início a reunião pela presidente interina do CMCA, Sra. Cenita S. Dani, explanando a importância da execução do Plano Decenal para atendimento das crianças e adolescentes do nosso município. Na sequência, a Sra. Alessandra Silveira deu boas vindas a todos, relatando o material impresso para orientação inicial dos membros. Em continuidade, a técnica Sra. Flávia explanou o material orientativo fornecido pelo CEDCA, anexos 01 a 04 que serão encaminhados por e-mail aos membros. Não houve retorno em relação aos indicadores de atendimento de crianças e adolescentes por parte dos membros presentes na reunião de número 001. A Sra. Elaine questionou quais eram os dados a serem levantados junto às secretarias tendo como resposta que estes deveriam ser definidos pela comissão mas que a sugestão era a utilização dos itens constantes do item 05 (do marco situacional) do Anexo III – Proposta de Estrutura. O SD. Bolson informou que o Corpo de Bombeiros não dispõe de dados estatísticos de atendimento de crianças e adolescentes mas que os mesmos poderão ser apurados doravante após solicitação das demandas necessárias. Oficie-se o CBM, Foi sugerido que sejam informados os secretários municipais para que os mesmos autorizem o levantamento dos dados / informações pela comissão eliminando-se desta forma possíveis alegações que a informação não é disponível ou passível de fornecimento sem autorização prévia. Oficie-se os secretários e Prefeito Municipal. Relatou-se a impossibilidade de comparecimento da Sra. Jaqueline a esta reunião, mas que a sua suplente, Sra. Cristina Bastos Pequeno representa a administração nesta data. Que a Sra. Jaqueline deverá providenciar para a próxima oficina da AMUNESC, o PPA, a LDO e LOA do Município – Comunique-se. Também, o Relatório da última conferência municipal e as respectivas moções deverão ser providenciados. A secretaria executiva consultará quais informações serão necessárias conforme requisição da AMUNESC. Ainda, que a secretaria solicitará que as duas representantes da saúde se posicionem formalmente, se permanecerão ou não nesta comissão e no CMDCA pois a responsabilidade pela

elaboração do plano é do executivo e que sem a participação da Saúde, o resultado final será penalizado. Houve a divisão em subcomissões em razão da secretaria / órgão cujos trabalhos deverão focar o objetivo estratégico dos eixos, conforme sugestão da Sra. Flávia, sendo: Quanto ao DIREITO À VIDA E À SAÚDE, Quanto ao DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE, Quanto ao DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, Quanto ao DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER, Quanto ao DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO presentes no Anexo III – Proposta de Estrutura do Plano Decenal. A divisão é a seguir elencada: Sandra e Janine – Educação, Daiane e Cristina – Esporte, Administração, Planejamento Urbano e Trânsito, Elaine e Lana – Saúde, Flávia e Daniela – Assistência Social, Elaine e Maria Lurdes – Fórum, sendo que a Sra. Maria Lurdes deverá consultar a comissão de infância e juventude da OAB para consultar a existência de dados / indicadores de Itapoá, Waldemar – Cultura, Ercília e Daniele – Conselho Tutelar. Estas subcomissões deverão embasar-se no Plano Decenal de Joinville, às páginas 013 e 014. A Sra. Lana relatou que na secretaria da saúde há, no total, 61 indicadores e que deverão ser analisados. Os presentes acataram que na data de 17/08/2016 os dados disponíveis deverão ser encaminhados à Secretaria Executiva dos Conselhos (Marcos Raksa) através do e-mail secitapoa@hotmail.com. O Sr. Marcos relatou a impossibilidade de comparecimento dos adolescentes às reuniões no período da manhã e a importância de participação dos mesmos. Desta forma, doravante, as reuniões ocorrerão às 13h00 de toda quinta-feira. Por aclamação foram definidas a Sra. Elaine Cristina Alves como presidente da comissão e a Sra. Sandra Maria Dani Benck como relatora. Quanto a segunda oficina a ser promovida pela AMUNESC em 02/09/2016 das 09h00 às 12h00, os membros deverão oficializar a possibilidade de comparecimento à Secretaria Executiva até 31/08/2018. Nesta Reunião serão tratados os eixos 01 e 02, ou seja: Quanto ao DIREITO À VIDA E À SAÚDE e Quanto ao DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE. Não havendo mais nada a ser tratado, nova reunião ocorrerá em 18/08/2016 às 13h00 no SCFV, em frente a Escola Frei Valentim. Assinam o presente abaixo:

ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA

CENITA S. DANI

CRISTINA BASTOS PEQUENO

DAIANE BATISTA

DANIELA VARGAS DA ROSA

ELAINE CRISTINA ALVES

FLÁVIA JORDANA SANCHES

LANA ROSÉLIA QUADROS BEVILAQUA

LUIZ G. BRESAN BOLSON

SANDRA MARIA DANI BENCK

WALDEMAR VIEIRA DOS S. FILHO

PORTARIA Nº 1511/2016 - RH

PORTARIA Nº 1511/2016.

De: 15 de agosto de 2016.

Dispõe sobre a cessão de servidor (a) para servir a outro órgão público ou entidade, conforme Lei Municipal 044/2014, Capítulo IV, Art. 39 e 44.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI, Prefeito em Exercício, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica cedido (a) o (a) servidor (a) NINON ROSE DA ROSA PERES, matrícula 623741, no cargo de PSICÓLOGO I, para o SINDICATO, onde exercerá o cargo de DIRETORA DO SINDICATO.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 01 de agosto de 2016.

Itapoá, 15 de agosto de 2016.

JOSENIO VIEIRA BERNARDI

Prefeito em Exercício

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

TERMO ADITIVO Nº27/16

TERMO ADITIVO Nº 27/2016 QUE VISA ADITIVAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2016. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO, portadora do CNPF/MF nº: 104.750.538-00 e do CI.RG. nº 6.555.545 SSP/PR e pelo Prefeito Municipal, o Sr. JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 39635437 SSP/PR e CNPF/MF nº 646.541.339-68, residente e domiciliado à Rua 1820, nº 64, no Balneário Mariluz, neste Município, e, de outro lado a Empresa ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA ME, com sede á Rua Pastor Antônio Polito, nº 322, Bairro: Boqueirão, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.730-300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.555.113/0001-19, e Inscrição Estadual n.º 256.523.100, representada neste ato por sócio, o Sr. MARCOS VINÍCIUS BANDEIRA, portadora do CNPF/MF nº 064.163.489-77, e do CI.RG nº 5906687 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo à Aquisição de gêneros alimentícios para preparação da Alimentação Escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO Nº61/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2015 - PROCESSO Nº 94/2015, de acordo com a lei 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PREÇO

Altera cláusula primeira "DO OBJETO", aditivando o valor de R\$ 20.641,84 (vinte mil seiscentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), o qual corresponde a um percentual de 25% da respectiva Ata de Registro de Preço.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação o quantitativo descrito a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	MARCA	QTDE	VALOR UNI-TÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARNES					
1.1	Almôndega bovina congelada, peso unitário de 25g. Cada caixa contendo 3kg c/ 120 und. Embalagens de papelão sem sinais de degelo.	KG	NOVILHO NOBRE	387	R\$ 7,82	R\$ 3.026,34
1.2	Carne bovina de segunda, tipo acém, moída, resfriada, com o teor máximo de gordura a 11%. Cor vermelho-cereja e com odor agradável, deve estar acondicionada em embalagem intacta de polipropileno, devidamente identificados com rótulo impresso ou etiqueta adesiva, de acordo com a legislação vigente, devendo ter certificação do fornecedor de inspeção Federal (SIF) e procedência da carne. Com prazo de validade de no mínimo seis meses e data de fabricação de no máximo 30 dias.	KG	AM/ FRIGO-PAR	350	R\$ 12,50	R\$ 4.375,00
1.3	Carne bovina, tipo músculo em cubos de 3x3x3 cm (sem osso), embalada a vácuo, resfriada. Carne de cor vermelho-cereja e com odor agradável, deve estar acondicionada em embalagem intacta de polipropileno, devidamente identificados com rótulo impresso ou etiqueta adesiva, de acordo com a legislação vigente, devendo ter certificação do fornecedor de inspeção Federal (SIF) e procedência da carne. Com prazo de validade de no mínimo seis meses e data de fabricação de no máximo 30 dias.	KG	AM/ FRIGO-PAR	237	R\$ 13,50	R\$ 3.199,50
1.4	Filezinho de peito de frango (sassami), com embalagem primária em pacotes de aproximadamente 02 kg, e embalagem secundária de aproximadamente 15 kg, congelado a -18°C, pelo processo de frio rápido em túnel de congelamento, com perda máxima de peso no degelo de 6% a 8%, com validade de no mínimo 12 meses.	KG	AGRO DANIELE	925	R\$ 7,92	R\$ 7.326,00
1.5	Salsicha acondicionada em embalagem de polietileno transparente de 3 ou 5 kg. Com data de fabricação máxima de 10 dias.	KG	PECIN	500	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00
1.6	Sobrecoxa de frango. Peso entre 120 e 150g.	KG	SEARA	62	R\$ 7,50	R\$ 465,00
TOTAL GERAL					R\$ 20.641,84	

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PRAZO

O presente Termo Aditivo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura com vencimento condicionado à Ata de Registro de Preço nº 06/2016.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 06/2016, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 06/2016, em caráter de

excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 18 de agosto de 2016.

CONTRATANTE MUNICIPIO DE ITAPOÁ JOSÊNIO VIEIRA BERNARDI PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA ME MARCOS VINÍCIUS BANDEIRA
CONTRATANTE ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA JACINTO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas: Nome: CPF/MF:	Nome: CPF/MF:

Ituporanga

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria n. 406/2016

PORTARIA Nº 406, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 7º, § 2º e 27 da Lei Municipal nº 2.141/2006, e artigo 20, inciso III, alínea "C" do Regimento Interno, RESOLVE:

EXONERAR

VILMAR VANDRESEN, ocupante do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, nomeado pela portaria nº 388/2016, a partir de 15 de agosto de 2016.

Ituporanga – SC, 15 de agosto de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Portaria n. 407/2016

PORTARIA Nº 407, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga, no uso de suas atribuições legais, de acordo com os artigos 7º, § 2º e 27 da Lei Municipal nº 2.141/2006, resolve:

NOMEAR

DÉBORA ANDRE, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessora Parlamentar, código CM/DAI - 2, nível IX, referência 1, para prover vaga da Lei Municipal nº 2.141/2006, a partir de 16 de agosto de 2016.

Ituporanga – SC, 16 de agosto de 2016.

José Gervásio Tholl

Presidente da Câmara de Vereadores de Ituporanga

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 079 DE 11 DE AGOSTO 2016.

DECRETO Nº. 079 DE 11 DE AGOSTO 2016.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 10º, da Lei nº 802 de 23 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações orçamentárias no Projeto/Atividade do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Jacinto Machado, abaixo discriminados, por conta de transposições orçamentárias, no valor total de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (07) – 3.3.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação de dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.020 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: (05) – 3.1.90.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de agosto de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 080 DE 11 DE AGOSTO 2016.

DECRETO Nº. 080 DE 11 DE AGOSTO 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DE RECURSOS DE CONVÊNIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 802 de 23 de Dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2016, na importância de R\$ 8.225,84 (Oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos), por conta do Provável Excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Atividade: 2.013 – Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: (41) – 3.3.90.00.00.0094 – Aplicações Diretas R\$ 8.225,84

TOTAL R\$ 8.225,84

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação do exercício de 2016 no valor de R\$ 8.225,84 (Oito mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo Único: A contratação das despesas de que trata o presente Decreto fica condicionada ao efetivo ingresso do valor na conta bancária do Município de Jacinto Machado, até o limite dos valores da vinculação 01.0094, acrescida ao Projeto/Atividade 2.013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 11 de agosto de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL CONCORRÊNCIA Nº 038/2016-FC

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 038/2016-FC

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

TIPO MAIOR OFERTA

OBJETO: Outorga de Permissão de Uso Remunerado de Espaços e Áreas do "Parque Municipal de Eventos", situado na Rua Walter Marquardt, 910 – Bairro Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul/SC, por ato unilateral e a título precário, visando a exploração comercial de pontos de Alimentação e de Trajes Típicos e Souvenir, no período de 10 a 20 de novembro de 2016, durante a realização da 28ª Schützenfest – Festa dos Atiradores, de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital e seus anexos.

REGIMENTO: O procedimento licitatório e o contrato de fornecimento que dele resultar, obedecerão integralmente as leis vigentes no país, especialmente a Lei Federal 8.666/93 e respectivas alterações, a Lei Orgânica do Município; a Lei Municipal n.º 3.875, de 13 de julho de 2005 e demais legislações aplicáveis a matéria.

PRAZO E LOCAL PARA ENTREGA DOS INVÓLUCROS: até as 8h30min do dia 16 de setembro de 2016, na sede da Fundação Cultural, situada na Avenida Getúlio Vargas, 405, Centro, Jaraguá do Sul/SC.

ABERTURA dos INVÓLUCROS: às 9h do dia 16 de setembro de 2016, na sala de reuniões da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul.

OBTENÇÃO DO EDITAL: O edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, ou poderão ser solicitados através do e-mail licitacao.cultura@jaraguadosul.sc.gov.br ou ainda retirados na sede da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul, situada na Avenida Getúlio Vargas, 405 – Centro, Jaraguá do Sul/SC, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h. As empresas que retirarem o edital serão responsáveis pela consulta de eventuais alterações e informações pertinentes a esta licitação.

VALOR MÍNIMO DE OFERTA: O valor da remuneração mínima a ser ofertada para a Fundação Cultural, a fim de obter a permissão de uso do ponto/área para o qual apresentar a proposta, não poderá ser inferior ao valor mínimo estabelecido ao respectivo ponto, conforme o item III – Pontos e Áreas de Exploração.

INFORMAÇÕES: Poderão ser obtidas através dos telefones (0**47) 2106-8702 com Laci ou no 2106.8707 com Vera. As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informais e não poderão ser consideradas como condições editalícias.

Jaraguá do Sul (SC), 02 de agosto de 2016.

Sidnei Marcelo Lopes

Presidente da Fundação Cultural de Jaraguá do Sul

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 62/2016

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 62/2016

SECRETARIA DE URBANISMO/POLÍCIA MILITAR

TIPO: menor preço por ITEM

COMUNICADO DE ALTERAÇÃO

O Município de Jaraguá do Sul, através do Secretário de Administração, torna público para conhecimento dos interessados na licitação por Pregão Presencial acima, que está promovendo alteração na descrição dos itens 1.1.3 e 1.1.4 (veículos novos, tipo monovolume tipo SUV) e no prazo de entrega previsto nos itens 4.1 alínea "g" e 11.1 do Edital e no item 4.1 do Anexo VII – Minuta do Contrato. O Edital Versão II contendo as alterações estará disponível no site www.jaraguadosul.sc.gov.br, a partir do dia 23/08/2016. Sendo assim, e por força do § 4º do art. 21 da Lei Federal n.º 8.666/93, tendo em vista a alteração modificar a formulação das propostas, esta Administração Pública comunica aos interessados, que está prorrogando a data para entrega, credenciamento e abertura dos Envelopes, conforme segue:

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:15 horas do dia 02 de setembro de 2015, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sita na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha. O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes serão às 08:30 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

Jaraguá do Sul (SC), 18 de agosto de 2016.

ADEMAR POSSAMAI

Secretário de Administração

FC - EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2016-FC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2016-FC

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 050/2016-FC

DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUÁ DO SUL

DO CONTRATADO: JONATAS RAFAEL DA COSTA 33827912857 – CNPJ: 14.164.146/0001-87

DO OBJETO: contratação de apresentação musical do Quinteto de Sopros de Jaraguá do Sul, representado por JONATAS RAFAEL DA COSTA 33827912857, para o dia 21 de agosto de 2016, com início previsto para as 18h, com duração de 1 hora, no pequeno teatro da Sociedade Cultura Artística – SCAR, na Rua Jorge Czerniewicz, 160, Bairro Czerniewicz, durante a X Feira do Livro. Evento gratuito e aberto ao público.

VALOR: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) pela apresentação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: R\$ 4.200,00

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.392.1100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.090 – Aplicações Diretas	24, 25 e 51	80, 427 e 1427

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá dia 21 de agosto de 2016, com início previsto para as 18h, com duração de 1 hora, no pequeno teatro da Sociedade Cultura Artística – SCAR, na Rua Jorge Czerniewicz, 160, Bairro Czerniewicz, durante a X Feira do Livro. Evento gratuito e aberto ao público.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 19 de agosto de 2016

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Sidnei Marcelo Lopes e Rafael Jonatas da Costa

FC - RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2016-FC

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 50/2016-FC

OBJETO: contratação de apresentação musical do Quinteto de Sopros de Jaraguá do Sul, representado por JONATAS RAFAEL DA COSTA 33827912857, para o dia 21 de agosto de 2016, com início previsto para as 18h, com duração de 1 hora, no pequeno teatro da Sociedade Cultura Artística – SCAR, na Rua Jorge Czerniewicz, 160, Bairro Czerniewicz, durante a X Feira do Livro. Evento gratuito e aberto ao público.

PROJETO/PROGRAMA: Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, inciso III da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CONTRATADO:

JONATAS RAFAEL DA COSTA 33827912857 – CNPJ: 14.164.146/0001-87

Endereço: Rua Olíbio de Oliveira, 145, Apto 102, Bairro Boehmerwald, no município de Joinville/SC. CEP: 89235-135

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE JARAGUA DO SUL-SC.

VALOR: A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor total de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) pela apresentação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal.

As despesas provenientes do objeto desta Inexigibilidade correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classificação Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
2701.13.392.1100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.090 – Aplicações Diretas	24, 25 e 51	80, 427 e 1427

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá dia 21 de agosto de 2016, com início previsto para as 18h, com duração de 1 hora, no pequeno teatro da Sociedade Cultura Artística – SCAR, na Rua Jorge Czerniewicz, 160, Bairro Czerniewicz, durante a X Feira do Livro. Evento gratuito e aberto ao público.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao de execução, acrescido de 30 dias.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2016.

Vera de Tofol
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Sidnei Marcelo Lopes
Presidente da Fundação Cultural

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 126/2015, para o fornecimento de exames laboratoriais, que mantém entre si, a credenciada SAMIR DEQUECH DARDAQUE & CIA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.
- 2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Samir Dequech Dardaque Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 187/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 187/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA HOCHMULLER SS LTDA (CNPJ nº 08.823.185/0001-46)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 15/08/2015.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Eduardo da Silva Hochmuller.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 188/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 188/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA HOCHMULLER SS LTDA (CNPJ nº 08.823.185/0001-46)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 07/2014 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 15/08/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Eduardo da Silva Hochmuller.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - EXTRATO - CONTRATO Nº 189/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 189/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: CLÍNICA HOCHMULLER SS LTDA (CNPJ nº 08.823.185/0001-46)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS PSICOLÓGICAS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 15/08/2016.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Eduardo da Silva Hochmuller.

Rosana Maria de Souza Rosa

Diretora Presidente

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 184/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada NEUROCLÍNICA E DIAGNÓSTICO LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 03/08/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 08 de agosto de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Vicente Augusto Caropreso Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2015

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 282/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 282/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada INSTITUTO DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DE JARAGUÁ DO SUL LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Excluir os itens 1.2 e 6.4 do contrato original, que versam sobre o serviço de consulta eletiva e correspondente remuneração.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 09 de agosto de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Bruno Borralho Gobbato Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Gilséia Kassner Leoni
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Roberto Luiz Correia Zimath
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

ISSEM - TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2014

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 84/2014

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 84/2014, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada AGACY E PASSINI CIRURGIA PLÁSTICA LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:
- 2) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 21/08/2016.
- 3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

- 4) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente
CONTRATANTE

Rodrigo Oliveira Agacy
Sócio Administrador
CONTRATADA

Gilséia Kassner Leoni
Superintendente de Assistência e Saúde
TESTEMUNHA

Roberto Luiz Correia Zimath
Médico Auditor do Issem
TESTEMUNHA

PORTARIA Nº 715/2016

PORTARIANº 715/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em
Face do Servidor JEFFERSON FRANCO DE OLIVEIRA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 449/2016/Semur, datado de 03/08/2016, firmado pelo Secretário Municipal do Urbanismo, Ronis Roberto Bosse, o qual solicita a instauração de procedimento administrativo em desfavor do servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 036/2016/DTT, datado de 20/07/2016, e seus anexos, firmado pelo servidor Rogério Luiz Kumlehn, Diretor de Trânsito e Transportes, junto à Secretaria Municipal do Urbanismo, o qual comunica que o servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira apresenta comportamento em desacordo com as regras básicas de convivência com seus pares, e solicita que seja instaurado procedimento administrativo em desfavor do servidor;

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 034/2016/DTT, datado de 15/07/2016, firmado pelo servidor público municipal Pericles Giovanni Zonta, o qual comunica ao Diretor de Trânsito e Transportes, Rogério Luiz Kumlehn, que:

- a) no dia 14/07/2016, o servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira recebeu ordem de serviço para execução de marcação de cones, o qual reclamou da ordem, criou confusão e bate boca com o servidor Antônio Luiz Nunes;
 - b) o servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira vem apresentando comportamento inadequado há algum tempo, sempre se queixando das ordens recebidas, faltando ao trabalho injustificadamente, e apresentando vários atestados médicos;
- CONSIDERANDO que, durante a análise prévia realizada pela Controladoria-Geral do Município, identificou-se que o servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira respondeu anteriormente a Processo Administrativo Disciplinar, conforme Portaria de Instauração Nº 826/2011/Gapref, sendo a ele aplicada a penalidade disciplinar de SUSPENSÃO pelo prazo de 10 (dez) dias, nos termos constantes da Portaria Municipal Nº 1105/2011, de 27/10/2011, cuja cópia passa a fazer parte integrante do feito;

CONSIDERANDO, ainda, que, durante a análise prévia realizada pela Controladoria-Geral do Município, identificou-se que o servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira também respondeu anteriormente a procedimento de Sindicância, conforme Processo de Sindicância Administrativa Nº 013/2015, instaurado pela Portaria Municipal Nº 001/2015/Semur, tendo em vista os indícios de que o servidor ausentou-se do trabalho em diversos horários, bem como em alguns dias pelo período da manhã toda, alegando fazer fisioterapia, apresentando 01 (um) único atestado para justificar as diversas faltas ao trabalho, e que sua chefia imediata, no intuito de esclarecer o que estava ocorrendo, entrou em contato com a Fisioterapeuta responsável pelo tratamento do servidor, e a mesma informou que a Lei do Conselho de Fisioterapia permite apenas 01 (uma) hora de sessão por dia, e apresentou uma declaração dos fatos ocorridos, sendo ao servidor aplicada a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ADMINISTRATIVA, cujos autos passam a fazer parte integrante do feito;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições, pelo servidor público municipal Jefferson Franco de Oliveira;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos I, IV e V, do artigo 174, do Capítulo II - Das Proibições, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos Disciplinares para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar Nº 014/2016, em face do servidor JEFFERSON FRANCO DE OLIVEIRA, devendo os trabalhos serem conduzidos pela SEGUNDA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais GIOVANI TEIXEIRA DOMINGHINI, matrícula 518, lotado no Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais; MIRIA TERESINHA DERETTI, matrícula 7609-1, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo; e CLEIDE APARECIDA XAVIER, matrícula 8126-4, lotada na Secretaria Municipal do Urbanismo, para, sob a presidência do primeiro, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal JEFFERSON FRANCO DE OLIVEIRA, matrícula 9394-7, ocupante do cargo de Agente Operacional, da Diretoria de Trânsito e Transportes, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, em virtude dos fatos anteriormente relatados e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram infrações ao disposto nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, X, XIV e XV, do artigo 173, e incisos I, IV e V, do artigo 174, ambos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará a Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, numerar e rubricar todas as folhas do processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e sequencialmente a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 716/2016

PORTARIA Nº 716/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face do Servidor NELSON RENATO STINGHEN.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal, e pelo artigo 202, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014; e

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 401/2016/Semur, datado de 12/07/2016, firmado pelo Secretário Municipal do Urbanismo, Sr. Ronis Roberto Bosse, o qual encaminha o processo protocolado sob Nº 21965/2016, em 07/07/2016, e solicita à Controladoria-Geral do Município investigação em face do servidor público municipal Nelson Renato Stinghen;

CONSIDERANDO a análise prévia promovida pela Controladoria-Geral do Município que, através do Ofício Nº 919/2016/Cogem, inicialmente orientou pela abertura de procedimento administrativo solicitando ao Secretário Municipal do Urbanismo a complementação de informações e preenchimento de formulário próprio;

CONSIDERANDO o conteúdo disposto no Ofício Nº 448/2016/Semur, datado de 03/08/2016, firmado pelo Secretário Municipal do Urbanismo, Sr. Ronis Roberto Bosse, o qual solicita a instauração de procedimento administrativo em desfavor do servidor público municipal Nelson Renato Stinghen, tendo em vista a documentação anexa ao Processo Nº 21965/2016;

CONSIDERANDO os fatos relatados no "Formulário de Informações Necessárias para Abertura de Sindicância Administrativa e/ou Processo Administrativo Disciplinar", datado de 03/08/2016, subscrito pelo Sr. Ronis Roberto Bosse, Secretário Municipal do Urbanismo;

CONSIDERANDO o conteúdo constante do Ofício Nº 328/2016/Sema-DGP, e seus anexos, datado de 02/08/2016, firmado pela servidora Regina John, Diretora de Gestão de Pessoas junto à Secretaria Municipal da Administração, por sua vez endereçado ao Secretário Municipal do Urbanismo, Sr. Ronis Roberto Bosse, o qual encaminha cópia (I) da Avaliação do Estágio Probatório e Portaria de Homologação Nº 877/2007; (II) da Portaria de Nomeação Nº 851/2004; (III) do Relatório Ponto correspondente ao período de 1º/10/2015 a 10/06/2016; (IV) da Decisão Administrativa proferida no PAD Nº 013/2014; (V) da Portaria de aplicação de penalidade Nº 1057/2015; (VI) da Advertência datada de 13/07/2012; e (VII) da Carta de Advertência datada de 23/04/2010;

CONSIDERANDO que o Ofício Nº 328/2016/Sema-DGP informa, ainda, que não existe desconto de horas faltas em folha de pagamento para o servidor Nelson Renato Stinghen;

CONSIDERANDO o disposto no Processo Nº 21965/2016 - "Solicitação de Investigação", datado de 07/06/2016, firmado pelo servidor público municipal Jackson Grimm, da Secretaria Municipal do Urbanismo, o qual informa descumprimento do horário de trabalho do servidor Nelson Renato Stinghen;

CONSIDERANDO o disposto no Relatório Ponto do período de 01/01/2016 a 10/06/2016, apresentando indícios de que o servidor Nelson Renato Stinghen não cumpre sua jornada de trabalho

adequadamente e que o servidor não é assíduo e pontual ao serviço;

CONSIDERANDO que o servidor público municipal Nelson Renato Stinghen respondeu anteriormente ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 013/2014 por não cumprimento do seu horário de expediente, conforme Portaria de Instauração Nº 1086/2014/Gapref, sendo a ele aplicada a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA, nos termos constantes da Portaria Municipal Nº 1057/2015, de 24/08/2015, cuja cópia passa a fazer parte integrante do feito;

CONSIDERANDO os indícios das infrações praticadas no exercício de suas atribuições pelo servidor público municipal Nelson Renato Stinghen;

CONSIDERANDO o disposto nos incisos III, VI, XIV e XV, do artigo 173, do Capítulo I - Dos Deveres, do Título IV - Do Regime Disciplinar, constantes da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 209, do Capítulo IV - Do Processo Disciplinar, do Título V - Do Processo Administrativo, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

CONSIDERANDO a existência de Comissões Permanentes de Processos Administrativos para a tutela dos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO a relevância da presente matéria para a Administração Pública Municipal;

RESOLVE :

Art.1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar Nº 015/2016, em face do servidor NELSON RENATO STINGHEN, devendo os trabalhos serem conduzidos pela QUARTA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores públicos municipais BRUNA RAULINO POMMERENING, matrícula 10306-3, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Administração; ADALBERTO GERALDO MORAIS, matrícula 9392-0, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente; e IVANI BERSCH FROEDER, matrícula 8047-1, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada atualmente na Secretaria Municipal da Saúde, para, sob a presidência da primeira, apurar a responsabilidade funcional do servidor público municipal Nelson Renato Stinghen, matrícula 8853-2, ocupante do cargo de Engenheiro, lotado na Secretaria Municipal do Urbanismo, em virtude dos fatos e indícios anteriormente relatados, e, caso devidamente apurados e comprovados, configuram infrações ao disposto nos incisos III, VI, XIV e XV, do artigo 173, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014 e suas alterações.

Parágrafo único. Quaisquer atos e fatos conexos que emergirem no curso dos trabalhos deverão ser devidamente apurados, comprovados e fundamentados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, devendo os mesmos serem consignados no momento da indicição.

Art.2º Publicada a presente Portaria, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá, imediatamente, encaminhar cópia do documento comprobatório da publicação à Controladoria-Geral do Município e à Diretoria de Gestão de Pessoas para tomada das providências cabíveis.

Parágrafo único. Por ocasião do comunicado à Diretoria de Gestão de Pessoas, a Comissão Permanente de Processo Administrativo

Disciplinar solicitará a cópia da ficha funcional do servidor, seus assentamentos funcionais e sua avaliação de desempenho, se for o caso, e assim entender necessário.

Art.3º A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, ato contínuo, solicitará à Controladoria-Geral do Município a disponibilidade dos documentos que fundamentam a instauração do feito.

Parágrafo único. Os autos do Processo de Sindicância Administrativa deverão integrar o Processo Administrativo Disciplinar.

Art.4º Recebida e analisada a documentação concernente ao fato objeto do processo, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar providenciará a notificação do servidor para, querendo, apresentar defesa inicial no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, bem como indicar provas, inclusive rol de testemunhas até o máximo de 05 (cinco), assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A notificação do servidor investigado deverá se dar de forma pessoal ou por edital nos casos previstos na legislação vigente.

Art.5º Em fase instrutória, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a oitiva das testemunhas arroladas, a compilação de provas, a promoção de perícia técnica, acareação e a juntada dos demais elementos que julgar necessários e convenientes para a apuração dos fatos imputados ao servidor.

§1º Todos os termos afetos ao processo deverão ser lavrados pelo(a) Secretário(a) da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, observada a sua forma processual e resumida.

§2º A juntada de qualquer documento aos autos será feita por ordem cronológica de apresentação, devendo o(a) Secretário(a) da Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar numerar e rubricar todas as folhas do processo.

§3º A juntada de qualquer documento aos autos deverá ser antecedida de indicação da data de juntada e da indicação do documento a que se refere.

§4º As reuniões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverão ser registradas em ata.

§5º Todos os atos, documentos e termos do processo deverão ser mantidos em 02 (duas) vias ou reproduzidos em cópia para a formação dos autos suplementares.

Art.6º Em fase instrutória, após a oitiva das testemunhas arroladas, será promovido o depoimento do investigado e sequencialmente a indicição do servidor em termo próprio.

Art.7º Promovida a indicição do servidor investigado, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá a abertura de prazo para apresentação de Alegações Finais, intimando o servidor ou seu representante legal para que assim proceda no prazo de 10 (dez) dias.

Art.8º Devidamente concluídas as fases de instauração e instrução, procedida a adequada indicição do servidor e apresentadas as Alegações Finais, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá emitir Relatório Final.

Art.9º O Relatório Final, emitido pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, deverá conter a indicação dos seguintes itens:

I - da instauração do Processo Administrativo Disciplinar;

II - da instalação dos trabalhos;

III - dos apontamentos constantes da Defesa Prévia;

IV - do conteúdo constante da instrução processual;

V - da indicição;

VI - dos apontamentos constantes das Alegações Finais;

VII - da Conclusão;

VIII - das Recomendações; e

IX - do encaminhamento à autoridade instauradora.

Parágrafo único. A Conclusão deverá conter, expressamente, o nome do(a) servidor(a) indiciado(a), sua qualificação, a unidade administrativa de lotação e de exercício, a descrição e fundamentação da(s) infração(ões) incorrida(s), bem como a aplicação da penalidade sugerida.

Art.10. Para imputação das penalidades, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes e/ou atenuantes e os antecedentes funcionais do servidor.

Art.11. Emitido o Relatório Final, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá encaminhar o conteúdo diretamente à autoridade instauradora para a emissão de Decisão Administrativa, comunicando o procedimento de conclusão à Controladoria-Geral do Município para a efetivação de outras providências necessárias.

Art.12. A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar terá o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, a contar da sua publicação, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, sem prejuízo dos trabalhos habituais.

Art.13. Promovida a Decisão Administrativa, para aplicação da pena, deverá ser considerado o seguinte:

I - a advertência deverá ser aplicada por escrito, em casos de violação de proibição constante do artigo 174, incisos I a XIII, e da inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento e demais normas internas, devendo sua formalização ser procedida pela chefia imediata ou autoridade superior, conforme disposto no artigo 183, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

II - a suspensão deverá ser aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita à penalidade de demissão, não podendo exceder a 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 184, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, ressalvado o disposto no parágrafo único do mesmo dispositivo legal;

III - a demissão deverá ser aplicada nos casos relacionados nos incisos I a VIII, do artigo 186, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014;

IV - não deverão ser consideradas para efeito de reincidência as penalidades de advertência e de suspensão após o decurso de 03 (três) e 05 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar;

V - a demissão ou a destituição de cargo em comissão ou função de confiança, por infringência aos incisos XV e XVII, do artigo 174, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em conformidade com o disposto no artigo 189, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014.

Art.14. As despesas decorrentes da execução da presente Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art.15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRE-SE.

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2016 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas e físicas para realizarem apresentações musicais para os grupos da terceira idade e festividades do Centro de Convivência, em conformidade com a especificação no Anexo VIII – Termo de Referência, de acordo com este Edital, e Lei nº 8.666/93 e alterações: Item 3. Descrição Apresentação Musical 03 músicos ou mais Valor por apresentação: R\$ 1.500,00 CONTRATADA: Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE Representante Exclusivo da Banda Patrimônio VALOR: A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores de no máximo R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por apresentação musical. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classif.Funcional programática 08.244.0851.2.811; Projeto/atividade Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família; Descrição da Natureza da Despesa 3.3.90 – Aplicações Diretas; Dotação Orçamentária 24; Recurso Próprio Jaraguá do Sul (SC), 19 de agosto de 2016. ANGELA RISSO- Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo – JEAN CARLO LEUTPRECHT - Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social.

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2016

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2016 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. OBJETO: Contratação de pessoas jurídicas e físicas para realizarem apresentações musicais para os grupos da terceira idade e festividades do Centro de Convivência, em conformidade com a especificação no Anexo VIII – Termo de Referência, de acordo com este Edital, e Lei nº 8.666/93 e alterações: Item 3. Descrição Apresentação Musical 03 músicos ou mais Valor por apresentação: R\$ 1.500,00 CONTRATADA: Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode - AMUSPE Representante Exclusivo da Banda Die Brandt's und Jeferson VALOR: A remuneração a que fará jus a CREDENCIADA, em decorrência dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá aos valores de no máximo R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) por apresentação musical. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Classif.Funcional programática 08.244.0851.2.811; Projeto/atividade Manutenção das atividades do Centro de Atendimento à Família; Descrição da Natureza da Despesa 3.3.90 – Aplicações Diretas; Dotação Orçamentária 24; Recurso Próprio Jaraguá do Sul (SC), 19 de agosto de 2016. ANGELA RISSO- Presidente da Comissão Permanente de Processo Administrativo – JEAN CARLO LEUTPRECHT - Gerenciador do Fundo Municipal de Assistência Social.

RETIFICAÇÃO – ANEXO DA LEI Nº 7.235/2016

RETIFICAÇÃO – ANEXO DA LEI Nº 7.235/2016

RETIFICA a publicação do Anexo II da Lei nº 7.235/2016, disponibilizada em 22/07/2016, na Edição nº 2044 do DOM/SC, página 195, comunicando às pessoas interessadas que o Anexo correto da lei encontra-se disponível no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?id=17260>

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 09/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 9/2016

Contrato Nº 08/2013 – Aditivo III

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Jaraguá do Sul

CONTRATADO: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC

OBJETO: Manutenção do ponto de fibra óptica que liga a Câmara Municipal até a empresa de TV a cabo que transmite o sinal da TV Câmara

VALOR DO CONTRATO: R\$ 20.137,44 (Vinte mil cento e trinta e sete reais e quarenta e quatro centavos)

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: JOSÉ OZÓRIO DE ÁVILA, ROBERTO ROGÉRIO AMARAL e OUTROS

Jaraguá do Sul, 18 de AGOSTO de 2016.

JOSÉ OZÓRIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 88/2016

PORTARIA Nº 88/2016

Exonera Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZÓRIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR, do cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE, a SRA. DENISE DOS SANTOS BALOD. Em consequência, fica revogada a Portaria nº 81/2016, de 04 de Agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 18 de agosto de 2016.

JOSÉ OZÓRIO DE ÁVILA

Presidente

PORTARIA Nº 89/2016

PORTARIA Nº 89/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. SAWI MICHELE TOMELIN WARMLING, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

PORTARIA Nº 90/2016

PORTARIA Nº 90/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. MARISTELA MENEL ROZA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA
Presidente

PORTARIA Nº 91/2016

PORTARIA Nº 91/2016

Estabelece Procedimentos Internos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 1º da resolução 06/2016 a qual estabelece critérios para registro e controle de frequência dos servidores da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os trabalhos administrativos, a carga horária e horário de expediente diferenciado de alguns servidores do Poder Legislativo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de maior agilidade nos procedimentos administrativos internos e de mantermos documentados horários diferenciados;

RESOLVE:

Art. 1º O expediente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul será das 08h às 11h36min e das 13h às 17h30min de segunda a quinta-feira e das 08h às 11h36min e das 13h às 17h na sexta-feira.

Art. 2º Fica definido que os servidores poderão cumprir, conforme determinado em Portaria, os seguintes horários:

Código	Segunda a Quinta-Feira				Sexta-Feira				Carga Horária Sem.
	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	Entrada	Saída	
001	06:00	10:30	11:30	15:00	06:00	10:30	11:30	15:00	40h
010	07:15	11:15	12:15	16:15	07:15	11:15	12:15	16:15	40h
020	07:30	11:30	13:00	17:00	07:30	11:30	13:00	17:00	40h

030	07:30	13:30			07:30	13:30			30h
040	08:00	11:36	13:00	17:30	08:00	11:36	13:00	17:00	40h
050	08:00	12:00	13:00	17:00	08:00	12:00	13:00	17:00	40h
060	08:00	12:00	13:24	17:30	08:00	12:00	13:24	17:00	40h
070	08:00	14:00			08:00	14:00			30h
080	08:00	14:00	2ª, 4ª e 6ª		14:00	20:00	3ª e 5ª		30h
100	08:30	12:00	13:00	17:30	08:30	12:00	13:00	17:30	40h
090	13:00	19:00			13:00	19:00			30h

Art. 3º Fica estabelecido que, os servidores abaixo mencionados, cumprirão horário diferenciado de trabalho conforme discriminado:

Servidores com carga horária semanal de 40h:

· Horário das 06:00 as 10:30 e das 11:30 as 15:00 de Segunda a Sexta-feira

Maria Soares da Silva

· Horário das 07:15 as 11:15 e das 12:15 as 16:15 de Segunda a Sexta-feira

Idianara dos Santos

· Horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00 de Segunda a Sexta-feira

Pietro Di Carlo Manfrini Galvan

Sergio Zapella

· Horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 de Segunda a Sexta-feira

Erick Willian Bandeira Thibes

Fabiana de Souza Stringari

Regis Wojahn Junior

· Horário das 08:00 as 12:00 e das 13:24 as 17:30 de Segunda a Quinta-feira e das 08:00 as 12:00 e das 13:24 as 17:00 na Sexta-feira

Maicon Tecilla

Mauricio Rodolpho da Silva

Simone Jark

· Horário das 08:30 as 12:00 e das 13:00 as 17:30 de Segunda a Sexta-feira

Tarcízio Rodrigues Pinto

Servidores com carga horária semanal de 30h:

· Horário das 07:30 as 13:30 de Segunda a Sexta-feira

Mariana Sciascia Riedel Fischer

· Horário das 08:00 as 14:00 de Segunda a Sexta-feira

Mateus Cidral Machado

· Horário das 08:00 as 14:00 Segunda, Quarta e Sexta-feira e das 14:00 as 20:00 Terça e Quinta-feira

Tiago Rosário de Santana

· Horário das 13:00 as 19:00 de Segunda a Sexta-feira

Polyana Carolina de Souza

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 19 de agosto de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.982 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.982 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15 DA LEI MUNICIPAL 4.664 DE 21/12/15 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 3.689,37 (três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e trinta e sete centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Proj./Atividade: 2.071 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – CREAS
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 3.453,37 (53)
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.035.0 - R\$ 236,00 (54)

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 18 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 329/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 329/2016/PMJ
PROVENIENTE DO PL 65/2016/PMJ – TP 17/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.
CONTRATADA: M.N. SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA – ME
OBJETO: A execução pela CONTRATADA, dos serviços de construção de 23 (vinte e três) unidades habitacionais em alvenaria no Loteamento Armindo de Medeiros Haro, neste Município.
VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 205.405,41 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e quarenta e um centavos).
DOTAÇÃO:
1.024 – CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES HABITACIONAIS POPULARES
204 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas
239 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Aplicações Diretas
268 - 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0034 – Aplicações Diretas
FISCAL DO CONTRATO: JAISON STRAPASSOLA
VIGÊNCIA: 120 (cento e vinte) dias
DATA DE ASSINATURA: 16.08.2016.

Joaçaba – SC, 16 de agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO PP 17/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016/FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016/FMS

Objeto: Aquisição eventual e futura de medicamentos com a finalidade de atender as necessidades da Farmácia Básica, dos programas e dos serviços da Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por item. Data da abertura: Dia 05/09/2016, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 05/09/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 19 de agosto de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

PORTARIA N.º 6452

PORTARIA Nº 6.452 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

“PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos da “Sindicância”, a fim de que se apure responsável por danos causados na máquina 27093 - PAC, pertencente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo E Inovação, com supostas irregularidades cometidas por fornecedores e servidores, conforme relatório da própria secretaria.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6453

PORTARIA Nº 6.453 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Art. 1º - NOMEIA os cidadãos abaixo relacionados, para procederem a análise dos processos de regularização de edificações clandestinas e/ou irregulares ao Plano Diretor, nos termos da Lei Complementar nº 335/2016:

SILVIO FIEDLER – Diretor de Engenharia, Obras e Urbanismo

GRACIELA GLASENAPP – Fiscalização de Obras e Posturas

IVO LAMB – Setor de Topografia

JAISON STRAPASSOLA – Arquiteto

JESSICA RINALDI MARTENDAL – Engenheiro Civil

RICARDO MASSIGNANI - Engenheiro

SANDRA APARECIDA ASCARI – Fiscalização de Obras e Posturas

Art. 2º - Os serviços prestados pela Comissão ora nomeada, serão executados à título gratuito, sem ônus para o Município, tendo em vista o relevante interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6454

PORTARIA Nº 6.454 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"RETIFICAR PORTARIA QUE CONTRATA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei 76/2003, RESOLVE;

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N.º 6.454/2016 NA QUAL CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Senhor(a) NATALIA FERRANDIN, durante o período de 19 de julho de 2016 a 18 de dezembro de 2017, para exercer as funções de TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 35 (trinta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de processo seletivo n.º 009/2016/FMS, em especial em virtude de aposentadoria de servidor efetivo, até a realização de concurso público para o cargo.

Onde lê-se: "... durante o período de 19 de julho de 2016 a 18 de dezembro de 2017..." Leia-se: "durante o período de 19 de julho de 2016 a 18 de janeiro de 2017..."

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de julho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6455

PORTARIA Nº 6.455 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. RESCINDIR, em 07 de agosto de 2016, por haver expirado o prazo o contrato de Trabalho do (a) Senhor (a) IONE MARIA BELOTTO CORREA, Técnico de Enfermagem - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 005/2015/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 07 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6456

PORTARIA Nº 6.456 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"DISPENSA FUNCIONARIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. DISPENSA o(a) Senhor(a) TIAGO HOFFELDER, Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 006/2015 – Processo Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6457

PORTARIA Nº 6.457 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"NOMEIA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. – NOMEAR, o (a) Sr.(a) IEDA COLLA DE SOUZA, para exercer o cargo de Professor Nível I (Licenciatura Plena – Artes), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação – Escola Municipal Anita Lopes Vieira (10 horas semanais) e Escola Municipal Frida Regensburger (10 horas semanais), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. – Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2016, bem como, desistência do 1º classificado, bem como, Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Município e o Ministério Público, referente ao inquérito Civil n.º 06.2016.00001286-9, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal**PORTARIA N.º 6458**

PORTARIA Nº 6.458 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos da "Processo Administrativo", a fim de que se apure possível reconhecimento de dívida de exercício anterior, referente ao credor Miranda & Miranda Comércio de Peças e Serviços em Máquinas Pesadas Ltda, conforme processo n.º 0000711/2016 de 09 de maio de 2016 e parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de agosto de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 17 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 6459

PORTARIA Nº 6.460 DE 18 DE AGOSTO DE 2016

"DESIGNA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º CONSIDERANDO o decreto n.º 4.980/2016 no qual substitui membro na composição da Comissão Permanente n.º 02 junto às Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, fica designado o servidor TIAGO DUPONT GIUMBELLI para atuar como presidente das comissões já instituídas através das portarias n.º 6.312/2016, 6.320/2016, 6.385/2016 e 6.451/2016.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 18 de agosto de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE FOMENTO 09/2016 – FME

TERMO DE RESCISÃO AO TERMO DE FOMENTO 09/2016 – FME

Considerando o Parecer 11/2016 da comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento esportivo e o Relatório de Verificação nr. 05/2016 da Coordenadoria de Controle Interno;

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), por meio do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES – FME, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Tiradentes, nº 170 – centro, inscrito no CNPJ sob o Nº 21.672.486/0001-84, neste ato representado pelo Diretor de Esportes, Sr. ANDERSON ANDRES, doravante denominado CONVENIENTE.

e a ASSOCIAÇÃO REGIONAL ESPORTIVA E CULTURAL DE JUDÔ - ARECJ, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 08.845.538/0001-09, com sede administrativa à Rua Frei Rogerio, Nº 596 Joaçaba(SC), neste ato representada por seu Presidente, Sr. CLAUDIOMIRO FERMINO VIEIRA, residente e domiciliado, na cidade de Joaçaba (SC), portador do CPF nº 623.042.409-68 e C.I. nº 2.140.691 doravante denominado CONVENIADA;

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido o Termo de Fomento 09/2016 – FME, celebrado em 17 de março de 2016, que tem por objeto Termo de Fomento visa estabelecer bases em regime de mutua cooperação, para

promover o repasse de recursos financeiros destinados ao pagamento de despesas conforme Plano de Trabalho, em decorrência de descumprimento contratual e em atendimento ao art 9º §5º da Lei Municipal Nº 4.555 / 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA

As partes ficam desobrigadas do cumprimento do pactuado no Termo, pelo que dá às partes a mais ampla, rasa, geral e irrestrita quitação das cláusulas do contrato rescindido, para nada mais reivindicar em juízo ou fora dele, a que título for.

CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.
E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em três vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba, 18 de agosto de 2016.

ANDERSON ANDRES

Diretor da FME

CLAUDIOMIRO FERMINO VIEIRA

Presidente da ARECJ

Testemunhas:

1. _____

2. _____

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PORTARIA JHL 248/2016

PORTARIA SIMAE JHL – Nº 248/2016 DE 17.08.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, no uso das atribuições legais:

Considerando, a Instrução Normativa – N. TC 20/2015 de 31 de agosto de 2015, a qual estabelece critérios para a organização e apresentação da prestação de contas anual, normas relativas à remessa de dados, informações e demonstrativos por meio eletrônico;

Considerando, o item c, II, do artigo 9º da referida instrução normativa a qual estabelece a obrigatoriedade das unidades a prestar contas da gestão; RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR Comissão Especial encarregada de atender, no que diz respeito as competências do Simae, o estabelecido na Instrução Normativa – N. TC 20/2015.

Art. 2º. Ficam designados para compor a Comissão Especial que trata o artigo primeiro os seguintes servidores:

André Francisco Fiorin;
Cesar Augusto Maciel Ribeiro;
Giane Maria Marqueze Lecher;
Graciela Pratto Bordin da Rosa;
Patricia Callegari Warken;
Paulo Cesar Lamin;
Valdirene Aparecida Dorini.

Art. 3º. Fica revogada a Portaria JHL n. 01/11 de 03.01.2011.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Joaçaba, 17 de agosto de 2016.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 252/2016

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 252/2016 DE 19.08.2016

Aluir Flemming, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 162/2016 de 25.05.2016, e CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Evandro Castanha, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Wilian Sartor Sganzerla

Hélio dos Santos

Marcos Antônio Fávero

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 19 de agosto de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO ARP 13-B/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 11.452,00 (onze mil quatrocentos e cinquenta e dois reais), sendo:

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ N.º 05.919.156/0001-94, COM SEDE A RUA RODRIGUES ALVES, 825 D, BAIRRO BELA VISTA, CEP: 89804-084, CHAPECÓ/SC Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-D/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-D/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 51.860,00 (cinquenta e um mil oitocentos e sessenta reais), sendo:

COPAL ALIMENTOS LTDA – CNPJ 82.900.713/0001-76 – RUA HERIBERTO HULSE, 555 BR 101 KM 200, MARGINAL N/S SÃO JOSÉ/SC CEP 88.115-000

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-C/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 32.836,85 (trinta e dois mil oitocentos e trinta e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL – ME CNPJ 18.531.205/0001-69 RUA JOSÉ DE ANCHIETA, 175 CENTRO ALFREDO WAGNER/SC CEP 88.450-000

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-E/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-E/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 401.658,40 (quatrocentos e mil seiscientos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), sendo:

JULIO CESAR RODRIGUES DELFES - ME INSCRITA NO CNPJ N.º 82.894.718/0001-33, COM SEDE MARIO RIBEIRO RAMOS, 242 – SÃO CRISTÓVÃO – LAGE/SC CEP 88.509-340.

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-F/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-F/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 5.710,95 (cinco mil setecentos e dez reais e noventa e cinco centavos, sendo:

NEW WAY COMERCIO DE GENEROS ALINTICIOS LTDA – ME – 14.320. 137/0001-38 – RUA JOSÉ LUCIANO NUNES, 176 CENTRO CAMBORIÚ/SC CEP 88.340-539.

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 13-G/2016 FMAS

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 13-G/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016

PROCESSO Nº 14/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Gêneros Alimentícios para o Centro Pop, Bolsa Família, CRAS e Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 356.347,45 (trezentos e cinquenta e seis mil trezentos quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), sendo:

SUPER VAREJÃO CORDOVA DE ALIMENTOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 83.197277/0001-83, ESTABELECIDNA RUA. ARACI PAIM, 19 – ARAUCÁRIA, LAGES/SC – CEP. 88.512-680.

Lages, 18 de agosto de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 60/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 60/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC. CONTRATADO: SUELEN OLIVEIRA CARDOSO inscrita no CPF n.º 050.642.179-19, residente a Rua Antônio Dias batista, 358 Brasília Campo Belo do Sul/SC CEP 88.580-000.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme parecer jurídico n. 464/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 83/2016, correlato à Tomada de Preços nº 10/2016, aberta em 28/06/2016 e homologada em 18/08/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Profissional Autônomo na Área de Engenharia Civil ou Arquitetura, para Prestação de Serviços de Assessoria, Análise de Projeto de Prevenção contra Incêndio, Emissão de Parecer Técnico e Vistorias, na Seção de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros de Lages, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução: contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

O prazo de vigência do Contrato será a contar da data da sua assinatura, até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

Lages, 18de Agosto de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

CONTAS PÚBLICAS Nº 01

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	504.910.000,00	504.910.000,00	76.355.100,35	15,12	229.743.027,07	275.166.972,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	457.380.000,00	457.380.000,00	69.919.751,56	15,29	219.466.505,20	237.913.494,80
IMPOSTOS	54.959.750,00	54.959.750,00	7.560.122,43	13,76	31.670.796,33	23.288.953,67
TAXAS	51.100.000,00	51.100.000,00	7.331.349,21	14,35	28.621.157,78	22.478.842,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.632.850,00	3.632.850,00	228.773,22	6,30	3.049.638,55	583.211,45
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	226.900,00	226.900,00	0,00	0,00	0,00	226.900,00
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	25.447.000,00	25.447.000,00	4.092.702,83	16,08	13.675.469,55	11.771.530,45
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	13.997.000,00	13.997.000,00	1.992.440,17	14,23	7.624.988,35	6.372.011,65
RECEITA PATRIMONIAL	11.450.000,00	11.450.000,00	2.100.262,66	18,34	6.050.481,20	5.399.518,80
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	7.581.680,00	7.581.680,00	1.147.149,66	15,13	6.296.925,88	1.284.754,12
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	877.380,00	877.380,00	90.109,42	10,27	336.224,15	541.155,85
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	6.656.300,00	6.656.300,00	977.039,24	14,68	3.286.155,49	3.370.144,51
RECEITA DA CESSÃO DE DIREITOS	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	194.546,24	-146.546,24
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	80.000,00	0,00	2.480.000,00	-2.480.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.684.980,00	60.684.980,00	7.732.114,15	12,74	24.319.427,54	36.365.552,46
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	281.950.748,00	281.950.748,00	45.271.947,28	16,06	132.180.217,67	149.770.530,33
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	281.471.748,00	281.471.748,00	44.856.769,25	15,94	131.715.750,25	149.755.997,75
TRANSF. DE PESSOAS	160.000,00	160.000,00	15.475,05	9,67	22.083,30	137.916,70
TRANSF. DE CONV.	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	209.000,00	209.000,00	399.702,98	191,25	442.384,12	-233.384,12
MULTAS E JUROS DE MORA	26.755.842,00	26.755.842,00	4.115.716,21	15,38	11.323.668,23	15.432.173,77
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.289.298,00	8.289.298,00	1.895.288,14	22,86	5.019.164,96	3.270.133,04
RECEITA DA DIVIDAATIVA	1.681.100,00	1.681.100,00	424.049,94	25,22	1.338.159,87	342.940,13
RECEITAS DIVERSAS	12.446.580,00	12.446.580,00	1.706.621,39	13,71	4.550.880,93	7.895.699,07
RECEITAS DE CAPITAL	4.338.864,00	4.338.864,00	89.757,74	2,07	415.462,47	3.923.401,53
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	47.530.000,00	47.530.000,00	6.435.348,79	13,54	10.276.521,87	37.253.478,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.400.000,00	7.400.000,00	1.621.775,76	21,92	2.784.162,40	4.615.837,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.400.000,00	7.400.000,00	1.621.775,76	21,92	2.784.162,40	4.615.837,60
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	40.130.000,00	40.130.000,00	3.686.830,17	9,19	6.366.616,61	33.764.383,39
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	138.653,23	-128.653,23
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	40.120.000,00	40.120.000,00	3.686.830,17	9,19	6.226.963,38	33.893.036,62
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	1.126.742,86	0,00	1.126.742,86	-1.126.742,86
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16
						33,23

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	528.000.000,00	528.000.000,00	78.797.089,67	14,92	237.415.259,91	290.584.740,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	528.000.000,00	528.000.000,00	78.797.089,67	14,92	237.415.259,91	290.584.740,09
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	528.000.000,00	528.000.000,00	78.797.089,67	14,92	237.415.259,91	290.584.740,09
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.815.436,23	—	—	4.815.436,23	—
Superávit Financeiro	—	4.815.436,23	—	—	4.815.436,23	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
Receitas (Intra-Orçamentárias)	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	2.441.989,32	10,58	7.672.232,84	15.417.767,16

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	7.332.010,53
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	7.332.010,53

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
Despesas Intra-Orçamentárias	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	7.332.010,53

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 17.632.192,13

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 02

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)								
Legislativa	507.456.000,00	533.901.316,55	61.836.783,67	325.699.982,38	97,80	83.878.139,40	221.204.178,92	312.697.137,63
Ação Legislativa	12.270.000,00	12.270.000,00	1.298.764,43	5.099.612,65	1,53	1.453.694,33	4.313.538,00	7.956.462,00
Judiciária	12.270.000,00	12.270.000,00	1.298.764,43	5.099.612,65	1,53	1.453.694,33	4.313.538,00	7.956.462,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	2.758.150,00	2.827.650,00	372.040,62	1.205.866,57	0,36	372.562,26	1.145.503,76	1.882.146,24
Administração	2.758.150,00	2.827.650,00	372.040,62	1.205.866,57	0,36	372.562,26	1.145.503,76	1.882.146,24
Planejamento e Orçamento	40.323.380,00	40.326.222,84	6.032.501,38	20.108.946,26	6,04	6.266.186,95	16.486.028,88	23.840.193,96
Administração Geral	2.895.600,00	2.895.600,00	381.509,47	1.306.315,65	0,39	397.252,98	1.235.687,32	1.659.912,68
Administração Financeira	19.735.880,00	19.735.880,00	3.029.086,75	10.268.928,07	3,08	3.127.911,12	8.328.588,47	11.407.291,53
Controle Interno	2.511.300,00	2.511.300,00	477.727,02	1.906.244,71	0,57	485.919,57	900.281,78	1.611.018,22
Normalização e Fiscalização	666.000,00	666.000,00	92.177,47	275.429,12	0,08	92.272,47	271.628,76	394.371,24
Administração de Receitas	5.600.000,00	5.600.000,00	759.841,08	2.163.173,43	0,65	3.436.826,57	2.151.671,63	3.448.328,37
Comunicação Social	6.492.000,00	6.494.842,84	869.043,79	2.946.371,85	0,88	885.187,31	2.894.443,90	3.610.398,94
Segurança Pública	2.422.600,00	2.422.600,00	423.115,80	1.243.483,43	0,37	528.514,22	713.727,02	1.708.872,98
Policimento	2.160.000,00	2.266.000,00	373.821,81	855.315,14	0,26	226.997,67	571.712,76	1.694.287,24
Defesa Civil	450.000,00	450.000,00	134.838,99	246.654,31	0,07	98.274,76	200.023,92	249.976,08
Assistência Social	1.710.000,00	1.816.000,00	238.982,82	608.660,83	0,18	128.722,91	371.688,84	1.444.311,16
Assistência ao Idoso	16.782.100,00	17.738.073,80	2.470.888,91	9.744.272,08	2,93	2.858.141,44	7.901.893,28	9.836.180,52
Assistência à Criança e ao Adolescente	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
Assistência Comunitária	282.100,00	282.100,00	0,00	77.130,50	0,02	3,00	76.651,50	205.448,50
Previdência Social	16.455.000,00	17.410.973,80	2.470.888,91	9.667.141,58	2,90	2.858.138,44	7.825.241,78	9.586.732,02
Previdência do Regime Estatutário	45.336.000,00	45.336.000,00	5.445,01	31.578.369,64	9,48	6.340.197,43	18.701.902,71	26.634.097,29
Saúde	45.336.000,00	45.336.000,00	5.445,01	31.578.369,64	9,48	6.340.197,43	18.701.902,71	26.634.097,29
Atenção Básica	115.200.000,00	119.406.787,31	10.240.211,76	80.630.992,39	24,21	20.069.919,92	53.246.588,45	66.160.198,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	62.181.472,00	63.827.472,00	8.066.609,43	31.853.324,64	9,56	10.045.849,66	27.317.940,07	36.509.531,93
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.868.808,00	51.429.595,31	1.719.778,33	46.856.127,93	14,07	9.338.012,38	24.395.178,18	27.034.417,13
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.218.000,00	3.218.000,00	353.086,33	1.672.295,72	0,50	599.604,38	1.379.915,10	1.838.084,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	931.720,00	931.720,00	100.737,67	249.244,10	0,07	86.453,50	153.555,10	778.164,90
Vigilância Sanitária	111.870.530,00	118.133.703,74	23.117.257,81	66.664.477,63	19,72	19.038.476,55	50.320.663,45	67.813.040,29
Educação	109.050.530,00	115.313.703,74	23.027.840,02	64.345.163,89	19,32	18.579.377,24	49.496.662,89	65.857.040,85
Ensino Fundamental	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Ensino Superior	2.770.000,00	2.770.000,00	89.417,79	1.319.313,74	0,40	459.099,31	894.000,56	1.905.999,44
Educação Infantil	3.025.400,00	3.375.394,41	774.603,05	2.136.986,06	0,64	1.102.911,23	1.868.880,43	1.506.513,98
Cultura	3.025.400,00	3.375.394,41	774.603,05	2.136.986,06	0,64	1.102.911,23	1.868.880,43	1.506.513,98
Difusão Cultural								

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre		Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	507.458.000,00	533.901.316,55	61.836.783,67	325.699.982,38	97,80	83.878.139,40	221.204.178,92	96,79	312.697.137,63
	195.200,00	195.200,00	330,00	5.882,00	0,00	2.230,00	5.882,00	0,00	189.318,00
	195.200,00	195.200,00	330,00	5.882,00	0,00	2.230,00	5.882,00	0,00	189.318,00
	7.900.000,00	8.128.000,00	190.987,56	7.106.579,18	2,13	776.560,28	4.501.567,40	1,97	3.626.432,60
	7.900.000,00	8.128.000,00	190.987,56	7.106.579,18	2,13	776.560,28	4.501.567,40	1,97	3.626.432,60
	1.874.350,00	1.972.333,97	300.717,40	1.035.851,20	0,31	327.672,12	966.236,34	0,42	1.016.097,63
	1.874.350,00	1.972.333,97	300.717,40	1.035.851,20	0,31	327.672,12	966.236,34	0,42	1.016.097,63
	84.915.000,00	90.120.800,00	11.120.553,20	50.618.504,90	15,20	10.218.928,55	28.731.076,03	12,57	61.389.723,97
	1.400.000,00	1.400.000,00	14.006,50	14.006,50	0,00	14.006,50	14.006,50	0,01	1.385.993,50
	83.515.000,00	88.720.800,00	11.106.546,70	50.604.498,40	15,20	10.204.922,05	28.717.069,53	12,57	60.003.730,47
	8.327.000,00	8.327.000,00	1.133.370,12	4.403.487,66	1,32	1.381.512,60	3.863.522,33	1,69	4.463.477,67
	8.327.000,00	8.327.000,00	1.133.370,12	4.403.487,66	1,32	1.381.512,60	3.863.522,33	1,69	4.463.477,67
	5.000.000,00	5.000.000,00	353.639,25	3.130.676,07	0,94	888.475,68	2.099.708,90	0,92	2.900.291,10
	5.000.000,00	5.000.000,00	353.639,25	3.130.676,07	0,94	888.475,68	2.099.708,90	0,92	2.900.291,10
	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
	8.928.490,00	8.108.490,00	313.912,25	1.261.589,46	0,38	352.881,46	1.165.924,77	0,51	6.942.565,23
	7.361.900,00	6.541.900,00	159.378,07	697.447,59	0,21	5.844.462,41	643.000,15	0,28	5.898.899,85
	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
	1.546.590,00	1.546.590,00	154.534,18	564.141,87	0,17	982.448,13	183.203,99	0,23	1.023.665,38
	15.344.100,00	23.914.706,44	2.645.738,86	17.165.867,90	5,15	6.748.838,54	6.925.851,44	5,43	11.503.510,29
	250.000,00	600.000,00	133.981,81	383.959,81	0,12	216.040,19	143.070,94	0,14	290.074,07
	15.094.100,00	23.314.706,44	2.511.757,05	16.781.908,09	5,04	6.532.798,35	6.782.780,50	5,30	11.213.436,22
	3.370.000,00	3.850.256,02	501.825,18	2.639.989,36	0,79	1.210.266,66	590.287,68	0,77	2.094.254,39
	3.370.000,00	3.850.256,02	501.825,18	2.639.989,36	0,79	1.210.266,66	590.287,68	0,77	2.094.254,39
	21.650.000,00	22.376.398,02	590.175,07	21.306.716,23	6,40	1.069.681,79	4.704.651,81	4,88	11.220.046,37
17.000.000,00	17.000.000,00	108.365,91	16.622.727,62	4,99	377.272,38	3.699.616,97	3,56	8.854.985,35	
2.950.000,00	2.950.000,00	0,00	2.400.000,00	0,72	550.000,00	434.351,48	0,53	1.749.416,97	
1.700.000,00	2.426.398,02	481.809,16	2.283.988,61	0,69	142.409,41	570.693,36	0,79	615.644,05	
28.300,00	28.300,00	0,00	0,00	0,00	28.300,00	0,00	0,00	28.300,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	2,20	2.437.816,76	7.332.010,53	3,21	13.209.989,47
	230.000,00	230.000,00	23.661,90	71.906,92	0,02	23.661,90	71.906,92	0,03	158.093,08
	230.000,00	230.000,00	23.661,90	71.906,92	0,02	23.661,90	71.906,92	0,03	158.093,08

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	2,20	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47
Judiciária	140.000,00	140.000,00	14.481,56	43.230,60	0,01	14.481,56	43.230,60	96.769,40
Defesa do Interesse Público Processos Judiciais	140.000,00	140.000,00	14.481,56	43.230,60	0,01	14.481,56	43.230,60	96.769,40
Administração	2.575.000,00	2.575.000,00	283.835,72	848.047,14	0,25	283.835,72	848.047,14	1.726.952,86
Planejamento e Orçamento	500.000,00	500.000,00	31.072,98	94.185,99	0,03	31.072,98	94.185,99	405.814,01
Administração Geral	920.000,00	920.000,00	100.505,56	295.975,17	0,09	100.505,56	295.975,17	624.024,83
Controle Interno	55.000,00	55.000,00	5.828,04	17.477,74	0,01	5.828,04	17.477,74	37.522,26
Normalização e Fiscalização	400.000,00	400.000,00	63.374,06	191.823,62	0,06	63.374,06	191.823,62	208.176,38
Administração de Receitas	700.000,00	700.000,00	83.055,08	248.584,62	0,07	83.055,08	248.584,62	451.415,38
Assistência Social	500.000,00	500.000,00	61.685,49	184.316,60	0,06	61.685,49	184.316,60	315.683,40
Assistência Comunitária	500.000,00	500.000,00	61.685,49	184.316,60	0,06	61.685,49	184.316,60	315.683,40
Saúde	2.800.000,00	2.800.000,00	386.112,66	1.175.936,61	0,35	386.112,66	1.175.936,61	1.624.063,39
Atenção Básica	2.800.000,00	2.800.000,00	386.112,66	1.175.936,61	0,35	386.112,66	1.175.936,61	1.624.063,39
Educação	13.065.000,00	13.065.000,00	1.513.870,07	4.548.620,49	1,37	1.513.870,07	4.548.620,49	8.516.379,51
E Ensino Fundamental	13.065.000,00	13.065.000,00	1.513.870,07	4.548.620,49	1,37	1.513.870,07	4.548.620,49	8.516.379,51
Cultura	120.000,00	120.000,00	13.800,44	40.114,20	0,01	13.800,44	40.114,20	79.885,80
Divulgação Cultural	120.000,00	120.000,00	13.800,44	40.114,20	0,01	13.800,44	40.114,20	79.885,80
Habituação	50.000,00	50.000,00	8.480,42	26.427,34	0,01	8.480,42	26.427,34	23.572,66
Habituação Urbana	50.000,00	50.000,00	8.480,42	26.427,34	0,01	8.480,42	26.427,34	23.572,66
Gestão Ambiental	525.000,00	525.000,00	71.753,27	214.109,17	0,06	71.753,27	214.109,17	310.890,83
Preservação e Conservação Ambiental	525.000,00	525.000,00	71.753,27	214.109,17	0,06	71.753,27	214.109,17	310.890,83
Agricultura	80.000,00	80.000,00	10.456,96	30.120,62	0,01	10.456,96	30.120,62	49.879,38
Extensão Rural	80.000,00	80.000,00	10.456,96	30.120,62	0,01	10.456,96	30.120,62	49.879,38
Comércio e Serviços	77.000,00	77.000,00	7.859,52	20.628,76	0,01	7.859,52	20.628,76	56.371,24
Promoção Comercial	50.000,00	50.000,00	4.292,00	12.480,18	0,00	4.292,00	12.480,18	37.519,82
Turismo	27.000,00	27.000,00	3.567,52	8.148,58	0,00	3.567,52	8.148,58	18.851,42
Transporte	300.000,00	300.000,00	36.519,06	111.678,64	0,03	36.519,06	111.678,64	188.321,36
Transporte Rodoviário	300.000,00	300.000,00	36.519,06	111.678,64	0,03	36.519,06	111.678,64	188.321,36

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	20.542.000,00	20.542.000,00	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47	2.437.816,76	7.332.010,53	13.209.989,47
Desporto e Lazer	80.000,00	80.000,00	5.299,69	16.873,44	63.126,56	5.299,69	16.873,44	63.126,56
Desporto Comunitário	80.000,00	80.000,00	5.299,69	16.873,44	63.126,56	5.299,69	16.873,44	63.126,56
TOTAL (III) = (I + II)	528.000.000,00	554.443.316,55	64.274.600,43	333.031.992,91	221.411.323,64	86.315.956,16	228.536.189,45	325.907.127,10

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

CONTAS PÚBLICAS Nº 03

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	TOTAL (JUL.12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	35.831.528,83	34.942.004,02	35.148.344,75	35.735.414,31	35.320.599,52	41.522.466,94	36.043.814,44	38.047.141,06	42.004.833,49	43.550.543,99	38.093.608,46	37.038.460,65	453.278.820,46
RECEITA TRIBUTÁRIA	3.738.974,20	3.807.383,84	3.923.312,00	3.837.955,49	3.238.475,43	4.402.289,27	3.641.653,53	3.893.895,90	5.976.154,35	10.602.970,12	4.093.019,98	4.093.019,98	54.958.750,00
IPTU	349.020,66	273.200,09	232.583,31	105.700,76	52.244,13	91.325,52	18.046,67	18.576,99	1.096.791,51	6.596.325,65	361.393,65	293.879,88	9.499.081,82
I.R.R.F.	829.732,41	823.662,46	827.465,84	801.148,53	741.280,00	1.621.383,23	1.158.962,02	756.620,56	1.078.429,31	889.712,30	854.242,94	644.172,07	10.786.811,37
I.S.S.	2.149.224,34	2.163.711,56	2.314.069,26	2.248.635,51	2.096.595,92	2.203.309,13	2.088.567,59	2.091.567,21	2.067.549,49	2.151.554,91	2.094.274,59	2.594.366,51	26.543.976,02
Outras Receitas Tributárias	238.843,21	420.284,91	471.028,89	613.286,96	298.040,61	431.315,18	281.882,45	407.035,33	264.983,38	383.240,20	326.710,31	392.319,56	4.600.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	114.153,98	95.544,82	77.773,70	69.173,83	60.314,77	54.336,21	94.201,80	636.105,81	1.498.400,66	802.157,06	117.491,26	111.281,96	3.958.750,00
RECEITA PATRIMONIAL	1.762.170,78	1.822.076,35	1.790.943,96	1.773.389,14	1.759.624,41	2.585.636,27	2.046.669,17	2.180.555,80	3.340.850,65	2.004.880,80	2.006.403,81	2.056.295,02	25.447.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	522.702,91	380.877,99	477.941,41	656.123,59	542.051,99	541.932,27	541.932,27	506.788,40	3.106.612,67	994.473,88	502.702,20	644.446,46	7.581.690,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.215.363,98	3.282.441,47	3.236.871,16	3.292.038,76	3.413.942,66	3.892.865,62	3.583.894,62	3.864.164,75	5.202.407,22	3.937.136,89	3.824.080,88	3.908.033,27	44.723.338,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.906.471,16	23.050.290,35	23.033.336,54	23.707.291,75	24.194.726,85	27.872.437,13	24.699.763,21	25.628.786,35	22.465.124,07	24.024.276,10	26.546.753,18	24.135.511,85	293.296.716,24
Cota-Parte do FPM	3.324.045,00	3.888.795,24	3.242.080,26	3.690.024,64	4.166.327,48	7.044.865,09	4.549.827,98	5.695.726,83	3.459.080,48	4.112.828,93	5.469.068,74	4.516.337,62	53.162.600,79
Cota-Parte do ICMS	6.233.549,10	5.998.337,01	6.294.300,93	6.451.882,67	6.504.239,91	6.349.606,49	7.882.332,12	6.434.861,77	6.507.989,29	6.691.274,09	6.472.317,68	6.394.614,61	85.700.000,00
Cota-Parte do IRPJ	1.685.123,34	1.454.790,14	1.492.789,76	1.456.277,93	1.230.599,08	854.321,64	789.939,77	1.054.471,92	1.353.451,17	1.380.711,77	1.431.046,69	1.533.574,54	16.195.000,00
Cota-Parte do ITR	10.253,83	4.201,67	112.853,30	670.540,17	124.178,72	83.099,25	96.636,34	12.781,88	3.195,53	4.314,44	9.903,92	4.294,37	1.305.000,00
Outras Transferências Correntes	6.011.558,87	6.943.297,07	7.397.312,31	6.596.732,25	7.396.825,73	8.630.441,05	5.975.635,48	7.885.093,08	6.400.162,53	6.678.894,43	7.849.806,27	6.822.105,33	86.590.164,40
Transferências de LC 61/1989	89.389,79	95.070,86	94.361,49	109.723,18	100.229,69	98.970,69	123.797,05	95.608,96	93.344,42	95.779,22	106.765,03	64.720,12	1.199.959,41
Transferências de LC 87/1996	25.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	26.965,07	391.400,00
Transferências do FUNDEC	4.521.157,936	4.647.521,29	4.432.672,42	4.703.144,94	4.845.390,17	4.783.365,85	5.303.962,27	4.822.762,82	4.609.833,46	4.833.004,03	4.890.369,66	4.770.395,87	57.054.243,64
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.655.856,85	2.616.994,02	2.655.856,85	2.668.617,58	2.172.738,18	2.287.326,64	1.530.201,74	1.766.999,86	1.923.674,22	1.987.105,20	1.857.592,94	2.258.163,27	26.063.231,18
DEDUÇÕES (II)	3.081.618,88	3.098.140,67	3.042.884,75	3.291.189,28	3.233.224,88	4.048.219,68	3.737.998,90	3.947.553,41	4.636.781,80	3.409.883,41	3.277.559,91	3.477.197,81	42.731.862,38
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor	806.572,67	803.313,51	801.814,63	810.105,63	802.716,94	1.607.325,42	1.054.002,08	1.283.381,56	801.778,20	799.255,02	802.465,92	799.833,31	10.497.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	2.274.646,21	2.291.827,16	2.240.070,12	2.481.082,65	2.430.507,94	2.440.894,26	2.683.996,82	2.894.181,85	2.899.025,36	2.462.475,31	2.702.036,72	2.510.108,83	32.162.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	32.749.909,95	31.843.863,35	32.105.460,00	32.444.225,03	32.087.374,64	37.474.247,26	32.305.815,54	34.096.577,65	37.368.051,69	40.140.760,58	34.386.048,55	33.561.262,84	410.546.958,08

FONTE:

LAGES, 05/08/2016

MATEUS LUNARDI
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário de Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Controlador GRC/SC - 02909090-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 04

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	19.957.000,00	19.957.000,00	9.959.959,29	9.065.813,51
RECEITAS CORRENTES	19.957.000,00	19.957.000,00	9.959.959,29	9.065.813,51
Receita de Contribuições dos Segurados	10.497.000,00	10.497.000,00	5.539.716,09	4.519.973,94
Pessoal Civil	10.497.000,00	10.497.000,00	5.539.716,09	4.519.973,94
Ativo	10.035.000,00	10.035.000,00	5.220.129,98	4.284.866,76
Inativo	460.000,00	460.000,00	319.586,11	235.107,18
Pensionista	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.500.000,00	3.500.000,00	2.085.272,26	922.929,03
Recursos Imobiliários	4.370.000,00	4.370.000,00	1.784.350,97	1.202.267,56
Recursos de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	1.784.350,97	1.202.267,56
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.590.000,00	1.590.000,00	550.619,97	2.420.642,98
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.590.000,00	1.590.000,00	550.619,97	2.420.642,98
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	43.047.000,00	43.047.000,00	17.632.192,13	15.455.109,35
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	15.301.713,33
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	300.456,68
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	300.456,68
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	15.001.256,65

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	26.928.835,71	0,00	15.001.256,65
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	26.928.835,71	0,00	15.001.256,65
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	27.533.324,76	0,00	15.301.713,33
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	43.047.000,00	43.047.000,00	-	-	17.632.192,13	153.396,02
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	23.216,47 21.000.969,76 0,00		48.479,57 19.874.377,81 0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
RECEITAS CORRENTES (VII)	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
Recarga de Contribuições Patronais	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
Pessoal Civil	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
Ativo	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.090.000,00	23.090.000,00	7.672.232,84	6.389.295,84
(XI) = (VIII + IX + X)				

Continua 3/4

Município de LAGES - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS

Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI

Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA

Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 05

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	65.365.954,07	63.571.963,36	62.150.797,97
DEDUÇÕES (II)	970.993,26	10.697.803,31	3.769.286,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.047.729,23	31.181.080,16	26.205.169,13
Demais Haveres Financeiros	27.599,87	28.429,28	34.019,71
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.104.335,84	20.511.706,13	22.469.901,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	64.394.960,81	52.874.160,05	58.381.511,06
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	64.394.960,81	52.874.160,05	58.381.511,06

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	5.507.351,01	-6.013.449,75

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	16.725.380,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	19.340.175,87	21.002.229,46	21.024.186,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	22.884,06	180.945,51	23.216,47
Investimentos	19.324.974,81	20.821.283,95	21.000.969,76
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	7.683,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-19.340.175,87	-21.002.229,46	-21.024.186,23
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-19.340.175,87	-21.002.229,46	-21.024.186,23

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 06

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	473.813.700,00	223.852.582,55	207.721.717,77
Receita Tributária	54.959.750,00	31.670.796,33	29.471.789,07
I.P.T.U.	10.000.000,00	8.365.007,35	6.810.884,28
I.S.S.	26.500.000,00	13.047.840,30	13.525.576,08
I.T.B.I.	4.600.000,00	2.066.171,23	2.144.254,62
I.R.R.F.	10.000.000,00	5.142.138,90	4.177.378,73
Outras Receitas Tributárias	3.859.750,00	3.049.638,55	2.813.695,36
Receita de Contribuição	48.537.000,00	21.347.702,39	17.283.966,09
Receitas Previdenciárias	37.087.000,00	15.297.221,19	11.832.198,81
Outras Contribuições	11.450.000,00	6.050.481,20	5.451.767,28
Receita Patrimonial Líquida	925.380,00	3.010.770,39	442.445,50
Receita Patrimonial	7.581.680,00	6.296.925,88	3.260.263,92
(-) Aplicações Financeiras	6.656.300,00	3.286.155,49	2.817.818,42
Transferências Correntes	281.950.748,00	132.180.217,67	129.694.519,01
F.P.M.	44.000.000,00	22.244.385,58	22.643.648,29
I.P.V.A	12.955.000,00	6.018.548,68	5.699.968,59
I.C.M.S.	71.340.000,00	32.306.694,63	31.339.107,17
Convênios	209.000,00	442.384,12	427.258,29
Outras Transferências Correntes	153.446.748,00	71.168.204,66	69.584.536,67
Demais Receitas Correntes	87.440.822,00	35.643.095,77	30.828.998,10
Dívida Ativa	12.446.580,00	4.550.880,93	3.942.682,93
Diversas Receitas Correntes	74.994.242,00	31.092.214,84	26.886.315,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	47.530.000,00	10.276.521,87	3.314.623,30
Operações de Crédito (III)	7.400.000,00	2.784.162,40	694.635,75
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	250.000,00
Transferências de Capital	40.130.000,00	6.365.616,61	2.369.987,55
Convênios	40.120.000,00	6.226.963,38	1.981.405,82
Outras Transferências de Capital	10.000,00	138.653,23	388.581,73
Outras Receitas de Capital	0,00	1.126.742,86	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	40.130.000,00	7.492.359,47	2.369.987,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	513.943.700,00	231.344.942,02	210.091.705,32

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	451.159.695,73	279.754.057,88	245.300.266,12	203.098.786,08	188.350.249,69
Pessoal e Encargos Sociais	211.993.690,00	94.115.397,97	89.963.627,98	94.114.329,97	89.785.825,22
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.600.000,00	2.549.010,64	2.237.500,00	1.720.696,15	944.892,92
Outras Despesas Correntes	236.566.005,73	183.089.649,27	153.099.138,14	107.263.759,96	97.619.531,55
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	448.559.695,73	277.205.047,24	243.062.766,12	201.378.089,93	187.405.356,77
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	103.255.320,82	53.277.935,03	64.890.741,62	25.437.403,37	16.616.068,10
Investimentos	88.855.320,82	39.204.218,05	54.502.097,65	19.013.084,87	11.766.755,35
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	14.400.000,00	14.073.716,98	10.388.643,97	6.424.318,50	4.849.312,75
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	88.855.320,82	39.204.218,05	54.502.097,65	19.013.084,87	11.766.755,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	28.300,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	537.443.316,55	316.409.265,29	297.564.863,77	220.391.174,80	199.172.112,12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XV/III)	-23.499.616,55	-85.064.323,27	-87.473.158,45	10.953.767,22	10.919.593,20
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	4.815.436,23	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	4.815.436,23	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	9.746.200,00

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 07

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RP REPROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,00	
	Inscritos		Inscritos		Saldo (a)	Inscritos		Inscritos		Saldo (b)	Saldo Total (a+b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Liquidados	Pagos	Cancelados		
PODER-ÓRGÃO												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.992.912,69	24.782.807,92	20.434.223,91	20.434.223,91	5.926.618,93	414.877,77	414.877,77	4.671.873,29	4.451.556,09	640.860,98	805.112,01	6.731.730,94
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	1.992.912,69	24.782.807,92	20.434.223,91	20.434.223,91	5.926.618,93	414.877,77	414.877,77	4.671.873,29	4.451.556,09	640.860,98	805.112,01	6.731.730,94
DEFESA CIVIL	56.030,00	23.346.935,38	19.037.931,64	19.037.931,64	5.926.618,93	375.297,50	375.297,50	4.383.788,14	4.163.473,94	330.939,04	805.112,01	6.731.730,94
ENCARGOS GERAIS	20.152,00	39.598,50	32.272,21	32.272,21	27.468,29	28.135,36	28.135,36	1.256,65	1.256,65	0,00	0,00	60.284,87
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	216.555,93	91.333,11	91.333,11	97.097,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.468,29
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES	0,00	269.448,91	218.778,58	218.778,58	50.670,33	0,00	0,00	26.240,13	26.475,60	0,00	22.936,18	73.606,51
FUNDEMA - FUNDAÇÃO MUN. DO MEIO AMBIENTE	0,00	356.021,63	280.940,97	280.940,97	75.080,66	0,00	0,00	17.959,54	17.959,54	0,00	8.860,84	83.931,50
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.875,19	791.508,21	771.239,14	771.239,14	50.064,26	0,00	0,00	160.613,97	127.704,80	25.689,38	7.219,79	57.304,05
FUNDO DE REQUILIBRAMENTO CORPO DE BOMBEI	0,00	101.539,66	101.539,66	101.539,66	0,00	0,00	0,00	24.799,76	14.474,03	1.913,23	8.412,50	8.412,50
FUNDO DE SANEAMENTO BASICO	0,00	446.792,73	446.792,73	446.792,73	0,00	0,00	0,00	132.141,99	132.141,99	80,00	45.184,08	45.184,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19.075,00	5.200.701,90	4.718.639,66	4.718.639,66	187.789,13	313.348,13	313.348,13	1.846.328,46	1.840.713,90	172.603,93	8.214,56	196.003,67
GABINETE DO PREFEITO	74.240,00	611.414,76	458.265,22	458.265,22	227.369,54	0,00	0,00	199.266,73	119.425,98	14.990,79	87.368,95	314.758,49
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	375,00	62.203,04	61.566,04	61.566,04	375,00	637,00	637,00	187,45	187,45	0,00	0,00	375,00
SECRETARIA MEIO AMBIENTE E SERV. PÚBLICOS	141.507,49	0,00	24.177,81	24.177,81	117.329,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	117.329,68
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	106.246,62	1.394.639,75	967.509,12	967.509,12	517.986,46	15.390,90	15.390,90	61.463,77	28.969,02	4.450,81	35.519,27	563.505,72
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	10.492,33	570.702,13	390.490,61	390.490,61	190.703,85	0,00	0,00	44.897,83	35.185,92	2.698,12	6.813,79	197.517,64
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	98.728,73	3.673.520,56	3.174.521,57	3.174.521,57	597.727,72	0,00	0,00	360.469,91	349.736,85	42.199,93	24.916,76	622.644,48
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - FUNED	45.390,60	0,00	0,00	0,00	45.390,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.390,60
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	1.723.713,08	1.310.724,04	1.310.724,04	412.989,04	0,00	0,00	307.385,14	307.385,14	4.590,36	0,00	412.989,04
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	12.198,55	627.314,49	262.178,12	262.178,12	397.334,92	0,00	0,00	1.737,51	1.737,51	296,74	2.120,00	399.454,92
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	754.619,09	4.656.265,26	3.662.865,67	3.662.865,67	1.745.876,13	2.142,55	2.142,55	675.249,69	609.079,35	42.284,17	484.784,11	2.210.660,24
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC.	0,00	456.705,17	456.474,85	456.474,85	231,32	0,00	0,00	295.520,51	290.570,07	5.050,00	18.227,79	18.498,11
SECRETARIA DE TURISMO	456.690,00	798.606,02	443.756,41	443.756,41	771.529,91	0,00	0,00	156.970,12	150.855,12	6.796,99	10.915,00	782.444,61
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	70.775,06	65.875,06	65.875,06	4.900,00	0,00	0,00	83,87	83,87	0,00	2.574,32	7.474,32
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PC	167.312,09	1.169.004,64	977.052,42	977.052,42	343.620,68	15.643,63	15.643,63	106.584,73	108.539,73	7.048,59	49.673,85	368.294,53
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	0,00	100.705,38	95.915,94	95.915,94	4.769,44	0,00	0,00	990,42	990,42	0,00	1.380,22	6.169,66
LAGESPREV-INSTITUTO DE PREV. DO MUNIC. DE L	0,00	7.683,00	7.683,00	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LAGESPREV-FUNDO FINANCEIRO	0,00	7.683,00	7.683,00	7.683,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEMASA-SECRET. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.428.189,54	1.388.609,27	1.388.609,27	0,00	39.580,27	39.580,27	288.085,15	288.085,15	309.921,94	0,00	0,00
SEMASA-SECRET. MUNIC. DE AGUAS E SANEAMEN	0,00	1.428.189,54	1.388.609,27	1.388.609,27	0,00	39.580,27	39.580,27	288.085,15	288.085,15	309.921,94	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
EXECUTIVO												
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	336.298,23	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00	0,00
AUDITORIA GERAL E CONTROLE INTERNO	0,00	336.298,23	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES	0,00	2.907,64	2.907,64	2.907,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE LAGES	0,00	6.472,57	6.472,57	6.472,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	2.789,61	2.789,61	2.789,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	29.944,64	29.944,64	29.944,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	148.117,73	148.117,73	148.117,73	0,00	0,00	0,00	131.061,18	0,00	131.061,18	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	0,00	9.127,33	9.127,33	9.127,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.149,60	7.149,60	7.149,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	0,00	7.062,71	7.062,71	7.062,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E PESCA	0,00	4.760,60	4.760,60	4.760,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA FAZENDA	0,00	43.013,57	43.013,57	43.013,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA HABITAÇÃO	0,00	4.208,32	4.208,32	4.208,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	19.518,05	19.518,05	19.518,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA DE ORDEM PÚBLIC	0,00	31.766,64	31.766,64	31.766,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE TURISMO	0,00	1.070,62	1.070,62	1.070,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO DESENV. ECON. TRAB. E RENDA	0,00	1.977,50	1.977,50	1.977,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES												RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
PODER/ÓRGÃO	Inscritos			Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos			Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)			
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de Dezembro de 2015									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO	-	336.298,23	336.298,23	-	-	336.298,18	-	131.061,18	-	-	131.061,18	-	-	-		
	0,00	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	336.298,18	0,00	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00		
	0,00	336.298,23	336.298,23	0,00	0,00	336.298,18	0,00	131.061,18	0,00	0,00	131.061,18	0,00	0,00	0,00		
	0,00	16.411,10	16.411,10	0,00	0,00	16.411,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II):	1.992.912,69	25.119.106,15	20.770.522,14	414.877,77	5.926.618,93	854.229,26	4.671.873,29	5.174.364,00	4.451.559,09	771.922,16	805.112,01	6.731.730,94				

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito MunicipalMATEUS LUNARDI
Secretário da FazendaLUNARA NETO SOUZA
Contadora CRCSC - 0298080-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 08

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	58.585.348,00	58.585.348,00	30.812.999,00	52,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	15.103.618,00	15.103.618,00	9.526.631,32	63,08
1.1.1- IPTU	10.000.000,00	10.000.000,00	8.365.007,35	83,65
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	56.118,00	56.118,00	223.666,66	398,55
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.970.000,00	3.970.000,00	786.124,97	19,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.077.500,00	1.077.500,00	151.842,44	14,09
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITEI	4.600.000,00	4.600.000,00	2.066.171,23	44,92
1.2.1- ITEI	4.600.000,00	4.600.000,00	2.066.171,23	44,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITEI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITEI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITEI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITEI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	28.881.730,00	28.881.730,00	14.078.057,55	48,74
1.3.1- ISS	26.500.000,00	26.500.000,00	13.047.840,30	49,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	374.180,00	374.180,00	229.239,31	61,26
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.644.600,00	1.644.600,00	648.725,65	39,45
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	362.950,00	362.950,00	152.252,29	41,95
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	5.142.138,90	51,42
1.4.1- IRRF	10.000.000,00	10.000.000,00	5.142.138,90	51,42
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	162.839.200,00	162.839.200,00	76.559.989,33	47,02
2.1- Cota-Parte FPM	55.000.000,00	55.000.000,00	27.805.481,58	50,56
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	55.000.000,00	55.000.000,00	27.805.481,58	50,56
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	88.700.000,00	88.700.000,00	40.383.367,56	45,53
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1966	391.400,00	391.400,00	164.815,14	42,11
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	1.247.800,00	1.247.800,00	582.014,71	46,64
2.5- Cota-Parte ITR	1.305.000,00	1.305.000,00	101.124,48	7,75
2.6- Cota-Parte IPVA	16.195.000,00	16.195.000,00	7.523.185,86	46,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	221.424.548,00	221.424.548,00	107.372.988,33	48,49
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	9.740.000,00	9.740.000,00	3.994.339,46	41,01
5.1- Transferências do Salário-Educação	6.050.000,00	6.050.000,00	3.202.496,25	52,93
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.500.000,00	1.500.000,00	9.245,28	0,62
5.3- Transferências Diretas - PNAE	2.120.000,00	2.120.000,00	754.936,57	35,61
5.4- Transferências Diretas - PNATE	70.000,00	70.000,00	27.659,36	39,51
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	209.000,00	209.000,00	56.014,78	26,80
6.1- Transferências de Convênios	209.000,00	209.000,00	56.014,78	26,80
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.085.100,00	4.085.100,00	1.093.764,14	26,77
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	14.034.100,00	14.034.100,00	5.144.118,38	36,65
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	32.192.000,00	32.192.000,00	15.311.996,89	47,56
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	11.000.000,00	11.000.000,00	5.561.096,00	50,56
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	17.360.000,00	17.360.000,00	8.076.672,93	46,52
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	72.000,00	72.000,00	32.962,98	45,78
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	260.000,00	260.000,00	116.402,95	44,77
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	260.000,00	260.000,00	20.224,85	7,78
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	3.240.000,00	3.240.000,00	1.504.637,18	46,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	62.200.000,00	62.200.000,00	29.320.228,11	47,14
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	62.200.000,00	62.200.000,00	29.320.228,11	47,14
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	30.008.000,00	30.008.000,00	14.008.231,22	46,68
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	54.495.000,00	54.495.000,00	26.498.506,37	48,63	26.498.506,37	48,63
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	54.495.000,00	54.495.000,00	26.498.506,37	48,63	26.498.506,37	48,63
14- OUTRAS DESPESAS	7.805.000,00	7.805.000,00	3.583.860,06	45,92	3.583.860,06	45,92
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	7.805.000,00	7.805.000,00	3.583.860,06	45,92	3.583.860,06	45,92
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	62.300.000,00	62.300.000,00	30.082.366,43	48,29	30.082.366,43	48,29
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						30.082.366,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						90,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						12,22
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-2,60
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 *						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
				Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	55.356.137,00		55.356.137,00	26.843.247,08	48,49	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.450.000,00	4.450.000,00	2.442.459,87	54,89	2.055.177,40	46,18
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	1.650.000,00	1.650.000,00	219.313,74	13,29	143.469,05	8,70
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.650.000,00	1.650.000,00	219.313,74	13,29	143.469,05	8,70
24- ENSINO FUNDAMENTAL	108.826.530,00	108.826.530,00	52.128.621,86	47,90	47.515.466,00	43,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	62.300.000,00	62.300.000,00	30.082.366,43	48,29	30.082.366,43	48,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	46.526.530,00	46.526.530,00	22.046.255,43	47,38	17.433.099,57	37,47
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	113.276.530,00	113.276.530,00	54.571.081,73	48,18	49.570.643,40	43,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						14.008.231,22
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						35.174,82
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						14.043.406,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						35.527.237,36
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						33,09
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	6.050.000,00	6.050.500,00	5.491.619,59	90,76	3.062.272,04	50,61
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.559.000,00	11.821.673,74	10.150.396,80	85,86	2.236.368,50	18,92
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	11.609.000,00	17.872.173,74	15.642.016,39	87,52	5.298.640,54	29,65
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	124.885.530,00	131.148.703,74	70.213.098,12	53,54	54.869.283,94	41,84

MUNICÍPIO DE LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	637,254,06	35,174,82	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	637,254,06	35,174,82	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		63.569,93	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		29.320.228,11	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		29.383.798,04	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		29.383.798,04	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		0,00	0,00

LAGES, 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

CONTAS PÚBLICAS Nº 09

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	7.400.000,00	2.784.162,40			4.615.837,60
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	103.255.320,82	53.277.935,03	25.437.403,37	0,00	49.977.385,79
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	103.255.320,82	53.277.935,03	25.437.403,37	0,00	49.977.385,79
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-95.855.320,82	-50.493.772,63	-	-	-45.361.548,19

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 10

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00		0,00

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 11

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 36)

R\$ 1.00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES
E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	56.139.788,00	56.139.788,00	29.527.464,21	52,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.000.000,00	10.000.000,00	8.365.007,35	83,65
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.600.000,00	4.600.000,00	2.066.171,23	44,92
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	26.500.000,00	26.500.000,00	13.047.840,30	49,24
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.500.000,00	7.500.000,00	3.896.604,11	51,42
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	484.738,00	484.738,00	452.895,87	93,43
Divida Ativa dos Impostos	5.614.600,00	5.614.600,00	1.434.850,62	25,56
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	1.440.450,00	1.440.450,00	304.094,73	21,11
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	162.839.200,00	162.839.200,00	76.599.989,33	47,02
Cota-Parte FPM	55.000.000,00	55.000.000,00	27.805.481,58	50,56
Cota-Parte ITR	1.305.000,00	1.305.000,00	101.124,48	7,75
Cota-Parte IPVA	16.195.000,00	16.195.000,00	7.523.185,86	46,45
Cota-Parte ICMS	88.700.000,00	88.700.000,00	40.383.367,56	45,53
Cota-Parte IPI-Exportação	1.247.800,00	1.247.800,00	582.014,71	46,64
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	391.400,00	391.400,00	164.815,14	42,11
Desoneração ICMS (LC 87/96)	391.400,00	391.400,00	164.815,14	42,11
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	218.978.988,00	218.978.988,00	106.087.453,54	48,45

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	69.134.318,00	69.134.318,00	35.559.386,83	51,44
Provenientes da União	65.537.818,00	65.537.818,00	34.033.098,89	51,93
Provenientes dos Estados	3.596.500,00	3.596.500,00	1.526.287,94	42,44
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	686.050,00	686.050,00	1.070.091,35	155,98
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	69.820.368,00	69.820.368,00	36.629.478,18	52,46

**DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)**

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	116.733.568,00	119.632.355,31	80.140.229,80	66,99	53.708.028,24	44,89
Pessoal e Encargos Sociais	46.277.770,00	46.277.770,00	20.057.559,53	43,34	20.057.559,53	43,34
Outras Despesas Correntes	70.455.798,00	73.354.585,31	60.082.670,27	81,91	33.650.468,71	45,87
DESPESAS DE CAPITAL	1.245.432,00	2.553.432,00	1.666.699,20	65,27	714.496,82	27,98
Investimentos	1.245.432,00	2.553.432,00	1.666.699,20	65,27	714.496,82	27,98

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	1.245.432,00	2.553.432,00	1.666.699,20	65,27	714.496,82	27,98
Investimentos	1.245.432,00	2.553.432,00	1.666.699,20	65,27	714.496,82	27,98
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	117.979.000,00	122.185.787,31	81.806.929,00	66,95	54.422.525,06	44,54
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	68.514.318,00	72.721.105,31	57.260.915,46	70,00	33.757.105,05	62,03
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	68.514.318,00	72.721.105,31	57.260.915,46	70,00	33.757.105,05	62,03
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	68.514.318,00	72.721.105,31	57.260.915,46	70,00	33.757.105,05	62,03
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	49.464.682,00	49.464.682,00	24.546.013,54	30,00	20.665.420,01	37,97
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						19,48
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						4.752.301,98

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2015		2.152.593,57	235.236,71	465.735,84	1.686.857,73	0,00
TOTAL		2.152.593,57	235.236,71	465.735,84	1.686.857,73	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2015	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	0,00		0,00		0,00	
	0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)						
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)	
	-		-			
					-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
				Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100
Atenção Básica	64.981.472,00	66.627.472,00	33.029.261,25	40,37	28.493.876,68	52,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	48.868.808,00	51.429.595,31	46.856.127,93	57,28	24.395.178,18	44,83
Suporte Profilático e Terapêutico	3.218.000,00	3.218.000,00	1.672.295,72	2,04	1.379.915,10	2,54
Vigilância Sanitária	931.720,00	931.720,00	249.244,10	0,30	153.555,10	0,28
TOTAL	118.000.000,00	122.206.787,31	81.806.929,00	100,00	54.422.525,06	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(I+I) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de LAGES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS	MATEUS LUNARDI	LUNARA NETO SOUZA
Prefeito Municipal	Secretário da Fazenda	Contadora CRC/SC - 029908

CONTAS PÚBLICAS Nº 12

Município de LAGES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

LAGES , 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

CONTAS PÚBLICAS Nº 13

Município de LAGES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		64.274.600,43	333.031.992,91	
Despesas Liquidadas		86.315.956,16	228.536.189,45	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			410.546.958,08	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	17.632.192,13	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	17.632.192,13	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		16.725.380,00	0,00	0,00
Resultado Primário		9.746.200,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	5.897.532,08	640.860,98	4.451.559,09	805.112,01
	5.897.532,08	640.860,98	4.451.559,09	805.112,01
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	26.775.720,61	414.877,77	20.434.223,91	5.926.618,93
	26.775.720,61	414.877,77	20.434.223,91	5.926.618,93
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS EXECUTIVO	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
	131.061,18	131.061,18	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
	336.298,23	0,00	336.298,23	0,00
TOTAL:	33.140.612,10	1.186.799,93	25.222.081,23	6.731.730,94
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		35.527.237,36	25%	33,09
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		26.498.506,37	60%	90,38
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.784.162,40	4.615.837,60	
Despesa de Capital Líquida		25.437.403,37	77.817.917,45	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de LAGES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	20.665.420,01	15,00	19,48
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LAGES, 05/08/2016

ELIZEU MATTOS
Prefeito Municipal

MATEUS LUNARDI
Secretário da Fazenda

LUNARA NETO SOUZA
Contadora CRC/SC - 029908/O-3

Laguna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 859/2016

PORTARIA RH Nº 859/2016

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 15.08.16 a 13.09.2016, com lotação na Secretaria de Saúde.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Daniela Serafim Freitas	2015/2016
Giselli Cardoso Paes dos Santos	2014/2015

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Agosto de 2016.

RAQUEL XAVIER
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 860/2016

PORTARIA RH Nº 860/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, nos termos do Artigo 41§ 4º da Constituição Federal e Decreto nº 2636/09 de 18 de maio de 2009 o resultado da avaliação do Estágio Probatório do Servidor RAFAEL DA SILVA SCHIMITZ Técnico em Enfermagem, do período de 02/05/2013 a 13/08/2016, lotado na Secretaria de Saúde, nomeado por Concurso Público para o Quadro de Funcionários Públicos Municipais.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 861/2016

PORTARIA RH Nº 861/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000; e de acordo com o processo protocolado sob o nº 2967/2016;

RESOLVE:

Prorrogar por sessenta dias a licença maternidade, da Sra. ELIANE SILVA DA SILVA, Professor, de provimento efetivo, com lotação na

Secretaria de Educação e Esportes, a partir de 16/08/2016, em conformidade com a Lei Complementar nº 206 de 19 de março de 2010.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 863/2016

PORTARIA RH Nº 863/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a partir desta data, a Portaria RH Nº 785/2016, que designou FLÁVIO LUIZ ALÍPIO, Arquiteto, de provimento efetivo, como profissional responsável pela análise de projetos e pelas consultas prévias para construção de edificações.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 864/2016

PORTARIA RH Nº 864/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

Fazer cessar a partir desta data, a Portaria RH Nº 801/2016, que designou FABIANO SILVEIRA, Engenheiro Civil, de provimento efetivo, como profissional responsável pelas consultas do REGIN, na seção "Planejamento e Urbanismo".

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 865/2016

PORTARIA RH Nº 865/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR a partir desta data, FLÁVIO LUIZ ALÍPIO, Arquiteto, de provimento efetivo, como profissional responsável pela reforma do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe - Cabeçuda.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 866/2016

PORTARIA RH Nº 866/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR a partir desta data, FABIANO SILVEIRA, Engenheiro Civil, de provimento efetivo, como profissional responsável pela fiscalização das obras de acordo com as especializações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, objeto dos termos de compromisso PAC 206661/2013.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 867/2016

PORTARIA RH Nº 867/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. EVERALDO DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESIGNAR a partir desta data, WALMECIR JORGE RAMPINELLI, Engenheiro Civil, de provimento efetivo, como profissional responsável pela reforma do complexo do CAIC.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Agosto de 2016.
EVERALDO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 091/2016

DECRETO Nº 091/2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.904/2015, de 16 de Dezembro de 2015 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.780,01 (um Mil, Setecentos e Oitenta Reais e Um Centavo), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRET. MUNICIPAL DA EDUC. E DOS ESPORTES

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

2.022 - - Manutenção do Ensino Infantil

DOTAÇÃO 191

3.1.90.00.00.3300 - Aplicação Direta R\$ 1.780,01

Total: R\$ 1.780,01

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do superávit financeiro da fonte 1211 (Transferência Direta do FNDE / Programa Brasil Carinhoso), verificada no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 19 DE AGOSTO DE 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicadas no órgão oficial do município.

SORAYA CURCIO LIBRELATO

Sec. Administração, Finanças e Planej.

Lebon Régis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TP 05/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016 - Tomada de Preço Nº TP05/2016

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº004/2016, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço, sob a forma de execução indireta em regime de Empreitada por Preço Global. OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), incluindo fornecimento de materiais, a qual deverá ser realizada sobre calçamento existente na Rua XV de Novembro, localizado no Centro do Município de Lebon Régis, conforme Memorial Descritivo e Projeto Básico, partes integrantes deste Edital. Maiores informações e Edital disponíveis no site www.lebonregis.sc.gov.br. Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", deverão ser entregues no setor de Compras e Licitações, sito a Rua Artur Barth, 300, Centro, Lebon Régis/SC, até às 09:00 do dia 06/09/2016. A sessão de abertura será no mesmo dia às 09:15. Cadastramento conforme Lei 8.666/93. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 19/08/2016.

José Vanderlei de Campos—Presidente da CPL

EXTRATO PRIMEIRO DO TERMO ADITIVO PR01/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2016 licitação: PR01/2016.

Objeto: Fica alterada a cláusula primeira da Ata de Registros de preços nº 01/2016, para ADITAR o valor unitário do ITEM 44 (3209 - COXA E SOBRECOXA CONGELADA SEM TEMPERO) do Lote nº02 da licitação em epígrafe, conforme tabela anexa, em razão do aumento nos custos de produção e repassado pela distribuidora, conforme segue em anexo cópias das notas fiscais de compra apresentadas pelo fornecedor, visando o equilíbrio econômico-financeiro previsto no Art. 65, Parágrafo II, alínea "d" da lei 8.666/93. Gestor: Município de Lebon Régis. Fornecedor: MG ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI-ME19.564.211/0001-85. Vigência: 15/07/2016. Término:15/02/2017.

Lebon Régis,15/07/2016.

Ludovino Labas-Prefeito Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO N. 2.813/2016

DECRETO Nº 2.812/2016, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infraestrutura e Transporte

Projeto/Atividade 1.004 – Reestruturação da Diretoria de Infraestrutura

4.4.90.00.00.00.00.0389 – Aplicações Diretas R\$ 43.513,14

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do superávit financeiros na conta alienação de bens:

Fonte – Superávit Financeiros na Conta Alienação de BensR\$ 43.513,14

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 17 de Agosto de 2016

Edison Domingos Giron

Auxiliar de Técnico

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 072/2016 - IL 009/2016 - PEDIATRIA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2016

Credenciamento n. 001/2016/FMS

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, GABRIELA MARTINAZZO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 072/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Inexigibilidade (Credenciamento n. 001/2016/FMS)
- Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de consultas médicas, na especialidade pediatria, sendo o atendimento nas Unidades de Saúde do Município de Luzerna/SC.
- Proponente(s) Vencedora(s):

* CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA EIRELI

Luzerna (SC), 10 de agosto de 2016.

GABRIELA MARTINAZZO

GESTORA DO FMS

CONTRATO FMS Nº 035.16

CONTRATO FMS Nº 035/2016

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 072/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde GABRIELA MAZZARINO, brasileira, maior e capaz, solteira, enfermeira, inscrita no CPF/MF sob o nº 05979795960 e portadora da cédula de identidade RG nº 5.007.836 SSPSC, residente e domiciliada a Rua Limeira, 255, Vila Alemanha neste Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, de ora em diante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.367.717/0001-05, estabelecida a Rua Adolfo Knolseisen, nº 50, Vila Alemanha, Luzerna/SC, CEP 89.609-000, representada por CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA, brasileira, maior e capaz, solteira, médica, portadora da cédula de identidade RG nº 13222339-7 SSPRJ, inscrita no CPF sob o nº 01660193729, doravante denominado simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO.

O processo de credenciamento é regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas posteriores modificações, e demais legislações pertinentes, aplicando-se, no que couber, os princípios gerais de direito público, suplementados pelo direito privado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

OBJETO

1.1. A CREDENCIADA prestará os serviços de saúde conforme descrição e valores estabelecidos na CLÁUSULA QUINTA deste instrumento e o previsto no Edital.

1.2. O VALOR A SER ADIMPLIDO MENSALMENTE PELOS SERVIÇOS EXECUTADOS VARIARÁ DE ACORDO COM A QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS EFETIVAMENTE ATENDIDOS, FICANDO AO ENCARGO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE O CONTROLE EFETIVO DOS SERVIÇOS PRESTADOS POR CADA CREDENCIADO.

1.3. A CREDENCIADA deverá iniciar as suas atividades, em regra, imediatamente após a assinatura do termo de Credenciamento, ou quando requerido pela Administração.

1.4. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por ato formal e unilateral do Município de Luzerna, nos casos enumerados na Lei 8.666/93 e suas alterações, comunicando expressamente a CREDENCIADA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que será procedido o descredenciamento, sem prejuízo dos serviços já prestados e sem que caibam, aos contratados quaisquer direitos, vantagens e/ou indenizações.

1.5. São de inteira responsabilidade da CREDENCIADA as obrigações pelos encargos previdenciários, sociais, fiscais, trabalhistas, securitários e comerciais resultantes da execução do contrato de credenciamento.

CLÁUSULA SEGUNDA:

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. A CREDENCIADA deverá:

- Aplicar os conhecimentos de medicina na prevenção e diagnóstico das doenças do corpo humano em pacientes de 0 a 15 anos de idade, consistindo em efetuar exames médicos, avaliando o estado geral em que o paciente se encontra e emitindo diagnóstico com a respectiva prescrição de medicamentos e/ou solicitação de exames, visando a promoção da saúde e bem estar da população até 15 anos de idade;
- Coordenar programas e serviços em saúde;
- Efetuar perícias;
- Prestar atendimento médico e ambulatorial, examinando pacientes de 0 a 15 anos de idade solicitando e interpretando exames complementares, prescrevendo e orientando tratamento, acompanhando a evolução, registrando a consulta em documentos próprios.
- Participar de equipe multidisciplinar na elaboração de diagnóstico de saúde na área, analisando dados de morbidade e mortalidade, verificando os serviços e a situação de saúde da comunidade infantil, para o estabelecimento de prioridades nas atividades;
- Coordenar as atividades médico-pediátricas, acompanhando e avaliando as ações desenvolvidas, participando do estudo de casos, estabelecendo planos de trabalho;
- Participar na elaboração e/ou adequação de programas, normas e rotinas visando a sistematização e melhoria da qualidade das ações de saúde prestadas;
- Prestar atendimento a crianças de creches e escolas, periodicamente, coletando dados sobre epidemiologia e programa vacinal
- Realizar palestras e grupos educativos
- Realizar pequenas procedimentos como sutura, drenagem, excisão de pele, puericultura e outros procedimentos cabíveis a atenção básica. Realizar visitas domiciliares. Desempenhar outras atividades correlatas que lhe forem designadas pelo superior imediato.
- Responder pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais, morais e/ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes;
- Atuar conforme regras estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2016;
- Manter as condições de credenciamento durante o prazo de prestação dos serviços pactuados;
- Cumprir, a contento, nos termos e condições de sua proposta

e do Edital de Credenciamento referido os serviços profissionais propostos aos usuários;

- Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros;
- Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.
- Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados;
- Na execução das atividades objeto do Edital de Credenciamento, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes);
- Encaminhar ao Fundo Municipal de Saúde de Luzerna até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a prestação de contas, constituída das autorizações e requisições das consultas e dos exames realizados, do relatório de faturamento das referidas consultas e exames e Nota Fiscal dos serviços correspondentes;
- Realizar a manutenção e calibração dos equipamentos e instrumentos, quando necessários a assistência, visando o seu bom estado de funcionamento e execução correta dos serviços, obedecendo as Recomendações do Ministério da Saúde, da Secretaria Estadual da Saúde e, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- Utilizar apenas produtos, instrumentos e materiais devidamente registrados e aprovados pela ANVISA;
- Executar os serviços contratados nas instalações indicadas pela CREDENCIANTE, onde serão fornecidos apenas os recursos, equipamentos, materiais, insumos e demais meios necessários para a realização de consultas;
- Prestar os serviços contratados nos dias e horários indicados pela CREDENCIANTE, comparecendo ao local indicado sempre com no mínimo 20 (vinte) minutos de antecedência;
- Prestar os serviços contratados na Unidade Básica de Saúde Vila Alemanha, localizada na Avenida 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna/SC, CEP: 89.609-000 e Unidade Básica de Saúde São Francisco, localizada na Rua Fernando Katchor, Bairro São Francisco, Luzerna/SC, CEP: 89.609-000, até outra comunicação ou deliberação da CREDENCIANTE, situação esta em que o médico credenciado será informado antecipadamente;
- Atender os casos de urgências e/ou emergências dentro de sua especificidade sempre e quando solicitado;
- Atender no máximo 04 (quatro) pacientes por horas, excetuando-se as situações de urgência e/ou emergências;
- Comunicar com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência a impossibilidade de comparecimento para a prestação dos serviços nos dias e horas designados, ciente de que atrasos e faltas serão penalizadas com multa diária, salvo motivos de caso fortuito ou força maior.

2.2. A forma de atendimento da CREDENCIADA deverá:

- Os atendimentos serão realizados por meio do sistema de agendamento, sendo que os agendamentos ficarão à cargo e controle da Unidade Básica de Saúde;
- No atendimento aos casos de urgências e/ou emergências dentro de sua especificidade deverá ser realizado quando solicitado;
- A CREDENCIADA deverá atender até no máximo 04 (quatro) pacientes por horas, excepcionalizadas as situações de urgência e/ou emergências.
- A CREDENCIADA deverá reservar, em média, 20h (vinte horas) semanais para o
- AS situações corriqueiras, particularidades quanto o agendamento, encaminhamentos, horários, faltas e atrasos e quaisquer outros situações relacionados que digam referência a atendimento devem

ser dirigidos à coordenação de atenção básica para deliberação sobre o tema.

- As consultas deverão realizadas de segunda a sexta, com horário e período a definir com a Coordenação da Atenção Básica.

CLÁUSULA TERCEIRA:

DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

3.1. Caberá a CREDENCIADA:

- a) O fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados neste Termo de Credenciamento.
- b) Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.
- c) Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA:

DA VIGÊNCIA

4.1 O presente Termo de Credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, art. 57, § 1º, incisos I, II, III, IV e VI.

CLÁUSULA QUINTA:

DA TABELA DE VALORES

5.1. Será adimplido ao CREDENCIADA por cada serviço executado, os valores abaixo indicados:

1	Consulta ginecológica	R\$ 135,00
---	-----------------------	------------

CLÁUSULA SEXTA:

DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1. O pagamento será efetuado até o dia 30 (trinta) do mês subsequente ao da prestação de serviço, mediante o recebimento da Nota Fiscal e do Relatório dos Serviços Prestados no Setor de Compras do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna.
- 6.2. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.
- 6.3. Facultar-se-á a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados no mesmo percentual e data de revisão da tabela SUS, na forma disposta na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SETIMA:

DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A CREDENCIANTE exercerá, através de fiscal, a Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretária Municipal de Saúde Sra. Gabriela Mazzarino, ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações.

CLÁUSULA OITAVA:

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo contratado sujeitará o mesmo, no que couber, às sanções previstas na Lei 8.666/93, garantido a prévia defesa, e ainda, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações assumidas com o Município de Luzerna as seguintes penalidades:

- a) notificação por escrito;
- b) "Multa-dia";
- c) Rescisão do contrato.

7.2. A "multa-dia" corresponderá a 1/60 (um sessenta avos) do

valor do último faturamento mensal liquidado, e poderá ser imposta, conforme o caso, até o máximo de 20 (vinte) "multa-dia", facultando-se ao Município de Luzerna deduzir a respectiva importância de faturamento que for devido ao CONTRATADA.

7.3. São causas de descredenciamento do contratado a reincidência no descumprimento de quaisquer das condições elencadas no Edital, no Contrato de Credenciamento, ou ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao Município ou ao beneficiário, apuradas em processo administrativo.

CLÁUSULA NONA:

DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS

9.1 No caso de incidência de uma das situações previstas neste Termo de Credenciamento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar por escrito os motivos do descumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA:

DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:
a) Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.

b) Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:

i) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste Credenciamento ou deleguem a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.

ii) venha a agir com dolo, culpa, simulação, fraude na execução dos serviços contratados.

iii) quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade de execução satisfatória do estabelecido neste Termo de Credenciamento.

iv) venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.

v) quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela fiscalização, no valor avençado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O Município de Luzerna/SC pagará à entidade contratada os serviços efetivamente prestados, de acordo com os valores constantes da Tabela de Preços dos Serviços Credenciados.

10.2. Para atender as despesas decorrentes dos credenciamentos oriundos deste contrato, o Município de Luzerna utilizará recursos próprios, livres e não comprometidos, em conformidade com as dotações orçamentárias abaixo:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

Atividade – 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

DOS CASOS OMISSOS

12.1. Qualquer dúvida oriunda da aplicação do presente termo será dirimida com base na legislação específica, especialmente no Edital de Credenciamento nº 001/2016, Processo de Licitatório nº 072/2016 - Inexigibilidade de Licitação nº 009/2016 e a Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

DO FORO

13.1. As partes elegem o Foro da comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em três (03) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Luzerna/SC, 10 de agosto de 2016.

GABRIELA MAZZARINO

GESTORA DO FMS

CREDENCIANTE

CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA

CRISTIANE RITA HANCIO DA CUNHA EIRELI

CREDENCIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
2. _____

CONTRATO PML Nº 073.16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 073/2016

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 069/2016

PREGÃO PRESENCIAL PML Nº 045/2016

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto do ano de 2016, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 – MAQBRAS – SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rodovia RS 569 km 29,600, nº 1260, Centro, Barra Funda/RS CEP 99.585-000, inscrita no CNPJ sob o nº 09.533.749/0001-79, neste ato representada pelo Senhor LUIZ CARLOS PIAIA, brasileiro, maior e capaz, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 20873915SSPRS e inscrito no CPF sob o nº 105.703.137-24, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório PML nº 069/2016 na modalidade de Pregão Presencial nº 045/2016, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS a contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina, mediante hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador de acordo com as especificações do Anexo I do Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	400,00	Hora/ Trabalhada	Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina, mediante locação por hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador de acordo com as seguintes especificações mínimas:- locação, por hora trabalhada, de rolo compactador, gabinado tambor liso, peso mínimo operacional 10.800kg, peso operacional máximo 11.000kg; força impacto mínimo 17.000 kg.	100,00	40.000,00

O FORNECEDOR 1 – MAQBRAS – SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME, responsável pelo fornecimento do item descrito acima, receberá o valor global total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

0.2. A contratação de locação do rolo compactador, tem como finalidade suprir a demanda da falta de equipamento, e ainda, em substituição ao que permanece em manutenção. O equipamento será utilizado na melhoria das estradas vicinais, rurais e vias não pavimentadas no perímetro urbano, realizados pela Secretaria de Obras e Serviços.

0.3. O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

0.4. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser entregue nas dependências do Paço Municipal em 05 (cinco) úteis dias contados da data da emissão da Autorização de Fornecimento, sem custos adicionais.

0.5. Para a efetiva execução do objeto desta licitação, caberá ao FORNECEDOR:

a. Responsabilizar-se pelo transporte e mobilização do equipamento até o Município de Luzerna, bem como ao local de origem, após o término do contrato.

b. Disponibilizar o equipamento com toda a documentação em dia, bem como com seguro total.

c. Disponibilizar, para a execução dos serviços durante a vigência da Ata, rolo compactador com, no máximo, 15 (quinze) anos de fabricação.

d. Responsabilizar-se pelo fornecimento de óleo lubrificante e óleo hidráulico, bem como pelos respectivos filtros que se fizerem necessários durante a execução do objeto.

e. Substituir o equipamento quando não houver possibilidade de conserto, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contadas da solicitação.

f. Responsabilize-se por todas as demais despesas que porventura surgirem durante a execução do Contrato, com exceção do combustível e o operador.

1.6. Caberá ao Município de Luzerna:

a. Fornecer o abastecimento da máquina que prestará os serviços objeto do edital, sendo que a máquina abastecida pelo responsável pelo abastecimento e lubrificação de máquinas e automóveis da Secretaria de Obras e Serviços.

b. Disponibilização de operador para o maquinário.

1.7. Por ocasião do recebimento do equipamento, o órgão requisitante, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade do mesmo e de rejeitá-lo, no todo ou em parte, se estiver em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, ou se não estiver em pleno funcionamento, estando o FORNECEDOR, obrigada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.8. O aceite do equipamento não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital, verificadas posteriormente.

1.9. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.10. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.11. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.12. As quantidades a serem fornecidas constantes do Anexo I que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado, para mais ou para menos, quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao FORNECEDOR;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

- 3.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias contados da execução mensal dos serviços ou entrega dos materiais, mediante a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.
- 3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.
- 3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX ou email do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700 | E-mail: compras@luzerna.sc.gov.br
- 3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para ao FORNECEDOR.
- 2.5. Os preços não serão reajustados.
- 3.6. O Município de Luzerna, por meio do setor competente fará, periodicamente, levantamento dos preços praticados no mercado visando aferir se os preços registrados apresentam-se vantajosos.
- 3.7. Os preços poderão ser revisados quando houver alteração dos valores, devidamente comprovada, nos termos da alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações, mediante requerimento devidamente instruído, a ser formalizado pela Detentora.
- 3.8. Mesmo comprovada a ocorrência prevista na alínea "d", inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata de Registro de Preços e promover outro processo licitatório.
- 3.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 3.10. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 3.11. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 3.12. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 3.13. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 3.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 4.1. Executar o objeto do edital de acordo com o estipulado no item Forma de Execução;
- 4.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital, e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- 4.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato oriundo do presente processo licitatório;
- 4.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos materiais solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.
- 4.6. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 4.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no
- 4.8. Fornecer o objeto licitado no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- 4.9. Fornecer o objeto com ótima qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6. O caso de necessidade troca e/ou retirada do objeto licitado já entregue, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já

levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente Ata correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas

Elemento: 3.3.90.00.00 – Outras Despesas Correntes

Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município CLÁUSULA NONA
DA VIGÊNCIA E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação da mesma.

9.2. Para observância do que dispõe a Cláusula supra, e nos termos do que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, nomeia-se como fiscal de execução dos Contratos e Atas de Registro de Preço oriundas do presente Procedimento Licitatório ELISEU ROBERTO DORÉ a quem deverá ser entregue, mediante recibo, certificado nos Autos do Procedimento Licitatório, cópia integral do edital e das Atas de Adjudicação e Homologação, para o efetivo exercício de sua atribuição, ora delegada.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa;

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 19 de agosto de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

CONTRATANTE

LUIZ CARLOS PIAIA

MAQBRAS – SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM LTDA ME

FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 068/2016 - PP 044/2016 - LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 068/2016 - PML
Pregão Presencial nº 044/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 068/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços destinado a eventual locação de banheiros químicos, de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* BANXAP – BANHEIROS MOVEIS LTDA - ME

- Valor total: R\$ 11.680,00

Luzerna (SC), 19 de agosto de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 069/2016 - PP 045/2016 - LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 069/2016 - PML
Pregão nº 045/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 069/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.
- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço visando a contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina, mediante hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* MAQBRAS – SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA – ME.

- Valor total: R\$40.000,00

Luzerna (SC), 22 de agosto de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA - PL 067/2016 - PP 043/2016 - PROCEDIMENTO CIRÚRGICO - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
EXTRATO – LICITAÇÃO DESERTA
Processo Licitatório 067/2016 – PML
Pregão nº 043/2016 – PML

A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, GABRIELA MAZZARINO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) Declarar Deserto o Processo Licitatório nº 067/2016, em função da ausência de qualquer empresa interessada no certame, inobstante tenha sido publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na edição do dia 04 de agosto de 2016 e no site do Município a partir do dia 03 de agosto de 2016, para dar amplo conhecimento aos eventuais interessados.

Luzerna (SC), 22 de agosto de 2016.

GABRIELA MAZZARINO

Gestora do FMS

PL 070/2016 - PP 046/2016 - PASSARELA - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 070/2016 - PML

Pregão Presencial nº 046/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação visa a contratação de empresa de engenharia objetivando execução dos serviços e fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para confecção e instalação de Passarela Metálica anexa a ponte Wilibaldo Gutberg Reiner, sobre o Rio Limeira, bairro Vila Alemanha a Rua Dois Irmãos, bairro Centro, no Município de Luzerna, conforme as informações constantes do Anexo I do presente Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 01 de setembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 01 de setembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 073/2016 - PP 048/2016 - MATERIAL ELETRICO - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 073/2016 - PML

Pregão Presencial nº 048/2016 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, para aquisição de forma parcelada com vistas a aquisição de materiais elétricos, conforme especificações e condições constantes do Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 02 de setembro de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 02 de setembro de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Macieira

PREFEITURA

portaria 3537

PORTARIA N. 3537/2016

"INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS QUE ESPECIFICA"

Considerando que:

a) Em 08 de junho de 2016, o Sr. EDSON BERTOTTO, protocolizou junto ao Poder Executivo Municipal de Macieira um expediente requisitando a aprovação do "LOTEAMENTO PORTAL", de propriedade particular e com finalidade residencial;

b) Em anexo ao expediente acima mencionado o requerente juntou todos os projetos de engenharia e licenças ambientais, analisados pelo setor de engenharia do município;

c) Após análise da área técnica, com acompanhamento jurídico, constatou-se que os projetos atendem toda legislação municipal vigente, tanto de parcelamento do solo quanto do Plano Diretor;

d) Para dar prosseguimento ao processo administrativo há necessidade de avaliação dos imóveis a serem caucionados como garantia da execução das obras de infra-estrutura; e

e) A maneira correta é designar Comissão Especial para avaliar os imóveis do empreendimento, para fins de caução, garantindo assim que o loteador cumpra com suas obrigações assumidas,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Especial de Avaliação dos imóveis (terrenos individuais), do "LOTEAMENTO PORTAL", da seguinte forma:

Presidente: RONIVON LUIZ BRIDI – Engenheiro Agrônomo

Secretário: SILVANA GORETTE MAFFIOLETTI – Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Membro: FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA – Engenheiro Civil CREA 048.529-6

Parágrafo único – Fica estabelecido um prazo de 20 (vinte) dias para a apresentação do laudo de avaliação individualizada dos lotes, bem como, autorizada a Comissão Especial à tomar todas as providências que entender necessário para o fiel cumprimento desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Macieira, 29 de julho de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal de Macieira - SC

portaria 3538

PORTARIA N.º 3538/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 068/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados,

NOME	CARGO	PERÍODO DE GOZO
Maristela Tasca	Tec em Saude Bucal	01/08/16 a 15/08/16
Taisa Scopel	Nutricionista	19/08/16 a 02/09/16
Rejane Abraão	Diretora	15/08/16 a 24/08/16

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, em 01 de agosto de 2016.

EMERSON ZANELLA

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº 001/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

CREENCIAMENTO Nº 001/2016 SECRETARIA DESENVOLVIMENTO URBANO MEIO AMBIENTE, O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, que CREDENCIOU PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO AS COOPERATIVAS DE ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL DO MUNICÍPIO DE MAFRA.

Associações Credenciadas: Associação Ecológica Mafrense de Catadores de Resíduos Sólidos – RECIVIDA.

Mafra (SC), 19 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 94.516.671/0002-34

CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Nota Fiscal nº. 83877 R\$ 200,00

Valor Total: R\$ 200,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de medicamentos destinados a farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 059/2016-Assistência Farmacêutica. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 22 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 05.782.733/0001-49

CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Nota Fiscal nº. 62891 R\$ 475,00

Valor Total: R\$ 475,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de medicamentos destinados a farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 059/2016-Assistência Farmacêutica. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 22 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 03.652.030/0001-70

CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

Nota Fiscal nº. 94862 R\$ 1.755,00

Valor Total: R\$ 1.755,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de medicamentos destinados a farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 059/2016-Assistência Farmacêutica. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 22 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JAQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA

Secretária Municipal de Saúde

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 67.729.178/0004-91

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

Nota Fiscal nº. 743267 R\$ 9.040,00

Nota Fiscal nº. 731504 R\$ 1.113,95

Valor Total: R\$ 10.153,95

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de medicamentos destinados a farmácia básica da Secretaria Municipal de Saúde, não podendo sofrer descontinuidade ou interrompimento por falta de pagamento, conforme Ofício nº 059/2016-Assistência Farmacêutica. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público. Mafra (SC), 22 de agosto de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JACQUELINE DE FÁTIMA PREVIATTI VEIGA
Secretária Municipal de Saúde

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 093/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para contratação de serviço de lavagem destinado aos veículos do Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Civil, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 14/09/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4021 ou 4060.

Mafra (SC), 19 de agosto de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 45/2016

PORTARIA Nº 45/2016, de 19 de agosto de 2016.

DETERMINA A BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DE BENS MÓVEIS E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Ednilson Schelbauer, no uso das atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam declarados como baixados do Registro Patrimonial da Câmara de Vereadores de Mafra, os equipamentos abaixo especificados, pertencentes à esta Casa de Leis, por questões de economicidade e por elevado custos de manutenção, conforme Laudo de Avaliação da Comissão especialmente designada para este fim.

Código	Produto	Aquisição	Valor Contábil	Status	Estado	Centro Custo
587	BOTIJÃO PARA GÁS	13/05/2016	0,00	Disponível	Ótimo	01.001.004
586	BOTIJÃO PARA GÁS	13/05/2016	0,00	Disponível	Ótimo	01.001.004
542	FOGAO A GAS, DE 4 BOCAS	25/06/2015	258,40	Disponível	Ótimo	01.001.004
375	Luz de Emergência mod Ourolux	10/12/2009	268,10	Disponível	Bom	01.001.002
374	Luz de Emergência mod Ourolux	10/12/2009	268,10	Disponível	Bom	01.001.002
174	Cadeira estofado cor preta s/ braço e Giratória	08/10/2002	55,05	Disponível	Bom	01.001.022
169	Cadeira estofado cor grafite s/ braço e Giratória Marca Realme	05/02/2009	50,30	Disponível	Bom	01.001.003
113	Cadeira encosto baixo com braço com estofado azul Marca realme	04/04/2006	72,60	Disponível	Bom	01.001.010
111	Cadeira encosto baixo com braço com estofado azul Marca realme	04/04/2006	72,60	Disponível	Bom	01.001.009
67	Luz de Emergência mod lampex plus	01/01/2000	74,95	Disponível	Bom	01.001.002

Código	Produto	Aquisição	Valor Contábil	Status	Estado	Centro Custo
66	Luz de Emergência mod lampex plus	01/01/2000	74,95	Disponível	Bom	01.001.002

Art. 2º Os bens descritos no artigo anterior, serão enviados à Prefeitura Municipal de Mafra(SC), a partir desta data.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra(SC), 19 de agosto de 2016.

VER. EDENILSON SCHELBAUER

Presidente da Câmara

Maracajá

PREFEITURA

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO Nº 45/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 45/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 45/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço global, para contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, como também a conversão, a implantação, o treinamento e serviços técnicos necessários à perfeita implantação e manutenção do projeto, a serem consubstanciados nas seguintes atividades conforme especificações Especificação da Solução no anexo VI do edital, que gerou o seguinte resultado, Em primeiro lugar a empresa Betha Sistemas Ltda, com valor global de 75.508,00 (setenta e cinco mil quinhentos e oito reais).

Maracajá/SC, 19 de agosto de 2016.
Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro.

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 086/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 086/2016 – Modalidade de Pregão Eletrônico n. 024/2016 .

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão eletrônico, no site www.bll.org.br, a aquisição de 01 Escavadeira Hidráulica, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital e que estará recebendo as propostas até às 13 horas do dia 02 de setembro de 2016, procedendo a partir das 14 horas com o início do certame. Qualquer informação poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 13 h às 19h. Maravilha - SC, 19 de agosto de 2016. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Meleiro

PREFEITURA

PORTARIA Nº418-2016

PORTARIA n.º 418/2016

TRATA DA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

CONTRATAR

Art. 1.º A Senhora PAULA BEATRIZ CONTI RÉUS, para ocupar o cargo de Professora ACT, com carga horária total de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Básica Municipal Inês Tonelli Nápolle, em substituição à servidora ROSANGELA RAMOS PEREIRA, em virtude de licença saúde, até o retorno da mesma.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº419-2016

PORTARIA n.º 419/2016

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora MARIA DE FÁTIMA MERÊNCIO PAGNAN, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/08/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

PORTARIA Nº420-2016

PORTARIA n.º 420/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora LILIAN FIGUEIREDO PEREIRA, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal Escola Infantil Escadinha do Tempo, em virtude de retorno de licença saúde da servidora MARIA ELIANE TOMAZZIA TRAMONTIN.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 19/08/2016.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Agosto de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

ATA DE ANÁLISE DE RECURSO - P. 879/2016

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ANÁLISE DE RECURSO

Processo nº 879/2016

Modalidade: Tomada de Preços com o número nº 010/2016

ATA Nº 72/2016

Às 08:00 horas do dia 18 de agosto de 2016, nas dependências da Prefeitura Mun. de Modelo, reuniu-se a Comissão de Licitações, designados pelo Decreto nº 116/2016, do Senhor Prefeito Municipal conforme segue abaixo:

Análise e julgamento de recursos protocolados referentes ao processo supracitado, cujo objeto é: EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA CANTINHO ALEGRE, SITUADO NO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, DE CONFORMIDADE COM PROJETO, MEMORIAL, CRONOGRAMA FÍSICO, ART's E DE MAIS ANEXOS QUE FAZEM PARTE DESTA EDITAL.

Conforme a ATA 70/2016, forma INABILITADAS as seguintes empresas:

A empresa CONSTRUTORA FIEL EIRELI ME não apresentou o item 7.4.3.1 do edital - Cópia da Carteira de Trabalho ou outro documento legal (Contrato) que comprove, nos termos da Legislação vigente, que o Engenheiro Civil indicado pertença ao quadro permanente da empresa proponente.

A empresa CONSTRUTORA GUILHERME ARTHUR LTDA ME apresentou o item 7.3.3.1 do edital - Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal vencida; Não apresentou o item 7.5 do edital onde pede - A empresa participante deverá apresentar fora dos envelopes, declaração que possui conhecimento e atende aos requisitos do Edital e requisitos de habilitação.

A empresa CONSTRUTORA PRIMO LTDA EPP não apresentou o item 7.4.4 do edital - Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo e função pela empresa proponente.

Consequentemente foi dado o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para eventuais recursos das decisões desta Comissão.

A referida Ata foi enviada por e-mail no dia 09/08/2016 para todas as empresas que participaram da licitação, e foi publicada no Diário dos Municípios de Santa Catarina na Edição do dia 10/08/2016.

No dia 15/08/2016 foi protocolado recurso por parte da empresa CONSTRUTORA PRIMO LTDA EPP, alegando inconformismo pela INABILITAÇÃO, sendo que foi apresentado a Comissão de Licitações as seguintes razões:

A recorrente alega que "a decisão de inabilitação mostrou-se completamente despropositada... que a Engenheira Civil Valesca Bonafé encontra-se registrada como responsável técnica da recorrente... que a exigência do edital restou devidamente atendida, uma vez que para a inscrição da referida profissional junto ao CREA/RS, a Anotação de Responsabilidade Técnica de cargo e função já fora apresentada."

Mais adiante diz que "o excesso de rigorismo prejudica a proposta mais vantajosa e consequentemente fere o interesse público."

Nos documentos de habilitação juntados pela proponente vencedora, consta no Contrato Social (fls. 419/422) que a Sra. Valesca Bonafé é sócia da empresa, que requereu seu registro profissional no CREA/RS (fls. 432/433/436), que a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (fl. 435) expedida pelo CREA/RS aponta como responsável técnica a Engenheira Civil como funcionária da empresa.

A comissão de licitações, após analisar o recurso, entende que o fato da empresa recorrente não apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de cargo e função não pode a desabilitar, pois os documentos acima citados comprovam a vinculação da responsável técnica com o CREA, com a empresa, bem como o cargo e a função que exerce na empresa recorrente.

Não se atendo ao formalismo exacerbado na habilitação, pois a finalidade da licitação é escolha da proposta mais vantajosa para a administração, à comissão de licitações reunida nesta sessão acolhe o recurso que inabilitou a recorrente e HABILITA a empresa recorrente, atinente aos atos da administração pública pautados nas exigências da legislação pertinente a matéria, primando pelos princípios que regem a administração pública e as licitações e contratos administrativos, em especial a isonomia, contudo, não esquecendo que esta licitação é do tipo menor preço.

Da decisão desta comissão cabe recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Esta ata será publicada no Diário dos Municípios de Santa Catarina.

Nada mais havendo digno de registro deu-se por encerrada esta sessão pública.

Modelo SC, Quinta-Feira, 18 de agosto de 2016.
Presidente: EDER SCHLOSSER DA SILVA

Secretária: MICHELI LUANA UTZIG

Apoio: FABRÍCIO JOÃO MILAN

DECRETO Nº 0232/2016

DECRETO Nº 0232/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

ENCERRA LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ALBIO SCHILD FILHO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Legislação Eleitoral, e conforme o Artigo 109 e parágrafo único da Lei Municipal 1.513/2002,

Considerando o requerimento para retorno ao trabalho apresentado pelo Servidor, em virtude de não concorrer ao pleito municipal de Modelo/SC,

DECRETA:

Art. 1º - Fica encerrada, a partir desta data, a Licença para concorrer a cargo eletivo do Servidor Público Municipal ALBIO SCHILD FILHO, concedida pelo Decreto nº 0199/2016 em 30 de junho de 2016, por não concorrer ao pleito municipal de Modelo/SC.

Parágrafo Único: O servidor retorna ao seu cargo de Odontólogo a partir de 18 de agosto de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir desta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC,
aos 18 de agosto de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e Publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0233/2016

DECRETO Nº 0233/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JUCIELI CARLA BOIANI, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 01 de setembro de 2016, a Servidora JUCIELI CARLA BOIANI, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

JUCIELI CARLA BOIANI

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

DECRETO Nº 0236/2016

DECRETO Nº 0236/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILSON CESAR BRAUN, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.253/2016, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 23 de agosto de 2016, o Servidor ADILSON CESAR BRAUN, do cargo comissionado de Diretor Municipal de Administração, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23 de agosto de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ADILSON CESAR BRAUN

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0140/2016

PORTARIA Nº 0140/2016 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADRIANA PATRICIA PIROVANO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais nºs 971/90, 2.029/2012, 2.253/2016, em especial Art. nº 211, Seção IV da Lei Municipal nº 1.513/2002 e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando laudo médico emitido nesta data, atestando a necessidade de afastamento para fins de Licença Gestante a partir de 23.08.2016,

RESOLVE:

Art.1º - Fica concedido à Servidora Pública Municipal ADRIANA PATRICIA PIROVANO, matrícula nº 2269-1, ocupante do cargo efetivo de Educadora Social, conforme nomeação de que dispõe o Decreto nº 0139/2016 de 02.05.2016, lotada no Departamento Municipal de Assistência Social, 180 (cento e oitenta) dias consecutivos de Licença Gestante, sem prejuízo da remuneração, no período de 23.08.2016 a 18.02.2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de agosto de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC,
aos 18 de agosto de 2016.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

PORTARIA Nº 0141/2016

PORTARIA Nº 0141/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 1.513/2002 e Edital de Processo Seletivo 002/2014 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 021/2015 em 26.01.2015, com sua vigência prorrogada pelo Decreto nº 022/2016 em 21.01.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,
Considerando o afastamento da servidora efetiva titular do cargo, Adriana Patricia Pirovano, em Licença Gestante no período conforme Portaria nº 0140/2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para contratação no cargo de Educador Social ACT, a Sra. MARIA VENERANDA DALLA CORTI, aprovada no Processo Seletivo nº 002/2014 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 20 Horas Semanais, observadas as determinações legais.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2016.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Ciente em: ____/____/____.

MARIA VENERANDA DALLA CORTI

PORTARIA Nº 0142/2016

PORTARIA Nº 0142/2016 DE 19 DE AGOSTO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2016, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER, Prefeito Municipal em Exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis 1.513/2002, 2.253/2016, e Edital de Concurso Público 001/2016 do Município de Modelo – SC homologado pelo Decreto nº 097/2016 em 18.03.2016, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Internos, a Sra. TEREZINHA ROSANE QUEVEDO RODRIGUES, aprovada no Concurso Público nº 001/2016 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - A aprovada citada nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a contar desta data, para manifestação de interesse, apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 2º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 19 de agosto de 2016.
CLÓVIS LÚCIO SCHLÖSSER
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

Ciente em: ____/____/____.

TEREZINHA ROSANE QUEVEDO RODRIGUES

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 029/2016

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 29/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: MODELAR EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: O presente Termo Aditivo ao Contrato 29/2016 tem por objeto a prorrogação de tempo do mesmo até o dia 15 de outubro de 2016, conforme solicitação anexa.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 007/2016.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até o dia 15 de outubro de 2016.

Mondaí – SC, 19 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

EMPRESA(S) REGISTRADA(S): WALMOR ERTEL ME – VALOR REGISTRADO R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondaí – SC.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 066/2016.

VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é de um ano a partir de sua assinatura.

Mondaí – SC, 19 de agosto de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO P. PRESENCIAL Nº 035/2016 FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2016

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação do tipo EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS conforme descrito abaixo:

MODALIDADE: Pregão Presencial n.º 035/2016 com registro de preços

TIPO: Menor Preço (por Item)

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de material médico hospitalar destinado para manutenção das Atividades Secretaria Municipal de Saúde do Município de Mondaí pelo período de seis meses.

ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: até as 08h25min do dia 01 de setembro de 2016.

SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: às 08h30min do dia 01 de setembro de 2016.

MONDAÍ (SC), 19 de agosto de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 66/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI CNPJ: 83.028.415/0001-09 AV. LAJU, 420 C.E.P.: 89893-000 - Mondai - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 66/2016 - PR
	Processo Administrativo: 94/2016 Processo de Licitação: 94/2016 Data do Processo: 08/08/2016

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Lenoir da Rocha, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 94/2016
b) Licitação Nr.: 66/2016-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/08/2016
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Registro de preços para eventual aquisição de produtos químicos destinados para manutenção estações de tratamento de água nas comunidades do interior do Município de Mondai - SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

LOTE: 1**WALMOR ERTEL ME (10647)**

1	HIPOCLORITO DE SÓDIO BOMBONA 50KG - Marca: CSM	UN	30,00	0,0000	123,8093	3.714,28
2	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO 50KG - Marca: CSM	UN	75,00	0,0000	97,1429	7.285,72
Total do Fornecedor:						11.000,00
Total Geral:						11.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.046.3.3.90.00.00.00.00 (193)

Lenoir da Rocha
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 084/2016

Pregão Presencial nº 84/2016 – Registro de Preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO 1.0 CONFORME DESCRIÇÃO NO EDITAL.

Data de entrega dos envelopes: 12/09/2016 às 11h00min Abertura mesmo horário.

Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste Município.

Fundamento legal: Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006.

Informações adicionais no endereço acima ou através do telefone 48 3434-6108 e-mail licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br

FERNANDO DILTON TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico

TOMADA DE PREÇO 083/2016

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 83/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DE EMPREITADA GLOBAL, PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DA RUA HUMBERTO SALVAN, CONFORME PROJETO.

Data de entrega dos envelopes: 12/09/2016 às 09h00min Abertura mesmo horário.

Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste Município.

Fundamento legal: Lei 8.666/93 e Lei Complementar 123/2006.

Informações adicionais no endereço acima ou através do telefone 48 3434-6108 e-mail licitacao@morrodafumaca.sc.gov.br

FERNANDO DILTON TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico

Navegantes

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 96/2016 PMN FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Setor de Compras e Licitações

PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2016 PMN - FMAS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DO CRAS, CREAS, PETI E MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO MUNICIPAL "ANILDO DE SOUZA" E DEMAIS ATIVIDADES ASSISTENCIAIS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 02/09/2016 até às 08h50. Abertura envelopes: 02/09/2016 às 09h. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. ROBERTO CARLOS DE SOUZA (Prefeito).

DECRETO Nº 126 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 126 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3122 de 19/08/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 583.830,00 (quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Projetos

22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 56.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.024 – Manutenção e Funcionamento dos Cursos de Geração de Trabalho e Renda

56 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

57 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

64 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 177.880,00

66 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e a Pecuária

20.606.0029 – 1.027 – Construção da Carrera p/Pescadores/Co-berta

137 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura e a Pecuária

143 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

02 – Diretoria de Políticas de Juventude

08.243.0063 – 2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude

234 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 583.830,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

03 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 377.880,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de RH

33 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 34.950,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

15.452.0019 – 2.064 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

191 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 171.000,00

Total R\$ 583.830,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza

Prefeito

Este Decreto foi Registrado e Publicado na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes, 19 de Agosto de 2016.

Nádia Bráz Bins

Secretária da Administração e Logística

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº99/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO PMN Nº 99/2016.

PROCESSO Nº 99/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES / FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA.

OBJETO: DISPENSA VISANDO A CONTRATAÇÃO DA ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL-EGEM, PARA REALIZAÇÃO DE CURSO SOBRE QUALIDADE DO ATENDIMENTO NO SERVIÇO PÚBLICO, ATRAVÉS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -EMAP.

Empresa/Fornecedor: Escola de Gestão Pública Municipal -EGEM

CNPJ | 08.940.383/0001-90

VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações: Lei nº 8.666/93. Navegantes, 18 de agosto de 2016.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES - FUMAN - EXTRATO DE DECISÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 017/2015

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes – FUMAN, por intermédio do presente, faz saber, a: empresa PRIME PARTICIPAÇÕES LTDA, que foi tomada decisão no processo administrativo relativo ao Auto de Infração Ambiental n.º 0164 e processo n.º 017/2015, aplicando a penalidade imposta, de: multa pecuniária de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

Fica intimado o autuado supracitado, para que no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação, apresente recurso junto ao CONDEMA ou retire a guia para pagamento junto a FUMAN para efetuar o pagamento. Findo o prazo, o processo será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

Navegantes, SC, 19 de agosto de 2016.

PAULO CELSO MAFRA

Superintendente da FUMAN

LEI Nº 3122 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 3122 DE 19 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 583.830,00 (quinhentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta reais) das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02 – Diretoria de Imprensa

04.131.0003 – 2.009 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Imprensa

17 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

01 – Diretoria de Projetos

04.121.0015 – 2.011 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria

de Projetos

22 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 56.000,00

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – Diretoria de Programas Sociais

08.244.0030 – 2.024 – Manutenção e Funcionamento dos Cursos de Geração de Trabalho e Renda

56 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 29.990,00

57 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 19.990,00

08.244.0030 – 2.035 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Programas Sociais

64 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 177.880,00

66 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, AGRICULTURA E PESCA

02 – Diretoria de Apoio à Agricultura e a Pecuária

20.606.0029 – 1.027 – Construção da Carrera p/Pescadores/Co-berta

137 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

20.606.0028 – 2.057 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Apoio a Agricultura e a Pecuária

143 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 49.990,00

32 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

02 – Diretoria de Políticas de Juventude

08.243.0063 – 2.007 – Manutenção e Funcionamento das Ações do Programa Pacto pela Juventude

234 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 583.830,00

Art. 2º Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

Fonte de Recursos – 10000 – Recursos Ordinários

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – Gabinete do Prefeito

04.122.0002 – 2.002 – Manutenção e Funcionamento do Gabinete do Prefeito

03 – 3.3.50.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas s/Fins Lucrativos R\$ 377.880,00

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos

04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Gestão de RH

33 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 34.950,00

17 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

04 – Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

15.452.0019 – 2.064 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Controle de Materiais e Serviços

191 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 171.000,00

Total R\$ 583.830,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE AGOSTO DE 2016.

Roberto Carlos dos Souza
Prefeito

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 19 de Agosto de 2016.

Nádia Bráz Bins
Secretária da Administração e Logística

art.135 do diploma legal supra mencionado.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato, procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 10 (dez) dias a contar da presente data.

Cumpra-se. Publique-se.

Navegantes, 12 de agosto de 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

PORTARIA 1836/2016 EXONERA

PORTARIA N º 1836 DE 18 DE AGOSTO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o servidor LINO WEISE, do cargo de Conselheiro, a partir de 15/08/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de agosto de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

TERMO DE JULGAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO 08/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TERMO DE JULGAMENTO

Processo Administrativo n º. 8/2016, instaurado pela Portaria nº. 1038 de 14 de abril de 2016.

Indiciada: F.A.I..

Vistos, relatados, etc., os presentes autos, verifiquei que:

Através da Portaria nº. 1038 de 14 de abril de 2016 foi instaurado Processo Administrativo para apurar possível abandono de cargo pela servidora F.A.I..

A denúncia foi recebida, designou-se e instalou-se Comissão de Processo Administrativo.

Relativamente à denúncia, conclui-se que de fato houve as faltas injustificadas nos meses de janeiro, fevereiro e março do ano de 2016, caracterizando o “animus abandonandi”.

É o Relatório.

Na instrução, verificou-se que a servidora faltou injustificadamente por mais de 30 (trinta) dias, configurando abandono de cargo, conforme dispõe o artigo 135 da Lei Complementar nº007/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

A vista do exposto e considerando o que mais dos autos consta, em conformidade com o art. 166 da LC 007/2003.

DECIDO:

JULGO procedente a sugestão apontada no relatório da Comissão de Processo Administrativo, no que concerne a DEMISSÃO da servidora F.A.I, após o término da Licença para Tratamento de Saúde com base no artigo 133, inciso II, e por infração ao artigo 116, I e

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 563/2016

PORTARIA Nº 563/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 207/2016, de 29/07/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, ENI PINTO TEJADA, matrícula nº 7259, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 03 de agosto de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Claraíba, a partir de 03 de agosto de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 564/2016

PORTARIA Nº 564/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 207/2016, de 29/07/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, ONÉLIA ALMEIDA, matrícula nº 7260, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 03 de agosto de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, a partir de 03 de agosto de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 565/2016

PORTARIA Nº 565/ 2016

Nomeação/ Posse/ Exercício

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR pelo Decreto nº 207/2016, de 29/07/2016 – através de Concurso Público – Edital nº 002/2015, de 24/05/2015, MARIA DOLORES MAZZOLA, matrícula nº 7261, no Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, e EMPOSSAR em 03 de agosto de 2016.

Art. 2º - ATRIBUIR exercício na Unidade Sanitária Trinta Réis, a partir de 03 de agosto de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 03 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 569/2016

PORTARIA Nº 569/ 2016

Concede Licença Maternidade

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o artigo 94, XII, da Lei Orgânica Municipal, de 04 de abril de 1990, e de acordo com o art. 94 e ss., da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal SAMANTA LAZZAROTTO FRANZOI, matrícula nº 6961, ocupante do cargo de Psicólogo(a), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 01 de agosto de 2016 a 28 de novembro de 2016, conforme atestado médico datado de 03/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de agosto de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 586/2016

PORTARIA Nº 586/ 2016

Prorroga Portaria

Josemar Guilherme Franzoi, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 538/2016, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal ALTAIR JOSÉ DA CONCEIÇÃO, matrícula nº 241, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 11 de agosto de 2016 a 09 de setembro de 2016, conforme resultado pericial datado de 18/08/2016.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 18 de agosto de 2016.

Josemar Guilherme Franzoi

Prefeito Municipal, em exercício.

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO 3º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CA Nº 061/2013-CAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO

Termo de Apostilamento Nº : 003 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME
Valor : 31.342,83 (trinta e um mil trezentos e quarenta e dois reais e oitenta e três centavos)
Vigência : Início: 19/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013
Objeto : 3º TA ao CA nº 061/2013, visando a fixação dos valores unitários da quilometragem, resultantes da aplicação do índice de reajuste (IGP-M) constantes no parágrafo Quinto da Cláusula Segunda do Contrato ora Apostilado, o valor unitário por quilometro rodado, previsto na Cláusula Primeira, será reajustado em 11,6509% (onze vírgula sessenta e cinco zero nove por cento) referente à variação do índice do IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, do período de 01/08/2015 a 31/07/2016.
Fundamento Legal: Parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, Artigo 40, inciso XI e 55, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e no parágrafo Quinto da Cláusula Segunda do Contrato ora Apostilado.

Novo Horizonte/SC, em 19 de Agosto de 2016 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 005/2016 18-08-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº005/2016
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 004/2016
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 002/2016
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 18/08/2016
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.
CONTRATADO: SCS COMÉRCIO LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 218,00 (Duzentos e dezoito reais)
CONTRATADO: AO OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 999,68 (Novecentos e noventa nove reais e sessenta oito centavos).
CONTRATADO: CLEBER TADEU BRIDI ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 33,70 (Trinta e três reais e setenta centavos).
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 500,00 (Quinhentos reais).
DATA: 18/08/2016 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO TA 002 AO CA Nº 007/2016 - FELIPE BOTTEGA ME

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 007/2016
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada...: FELIPE B. BOTTEGA ME
Valor : 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais)
Vigência : Início: 18/08/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2015
Recursos : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (93) Saldo: 21.707,12

Objeto : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do quantitativo do item 11, constante da CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - Aquisição de combustíveis e prestação de serviço de lavagem, conserto e montagem de pneus e lubrificação, para os veículos, máquinas, caminhões e equipamentos da municipalidade de Novo Horizonte/SC, para o exercício de 2016.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Agosto de 2016 – Eli Mariott-Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO

EDITAL DE CHAMAMENTO DOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO- Edital 008/15

A Prefeitura Municipal de Orleans, junto à Secretaria Municipal de Educação por meio da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pelo Decreto nº 3591, de 23 de agosto de 2013, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº. 1.929/05 de 20 de dezembro de 2005, Lei Complementar Municipal nº. 2.076/07 de 24 de maio de 2007 e a Lei nº 2479 de 19 de março de 2013 para o preenchimento de vagas em caráter temporário de especial interesse público, em substituição a servidor efetivo afastado por auxílio-doença e por demanda de matrículas. As vagas serão para o cargo de professor do Município de Orleans - SC, durante o ano de 2016, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

ESCOLHA DE VAGAS:

A escolha de vagas da décima oitava chamada obedecerá rigorosamente à classificação e será de acordo com data e horário abaixo, tendo como local a Secretaria Municipal da Educação:

a) Área V – Educação de Jovens e Adultos

Professor de Matemática

Data: 19/08/16

Horário: 17:30h

Eliete Bianco Zanini Damazio

Secretaria de Educação

PP 13/2016 - SAMAE

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.13/2016

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.13/2016 cujo objeto é a aquisição de coagulante a base de cloreto de alumínio para tratamento de água. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 01 de setembro de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233, por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e no site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SAMAE ORLEANS

Palhoça

PREFEITURA

CONTRATO Nº205-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 205/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MONTAGNOLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VÁLVULAS LTDA EPP. OBJETO: aquisição de válvulas pneumáticas do tipo guilhotina para substituição por defeito na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Madri para uso da Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE. VALOR: R\$ 19.447,76 (dezenove mil quatrocentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos) Data: 11/08/2016.

CONTRATO Nº206-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 206/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de um veículo caminhão zero quilômetro, tipo TRUCK, para futura instalação de hidrojateador combinado, para atender a Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto – SAMAE. VALOR: R\$ 215.900,00 (duzentos e quinze mil e novecentos reais). Data: 11/08/2016.

CONTRATO Nº207-16

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

CONTRATO Nº 207/2016 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa QUANTUM ENGENHARIA LTDA. OBJETO: contratação de empresa de engenharia para Implementação de Sistema Autônomo de Iluminação Pública conectado ao Sistema de Microgeração de Energia Elétrica Solar/Eólico e Implementação de Sistema de Telemetria no sistema de iluminação pública em diversos logradouros no Município de Palhoça, incluindo mão de obra com fornecimento de todo material. VALOR: R\$ 5.643.374,44 (cinco milhões seiscentos e quarenta e três mil trezentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos). Data: 12/08/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 01 de setembro de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 104/2016, que tem por objeto a aquisição de mesas e cadeiras para refeitório, para atender às necessidades do Corpo de Bombeiros deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 19 de agosto de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESOLUÇÃO N. 31/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 31/CMAS/2016

Dispõe sobre a prestação de contas referente à 1ª parcela do edital 003/CMAS/2015 da Ação Social Paroquial De Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê a Resolução N. 116/CMAS/2015, em reunião ordinária da Mesa Diretora, em 30 de junho de 2016, às 14 horas, na sala do Conselho Municipal De Assistência Social - Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$ 25.092,40 (vinte e cinco mil, noventa e dois reais e quarenta centavos).

Art. 2º A aprovação da prestação de contas citada é direcionada a análise do plano de aplicação do recurso, não cabendo a este Conselho a análise contábil;

Art. 3º A prestação de contas recebida pelo CMAS, será entregue ao setor de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 30 de junho de 2016.

Flávia Regina Gomes Theisen

Vice Presidente

CMAS - Palhoça - SC

RESOLUÇÃO N. 32/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 32/CMAS/2016

Termo De Retificação Da Resolução N. 29/CMAS/2016.

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º. Retificar a Resolução N. 29/CMAS/2016 de 21 de junho de 2016, do Conselho Municipal De Assistência Social – Palhoça /SC.

I – Onde se lê: Art. 1º Aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o ano de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$: 10.742.000,00 (dez milhões e setecentos e

quarenta e dois mil reais);
leia – se: Art. 1º Aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o ano de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social sendo : R\$: 10.742.000,00 (dez milhões, setecentos e quarenta e dois mil reais) recursos próprios e R\$ 14.253.000,00 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta e três mil reais) recursos de cofinanciamentos, totalizando o valor de R\$ 24.995.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e noventa e cinco mil reais).

Art. 2º. Este Termo De Retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 05 de julho de 2016.

Roseli Maria Duarte

Presidente - CMAS

RESOLUÇÃO N. 33/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 33/CMAS/2016

Dispõe sobre o cancelamento da inscrição n. 22/2014/CMAS do Centro Cultural Escrava Anastácia junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2016, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência Do Idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei institui o Conselho Municipal de Assistência Social n. 3.521, de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto n. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei n. 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS n. 14 de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal e em seu

Considerando a Resolução n. 47/CMAS/2014, Art. 14. Estabelece que as entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social: I - plano de ação do corrente ano; II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados.

Considerando o ofício n. 81/CMAS/2016 que notificou o Centro Cultural Escreva Anastácia, solicitando que a referida Entidade manifeste interesse em continuar com a inscrição ativa junto a este Conselho e no prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento do ofício que ocorreu em 27/6/16, atendessem ao estabelecido pela resolução n. 47/CMAS/2014, Art. 14.

RESOLVE:

Art. 1. Cancelar a inscrição n. 22/2014/CMAS, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – Palhoça/SC, do Centro Cultural Escrava Anastácia, CNPJ 02.573.208/0001-25, com sede à Rua Prefeito Tolentino De Carvalho, n. 1, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, haja vista não atendeu ao disposto na Resolução 047/CMAS/2014, Art. 14 e não respondeu ao comunicado pelo ofício n. 82/CMAS/2016 expedido por este Conselho.

Art. 2. O ato cancelatório será oficializado à Entidade Centro Cultural Escrava Anastácia para conhecimento.

Art. 3. O ato cancelatório será oficializado à Secretaria Municipal De Assistência Social de Palhoça/SC, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Art. 4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 27 de julho de 2015.

Flávia Regina Gomes Theisen

Vice-Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N. 34/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 34/CMAS/2016

Dispõe sobre o cancelamento da inscrição n. 23/2014/CMAS da Casa De Apoio – Ver Tu Livre junto ao Conselho Municipal de Assistência Social de Palhoça/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 21 de junho de 2016, às 14 horas, nas dependências do Centro de Convivência Do Idoso de Palhoça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei institui o Conselho Municipal de Assistência Social n. 3.521, de 20 de setembro de 2011, e;

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto n. 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º do Decreto nº. 6.308/2007 que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei n. 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS n. 14 de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal e em seu

Considerando a Resolução n. 47/CMAS/2014, Art. 14. Estabelece que as entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho de Assistência Social: I - plano de ação do corrente ano; II - relatório de atividades do ano anterior que evidencie o cumprimento do Plano de ação, destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados.

Considerando o ofício n. 82/CMAS/2016 que notificou Casa De Apoio Ver tu Livre, solicitando que a referida Entidade manifeste interesse em continuar com a inscrição ativa junto a este Conselho e no prazo de 15 dias, a contar da data de recebimento do ofício que ocorreu em 24/6/16, atendessem ao estabelecido pela resolução n. 47/CMAS/2014, Art. 14.

RESOLVE:

Art. 1. Cancelar a inscrição n. 23/2014/CMAS, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – Palhoça/SC, da Casa De Apoio – Ver Tu Livre, CNPJ 13.976.662/0001-43, com sede à Rua 24 De Abril, n. 3130, Centro, Palhoça/SC, haja vista que a Entidade não atendeu ao disposto na Resolução 047/CMAS/2014, Art. 14 e não respondeu ao comunicado pelo ofício n. 82/CMAS/2016 expedido por este Conselho.

Art. 2. O ato cancelatório será oficializado à Entidade Casa De Apoio – Ver Tu Livre.

Art. 3. O ato cancelatório será oficializado à Secretaria Municipal De Assistência Social de Palhoça/SC, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS.

Art. 4. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 27 de julho de 2015.
Flávia Regina Gomes Theisen
Vice-Presidente CMAS

RESOLUÇÃO N. 35/CMAS/2016

RESOLUÇÃO N. 35/CMAS/2016

Dispõe sobre a prestação de contas referente à 2ª parcela do edital 003/CMAS/2015 da Ação Social Paroquial De Palhoça.

O Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê a Resolução N. 116/CMAS/2015, em reunião ordinária da Mesa Diretora, em 27 de junho de 2016, às 14 horas, na sala do Conselho Municipal De Assistência Social - Palhoça/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal de Assistência Social nº. 3.521, de 20 de setembro de 2011 e;

Considerando que o CMAS é instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social de Palhoça, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e a sociedade civil;

Considerando que é de responsabilidade do CMAS a análise e deliberação das prestações de contas, do cofinanciamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico financeira do SUAS.

Considerando que é de responsabilidade do CMAS analisar se os recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não governamentais estão alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e se os recursos voltados as atividades meio, estão alocados no orçamento do órgão gestor da política.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da Ação Social Paroquial de Palhoça no valor de R\$ 25.092,40 (vinte e cinco mil, noventa e dois reais e quarenta centavos).

Art. 2º A aprovação da prestação de contas citada é direcionada a análise do plano de aplicação do recurso, não cabendo a este Conselho a análise contábil;

Art. 3º A prestação de contas recebida pelo CMAS, será entregue ao setor de controle interno da Prefeitura Municipal de Palhoça para análise;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça/SC, 27 de junho de 2016.
Flávia Regina Gomes Theisen
Vice Presidente
CMAS - Palhoça - SC

RESULTADO DA TP 095-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇO Nº 095/2016

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação apresentados para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº095/2016, na modalidade TOMADA DE PREÇOS, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra implantação de medida moderadora de tráfego (rótula) na intersecção da Avenida dos Lagos e Avenida Pedra Branca, neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

BRITAGEM VOGELSANGER LTDA,
CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA,
FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA LTDA ME, e
TERRAPLEIN LTDA ME.

Palhoça, 18 de agosto de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 096/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 096/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de abrigos para pontos de paradas de ônibus, sinalização vertical e horizontal, incluindo fornecimento de material e mão de obra, a serem instalados em diversos pontos do Município, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no LOTE 01, totalizando R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais);

SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA ficou classificada em 1º lugar no LOTE 02, totalizando R\$ 12.298,80 (doze mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

Palhoça, 19 de agosto de 2016.

Palma Sola

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 37/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 037/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA.

CONTRATADO: EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os preços constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº. 037/2016, itens de nº. 072; 083; 105; 119; e 173 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 09/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº. 06/2016 passam ser os seguintes e a partir de 18/08/2016:

- Item nº. 072 - CLOPIDOGREL 75MG - R\$: 0,522 (zero vírgula cinquenta e dois centavos), por un;
- Item nº. 083 – DELTRAMETRINA - 0,02% - SHAMPOO C/ 100 ML – R\$: 5,367 (Cinco reais e trezentos e sessenta e sete centavos), por un;
- Item nº. 105 – DIOSMINA+HESPERIDINA 450/50MG – R\$: 0,356 (zero vírgula trezentos e cinquenta e seis centavos), por un;
- Item nº. 119 – ESCOPOLAMINA COMPOSTO 10 MG+250MG – R\$: 0,440 (zero vírgula quatrocentos e quarenta centavos), por un. e,
- Item nº. 173 – METILDOPA 500 MG – R\$: 0,216 (zero vírgula duzentos e dezesseis centavos), por um.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de agosto de 2016.

Prefeito Municipal
Domingos Lirio Locatelli
Contratante

Altermed Material Médico Hospitalar LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
Anacleto Ferrari
CPF: 523.140.819-00
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Valdemar Gritti
CPF: 024.607.219-94 CPF: 296.902.859-04

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 45/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 045/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Palma Sola.

Contratado: Dimeva Distribuidora e Importadora de Produtos Ltda – EPP,

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O preço constante na Cláusula Quarta do Contrato nº. 045/2016, item nº. 48 (Carbamazepina Susp 2% - 100ml) do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 09/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº. 06/2016 passa a ser o seguinte e a partir de 18/08/2016:

- Item nº 48 – Carbamazepina Susp 2% - 100ml – R\$: 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), por unidade.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de agosto de 2016.
Domingos Lirio Locatelli
Prefeito Municipal
Contratante

Dimeva Distribuidora e Importadora de Produtos Ltda – EPP
CNPJ: 76.386.283/0001-13
Luiz Augusto Varnier
CPF: 396.067.919-04
Contratada

Testemunhas:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Valdemar Gritti
CPF: 024.607.219-94 CPF: 296.902.859-04

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 46/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 046/2016
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA.

CONTRATADO: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – EPP.

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea "d" do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os preços constantes na Cláusula Quarta do

Contrato nº. 046/2016, itens de nº. 71 e 220 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 09/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº. 06/2016 passam ser os seguintes e a partir de 18/08/2016:

· Item nº. 071 – CLONAZEPAN 2,5MG /ML 20 ML - R\$: 1,488 (um real, quatrocentos e oitenta e oito centavos), por un; e,

· Item nº. 220 – SERTRALINA 50MG – R\$: 0,264 (zero vírgula duzentos e sessenta e quatro centavos), por un.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de agosto de 2016.

Prefeito Municipal
Domingos Lirio Locatelli
Contratante

Angaí Distribuidora de Medicamentos LTDA – EPP
CNPJ: 04.217.590/0001-60
Rosemery Americo Salvador
CPF: 020.219.419-14
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Valdemar Gritti
CPF: 024.607.219-94 CPF: 296.902.859-04

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 48/2016
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 048/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Palma Sola.

Contratado: Dalbex Comércio de Medicamentos Eirelli – ME

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Os preços constantes na Cláusula Quarta do Contrato nº. 048/2016, item nº. 69 (Citalopram 20MG - Comprimido) do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 09/2016, na modalidade Pregão Presencial de nº. 06/2016 passa a ser o seguinte e a partir de 18/08/2016:

Item nº 69 - Citalopram 20MG – Comprimido – R\$: 0.158 (Zero, vírgula cento e cinquenta e oito centavos), por unidade.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de agosto de 2016.
Domingos Lirio Locatelli
Prefeito Municipal
Contratante

Dalbex Comércio de Medicamentos Eirelli – ME
CNPJ: 15.025.636/0001-65
Jacson Antonio Bagunça
CPF: 000.595.430-43
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Ana Caroline Pies NOME: Valdemar Gritti
CPF: 024.607.219-94 CPF: 296.902.859-04

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2642, DE 11 DE AGOSTO DE 2016 - ANULA O CONTRATO Nº 040/2016.

Decreto nº 2642, de 11 de agosto de 2016.

ANULA O CONTRATO Nº 040/2016.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Orientação Técnica IGAM nº 20.246/2016, constante às fls. 22 do Processo de Licitação nº 072/2016,

DECRETA

Art. 1º. Fica anulado o Contrato nº 040/2016 para todos os fins e efeitos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 11 de agosto de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Estela Mari Ferens

Administradora

DECRETO Nº 2643, DE 19 DE AGOSTO DE 2016 - NOMEIA O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Decreto Nº 2643, de 19 de agosto de 2016.

Nomeia o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 1796, de 27 de agosto de 2007, alterada pela Lei nº 1867, de 19.08.2009,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, composto pelos seguintes representantes:

Representante do Poder Executivo

Titular: Valdeci Becker

Suplente: Erli Edivina Wunsche Bacellar

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Luzia Bialeski

Suplente: Sonia Terezinha Mendes Novak

Representante dos Professores da Educação das Escolas Básicas Públicas

Titular: Marilza Gmach Ferens

Suplente: Joelma Gonçalves de Lima

Representante dos Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Maria Vercília Matioski

Suplente: Marcelo Rodrigues

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Nélia Kucarz

Suplente: Daniele Figueroa Frederico

Representante do Conselho Tutelar

Titular: Cacildes Ferens Riboski

Suplente: Lidiane Claudine de Luca

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Adriana Lessak

Suplente: Edna Carla Gonçalves

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Adriana Pereira

Suplente: Ivani Fernandes dos Santos

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública Indicado pela Entidade de Estudantes secundaristas.

Titular: Larissa Amanda Chupe

Suplente: Angélica Faryniak

Representante dos Pais dos Alunos das Escolas de Educação Básica Pública

Titular: Eliane Frederico

Suplente: Katia Niana Müller

Titular: Jucieli Aparecida Carvalho

Suplente: Edina Jankoski de Matos

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente por apenas uma vez.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 2423, de 16 de junho de 2014.

Município de Papanduva, 19 de agosto de 2016.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações, desta Prefeitura Municipal.

Fábio José Padilha

Secretário da Administração

LEI Nº 2105, DE 18 DE AGOSTO DE 2016 - DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O TEMA "MAIO AMARELO" PARA EVITAR E BAIXAR OS ALTOS ÍNDICES DE MORTES E ACIDENTES NO TRÂNSITO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Lei nº 2105, de 18 de agosto de 2016.

DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE CAMPANHA EDUCATIVA PARA CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE O TEMA "MAIO AMARELO" PARA EVITAR E BAIXAR OS ALTOS ÍNDICES DE MORTES E ACIDENTES NO TRÂNSITO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e o Prefeito Municipal de Papanduva, Dario Schicovski, sanciona a seguinte,

Lei

Art. 1º. Por esta Lei, fica instituída no âmbito do Município de Papanduva a campanha de conscientização da população "Maio Amarelo".

Parágrafo único. A campanha de que trata o caput do presente artigo, será composta por ações de conscientização e educação da população a ser realizada anualmente no mês de maio, coincidindo assim, com o movimento nacional articulado entre Poder Público e sociedade civil espalhados em todo o país.

Art. 2º. A campanha "MAIO AMARELO" tem como finalidade principal conscientizar a população sobre os altos índices de mortes e feridos causados pelos acidentes de trânsito em todo o mundo, mobilizando o envolvimento dos órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações e sociedade civil organizada.

Art. 3º. Dentre todas as atividades e procedimentos que poderão ser realizados visando a consecução do objeto de que trata a presente lei, a campanha poderá se utilizar de:

I – Palestras, simpósios e outros eventos;

II – Interação de toda a sociedade civil do município;

III – Participação efetiva das autoridades que tratam do assunto sobre transporte e demais autoridades afins;

IV – Implantação de Fórum de Debates entre as autoridades e entidades civis organizadas do Município;

V – De igual forma com as autoridades policiais civis e militares;

VI – Distribuição de cartilhas educativas para os alunos do ensino fundamental e para a população em geral;

VII – Campanha Publicitária sobre a campanha "MAIO AMARELO", visando assim, evitar mortes e a diminuir acidentes no trânsito;

VIII – Procedimentos e providências outras que se fizerem necessárias.

Art. 4º. A referida campanha, em virtude de sua multiplicidade de atividades e da diversidade de segmentos sociais, será coordenada pelo Poder Executivo.

Art. 5º. A presente lei será objeto de regulamentação pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. As despesas decorrentes com a presente execução da lei correrão:

I – à conta das dotações próprias constantes do orçamento municipal em vigor, suplementadas se necessária.

II – com recursos advindos de convênios, parcerias e similares, a serem firmados com entidades públicas ou privadas ou concessionárias do transporte coletivo, bem como das multas de trânsito arrecadadas no município.

Art. 7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 18 de agosto de 2016.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Paraíso

PREFEITURA

CT. 33/2016

MUNICIPIO DE PARAISO

EXTRATO DE CONTRATO 33/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 36/2016

DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ADEQUAÇÃO DE RAMPA DE ACESSIBILIDADE DO PREDIO DO CIC – CENTRO INTEGRADO DE CONVIVENCIA E SERVIÇOS DE PINTURA NA PARTE EXTERNA DO PREDIO DO CRAS – CENTRO DEREFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, município de Paraíso/SC".

DO VALOR TOTAL: R\$ 9.450,05 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinco centavos).

A CONTRATANTE: Município de Paraíso.

DO CONTRATADO: FACILITY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

DA VIGENCIA: 5 meses a contar da data da assinatura ou até o recebimento definitivo da obra.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 19 de Agosto de 2016.

ERNI GIACOMINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

Passo de Torres

PREFEITURA

DECRETO SUPLEMENTAÇÃO Nº 070-2016 PREFEITURA

DECRETO Nº 070/2016, DE 22 DE JUNHO DE 2016.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS DO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Juarez Godinho Scheffer, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, Inciso I da Lei Municipal nº 1016 de 02 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do excesso de arrecadação, na forma do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, no montante de R\$ 149.600,00 (cento e quarenta e nove mil e seiscentos reais), conforme abaixo especificado:

Órgão: 12 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

Unidade: 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS

Proj./Ativ. 2.048 Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Mod. de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0095(145)Aplicações Diretas R\$ 149.600,00

Total R\$ 149.600,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior correrão por conta do excesso de arrecadação do Convênio nº 2016TR1754, na fonte de recurso 0095 – Recurso do Estado.

Parágrafo Único: A despesa de que trata o artigo 1º fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 22 de junho de 2016.

Juarez Godinho Scheffer

Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em, 22 de junho de 2016.

Alexandre Angelo Felipe

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2016 - SERVENTE/MERENDEIRA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Ne-reu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 26/08/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
27º. 98 CRISTIANE DE BARROS

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem

a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 19 de agosto de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), ____ de _____, de 2016.

ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

_____,

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____ Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/_____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/_____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/_____

() Comissionado Cargo: _____/_____/_____

5 – FONTES DE RENDA:



DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

**ANEXO III
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

**CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 02/2016 - SERVENTE/MERENDEIRA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 26/08/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 02/2016.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
26º. 140 ROGÉRIA ZANOTTO DE OLIVEIRA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 19 de agosto de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

**ANEXO I
DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

- l) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
 m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
 n) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
 o) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
 p) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
 q) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
 r) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 19 de agosto de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
 Secretária da Administração

ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
 (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
 residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
 () SIM () NÃO
 2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
 () SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

() SIM () NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: _____/_____/____

() Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: _____/_____/____

() Efetivo em função gratificada Cargo: _____/_____/____

() Comissionado Cargo: _____/_____/____

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO III**DECLARAÇÃO**

Eu, _____, brasileiro
 (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,

residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

TERMO DE RESCISAO 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 57/2016.

Fica rescindido o Contrato nº 21/2016 - FMS, firmado entre o Sr. INÁCIO MÁRIO DE BORBA e esta PREFEITURA, em 01 de março de 2016, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha, 17 de agosto de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
Prefeito Municipal

INÁCIO MÁRIO DE BORBA
Contratado (a)

TESTEMUNHAS:

DANIELE S. DE SOUZA LUNGE
Secretária de Administração

Z:\DOCUMENTOS 2016\RESCISÃO\57 - INACIO MARIO DE BORBA.
docx

Peritiba

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 71 2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 21/2016, Pregão Presencial nº 13/2016

Objeto: Aquisição de Pneus para veículos e máquinas da frota municipal.

Valor: R\$ 14.658,00 (Quatorze mil seiscentos e cinquenta e oito reais).

Dados do Contrato: Contrato nº 71/2016

CNPJ: 94.510.682/0001-26

Contratado: MODELO PNEUS LTDA

Data de Vigência: 18/08/2016 à 31/12/2016

Município de Peritiba – SC em 18 de Agosto de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 72 2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 33/2016 Tomada de Preços nº 03/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de um barracão industrial com área de 625,66 m², junto ao terreno de propriedade do município situado junto à Estrada saída para Linha Cruz e Souza, interior, Peritiba – SC.

Valor: R\$ 101.033,87 (Cento e um mil, trinta e três reais e oitenta e sete centavos).

Dados do Contrato: Contrato nº 72/2016

CNPJ: 22.588.044/0001-17

Contratado: R9 CONSTRUTORA LTDA ME

Data de Vigência: 19/08/2016 à 14/02/2017

Município de Peritiba – SC em 19 de Agosto de 2016.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 252/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 252/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAMINHÃO PLACA LzM-0956, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECÂNICA ATLAS LTDA, autorizado através do Processo nº 187/2016, Dispensa de Licitação nº. 0112/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: MECÂNICA ATLAS LTDA

CNPJ: 86.547.601/0001-34

Endereço: Rod SC 453, Km 536 – Rio das Pedras

VIDEIRA - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAMINHÃO PLACA LzM-0956, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.443,11 (um quatrocentos e quarenta e três reais e onze centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a

Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 17 de Agosto de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

MECÂNICA ATLAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO Nº 4.434, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4.434, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 4.294,23 (Quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e três centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 9 - Saúde Com Qualidade

Ação: 2.65 - MANUTENÇÃO PISO FIXO DE VIGILANCIA EM SAÚDE (PFVS)

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 306 - Vig em saúde- Ex. anteriores

Total suplementado
..... R\$ 4.294,23

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta B. Brasil nº 5.990-0 – VIGIL. EM SAÚDE UNIÃO – SANT/EPID).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 10 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.435, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 4.435, DE 10 DE AGOSTO DE 2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.863 de 17 de novembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Fundo Municipal da Assistência Social de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Id-uso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 12.550,44 (Doze mil quinhentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.61 - Manutenção IGD - SUAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 335 - Transf. SUAS/UNIÃO - Ex. anterior

VALOR: 1.955,02

Unidade Gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 4000 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 4001 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 2.60 - Manutenção IGD – Bolsa Família

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 335 - Transf. SUAS/UNIÃO - Ex. anterior
VALOR: 10.595,42

Total Suplementado
..... R\$ 12.550,44

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Fundo Municipal de Assistência Social de Pinheiro Preto de 2015, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5980-3 BOLSA FAMÍLIA – IGD/BF, 6.098-4 BOLSA FAMÍLIA – IGD/BF e 6.099-2 – IGD/SUAS).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 10 DE AGOSTO DE 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.437, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 4.437, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Desmembramento de terreno urbano de propriedade de Nelso Mariani, inscrito no CPF sob nº 163.585.039-87, e sua esposa Justina Inez Mazureck Mariani, inscrita no CPF sob nº 534.345.879-34, com área superficial de 1.600,00m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 3.754, terreno este situado na Rua João Fredolino Boesing, esquina com a Rua Pedro José Rabuske, Bairro Centro, Município de Pinheiro Preto-SC, de acordo com o Processo Administrativo nº 01/2016, registrado à fl. 09, do livro 14.

Art. 2º Relação das Áreas do presente desmembramento.

Área Remanescente: 1.254,126 m²;

Área a desmembrar: 345,874 m²;

Área Total da Matrícula nº 3.754: 1.600,00 m²;

Art. 3º Fica aprovado o desmembramento com os seguintes limites, características e confrontações, como segue:

Área Remanescente – 1.254,126m²

A referida gleba é delimitada por um polígono irregular cuja descrição se inicia no vértice 1, assinalado em planta anexa como segue: Do vértice 1 segue até o vértice 2 no azimute de 149º34'35", na extensão de 40,000 m; Do vértice 2 segue até o vértice 3 no azimute de 239º33'35", na extensão de 40,000 m; Do vértice 3 segue até o vértice 4 no azimute de 329º34'35", na extensão de 35,922 m; Do vértice 4 segue até o vértice 5 no azimute de 100º18'04", na extensão de 2,682 m; Do vértice 5 segue até o vértice 6 no azimute de 101º51'45", na extensão de 5,857 m; Do vértice 6 segue até o vértice 7 no azimute de 83º30'58", na extensão de 3,746 m; Do vértice 7 segue até o vértice 8 no azimute de 83º09'28", na extensão de 4,424 m; Do vértice 8 segue até o vértice 9 no azimute de 82º30'47", na extensão de 5,127 m; Do vértice 9 segue até o vértice 10 no azimute de 66º43'10", na extensão de 6,057 m; Do vértice 10 segue até o vértice 11 no azimute de 84º55'41", na extensão de 2,757 m; Do vértice 11 segue até o vértice 12 no azimute de 336º06'02", na extensão de 17,109 m; Finalmente do vértice 12 segue até o vértice 1, (início da descrição), no azimute de

59º33'35", na extensão de 10,989 m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 1.254,126 m² ou 0,1254 ha ou 0,0518 Alqs e um perímetro de de 174,670 m.

Confrontações:

Do vértice 1 ao vértice 2 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Rua João Fredolino Boesing; Do vértice 2 ao vértice 3 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Parte com Gilberto Antonio Bogoni, parte com Sérgio Zanferari e parte com Olídio José Neis; Do vértice 3 ao vértice 4 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Parte com Olídio José Neis e parte com Antoninho Ângelo Bee; Do vértice 4 ao vértice 12 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Área à Desmembrar da matrículas 3.754; Finalmente do vértice 12 ao vértice 1 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Rua Pedro Rabuske;

Área à Desmembrar – 345,874m²

A referida gleba é delimitada por um polígono irregular cuja descrição se inicia no vértice 1, assinalado em planta anexa como segue: Do vértice 1 segue até o vértice 2 no azimute de 156º06'02", na extensão de 17,109 m; Do vértice 2 segue até o vértice 3 no azimute de 264º55'41", na extensão de 2,757 m; Do vértice 3 segue até o vértice 4 no azimute de 246º43'10", na extensão de 6,057 m; Do vértice 4 segue até o vértice 5 no azimute de 262º30'47", na extensão de 5,127 m; Do vértice 5 segue até o vértice 6 no azimute de 263º09'28", na extensão de 4,424 m; Do vértice 6 segue até o vértice 7 no azimute de 263º30'58", na extensão de 3,746 m; Do vértice 7 segue até o vértice 8 no azimute de 281º51'45", na extensão de 5,857 m; Do vértice 8 segue até o vértice 9 no azimute de 280º18'04", na extensão de 2,682 m; Do vértice 9 segue até o vértice 10 no azimute de 329º34'35", na extensão de 4,078 m; Finalmente do vértice 10 segue até o vértice 1, (início da descrição), no azimute de 59º33'35", na extensão de 29,011 m, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 345,874 m² ou 0,0346 ha ou 0,0143 Alqs e um perímetro de de 80,848 m.

Confrontações:

Do vértice 1 ao vértice 9 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Área Remanescente da matrícula 3.754; Do vértice 9 ao vértice 10 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Antoninho Ângelo Bee; Finalmente do vértice 10 ao vértice 1 limita-se por divisa com Muro, confrontando com Rua Pedro Rabuske; Observações: A planta anexa é parte integrante deste memorial descritivo.

Art. 4º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará autorizado a efetuar o registro da área fracionada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 19 de Agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
4.139.231	OSMARINA DE FATIMA ALMEIDA	Fisioterapeuta

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
 - formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
 - Carteira de Identidade;
 - Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
 - Certificado de Reservista;
 - Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
 - Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
 - CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
 - Carteira nacional do S.U.S;
 - Certidão de Casamento;
 - Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
 - Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
 - Carteira de Trabalho (CTPS);
 - Comprovante de conta corrente bancária;
 - comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
 - 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
 - Documentos exigidos para cargos específicos:
- Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

LEI ORDINÁRIA Nº 1.898, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.898, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.
AUTORIZA A VENDA DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto - SC autorizado, na forma da lei, a vender os bens móveis inservíveis descritos no Anexo I a presente lei, ficando autorizada a baixa do patrimônio público municipal.

Parágrafo único. O valor mínimo para a venda será o constante do

Anexo II da presente lei, fixado por comissão avaliadora instituída pela Portaria nº 396, de 01 de julho de 2016 e a Portaria nº412 de 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.898, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

ANEXO I

RELAÇÃO DOS BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS

a) LOTE 01: 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 1215, ano/modelo 1988, Placa IDM 0563, RENAVAL 563283823, cor branca, Diesel, chassi 9BFWXXLSXJDB11041.

b) LOTE 02: 01 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 4x4 base, cor amarela, Diesel, chassi N7AH13014 N, motor 30253154.

c) LOTE 03: 01 AUTOMÓVEL GM CORSA CLASSIC, ano modelo 2004, Placa MCE 7523, RENAVAL 827493703, cor Bege, Gasolina.

d) LOTE 04: 01 CAMINHONETE/AMBULÂNCIA FIAT DUCATO MULTI, ano modelo 2006, Placa MHU 4450, RENAVAL 873054733, cor branca, Diesel,

e) LOTE 05- TELHAS, aproximadamente 7.000 unidades.

f) LOTE 06- 01 JANELA ALUMÍNIO 2 m /1,20 m.

g) LOTE 07- 01 COMPRESSOR-RESERVATÓRIO DE AR COMPRIMIDO, nº de serie 10783-07, Modelo RCV30L, Fabricação 2007, identificação VPPP-01 formato, cilindro vertical, comprimento de costado 140,00 mm, Diâmetro interno 392,00 mm, Volume 0,03 m³.

h) LOTE 08 - 01 FREEZER ELECTROLUX.

i) LOTE 09 - 01 FERRO VELHO.

j) LOTE 10 – 01 TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO 16.000 LTS.

k) LOTE 11 - 01 MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG DE 15 CV DE POTÊNCIA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.898, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

ANEXO II

VALOR DE AVALIAÇÃO

LOTE 01: 01 CAMINHÃO FORD/CARGO 1215, COM COLETOR DE LIXO ano/modelo 1988, Placas IDM 0563, RENAVAL 563283823, cor branca, Diesel, chassi 9BFWXXLSXJDB11041.
R\$20.000,00(Vinte mil reais)

LOTE 02: 01 RETROESCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90 4x4 base, cor amarela, Diesel, chassi N7AH13014 N, motor 30253154.
R\$40.000,00(Quarenta mil reais)

LOTE 03: 01 AUTOMÓVEL GM CORSA CLASSIC, ano modelo 2004, Placa MCE 7523, RENAVAL 827493703, cor Bege, Gasolina.
R\$5.000,00(Cinco mil reais)

LOTE 04: 01 CAMINHONETE/AMBULÂNCIA FIAT DUCATO MULTI, ano modelo 2006, Placas MHU 4450, RENAVAL 873054733, cor branca, Diesel, R\$25.000,00(Vinte e cinco mil reais)

LOTE 05- TELHAS, aproximadamente 7.000 unidades. R\$1.000,00(Mil reais)

LOTE 06- 01 JANELA ALUMÍNIO 2 m x 1,20 m. R\$100,00(Cem reais)

LOTE 07- 01 COMPRESSOR-RESERVATÓRIO DE AR COMPRIMIDO, nº de serie 10783-07, Modelo RCV30L, Fabricação 2007, identificação VPPP-01 formato, cilindro vertical, comprimento de costado 140,00 mm, Diâmetro interno 392,00 mm, Volume 0,03 m³. R\$ 50,00(Cinquenta reais)

LOTE 08 – 01 FREEZER ELECTROLUX. R\$100,00(Cem reais)

LOTE 09 - FERRO VELHO. R\$ 50,00(Cinquenta reais)

LOTE 10 – 01 TANQUE DISTRIBUIDOR DE ADUBO LIQUIDO 16.000 LTS. R\$ 200,00(Duzentos reais)

LOTE 11 - 01 MOTOR ELÉTRICO MARCA WEG DE 15 CV DE POTÊNCIA R\$ 50,00(Cinquenta reais)

LEI ORDINÁRIA Nº 1.899, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.899, DE 16 DE AGOSTO DE 2016. DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação no Município de Pinheiro Preto no valor de R\$ 56.500,00 (Cinquenta e seis mil e quinhentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional
Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas
Fonte de recurso: 101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educação

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias do Município de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 56.500,00 (Cinquenta e seis mil e quinhentos reais):

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANCAS

Função: 27 - Desporto e Lazer

Subfunção: 812 - Desporto Comunitário

Programa: 24 - Esporte É Vida

Ação: 1.17 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESPORTIVA

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 8.000,00

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2004 - SECRET. DA SAUDE E DO BEM ESTAR SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 5 - Assistência Social Geral

Ação: 1.18 - CONSTRUÇÃO CASA MORTUÁRIA

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 15.000,00

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 605 - Abastecimento

Programa: 11 - Agua Potável

Ação: 1.6 - AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 3.500,00

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO E CULTURA

Função: 12 - Educação

Subfunção: 364 - Ensino Superior

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 2.33 - APOIO AO ENSINO SUPERIOR

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários

VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 16 DE AGOSTO DE 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1.900, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 1.900, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

AUTORIZA A BAIXA DE BENS PATRIMONIAIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art.84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa do patrimônio Municipal dos bens que, por sua natureza, utilidade e estado de conservação, foram considerados inservíveis, conforme listagem anexa a presente Lei (Anexo I), resultante da realização de inventário completo dos bens patrimoniais.

Art. 2º Fica ainda o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, ou doar os bens tidos como inservíveis.

Parágrafo Único: Os bens doados somente beneficiarão entidades sem fins lucrativos com interesse culturais, esportivos, assistenciais, educacionais ou de interesse comunitário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 16 de agosto de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

Anexo I

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto
Levantamento Patrimonial

Bens inservíveis por Unidade Responsável

Unidade: Secretaria de Administração

Quantidade	NÚMERO TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	1948	Ventilador Britânia	40,00
1	1946	Cadeira Giratória Estofada em tecido	60,00
1	1918	Impressora HP 3820	230,00
1	1982	Monitor Samsung 17 Pol Tela Plana	500,00
1	2137	Microcomputador Pentium 4 512 MB	1.800,00
1	2096	Impressora Deskjet HP 820 CXI	140,00

Unidade: Secretaria de Educação

Quantidade	NÚMERO TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	1835	Impressora HP 845	230,00

Unidade: Secretaria de Saúde

Quantidade	NÚMERO TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	1305	Central Leucotron Digitaly Executive Serie 0760401179	2.200,00
1	1267	Aquecedor Britania	90,00
1	2199	Aquecedor Termoven Britania AB 1100	99,90
1	2588	Aquecedor Ar Mondial 1500 WA3	95,00
1	1213	Ultrasound III Ibramed Therapy	3.450,00
1	2729	Aquecedor Ventisol Quartzo AQ-02	54,00
1	2236	Cadeira ancezki lid-1003m tec preto	169,00
1	2653	Cadeira belo giratoria 5006 secret 361 verde	270,00
1	1176	Cadeira giratoria estofada em tecido	75,00
1	2259	Impressora laserjet +2b lj 1018 hp	359,00
1	2260	Impressora laserjet +2b lj 1018 hp	359,00
1	1238	Monitor amd sempron 480 mb	1.100,00
1	1240	Impressora HP 3920	230,00
1	2228	Estabilizador 300VA	55,00
1	1305	Central telefone + telefone	2.200,00
1	2244	Bebedouro mallory eletr.siberia 220 10	229,90
1	1317	Balança peça balança 8.118.996	2.450,00
1	1203	Amalgamador dabiatlante astron mix	950,00
1	2229	Câmara fuji digital com carregador de pilha.	667,00
1	2551	Câmara Samsung ESG0 12,2 MP	449,19

Unidade: CRAS/Conselho Tutelar

Quantidade	NÚMERO TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	2011	Impressora HP 670 C	110,00
1	1158	Cadeira giratória estofada em corvin	25,00
1	1992	Impressora HP Deskjet 640 C	140,00
1	1928	Aparelho de fax panasonic kx-ft 21	300,00

Unidade: Câmara de Vereadores

Quantidade	NÚMERO TOMBAMENTO	DESCRIÇÃO	VALOR
1	1762	Nobreak enermax	270,00
1	2478	Estabilizador 300 VA	76,00
1	1784	Fragmentadora de papel Secreta 1000X	208,00
1	1751	Mesa em MDF com 3 Gavetas	380,00
1	1774	Mesa em MDF em L com 9 Gavetas	650,00
1	1792	Aquecedor de Ar Mondial	90,00
1	2204	Aquecedor de Ar Mondial	109,00
1	1767	Mesa para Impressora em MDF	60,00
1	1768	Mesa em Madeira 8 lugares	160,00
1	1739	Cadeira Fixa Estofada em Tecido	65,00
1	1740	Cadeira Fixa Estofada em Tecido	65,00
1	1744	Cadeira Fixa Estofada em Tecido	65,00
1	1764	Cadeira Giratória Estofada em Corvin	65,00
1	1765	Cadeira Giratória Estofada em Corvin	65,00
1	1736	Cadeira Giratória Estof. Tecido encosto de Braço	140,00

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4588/2016

DECRETO Nº 4588/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

CRIA MODALIDADE DE APLICAÇÃO, DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 760/2015, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam criadas as modalidades de aplicação nas classificações:

I – 08.02.06.422.0011.2.020 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Fonte 3054

II - 08.02.06.422.0011.2.020 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Fonte 3055

III - 08.02.06.422.0011.2.020 – 3.3.90.00.00.00.00.00 – Fonte 3056

Art. 2º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 3.984,25 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais com vinte e cinco centavos), para as dotações orçamentárias constantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º, são provenientes do superávit de recursos dos convênios polícia militar, polícia civil e prefeitura municipal apurados no Balanço Geral do exercício de 2015, nas dotações constantes do Anexo I deste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 18 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4588/2016							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movimento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
18/08/2016	1	Adicionar	1.984,64	159	2	33900000000000	3054 - Recursos Vincula- dos - Superávit Finan- ceiro
18/08/2016	1	Adicionar	1.811,94	160	2	33900000000000	3055 - Recursos Vincula- dos - Superávit Finan- ceiro
18/08/2016	1	Adicionar	187,67	161	2	33900000000000	3056 - Recursos Vincula- dos - Superávit Finan- ceiro
TOTAL DA ENTIDADE			3.984,25				

Planalto Alegre/SC, em 18 de agosto de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito.

Registre-se e Publique-se.

Porto União

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016 - AMASPU

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório 008/2016 - AMASPU

Inexigibilidade de Licitação 001/2016

A AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União, através de sua Presidente e de seu Curador, respectivamente Margareth Flissak e Anízio de Souza, nos termos do art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93, conforme consta do Processo Licitatório 008/2016 - Inexigibilidade de Licitação 001/2016, que declarou a INEXIGIBILIDADE de licitação para a contratação da empresa GALEAZZI E GALEAZZI MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA - ME para prestação de serviços profissionais na área de saúde.

A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Presidente, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com os preços praticados no mercado.

Porto União, SC, 19 de agosto de 2016.

VANESSA NALON

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Decreto nº 861/2016

DECRETO Nº 1000/2016

DECRETO Nº 1.000, de 16 de agosto de 2016.

Nomeia os componentes do FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município e orientações do Ministério da Educação/MEC,

CONSIDERANDO as definições municipais do Plano Municipal de Educação – Lei Municipal nº 4.323, de 12 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para o período de 04 (quatro) anos, os membros abaixo relacionados para compor o Fórum Municipal de Educação:

Membros Natos:

I- Secretário Municipal da Educação: Bento Trindade Júnior.

II- Presidente do Conselho Municipal de Educação: Adriely Aparecida de Brito.

III- Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Luciani Geraldi;

Suplente: Viviane Aparecida Pereira.

IV- Representante do Poder Executivo:

Titular: Tatiane Thonia da Luz;

Suplente: Arlene Alves Daubermann Padilha.

V- Representante do Poder Legislativo:

Titular: Paulo Kovalski;

Suplente: Gildo Luiz Masselai.

VI- Representante da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: Tatiane Parizotto;

Suplente: Dinarte Ribeiro Guedes Neto.

VII- Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo:

Titular: Berenice Aparecida Guerelus Gonçalves;

Suplente: Marcio Roberto Marczynski.

VIII- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

Titular: Ivana Carla Krassowski Franco;

Suplente: Gisele Munhoz Pires Batista.

IX- Representante da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade:

Titular: Andrieli Marina Giacomini;

Suplente: Afonso Wasmann Neto.

X- Representante da Secretaria Municipal de Planejamento:

Titular: Fabiana Weber Zabczuk;

Suplente: Fernando Antonio Kurten Jung.

XI- Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente:

Titular: Adriana Weber;

Suplente: Julio Ilsomar Chaicowski.

XII- Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Tatiane Ferreira dos Santos;

Suplente: Beatriz Schena Rotta de Campos.

XIII- Representante do Departamento Municipal de Esporte:

Titular: Samir Alves;

Suplente: Terezinha Eliane da Cruz Rabuske.

XIV- Representante da Secretaria Municipal de Educação da Educação Infantil:

Titular: Cecília Clarete Kopko Tidre;

Suplente: Silmara Talamini.

XV- Representante da Secretaria Municipal de Educação do Ensino Fundamental (anos iniciais):

Titular: Eliane Regina Karpowicz Stringhini;

Suplente: Ana Paula Karpinski Casanova.

XVI- Representante da Secretaria Municipal de Educação do Ensino Fundamental (anos finais):

Titular: Silvia Aparecida Roiek Correa;

Suplente: Maria Estela Flenik Santos.

XVII- Representante dos Diretores Municipais da Educação Infantil:

Titular: Joseane Cristina Jung;

Suplente: Janemar Aparecida Dalfovo.

XVIII- Representante dos Professores Municipais da Educação Infantil:

Titular: Ana Rosa Maria de Agostinho;

Suplente: Kelly Cristina Soares da Silva.

XIX- Representante da Educação Infantil da Rede Particular:

Titular: Agnes Margarete Muller;
Suplente: Ana Paula Sobota Cansellier.

XX- Representante dos Diretores Municipais do Ensino Fundamental:

Titular: Kátia Cordeiro Ribeiro;
Suplente: Gisele Casagrande.

XXI- Representante dos Professores Municipais do Ensino Fundamental (anos iniciais):

Titular: Kelly Cordeiro Ribeiro;
Suplente: Agueda Krebs Heimann.

XXII- Representante dos Professores Municipais do Ensino Fundamental (anos finais):

Titular: Eder Homczinski;
Suplente: Neide Inês Giacomini Dalgalo.

XXIII- Representante dos Professores Pedagogos das Unidades Educacionais:

Titular: Andreza Kerli Correa Dalgalo;
Suplente: Salete Aparecida Jarentchuk Vogel.

XXIV- Representante dos Diretores Estaduais da Educação Básica:

Titular: Alice Vogel Viliczinski;
Suplente: Eunice Vier.

XXV- Representante dos Professores Estaduais da Educação Básica:

Titular: Gelson Tabisz;
Suplente: Nanci R Matoso.

XXVI- Representante dos Assistentes Técnicos Pedagógicos Estaduais da Educação Básica:

Titular: Elis Cristina Slomp;
Suplente: Jucélia Gotardo.

XXVII- Representante da Rede Particular do Ensino Fundamental e Médio:

Titular: Adelaide Regina Ogione Hey;
Suplente: Gisele Hey.

XXVIII- Representante da Educação de Jovens e Adultos:

Titular: Sandra Mara Pfleger Sass;
Suplente: Henriette Cristine Bonfleur.

XXIX- Representantes do Ensino Superior:

Titular: Cleuza Dallazuana;
Suplente: Wagner Ozório Almeida.

Titular: Vivian G. Bucholz Guimarães;
Suplente: Claudia Morgana dos Santos Kuzma.

XXX- Representantes da Associação de Pais e Professores do Sistema Municipal, sendo 01 (um) da etapa da Educação Infantil, e 01 (um) do Ensino Fundamental:

Educação Infantil:
Titular: Gisele da Silva Bruns;
Suplente: Fabiane Carla Gomes Souza.

Ensino Fundamental:

Titular: Eliza Krug Goies;
Suplente: Marilda B. Vogel.

XXXI- Representante dos Estudantes do Sistema Municipal:

Titular: Amanda Gabriela de Lima Lucsink;
Suplente: Gustavo Vogel.

XXXII- Representante dos Estudantes do Ensino Superior:

Titular: Maria Eduarda Bachmann;
Suplente: Amanda Roiek Corrêa.

XXXIII- Representante da APADAF:

Titular: Andréia Suhorebri Pavan;
Suplente: Sandra Mara Paulichen Wimmer.

XXXIV- Representante da APAE:

Titular: Lorena Scheffer Redolfi;
Suplente: Ana Cláudia Aparecida Lino.

XXXV- Representante do Conselho de Alimentação Escolar:

Titular: Patricia Reisdorfer Camilo;
Suplente: Patrícia Aparecida dos Santos.

XXXVI- Representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB:

Titular: Yara Pinto Ferreira Kurutz;
Suplente: Cristiane Patrícia Briski.

XXXVII- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Titular: Claudinei José Kziozek;
Suplente: Rita Bloot Volanick.

XXXVIII- Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

Titular: César Augusto da Silva;
Suplente: Simão Pavarin.

XXXIX- Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Tácia Adelis Coquerel;
Suplente: Celso Moreira de Castilho.

XL- Representante do Conselho Municipal de Assistência Social:

Titular: Cinthia Andara Keiser;
Suplente: Erika Chagas Judtiniano Ferreira.

XLI- Representante da Assessoria de Imprensa Municipal:

Titular: Marciel Borges;
Suplente: Juliano Crespo.

XLII- Representantes da Segurança Pública:

Titular: José Ronaldo Branco;
Suplente: Márcio Grabarek.

Titular: Albertino Mafra;

Suplente: Marcelo Ritzmann.

XLIII- Representante do SENAC:

Titular: Eliéser Lorenzzetti;
Suplente: Marisa de Fátima Wolski Krul.

XLIV- Representante do Sindicato do Magistério:

Titular: Claudete Schelbauer;
Suplente: Marcio Fernando Utzig.

XLV- Representante das Associações e ONGs:

Titular: Angela Maria Marcelo dos Santos;
Suplente: Igor Soares Opiczh.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de agosto de 2016.

ANÍZIO DE SOUZA PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 1001/2016

DECRETO Nº 1.001, de 18 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2004 – Manutenção DEMUTRAN		
MODALIDADE	3390 – 167 – Aplicações Diretas	09	200.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		200.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 18 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 997/2016

DECRETO Nº 997, de 15 de agosto de 2016.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.332, de 24 de junho de 2015 (LDO) e 4.377, de 16 de dezembro de 2015 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 14.803,46 (Quatorze mil, oitocentos e três reais e quarenta e seis centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC. MUN. TRANSP, OBRAS E SERV. PÚBLICOS		
PROJETO	1012 – Pavimentação Vias Urbanas		
MODALIDADE	4490 – 3174 – Aplicações Diretas	218	14.803,46
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		14.803,46

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do exercício 2015, na Fonte 3174 – Alienação de Bens.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 15 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

DECRETO Nº 998/2016

DECRETO Nº 998, de 16 de agosto de 2016.

Constitui e nomeia os membros da Equipe Técnica do Plano Municipal de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Municipal nº 4.323, de 12 de maio de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação e orientações do Ministério da Educação/MEC,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Equipe Técnica para suporte e apoio ao Fórum Municipal de Educação na avaliação, monitoramento e acompanhamento do Plano Municipal da Educação, composta pelos seguintes membros:

- I- Dirigente Municipal de Educação: Bento Trindade Júnior;
- II- Representante do Poder Executivo: Arlene Alves Daubermann Padilha;
- III- Professora Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação: Ana Paula Karpinski Casanova;
- IV- Professora Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação: Célia Regina Plautz Buch;
- V- Professora Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação: Eliane Regina Karpowicz Stringhini;
- VI- Professora Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação: Rute dos Santos Renner;
- VII- Professora Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação: Sílvia Aparecida Roiek Correa;
- VIII- Representante Estadual: Alice Vogel Viliczinski.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

DECRETO Nº 999/2016

DECRETO Nº 999, de 16 de agosto de 2016.

Institui o FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64 da Lei Orgânica do Município e orientações do Ministério da Educação/MEC,

CONSIDERANDO a Lei 13.005, que institui o Plano Nacional de Educação de 2014;

CONSIDERANDO a competência do Município na coordenação da política municipal de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas;

CONSIDERANDO as definições municipais do Plano Municipal de Educação, Lei Municipal nº 4.323, de 12 de maio de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – FME, de caráter permanente, com a finalidade de:

- I- planejar e organizar os encontros do Fórum Municipal de Educação, de modo a se constituírem como espaço de discussão e debates de políticas educacionais;
- II- acompanhar e avaliar a execução do Plano Municipal de Educação, bem como participar da sua revisão e planejamento, ao final de cada período de vigência;
- III- convocar, planejar e coordenar a realização de Conferências Municipais de Educação, bem como divulgar as suas deliberações;
- IV- elaborar seu Regimento Interno, bem como das Conferências Municipais de Educação;
- V- zelar para que as Conferências Municipais de Educação sejam articuladas com as Estaduais e Federais.

Art. 2º O FME será constituído por membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I- Secretário Municipal de Educação;
- II- Presidente do Conselho Municipal de Educação;
- III- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;
- IV- 01 (um) representante do Poder Executivo;
- V- 01 (um) representante do Poder Legislativo;
- VI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;
- VII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- VIII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- IX- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade;
- X- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- XI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Meio Ambiente;
- XII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- XIII- 01 (um) representante do Departamento Municipal de Esporte;
- XIV- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação da Educação Infantil;

XV- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação do Ensino Fundamental (anos iniciais);
XVI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação do Ensino Fundamental (anos finais);
XVII- 01 (um) representante dos Diretores Municipais da Educação Infantil;
XVIII- 01 (um) representante dos Professores Municipais da Educação Infantil;
XIX- 01 (um) representante da Educação Infantil da Rede Particular;
XX- 01 (um) representante dos Diretores Municipais do Ensino Fundamental;
XXI- 01 (um) representante dos Professores Municipais do Ensino Fundamental (anos iniciais);
XXII- 01 (um) representante dos Professores Municipais do Ensino Fundamental (anos finais);
XXIII- 01 (um) representante dos Professores Pedagogos das Unidades Educacionais;
XXIV- 01 (um) representante dos Diretores Estaduais da Educação Básica;
XXV- 01 (um) representante dos Professores Estaduais da Educação Básica;
XXVI- 01 (um) representante dos Assistentes Técnicos Pedagógicos Estaduais da Educação Básica;
XXVII- 01 (um) representante da Rede Particular do Ensino Fundamental e Médio;
XXVIII- 01 (um) representante da Educação de Jovens e Adultos;
XXIX- 02 (dois) representantes do Ensino Superior;
XXX- 02 (dois) representantes da Associação de Pais e Professores do Sistema Municipal, sendo 01 (um) da etapa de Educação Infantil, e 01 (um) do Ensino Fundamental;
XXXI- 01 (um) representante dos Estudantes do Sistema Municipal;
XXXII- 01 (um) representante dos Estudantes do Ensino Superior;
XXXIII- 01 (um) representante da APADAF;
XXXIV- 01 (um) representante da APAE;
XXXV- 01 (um) representante do Conselho de Alimentação Escolar;
XXXVI- 01 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;
XXXVII- 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
XXXVIII- 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
XXXIX- 01(um) representante do Conselho Tutelar;
XL- 01 (um) representante do Conselho Municipal de Assistência Social;
XLI- 01 (um) representante de Assessoria de Imprensa Municipal;
XLII- 02 (dois) representantes da Segurança Pública;
XLIII- 01 (um) representante do SENAC;
XLIV- 01 (um) representante do Sindicato do Magistério;
XLV- 01 (um) representante das Associações e ONGs.

Art. 3º A nomeação dos membros para constituição do Fórum Municipal de Educação – FME, será realizada por meio de ato do Prefeito.

Art. 4º O mandato dos membros do FME terá a duração de 04 (quatro) anos, não sendo permitida recondução da totalidade de seus membros.

§ 1º O mandato está vinculado à respectiva entidade, conforme artigo 2º desta Lei.

§ 2º O membro nomeado para constituição do Fórum Municipal de Educação – FME pode interromper seu mandato, a qualquer tempo, se assim o desejar, apresentando tal solicitação com a devida justificativa ao coordenador geral deste.

Art. 5º Ocorrendo vaga no FME, será nomeado novo membro, respeitado o disposto no artigo 2º, que completará o mandato do seu antecessor.

Art. 6º Os membros nomeados deverão eleger entre si: 01 (um) coordenador geral, 01 (um) coordenador para a comissão de monitoramento e sistematização, 01 (um) coordenador para a comissão de mobilização e divulgação, e 02 (duas) secretárias para organização e registro dos encontros relacionados ao Fórum.

Art. 7º Até a aprovação do Regimento Interno, o FME será coordenado pelo Dirigente Municipal de Educação.

Art. 8º A participação no FME será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2016 - AMASPU

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório 008/2016 - AMASPU
Inexigibilidade de Licitação 001/2016

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no artigo 26 da Lei nº 8.666/1993, como antecedente necessário à contratação por inexigibilidade de licitação.

I) Caracterização da Situação: A AMASPU necessita de serviços profissionais de médicos, como resultado da necessidade de manutenção de

prestação de serviços de assistência à saúde de seus segurados.

II) Descrição do Objeto: O objeto é a prestação de serviços profissionais de médicos para os segurados da AMASPU, através de empresa regularmente constituída.

III) Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa GALEAZZI E GALEAZZI MÉDICOS ASSOCIADOS, inscrita no CNPJ nº 22.636.787/0001-15, em face de regularidade documental e inviabilidade de competição, pois os serviços prestados por instituições médicas serão remunerados conforme tabela de procedimentos CBHPM e, portanto, os credenciados perceberão seus honorários no mesmo valor, tornando inócua a busca pelo menor preço.

IV) Do Preço: O valor estimado a ser pago pela prestação dos serviços médicos será de R\$12.000,00 (doze mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme art. 57, II, da Lei 8.666/93. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

V) Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 19 de agosto de 2016.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

PORTARIA N.º 522/2016 - RH

PORTARIA Nº 522, de 5 de agosto de 2016.

Revoga Portaria nº 495 de 22 de julho de 2016, concedendo Licença por Motivo de Doença em Pessoa na Família.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO a Portaria nº 495, de 22 de julho de 2016, que concede Licença Por Motivo de Doença em pessoa da Família à servidora efetiva Cirlei Maria Pacheco, a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 05 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 524/2016 - RH

PORTARIA Nº 524, de 08 de agosto de 2016.

Contrata por tempo determinado Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de agosto a 16 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Karine Fátima de Souza, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar em vaga vinculada a professora efetiva Josiane Grossl Froelich, Diretora do Núcleo Educacional São Pedro do Timbó e no Núcleo Educacional do Jangada atendendo a determinação do Ministério Público.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 525/2016 - RH

PORTARIA Nº 525, de 08 de agosto de 2016.

Contrata por tempo determinado Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 a 31 de agosto de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jeane Patrícia Reali Unterstell, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atuar no Núcleo da Lança, em substituição da professora Eliane Regina Gontarski De Lima que encontra-se afastada em tratamento médico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 08 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 526/2016 - RH

PORTARIA Nº 526, de 11 de agosto de 2016.

Concede Licença Prêmio de 60 (sessenta) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 10 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2016, de 60 (sessenta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Edson Daniel Fraita, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 10 de agosto de 2016.

Porto União - SC, em 11 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 528/2016 - RH

PORTARIA Nº 527, de 11 de agosto de 2016.

Concede a Quitação de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2009, da servidora WALQUIRIA VALDYLENE STACECHEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 523/2016 - RH

PORTARIA Nº 523, de 05 de agosto de 2016.

Concede a Quitação de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de abril de 2010 a abril de 2015, da servidora ALIANDRE JUKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Cirurgião Dentista.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA Nº 527/2016 - RH

PORTARIA Nº 527, de 11 de agosto de 2016.

Concede a Quitação de Licença Prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2004 a fevereiro de 2009, da servidora WALQUIRIA VALDYLENE STACECHEN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de agosto de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº 560/2016

DECRETO Nº 560/2016

EMENTA: "Homologa o Termo de Cooperação nº 001/2016, que entre si celebram a Universidade do Contestado - UNC e a Prefeitura Municipal de Porto União"

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou nos termos do artigo 39, inciso V, do Regimento Interno e promulgamos o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cooperação nº 001/2016, que entre si celebram a Universidade do Contestado - UNC e a Prefeitura Municipal de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 19 de agosto de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 225/2016

RESOLUÇÃO Nº 225/2016

EMENTA: "Altera o "caput" do artigo 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto União para o período de 23 de agosto de 2016 a 27 de setembro de 2016."

A Câmara Municipal de Porto União, Santa Catarina, aprovou e a Mesa Diretora no uso de suas atribuições que são conferidas pelo Regimento Interno, em conformidade com o artigo 47, V, "a" do Regimento Interno, promulga a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º. O "caput" do art. 147 do Regimento Interno passa a vigorar com a seguinte redação, exclusivamente no período de 23 de agosto de 2016 a 27 de setembro de 2016:

"Art. 147. As sessões ordinárias realizar-se-ão nas terças-feiras das 9 horas e 30 minutos até as 12 horas e 30 minutos, em dias úteis."

Art. 2º. Esta Resolução terá vigência no período de 23 de agosto de 2016 a 27 de setembro de 2016.

Porto União - SC, em 19 de agosto de 2016.

Alceu Jung	Almir Olimpio Borini
Presidente	Vice - Presidente
Osmar Alves Martins	Gildo Luiz Masselai
1º Secretário	2º Secretário

Pouso Redondo

PREFEITURA

CONTRATO 38/2016 - ENTULHOS ARTEFATOS FADEL

CONTRATO Nº 38/2016

Concorrência nº 002/2016

Processo nº 16/2016

CONTRATO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE COLETA DE ENTULHO QUE ENTRE SI CELEBRAM AS PARTES ABAIXO DESCRITAS

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.681/0001-26, com sede na Rua Antônio Carlos Thiesen, 74, Bairro Independência, Prédio da Prefeitura Municipal, neste ato representado pela prefeita municipal Sra. NAIR GOULART, brasileira, professora aposentada, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado de PERMITENTE e a empresa ARTEFATOS DE CIMENTO FADEL LTDA ME, pessoa jurídica inscrita com CNPJ nº 12.607.113/0001-39, com sua sede à Rua Ralf Hebeda, nº cidade de Pouso Redondo/SC, representada pelo Sr. ADEMIR MAXIMIANO, brasileiro, empresário, portador da RG nº 1.229.459, CPF nº 449.970.789-72 residente e domiciliado em Pouso Redondo - Santa Catarina, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

1.1) A presente permissão fundamenta-se na Licitação modalidade CONCORRÊNCIA Nº 002/2016, Resolução CONAMA nº 307/2002 e em consonância com a Lei Complementar nº 008/2015 e Lei Complementar nº 001/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1) Constitui objeto da presente licitação para permissão onerosa para execução de serviços de coleta e remoção de entulhos em caçambas, observando-se as disposições da Resolução CONAMA nº 307/2002, Lei Complementar nº 008/2015, Lei Complementar nº 001/2016, e em consonância com a Lei Federal nº 8.987/1995 e nº 9.503/1997.

2.2) A prestação do serviço descrito no item anterior consiste no transporte, colocação, permanência e retirada de resíduos de características inerte e inorgânica, definidos em:

- a) calça: material resultante de reformas, consertos, construções, demolições e outros;
- b) terra: material resultante de escavações;
- c) outros: material não coletado pela coleta de resíduos sólidos.

2.3) Vinculam-se ao presente Contrato, o Edital da Concorrência nº 002/2016, seus Anexos e a proposta da PERMISSIONÁRIA, os quais constituem parte integrante deste instrumento independentemente de sua transcrição.

2.4) A empresa vencedora do certame poderá receber e cobrar pelos serviços de coleta e remoção de entulhos em caçamba de pessoas físicas e pessoas jurídicas, assim como poderá comercializar todos os produtos ou subprodutos oriundos da coleta de entulhos.

2.5) A licitante vencedora não poderá, contudo, cobrar da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo preço para coleta e remoção de entulhos provenientes de Obras Públicas do Município e do Cemitério Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

3.1) DA CONTRATANTE:

3.1.1. Exercer ampla fiscalização sobre os serviços descritos neste Edital e seus anexos.

3.1.2. Designar um servidor e/ou comissão para acompanhar e fiscalizar os serviços objeto deste instrumento, posto que o contrato a ser firmado deverá ser acompanhado e fiscalizado por intermédio do fiscal ou comissão especialmente designada, que anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas ao contrato.

3.1.3. Intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstos na Lei Federal nº 8.987/95.

3.1.4. Extinguir a permissão nos casos previstos na Lei Federal nº 8.987/95.

3.1.5. Outras obrigação do ente municipal.

3.1.6. Cobrar os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente.

3.2 - DA PERMISSIONÁRIA:

3.2.1. Observar e seguir as normas de disciplina e de segurança da Prefeitura, através de seus empregados que venham a desempenhar funções junto a PERMISSIONÁRIA.

3.2.2. Contratar, manter e dirigir sob sua inteira responsabilidade, sem solidariedade da Prefeitura, pessoal especializado à perfeita execução dos serviços, em todos os níveis, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos, inclusive os encargos previsto na Legislação Trabalhista, Previdenciária e Fiscal, seguro e quaisquer outros não mencionados, inclusive Equipamentos de Proteção Individual (EPI), em decorrência da sua condição de empregador.

3.2.3. Prestar a qualquer momento, todos os esclarecimentos e informações administrativas ou técnicas, que lhes forem solicitadas pela Prefeitura.

- 3.2.4. Dispor de espaço físico destinado ao armazenamento das caçambas, caminhões, máquinas e depósito do entulho.
- 3.2.5. A responsabilidade pela boa execução dos serviços de que trata essa licitação.
- 3.2.6. A PERMISSONÁRIA assume integral responsabilidade por todos os atos ou omissões que venham a praticar seus empregados, durante a execução do contrato.
- 3.2.7. Todos os tributos, encargos, multas e penalidades, são da responsabilidade da PERMISSONÁRIA, e se por força de interpretação divergente tributária ou judicial, a Prefeitura, for compelido a pagar quaisquer destes encargos, fará automaticamente o acréscimo do seu valor nas faturas da PERMISSONÁRIA.
- 3.2.8. Facilitar, amplamente, a fiscalização e supervisão permanente da Prefeitura, na execução dos serviços e no cumprimento das obrigações pactuadas.
- 3.2.9. Manter na prestação dos serviços o quantitativo de empregados necessários à adequada execução dos trabalhos.
- 3.2.10. Proceder às manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos, de forma a não ocasionar prejuízo à execução dos serviços.
- 3.2.11. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.2.12. A PERMISSONÁRIA se responsabilizará pela qualidade do serviço prestado.
- 3.2.13. Os preços praticados pela PERMISSONÁRIA em relação à prestação dos serviços deverão estar de acordo com os preços estipulados em Lei.
- 3.2.14. Em nenhuma hipótese poderá ser transferido a terceiros a PERMISSÃO.
- 3.2.15. A PERMISSONÁRIA obriga-se a responder com responsabilidade por todos os ônus referentes aos serviços de operação e manutenção tais como: salários do pessoal, encargos sociais previdenciários e trabalhistas, taxas, impostos e quaisquer outras exigências legais ou regulamentares que venham a incidir sobre a atividade objeto desta licitação.
- 3.2.16. A guarda, segurança e manutenção dos equipamentos são de responsabilidade da PERMISSONÁRIA, não cabendo a Prefeitura qualquer ressarcimento por furto ou danos.
- 3.2.17. Observar e cumprir fielmente as condições descritas neste Edital de Licitação, na Legislação Vigente - Resolução CONAMA nº 307/2002 e em consonância com a Lei Federal nº 9.503/1997, assim como as Leis e Normas que forem publicadas posteriormente.

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 4.1) Sem prejuízo das responsabilidades a cargo da PERMISSONÁRIA perante o CONTRATANTE e com terceiros, a aquisição e fornecimento bens licitados será controlada e fiscalizada por servidor designado pela Prefeitura, que fixará critérios visando à satisfação plena e correta das necessidades do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

- 5.1) A PERMISSONÁRIA pagará anualmente à PERMITENTE a importância correspondente de 652 UFM's, através de DAM, Guia de Recolhimento Único, expedido pelo mesmo;
- 5.2) O valor do pagamento anual pela outorga da permissão do serviço que trata este contrato, em hipótese alguma, poderá ser inferior a 652 UFM's, tendo como data base de pagamento o dia da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO EQUILÍBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO

- 6.1) O valor da permissão dos serviços com prazo de vigência igual ou superior a doze meses poderá sofrer reajuste, mediante a aplicação do IGPM ou IGPD, ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO

- 7.1) O prazo de vigência da permissão será outorgada pelo prazo de 04 (quatro) anos a contar da assinatura, não podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 8.1) Configuram motivos para rescisão do contrato constantes na Lei nº 8.666/93.
- a) Amigável, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- b) Judicial, nos termos da legislação;
- 8.2) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 8.3) A Prefeitura, ainda, poderá rescindir o contrato, independente da interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:
- a) inexecução ou paralisação injustificada da execução dos serviços de coleta e remoção de entulhos;
- b) será considerada paralisação dos serviços, sem justa causa a juízo da Prefeitura, a suspensão dos serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos;
- c) subcontratação total ou parcial do objeto, venda, transferência ou qualquer outro meio em que repasse a outorga dos serviços tratados nesta licitação;
- d) não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais;
- e) desvio da finalidade da permissão.
- g) do não pagamento.
- h) induzir à Prefeitura de Pouso Redondo a erro na arrecadação do preço mensal, mediante apresentação de documentação fiscal incompatível com o volume dos serviços prestados.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1. Na eventualidade de aplicação de multa à PERMISSIONÁRIA, poderá ser cobrada diretamente da empresa, de forma amigável ou judicialmente, e ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas.

9.2. A recusa da adjudicatária, em assinar o contrato dentro do prazo acima estabelecido, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor anual da permissão de uso, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei 8.666/93.

9.3. Na hipótese da PERMISSIONÁRIA deixar de prestar os serviços da permissão, ainda que parcialmente, em um ou mais dias, ficará sujeita a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, podendo a Prefeitura rescindir o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA

10.1. Os débitos da PERMISSIONÁRIA para com o Município de Pouso Redondo, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em dívida ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1) Fica eleito o foro da comarca de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, com renúncia de qualquer outro, para dirimir os eventuais litígios oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1) O contrato poderá ser rescindido nos termos da cláusula nona, atendida a conveniência administrativa na ocorrência dos motivos elencados na Lei nº 8.666/93.

12.2) Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa, bem como na Legislação que rege as normas Administrativas.

12.3) A presente contratação vincula-se em todos os seus termos ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1) A execução do contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei 8.666/93.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais, perante 02 (duas) testemunhas.

Pouso Redondo/SC 22 de agosto de 2016

NAIR GOULART
Município de Pouso Redondo

ADEMIR MAXIMIANO
CPF 449.970.789-72
Artefatos de Cimento Fadel Ltda ME

Testemunhas:

MAIKEL VERDI	NEUMA ANDERLE FELIZARI
CPF 003.780.089-27	CPF 818.495.249-04

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 89/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 87/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E BEM-ESTAR SOCIAL DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	POSSATO E POSSATO LTDA
OBJETO:	A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme relação e quantitativos constantes abaixo:
VALOR:	R\$ 3.019,09 (Três mil dezenove reais e nove centavos).
VIGÊNCIA:	10/08/2016 à 31/12/2016.

Princesa

PREFEITURA

EDITAL - DISPENSA DE LICITAÇÃO 15.2016 - OFICINA DE DANÇA

Edital de Licitação 81/2016-PM

Dispensa de Licitação 15/2016-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1 - Esta Dispensa de Licitação tem por objeto a "Contratação de Pessoa Jurídica para ministrar OFICINA DE DANÇA, para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (SCFV) de 6 a 17 anos.", conforme descrito no Relatório de Itens, que acompanha este Edital.

1.2 - Caso haja suspensão/cancelamento do repasse de recursos, o contrato/prestação de serviço poderá ser suspenso/cancelado.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 - Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 5 - Município de Princesa

Órgão: 04 - Secretaria de Assistência Social

Unidade: 01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2048 - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Elemento Despesa: 194 - 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.00000 - Aplicações Diretas

3. DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - Para custear as despesas oriundas desta dispensa de licitação serão usados recursos próprios do Município de Princesa, decorrentes do orçamento de 2016.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 - Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, XXIV da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24, Lei 8.666/93:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

(...)

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 - Para habilitação, deve ser apresentada a seguinte documentação:

5.1.1 - Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

c) Certidão Negativa de Débitos Municipais (da sede da proponente);

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

e) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço);

5.1.2 - Qualificação Econômico-financeira

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial;

5.1.3 - Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da

CF/88

a) Declaração de que não possui, em seu quadro de funcionários, menores de 18 anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso, ou menores de 16 anos executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1 - Justifica-se esta Dispensa de Licitação em razão de necessidade de "O Contrato anteriormente firmado foi cancelado após procedimento administrativo e, via de consequência, não há profissional contratado para ministrar as aulas. Esta contratação permitirá ao CRAS entregar às crianças/adolescentes a garantia ao direito e às exigências estabelecidas na Resolução 109/2009, do Conselho Nacional de Assistência. A contratação visa atender as necessidades de disponibilidade de profissional até que seja formalizado e concluído novo procedimento licitatório"

Princesa/SC, 18 de agosto de 2016.

Paulinho de Abreu

Secretário de Saúde e Assistência Social

7. DESPACHO

Tendo em vista a situação apontada e com fundamento legal no art. 24, II, da Lei 8.666/93, está caracterizada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, justificando-se a "Contratação de Pessoa Jurídica para ministrar OFICINA DE DANÇA, para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (SCFV) de 6 a 17 anos".

Princesa/SC, 18 de agosto de 2016.

Oli do Nascimento

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 44/2016 - CRISTIANA REICHERT - MEI

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: CRISTIANA REICHERT - MEI

Contrato: 44/2016-PM

Processo Licitatório: 81/2016-PM

Dispensa de Licitação: 15/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de Pessoa Jurídica para ministrar OFICINA DE DANÇA, para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes (SCFV) de 6 a 17 anos."

Data da Assinatura: 18/08/2016

Data da Publicação: 22/08/2016

Vigência: de 19/08/2016 a 31/12/2016

Valor Total previsto do contrato: R\$ 1.335,68 (um mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço.

Rio do Sul

PREFEITURA

RESUMO DO CONTRATO 087/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 087/2016

Tomada de Preços nº 055/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: BFA Multiempresa Ltda

Objeto: execução de muro de gabião na Rua São José, Bairro Santana em Rio do Sul

Valor: R\$ 540.465,13 (quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e sessenta e cinco reais e treze centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Federal

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de julho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 088/2016

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 088/2016

Tomada de Preços nº 054/2016

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Floriano Construtora e Incorporadora Ltda

Objeto: execução de muro de gabião na Rua Rosa Hoffmann, Bairro Fundo Canoas em Rio do Sul.

Valor: R\$ 526.192,47 (quinhentos e vinte e seis mil e cento e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/Federal

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 04 de julho de 2016.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2016

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2016

Contratante: Câmara Municipal de Rio do Sul – SC.

Contratada: A Empresa Fundação Osny José Gonçalves – RBA TV

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da melhor proposta para a prestação de serviço de GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DAS SESSÕES PLENÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, ORDINÁRIAS, SOLENES E ORDINÁRIAS COM SOLENIDADE E ESPAÇOS TELEVISIVOS DO PODER LEGISLATIVO DE RIO DO SUL.

Vigência: Fica alterada a Cláusula Segunda – Da Vigência, do contrato nº 02/2016, prorrogando-se a vigência até a data de 31 de dezembro de 2016, conforme faculta a legislação vigente.

Valor: o valor total R\$ 135.700,00 (cento e trinta e cinco mil setecentos reais). O pagamento será efetuado, dividindo-se o valor global em 05 (cinco) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 27.140,00 (vinte e sete mil cento e quarenta reais).

Rio do Sul, 19 de agosto de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal

RUBENS GONÇALVES

Empresa Fundação Osny José Gonçalves – RBA TV

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 85/2016 -COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RCD-080, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Concorrência Nº 85/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Preço Global

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Concorrência, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RCD-080, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 22/09/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 22/09/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 18 de agosto de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 84/2016 -, INFORMA QUE REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, CARPINTEIRO, PINTOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 84/2016

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro - Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, SERVENTE, CARPINTEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E ENCANADOR PARA A MANUTENÇÃO D PRÉDIOS E LOCAIS PÚBLICOS, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 29/08/2016 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 29/08/2016 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros - SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 16 de agosto de 2016.

FERNANDO TOMASELLI

Prefeito Municipal

Romelândia

PREFEITURA

CONTRATO 80

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1381/2016
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 14/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2016

O Município de Romelândia/SC comunica a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, PARA REALIZAÇÃO DE LEILÃO PÚBLICO COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB. Contratada: MAISATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA - Prazo: 31/12/2016
Valor R\$: 0,01(um centavo) Assinaturas: Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: FABIO LUIZ LOBO MAZZA JUNIOR – Romelândia/SC, 12/08/2016.

CONTRATO 81

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1588 / 2016
EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE 1539 / 2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº 81 / 2016

O Município de Romelândia/SC comunica a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA. PROCESSO Nº 102/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016, CONTRATO Nº 81 CONVENIO Nº 811/2016. Contratada: ÂNGELO JAMIR ZANELLA - Prazo: Imediato - Valor R\$: 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) Assinaturas: Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito de Romelândia e pela Contratada: ANGELO JAMIR ZANELLA – Romelândia/SC, 15/08/2016.

CONTRATO 82

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1589/2016
EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE 1540/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº 82/2016

O Município de Romelândia/SC comunica a AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA USO NA RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS NO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA. PROCESSO Nº 102/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016, CONTRATO Nº 82/2016, CONVENIO Nº 811/2016. Contratada: MARCELO RAMOS - Prazo: Imediato - Valor R\$: 3.000,00 (três mil reais) Assinaturas: Pelo Município Valdocí Saul, Prefeito Municipal de Romelândia e pela Contratada: MARCELO RAMOS – Romelândia/SC, 15/08/2016

LEI COMPLEMENTAR 02/2016

LEI COMPLEMENTAR N. 02/2016

Dispõe sobre a ORGANIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, DEFINE A CARREIRA DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO e dá outras providências.

VALDOCÍ SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e, eu sanciono a seguinte lei.

TÍTULO I DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída, nos termos desta Lei Complementar, a lei organizacional da Procuradoria Geral do Município de Romelândia, órgão permanente e essencial à justiça, à legalidade e à função jurisdicional, incumbida da tutela do interesse público e dos interesses difusos e coletivos do município.

§ 1º São princípios institucionais a unidade, a indivisibilidade, a indisponibilidade da tutela do interesse público e a autonomia técnico-jurídica.

§ 2º A Procuradoria Geral do Município, no desempenho de suas funções, terá como fundamentos de atuação a defesa dos postulados decorrentes da autonomia municipal, a prevenção dos conflitos e a assistência no controle da legalidade dos atos da Administração Pública.

CAPÍTULO II



DAS COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS

Art. 2º Compete à Procuradoria Geral do Município de Romelândia a representação judicial e extrajudicial do Município, promovendo a defesa de seus interesses em qualquer instância, a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos lançados em Dívida Ativa, bem como a prestação de consultoria e assessoramento jurídico, quando solicitado pelo Prefeito e pelos Secretários Municipais.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 3º A estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Município é composta das seguintes unidades:

I - Unidade de Administração Superior, constituída pelo cargo, em comissão, de Procurador Geral.

II - Unidade de Execução, constituída por uma única Procuradoria Especializada, que será composta por um ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município.

CAPÍTULO IV DO PROCURADOR GERAL

Art. 4º O Procurador Geral será nomeado pelo Prefeito Municipal, dentre advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil de notório saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1º O Procurador Geral exercerá a chefia da Procuradoria Geral, submetendo-se à direta, pessoal e imediata supervisão do Prefeito Municipal.

§ 2º A remuneração do Procurador Geral será constituída pelo vencimento base constante na Tabela II do Anexo Único desta Lei Complementar, reajustável na mesma data e percentual do reajuste geral anual dos servidores públicos do município.

Art. 5º São atribuições do Procurador Geral:

I - dirigir a Procuradoria Geral, coordenando e orientando suas atividades e a sua atuação;

II - apresentar as informações a serem prestadas pelo Prefeito, nas ações de controle concentrado de constitucionalidade e nas relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão municipal;

III - desistir, transigir, acordar, receber citação e firmar compromisso nas ações de interesse do Município, nos termos da legislação vigente;

IV - assessorar o Prefeito em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

V - assistir o Prefeito no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

VI - sugerir ao Prefeito medidas de caráter jurídico, reclamadas pelo interesse público;

VII - representar institucionalmente o Prefeito junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE);

VIII - fixar a interpretação da Constituição da República Federativa do Brasil, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e pelas entidades da Administração Direta;

IX - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos;

X - editar enunciados de súmula administrativa ou instruções normativas, resultantes de jurisprudência iterativa dos tribunais;

XI - proferir decisão nos inquéritos e nos processos administrativos disciplinares promovidos contra Procuradores do Município, aplicando-lhes penalidades, salvo a de demissão;

XII - homologar os concursos públicos de ingresso na carreira de Procurador do Município;

XIII - promover a lotação dos Procuradores do Município nas Procuradorias Especializadas;

XIV - realizar as remoções dos Procuradores do Município de ofício nas respectivas Procuradorias Especializadas;

XV - editar e praticar os atos normativos, ou não normativos, inerentes a suas atribuições;

XVI - propor ao Prefeito as alterações a esta Lei Complementar;

XVII - promover e coordenar o assessoramento e a consultoria jurídicos e a representação judicial e extrajudicial do Município de Romelândia;

XVIII - coordenar, supervisionar e orientar a atuação das Procuradorias Especializadas;

XIX - propor ao Prefeito a revogação ou a anulação de atos emanados da Administração Direta;

XX - dirimir os conflitos de atribuições entre Procuradores do Município;

XXI - uniformizar a orientação jurídica da Procuradoria Geral.

CAPÍTULO V DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA CARREIRA

Art. 6º O regime jurídico dos servidores públicos integrantes da carreira de Procurador do Município é estatutário e tem natureza de Direito Público, regido pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Romelândia.

Art. 7º A carreira de Procurador do Município, será inserta no item 5, do art. 5º da Lei Complementar nº 004/2009 – Atividades Técnicas Superior ATS, Código 0054, e consequentemente no anexo III da referida Lei Complementar, que terá a seguinte inclusão:

ANEXO III

QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE – CARGA HORÁRIA 20 HORAS SEMANAIS

CÓDIGO	CARGO	VENCT/BASE	VAGA
0054	Procurador(a) do Município	3.269,93	01

**SEÇÃO II
DAS PROMOÇÕES**

Art. 8º As promoções obedecerão ao contido no art. 39 da lei Complementar nº 005/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Romelândia.

**SEÇÃO III
DO PROVIMENTO DE CARGOS**

Art. 9º O cargo de Procurador do Município é de provimento efetivo e integra o Quadro Permanente de Pessoal do Município de Romelândia.

Art. 10º O ingresso na carreira de Procurador do Município de Romelândia, dar-se-á mediante nomeação de candidatos habilitados em concurso público de provas ou provas e títulos, obedecida rigorosamente a ordem de classificação, sendo o provimento privativo de advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, em pleno gozo de seus direitos profissionais, políticos e civis.

**SEÇÃO IV
DA REMUNERAÇÃO**

Art. 11 O procurador do Município será remunerado mensalmente por vencimento, contido no Anexo III-QUADRO DE PESSOAL PERMANENTE – CARGA HORÁRIA 20 HORAS - CÓDIGO 0054, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices entre os servidores.

**SEÇÃO V
DAS VANTAGENS**

Art. 12 Ficam asseguradas ao ocupante do cargo de Procurador do Município, todas as vantagens existentes e aplicáveis aos demais servidores da Administração Municipal, conforme Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

**SEÇÃO VI
DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 13 O Procurador do Município se sujeitará a jornada de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo do atendimento às exigências decorrentes do exercício de suas atribuições relativas à representação judicial e extrajudicial do Município de Romelândia.

Art. 14 Comprovada a necessidade de ampliação de carga horária, a mesma será submetida ao Poder Legislativo, até o limite de quarenta horas semanais, com o acréscimo financeiro à respectiva remuneração, proporcional ao número de horas da ampliação, cuja parcela da remuneração correspondente à prorrogação da carga horária soma-se integralmente, inclusive ao vencimento para fins de cálculo de vantagens.

Parágrafo Único. O Procurador do Município que cumprir prorrogação de carga horária por dezoito meses consecutivos, sem interrupção, terá a prorrogação e os respectivos vencimentos incorporados, salvo se houver renúncia escrita do servidor.

**SEÇÃO VII
DAS ATRIBUIÇÕES, PRERROGATIVAS, DEVERES E PROIBIÇÕES**

Art. 15 Ao Procurador do Município incumbe o desempenho das atribuições que lhe são próprias e as que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral, desde que compatíveis com a carreira jurídica.

Art. 16 Compete ao Procurador do Município, essencial à Administração Pública, a representação do Município e a defesa de seus direitos e interesses nas esferas judicial, extrajudicial, administrativa, e ainda:

- I - representar o Município judicial e extrajudicialmente, recebendo as citações, intimações e notificações judiciais dirigidas contra o Município;
- II - defender em Juízo os interesses da Administração;
- III - realizar cobrança judicial da dívida ativa;
- IV - elaborar pareceres nos processos administrativos;
- V - elaborar defesas e prestar informações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado;
- VI - prestar informações ao Poder Judiciário, Defensoria Pública do Estado, e outros entes públicos;
- VII - elaborar minutas de documentos para as Secretarias e Departamentos;
- VIII - elaborar projetos de lei a serem encaminhados à Câmara municipal;
- IX - planejar, elaborar e coordenar os assuntos jurídicos do município;
- X - interpretar e fiscalizar o cumprimento da lei;
- XI - manter arquivo das ações judiciais e de outros procedimentos legais, em ordem;

XII - executar outras tarefas necessárias ao pleno desempenho do seu cargo.

Art. 17 São prerrogativas do Procurador do Município:

- I - solicitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções, com direito de preferência no atendimento;
- II - tomar ciência pessoal de atos e de termos dos processos em que atuarem;
- III - atuar, no desempenho de suas funções, em Juízo ou fora dele;
- IV - utilizar os meios de comunicação ou de locomoção municipal, quando o interesse do serviço o exigir.
- V - autonomia em suas posições técnico-jurídicas.
- VI - inviolabilidade pelo teor das manifestações oficiais, nos limites da independência funcional;

Art. 18 O Procurador do Município deve ter irrepreensível conduta pública, zelando pelo prestígio da justiça e velando pela dignidade de suas funções.

Art. 19 São deveres do Procurador do Município:

- I - cumprir suas responsabilidades funcionais;
- II - desempenhar com zelo, dedicação, assiduidade, eficiência e presteza, as funções sob sua responsabilidade e as que lhe forem atribuídas pelo Procurador Geral;
- III - cumprir ordens superiores, salvo quando manifestamente abusivas ou ilegais;
- IV - respeitar as partes e tratá-las com urbanidade, atendendo ao público com presteza e correção;
- V - zelar pela regularidade dos feitos e observar sigilo funcional quanto à matéria dos procedimentos em que atuar;
- VI - agir com discrição nas atribuições de seu cargo ou função, guardando sigilo sobre assuntos internos;
- VII - observar as normas legais e regulamentares, zelando pela lealdade às instituições do patrimônio público;
- VIII - zelar pela boa aplicação dos bens confiados a sua guarda e pela observação do patrimônio público;
- IX - representar ao Procurador Geral do Município sobre irregularidades que afetem o desempenho satisfatório de suas atribuições funcionais;
- X - levar ao conhecimento do Procurador Geral as irregularidades de que tiver ciência, em razão do exercício do cargo ou função;
- XI - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- XII - sugerir providências para melhoria dos serviços da Procuradoria Geral do Município.

Art. 20 Aos Procuradores do Município é vedado, especialmente:

- I - empregar em seu expediente expressões ou termo de desrespeito à Justiça e às autoridades constituídas, exceto críticas formuladas sob aspectos jurídico e doutrinário;
- II - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades e aos atos da Administração, em informe, parecer ou despacho;
- III - proceder de forma desidiosa ou cometer à pessoa estranha à repartição ou a seus subordinados ou a qualquer outro servidor, o desempenho de encargos e atribuições que lhe competir ou que sejam de sua responsabilidade;
- IV - coagir ou aliciar subordinados com objetivos exclusivamente pessoais ou de natureza político-partidária;

Art. 21 É defeso ao Procurador do Município exercer as suas funções em processos ou procedimentos da Administração Municipal:

- I - em que é parte, ou de qualquer forma, interessado;
- II - em que atuou como advogado de qualquer das partes;
- III - em que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau do requerente ou de terceiro interessado;
- IV - nos demais casos previstos na legislação processual e no Estatuto do Advogado e da OAB.

Art. 22 O Procurador do Município deverá se declarar por suspeito quando:

- I - houver motivo de foro íntimo, ético e profissional que o iniba de atuar;
- II - ocorrer qualquer dos casos previstos na legislação processual.

Art. 23 Na hipótese prevista no inciso I do artigo anterior, o Procurador do Município comunicará ao Procurador Geral do Município, em expediente reservado, os motivos de suspeição.

Art. 24 Aplica-se ao Procurador Geral do Município as disposições sobre impedimentos, incompatibilidade e suspeição previstas nesta Lei Complementar.

TÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 O servidor que estiver exercendo o cargo de Assessor Jurídico passará automaticamente, nos termos desta Lei Complementar, a exercer o cargo de Procurador Geral, garantindo-lhe todos os benefícios conquistados durante o exercício do cargo anterior.

Parágrafo Único. Fica extinto o cargo de Assessor Jurídico.

Art. 26 Aplica-se subsidiariamente a esta Lei, no que couber, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Romelândia.

Art. 27 No prazo de 180 dias da sanção da presente lei, o Poder Executivo, enviará à Câmara Municipal de Vereadores, projeto de Lei Complementar objetivando incluir na LC 004/2009, no anexo IV – DESCRIÇÃO ANALÍTICA DAS CATEGORIAS FUNCIONAIS a: Descrição das Atribuições; Códigos dos Cargos; Regime de Trabalho; Carga Horária; Condições para ingresso; Habilitação/Instrução para o cargo de Procurador Geral e para o cargo de Procurador do Município, tudo em conformidade com o contido na presente lei.

Art. 28 Ficam revogadas as disposições em contrário a esta Lei, principalmente as contidas na Lei Complementar nº 02/2013, nas partes relativas ao cargo de Assessor Jurídico.

Art.29 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 30 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Romelândia - SC,
19 de agosto de 2016.
VALDOCI SAUL
Prefeito Municipal de Romelândia – SC

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra.

Dariz Genz
Auxiliar de Movimento Econômico

ANEXO ÚNICO

Tabela I: Cargo de Provimento Efetivo:

CARGO	VAGAS	VENCIMENTO
Procurador do Município	01	R\$ 3.269,93

Tabela II: Cargo de Provimento em Comissão:

CARGO	VAGAS	VENCIMENTO
Procurador Geral	01	R\$ 5.449,89

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 058/2016

DECRETO Nº 058/2016, DE 16 DE AGOSTO DE 2016.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.562/2015 de 21/12/2015;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 232.910,00 (Duzentos e Trinta e Dois Mil Novecentos e Dez Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 – CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2.022 – MAN. DAS ATIV. ADM. E FINANCEIRAS

Modalidade de Aplicação: 3191.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 232.910,00

Fonte: 1189.00000

RED: 164

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 16 de Agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

LEI Nº 1579 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

LEI Nº 1579 DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

EMENTA: ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA - Prefeito do Município de SALTO VELOSO - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO

Projeto/Atividade: 1.001 – INFRA-ESTRUTURA LEGISLATIVA

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 140.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 1

Art. 2º- Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor da anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Projeto/Atividade: 1.003 – AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA A SAUDE

Modalidade de Aplicação: 4490.00. - APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 140.000,00

Fonte: 1102.00000

RED: 04

Art. 3º Esta entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 18 de agosto de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

São Bento do Sul

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 FMD

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2016 - F.M.D.

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2016

OBJETO: Fornecimento de 10.760 passes transporte para os atletas das diversas escolinhas de várias modalidades esportivas da Fundação Municipal de Desportos, pelo período de 22 de agosto a 31 de dezembro de 2016.

CONTRATADO: Nivaldo Stoeberl & Cia Ltda.

VALOR: R\$ 31.849,60 (trinta e um mil oitocentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

SÃO BENTO DO SUL, 16 de agosto de 2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

PRESIDENTE INTERINO DA FUNDAÇÃO

JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2016 FMD

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2016 – F.M.D.

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com Inexigibilidade de Licitação.

I – Objeto: Fornecimento de 10.760 passes TRANSPORTE para os atletas das diversas escolinhas de várias modalidades esportivas da Fundação Municipal de Desportos, pelo período de 22 DE AGOSTO A 31 DE DEZEMBRO de 2016.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade de Licitação para o Fornecimento dos referidos materiais se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pois a Fundação Municipal de Desportos atende diariamente Atletas através das suas diversas Escolinhas de várias Modalidades Esportivas, os quais representam a Fundação Municipal de Desportos em várias Competições Esportivas durante todo o ano, e os 10.760 passes transporte adquiridos serão repassados aos Atletas para que estes possam ir e voltar dos treinos.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a Concessionária do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano Municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) por passe fornecido justifica-se, pois este foi instituído pelo Decreto Municipal nº 1233 de 27 de janeiro de 2016, sendo, portanto impraticável pesquisa de mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Presidente Interino da Fundação

PORTARIA Nº 12416/2016

PORTARIA Nº 12416, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 10 de agosto de 2016, GUILHERME LUIZ TREVIZAN, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 003/2015, homologado em 17 de agosto de 2015, para exercer o cargo de Médico Otorrinolaringologista, Grupo Ocupacional 08, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 12419/2016

PORTARIA Nº 12419, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Prorroga prazo para posse

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de AIRTON NERY ROCHA, no cargo de Auxiliar Administrativo, do Concurso Público nº 007/2016, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 5990/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12417/2016

PORTARIA Nº 12417, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Revoga Portaria nº 12416/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 12416/2016, que nomeou servidor público municipal GUILHERME LUIZ TREVIZAN, no cargo de Médico Otorrinolaringologista, na Secretaria Municipal Saúde, por desistência espontânea em 10 de agosto de 2016.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12418/2016

PORTARIA Nº 12418, DE 12 DE AGOSTO DE 2016

Constitui Comissão Especial para Acompanhar Processo Seletivo de Emprego Público nº 010/2016

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para acompanhar o Processo Seletivo de Emprego Público nº 010/2016.

Art. 2º A Comissão Especial que acompanhará o processo de seleção dos candidatos fica assim constituída:

IVAN CLASEN SCHLINDWEIN - Representante da Procuradoria Jurídica;

ELAINE DO PRADO - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

LUCIANE MARY KOCK SCATOLON – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

SANDRA DOS SANTOS SCHREINER - Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

FABIO MILBRATZ - Representante do Departamento de Recursos Humanos;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de agosto de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2403 DE 22 08 16 NOMEIA VANUZA SPINELLO TIBOLA NO CARGO DE COORDENADOR DE PROGRAMA

DECRETO Nº 2403, DE 22 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Vanuza Spinello Tibola, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 22 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Paula Natana Comachio

Secretária Municipal de Administração e Fazenda Designada

LEI Nº 1790, DE 18 DE AGOSTO DE 2016. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 1790, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E OBJETIVOS

Art. 1º A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Parágrafo único. Entende-se por mínimos sociais os padrões de vida estabelecidos, referenciados na qualidade de vida média presente em cada sociedade. São mutáveis e refletem o estágio de desenvolvimento da sociedade, tendendo a se alterar, quando

pressionados pela ação coletiva dos cidadãos, pelo avanço da ciência e pelo grau e perfil da produção econômica.

Art. 2º A política de assistência social, que tem por funções a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo único. O Sistema Único da Assistência Social – SUAS, materializa o conteúdo da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e trata das condições para a extensão e universalização da proteção social dos cidadãos através da Política de Assistência Social e, para a organização, responsabilidade e funcionamento dos serviços e benefícios assistenciais nas três esferas da gestão governamental.

Art. 3º O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede socioassistencial e, ainda, os eixos estruturantes e de subsistemas, segundo as seguintes referências: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Art. 4º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelos seguintes princípios:

I – supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II – universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV – igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se a igualdade entre as populações urbanas e rurais;

V – divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 5º A Política Municipal de Assistência Social reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

I – descentralização político-administrativa, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais, bem como a legislação, normas e regulamentos das esferas governamentais federal e estadual;

II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações;

III – primazia de responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social;

IV – centralidade na família para concepção e implementação dos

benefícios, serviços, programas e projetos.

Art. 6º A Política Pública de Assistência Social realizar-se-á de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais, destinando-se à:

I – prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem;

II – contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;

III – assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária.

Art. 7º Constitui-se público usuário da Política de Assistência Social cidadãos, sujeitos de direitos e coletivos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos social e pessoal, que acessam os serviços, programas, projetos, benefícios e transferência de renda no âmbito da Política Pública de Assistência Social e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 8º Consideram-se entidades e organizações de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

Parágrafo único. A administração pública deverá desenvolver habilidades específicas, com destaque para a formação de rede de atendimento.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Da Organização e da Gestão da Política Municipal de Assistência Social

Art. 9º A Política Municipal de Assistência Social está organizada por meio de uma gestão descentralizada e participativa, pautando-se em ações socioassistenciais regulamentadas pela Política Nacional de Assistência Social, cabendo a Política Municipal de Assistência Social coordenar, formular, monitorar, avaliar, capacitar, sistematizar as informações, além de cofinanciar as ações.

§1º Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade.

§2º O Município atuará em gestão compartilhada por meio do cofinanciamento das esferas federal e estadual, cabendo-lhe a coordenação da Política Municipal de Assistência Social e a execução de serviços, programas, projetos e benefícios, conforme caput deste artigo.

Art. 10. A rede socioassistencial, ou seja, entidades e organizações prestadoras de serviços de Assistência Social integram um conjunto de ações de iniciativa pública e da sociedade civil, que ofertam benefícios, serviços, programas e projetos de proteção social básica e especial, com estabelecimento de fluxo, referência e retaguarda entre as modalidades e as complexidades de atendimento, integrando e articulando com todos os serviços de proteção social na condição de cogestoras.

Art. 11. Compete ao Município:

I – realizar diagnóstico de áreas de vulnerabilidade e risco;

II – garantir a prioridade de acesso nos serviços de proteção social básica e/ou especial, de acordo com suas necessidades, às famílias e seus membros nos serviços, programas, projetos e benefícios;

III – destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais, mediante lei municipal específica, com critérios aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

IV – atender às ações assistenciais de caráter emergencial;

V – executar os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, incluindo programas de inclusão produtiva em parceria com organizações da sociedade civil e demais esferas de governo;

VI – cofinanciar as entidades e organizações da rede socioassistencial inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme o piso de complexidade e de acordo com a Lei Orçamentária e compromisso firmado entre as partes;

VII – apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executados, articulando às esferas da Assistência Social e as demais políticas pertinentes;

VIII – encaminhar, orientar e acompanhar os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC;

IX – garantir a gestão da Política Municipal de Assistência Social através do Comando Único da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS;

X – instalar e coordenar o Sistema Municipal de Monitoramento e Avaliação das Ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o Sistema Estadual e Federal;

XI – garantir que a Política Municipal de Assistência Social seja executada por equipe técnica especializada composta conforme o que estabelece a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB/RH;

XII – elaborar e executar a Política de Recursos Humanos, com a implantação de plano de cargos, funções e salário para os servidores públicos que atuam na área da Assistência Social, além da qualificação e capacitação dos recursos humanos desta Secretaria de forma sistemática e continuada.

Art. 12. O órgão coordenador da Política Municipal de Assistência Social e do Plano Municipal de Assistência Social é a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Art. 13. Compete ao órgão gestor da Assistência Social:

I – elaborar o diagnóstico socioterritorial e o Plano Municipal de Assistência Social e submetê-lo a apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

II – coordenar, articular e executar ações no campo da Assistência Social;

III – elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS proposta orçamentária da Assistência Social do

Município;

IV – propor os critérios de transferência dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, em consonância com o Plano Municipal de Assistência Social;

V – encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS relatórios mensais e anuais de atividades e de execução financeira dos recursos;

VI – prestar assessoramento técnico às entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

VII – buscar apoio nos governos estadual e federal para a qualificação sistemática e continuada de recursos humanos para a atuação na Política de Assistência Social;

VIII – desenvolver estudos e pesquisas para fundamentar a análise de necessidades e formulação de proposições para a área;

IX – expedir atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, de acordo com diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

X – elaborar e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS os planos anuais e plurianuais de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XI – coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro da rede Socioassistencial Governamental e da Sociedade Civil do Município e encaminhar para o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social de que trata a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

XII – viabilizar as condições físicas, financeiras, de equipamentos, bem como de apoio técnico ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS a fim de garantir condições adequadas para que este possa desenvolver suas atribuições previstas em lei;

XIII - criar o Sistema de Informações Sociais.

SEÇÃO II

Dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios de Assistência Social

Art. 14. Os serviços socioassistenciais compreendem as atividades continuadas, que visam à melhoria da qualidade de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas do público usuário da Política de Assistência Social, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nesta lei.

Art. 15. A Política Municipal de Assistência Social prevê o ordenamento dos serviços em rede, de acordo com os níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade.

Art. 16. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares, com objetivos e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços socioassistenciais.

Parágrafo único. Os programas deverão ser articulados com as demais Políticas Públicas setoriais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, visando superar as condições de vulnerabilidade, prevenir as situações que indicam risco potencial e garantir a efetivação dos encaminhamentos necessários.

Art. 17. Os projetos de enfrentamento à pobreza compreendem a

instituição de investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social para subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas voltadas às famílias e pessoas em situação de risco pessoal e social.

Art.18. O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e no Estatuto do Idoso, consiste no repasse de 01 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais e à pessoa com deficiência, que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência ou de tê-la suprida por sua família, cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

Parágrafo único. O Benefício de Prestação Continuada - BPC compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário, gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cabendo ao Município, prestar orientação e encaminhamento a outras Políticas Sociais.

Art. 19. Os Benefícios Eventuais previstos no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e da Lei Municipal nº 1.763/2015 visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública.

SEÇÃO III

Da Gestão dos Serviços de Proteção Socioassistencial

Art. 20. Os serviços de proteção social básica serão executados e/ou referenciados ao Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 21. O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS se constitui em unidade pública e pólo de referência, responsável pela execução, coordenação e articulação de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para atendimento às famílias e seus membros que se encontram em situação de vulnerabilidade social, quer pela condição econômica (famílias pobres ou abaixo da linha da pobreza) quer por fazerem parte de diferentes ciclos de vida (crianças, idosos, pessoas com deficiência, adolescentes, jovens e mulheres), executando ações de combate a discriminações de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Art. 22. O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, contará com uma equipe específica, obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas por unidade de CRAS.

Art. 23. O Centro de Referência da Assistência Social - CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no município de São Domingos, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I – promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;

II - potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III - contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV - desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V - atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art. 24. Os Serviços de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade serão executados/coordenados por equipe técnica de referência para proteção social especial, vinculada ao órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social.

§1º O Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento socioassistencial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social por ameaça ou violação de direitos, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e que demandam intervenções especializadas. Está organizada em unidades públicas (equipamentos) de gestão e de abrangência municipal, nos quais se desenvolvem os programas e serviços de atendimento, tendo como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, bem como o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos.

§2º O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade oferece atendimento às famílias e indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem. Esses serviços visam a garantir proteção integral a indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, por meio de serviços que garantam o acolhimento em ambiente com estrutura física adequada, oferecendo condições de moradia, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade. Os serviços também devem assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitários e o desenvolvimento da autonomia dos usuários.

Art. 25. A equipe técnica de referência da proteção social especial terá as seguintes atribuições:

I - articular, coordenar e operar a rede de serviços públicos socioassistenciais e demais políticas públicas de garantia de direitos, no âmbito do Município;

II - prestar atendimento especializado às crianças, adolescentes, homens e mulheres vítimas de violência sexual e doméstica, bem como aos seus familiares;

III - prestar atendimento especializado às crianças, e às famílias, inseridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, que possuam dificuldades no cumprimento das condicionalidades do Programa;

IV - prestar atendimento às pessoas em situação de mendicância;

V - auxiliar e acompanhar as crianças e adolescentes que estejam sob medida protetiva ou medida pertinente aos pais ou responsáveis, bem como de suporte para reinserção social;

VI - prestar atendimento e acompanhamento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, bem como suas famílias;

VII - orientar as famílias dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas que se encontram em internamento;

VIII - monitorar e acompanhar os serviços de alta complexidade

oferecidos no município ou consorciados, à crianças, adolescentes e idosos que se encontram em regime de acolhimento em suas diversas modalidades: abrigo institucional, casa-lar, casa de passagem, residência inclusiva, república e família acolhedora;

IX - orientar e acompanhar os serviços de alta complexidade instituídos no município ou conveniados com entidades de assistência social.

Art. 26. O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade será implantado no município conforme a necessidade social e financiamento disponível, obedecendo às normativas federais específicas.

§1º O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade realizará-se através do apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas.

§2º O órgão gestor da Política Municipal de Assistência Social deverá assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas, de caráter intersetorial com as demais políticas públicas e órgão da defesa civil, a fim de minimizar os danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

Art. 27. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social do Município de São Domingos, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS do Município de São Domingos é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS, órgão público responsável pela coordenação da política de assistência social que lhe dará apoio administrativo, assegurando dotação orçamentária para seu funcionamento.

SEÇÃO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 28. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS tem a finalidade de deliberar, acompanhar, avaliar e exercer o controle social sobre a Política Municipal de Assistência Social.

§1º As ações deliberativas/reguladoras são aquelas que estabelecem, por meio de resoluções, as ações da assistência social, contribuindo para a continuação do processo de implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e da Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

§2º As ações de acompanhamento e avaliação devem ser direcionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios prestados pelas entidades e organizações de assistência social, públicas e privadas, e advêm da competência de formular recomendações e orientações aos integrantes do sistema descentralizado de assistência social.

§3º O controle social é o exercício democrático de acompanhamento da gestão e avaliação da Política de Assistência Social, do Plano Plurianual de Assistência Social e dos recursos financeiros destinados a sua implementação, sendo uma das formas de exercício desse controle zelar pela ampliação e qualidade da rede de serviços socioassistenciais para todos os destinatários da Política.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

Das Atribuições

Art. 29. São atribuições do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS:

I – elaborar e aprovar seu regimento interno e o conjunto de normas administrativas definidos pelo Conselho, com o objetivo de orientar o seu funcionamento;

II - aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com a política nacional e estadual de assistência social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, podendo contribuir nos diferentes estágios de sua formulação e, demais normas e legislações definidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

III – convocar a Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, bem como aprovar as normas de funcionamento das mesmas;

IV – encaminhar as deliberações da conferência aos órgãos competentes e monitorar seus desdobramentos;

V – acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão de recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos benefícios, rendas, serviços socioassistenciais, programas e projetos aprovados na Política de Assistência Social Nacional, Estadual e Municipal;

VI - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da assistência social, no âmbito do município, exercendo essas funções num relacionamento ativo e dinâmico com os órgãos gestores, resguardando-se as respectivas competências;

VII - aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e de Recursos Humanos – NOB/RH;

VIII - zelar pela implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme especificidades e responsabilidades no âmbito das três esferas de governo, bem como a efetiva participação dos segmentos representativos dos Conselhos;

IX - aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as ações de assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

X - aprovar os critérios de partilha de recursos, respeitando os parâmetros adotados na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e explicitar os indicadores de acompanhamento;

XI - propor ações que favoreçam a interface e superem a sobreposição de programas, projetos, benefícios e serviços;

XII – registrar e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como inscrever os programas, projetos e as ações da assistência social, no âmbito municipal;

XIII - informar ao Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e ao Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS sobre o cancelamento de inscrição das entidades e organizações de assistência social, a fim de que este adote as medidas cabíveis;

XIV – encaminhar a documentação das entidades e organizações de assistência social que compõem a rede socioassistencial no município ao gestor municipal de Assistência Social para inclusão no Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social – CNEAS;

XV - divulgar e promover a defesa dos direitos socioassistenciais;

XVI - estabelecer e fortalecer a interlocução com os demais Conselhos das políticas setoriais;

XVII - regulamentar a forma de concessão e valor para o pagamento dos benefícios eventuais;

XVIII - acionar o Ministério Público como instância de defesa e garantia de suas prerrogativas legais;

XIX – publicar todas as suas deliberações.

SEÇÃO II

Do Exercício das Atribuições

Art. 30. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá solicitar os seguintes documentos e informações:

I - da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS:

a) o plano municipal de assistência social;

b) o plano de ação;

c) a proposta orçamentária da assistência social para apreciação e aprovação;

d) o plano de inserção e acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, selecionados conforme indicadores de vulnerabilidade, contendo ações, prazos e metas a serem executadas, articulando-se as ofertas da assistência social e as demais políticas pertinentes;

e) o plano de aplicação do fundo municipal, balancete trimestral e prestação de contas ao final do exercício;

f) as informações relativas ao volume de recursos transferidos para o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS e do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS;

g) as informações relativas aos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS às entidades e organizações de assistência social;

h) a relação das contas correntes que compõem o respectivo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

i) os demonstrativos das contas bancárias sob gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

j) o relatório anual da gestão e demonstrativo sintético de execução física e financeira.

II - das entidades e organizações de assistência social:

a) o estatuto social;

b) o plano de trabalho e relatório de atividades;

- c) o relatório anual de execução;
- d) os documentos contábeis;
- e) demais documentos previstos em normativa específicas.

III - do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS:

- a) para conhecimento, os documentos deliberados em Assembléia Geral;
- b) quando necessário, o assessoramento na aplicação de normas e resoluções fixadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

IV - do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

- a) a senha de acesso ao Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social (Rede SUAS);

V - da Comissão Intergestores Bipartite – CIB:

- a) para conhecimento, os documentos de pactuações publicadas no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. Além dos documentos elencados nos incisos de I a V, o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá requisitar outros que se fizerem necessários para o exercício de suas atribuições.

Art. 31. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá estar atento à interface das políticas sociais, de forma a propiciar significativos avanços, tais como:

I - ampliação do universo de atenção para os segmentos em situação de vulnerabilidade e/ou risco social;

II - demanda e execução de ações próprias focadas nos destinatários em articulação com outras políticas públicas;

III - articulação das ações e otimização dos recursos, evitando-se a superposição de ações e facilitando a interlocução com a sociedade;

IV - racionalização dos eventos do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de maneira a garantir a participação dos Conselheiros, principalmente daqueles que fazem parte de outros Conselhos;

V - garantia da construção da Política Municipal de Assistência Social - PMAS.

SEÇÃO III Da Composição

Art. 32. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é composto de, no mínimo, 10 membros e respectivos suplentes, respeitados os seguintes critérios:

I - cinco representantes governamentais do Município e respectivos suplentes, sendo designados por ato do chefe do Poder Executivo.

II - cinco representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, eleitos em foro próprio, da seguinte forma:

- a) dois representantes dos usuários e/ou organizações de usuários da assistência social;
- b) um representante de entidades e/ou organizações de assistência

social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

d) dois representantes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo único. No caso de não haver inicialmente representação de um dos segmentos do inciso II do presente artigo, a vaga poderá ser preenchida por um dos demais segmentos, conforme Regimento Interno.

Art. 33. Serão considerados representantes de usuários, pessoas vinculadas aos programas, projetos, serviços e benefícios da Política Municipal de Assistência Social - PMAS.

Art. 34. Serão consideradas entidades de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento e/ou defesa e garantias de direitos aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS.

Art. 35. A eleição da sociedade civil de que trata o inciso II do art. 32 desta lei, ocorrerá em foro próprio, coordenado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 1º Caberá à Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS encaminhar ao órgão oficial do município responsável pelas publicações, a convocação do foro de que trata o presente artigo, por meio de chamamento público em diário de grande circulação municipal, meios de comunicação e/ou mural público.

§ 2º Após a escolha dos representantes da sociedade civil, a Presidência do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS encaminhará ao Chefe do Poder Executivo Municipal a nominata para a respectiva nomeação em forma de Decreto.

§ 3º O processo de eleição dos representantes da sociedade civil será fixado em regimento interno próprio para esta finalidade.

Art. 36. A função dos conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS não será remunerada, mas considerada como de serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou grupos de trabalho e participação em atividades afins.
Parágrafo único. O ressarcimento de despesas e o adiantamento ou pagamento de diárias aos Conselheiros e pessoas a serviço do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS obedecerá às normas instituídas pelo Município aos servidores públicos em atos idênticos ou semelhantes.

Art. 37. Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de dois anos, permitida uma única recondução.

Art. 38. A participação de representantes do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não cabe aos Conselhos de Assistência Social, sob pena de incompatibilidade de poderes.

Art. 39. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito entre seus membros em reunião plenária, para mandato de dois anos.

Art. 40. Os membros referidos no art. 32, incisos I e II, desta Lei poderão perder o mandato antes do prazo de dois anos, nos seguintes casos:

I - por falecimento;

II - por renúncia;

III - pela ausência imotivada em três reuniões consecutivas do conselho, ou cinco alternadas;

IV - pela prática de ato incompatível com a função de conselheiro, por decisão da maioria dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

V - por requerimento da entidade da sociedade civil, da qual o conselheiro representa;

VI - por interesse do Chefe do Poder Executivo quando se tratar de conselheiro por ele indicado.

§ 1º No caso de perda do mandato será designado novo conselheiro para a titularidade da função, respeitando as respectivas suplências;

§ 2º Em caso do conselheiro candidatar-se a pleito municipal, estadual ou federal o mesmo será afastado da função de conselheiro.

SEÇÃO IV

Da Organização do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Art. 41. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS organizar-se-á da seguinte forma:

I - Assembléia Geral;

II - Mesa Diretora;

III - Comissões;

IV - Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família - PBF;

V - Secretaria Executiva.

§ 1º A Assembléia Geral é órgão deliberativo e soberano do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e as sessões serão abertas à participação de todos os cidadãos.

§ 2º A Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, eleita pela maioria absoluta dos votos da Assembléia Geral para mandato de um 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, é composta pelos seguintes cargos:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) 1º Secretário;
- d) 2º Secretário.

§ 3º A composição da Mesa Diretora deverá obedecer aos princípios da paridade e da alternância governamental e sociedade civil, respeitadas as seguintes condições:

a) Quando houver vacância no cargo de presidente não poderá o/a vice-presidente assumir para não interromper a alternância da presidência entre governo e sociedade civil, cabendo realizar nova eleição para finalizar o mandato, conforme previsão a constar no Regimento Interno do Conselho;

b) Sempre que houver vacância de um membro da Mesa Diretora ou similar, seja ele representante governamental ou da sociedade civil, caberá ao plenário do Conselho decidir sobre a ocupação do cargo vago, seja por aclamação ou voto, devendo essa situação e a forma de sucessão estar contempladas no Regimento Interno;

§ 4º As Comissões Temáticas serão criadas por resoluções, aprovadas em Assembléia Geral, conforme a necessidade da demanda, integradas por conselheiros titulares e suplentes e poderão participar como colaboradores, os representantes de outras entidades,

outros representantes dos usuários ou de organizações de usuários, ou pessoas de notório saber, homologadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, sem direito a voto, sendo obrigatória a designação das seguintes Comissões:

a) de Normas, Regulamentos e Inscrições;

b) de Financiamento e Orçamento;

c) de Políticas, Divulgação e Comunicação;

§ 5º O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS poderá instituir grupos de trabalho de caráter temporário, composto por conselheiros titulares e suplentes, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, podendo, inclusive, convidar para participar destes grupos de trabalho representantes de órgãos ou entidades públicas e privadas e de outros poderes, sem direito a voto.

§ 6º As ações de capacitação dos Conselheiros deverão ser programadas, visando o fortalecimento e a qualificação de seus espaços de articulação, negociação e deliberação, a ser previsto no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS.

§ 7º O controle social do Programa Bolsa Família - PBF será efetivado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 8º A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, órgão de apoio técnico administrativo do Conselho, será composta de, no mínimo, um Secretário Executivo de nível superior, servidor integrante do quadro de pessoal do Município designado para dar assessoramento, cuja competência será definida em Regimento Interno.

§ 9º A Secretaria Executiva deverá ser a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações.

§ 10 A Secretaria Executiva subsidiará a Assembléia Geral com assessoria técnica e poderá se valer de consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

SEÇÃO V

Do Funcionamento

Art. 42. A Assembléia Geral reunir-se-á, obrigatoriamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, quando necessário, e funcionará de acordo com o Regimento Interno, que definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões e para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 43. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS possui autonomia de se auto-convocar, devendo esta previsão constar no Regimento Interno.

Art. 44. As reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS serão abertas ao público e deverão contar com pauta e datas previamente divulgadas com antecedência de no mínimo 03 (três) dias.

Art. 45. A cada nova gestão será realizado o Planejamento Estratégico do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com o objetivo de definir metas, ações, estratégias e prazos, envolvendo todos os Conselheiros, titulares e suplentes e os técnicos do Conselho.

Art. 46. Poderão ser convidados a participar das reuniões do

Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, bem como técnicos e usuários que da pauta constar temas de sua área de atuação e ou de seu interesse.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Art. 47. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS é um instrumento de captação e aplicação de recursos que tem por objetivo prover recursos e meios para financiar a execução da política de assistência social, apoiando serviços, programas, projetos e benefícios específicos de assistência social.

Art. 48. No exercício da orientação e controle do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, o Conselho Municipal de Assistência Social adotará as seguintes medidas:

I - orientar, controlar e fiscalizar a gestão do Fundo Municipal, por meio de resoluções relativas à elaboração da proposta orçamentária, que trata da destinação dos recursos, aos critérios de partilha, ao plano de aplicação e à execução orçamentária e financeira;

II - certificar se a Secretaria Municipal de Assistência Social divulga amplamente, para a comunidade local, os benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como os recursos disponibilizados pelo poder público;

III - assegurar que o orçamento do município disponibilize recursos próprios destinados à assistência social, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

IV - apreciar e aprovar a proposta de Lei Orçamentária Municipal, na Função - Assistência Social, por ocasião de sua apreciação, considerando os seguintes aspectos:

a) apresentação dos programas e das ações, em coerência com o plano municipal de assistência social, de acordo com os níveis de complexidade dos serviços, programas, projetos e benefícios;

b) recursos destinados às despesas correntes e de capital relacionadas aos serviços, programas, projetos e benefícios governamentais e não-governamentais alocados no fundo municipal, constituído como unidade orçamentária; e os recursos voltados às atividades meio alocados no orçamento do órgão gestor desta política;

V - decidir sobre a regularidade do plano de ação anual, garantindo as condições para o repasse de recursos fundo-a-fundo;

VI - analisar se foram cumpridas as metas físicas e financeiras constantes do plano de ação, mediante a emissão de parecer, considerando os seguintes aspectos:

a) a análise da documentação recebida do órgão gestor da assistência social, bem como de sua capacidade de gestão;

b) relação com o plano municipal de assistência social;

c) a execução e a aplicação dos recursos financeiros recebidos na conta do respectivo fundo de assistência social;

d) regularização no alcance da previsão de atendimento;

e) qualidade dos serviços prestados;

f) articulação com as demais políticas sociais.

VII - verificar, mediante acesso à Rede de Sistema Único de

Assistência Social - SUAS, se o plano de ação está em conformidade com o plano municipal de assistência social, aprovado pelo próprio Conselho;

VIII - analisar o plano de ação e verificar se as metas de atendimento de usuários estão de acordo com os dados da efetiva demanda local, para os serviços co-financiados pelos pisos de proteção social básica e de proteção social especial;

IX - convocar plenária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS para análise e deliberação das prestações de contas, do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

X - certificar se o município recebe, com regularidade, recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS e do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, e propor medidas saneadoras para solução do problema, previstas no Regime Interno;

XI - verificar as razões para os eventuais atrasos ou suspensão de repasse dos recursos às entidades de assistência social e propor medidas para solução do problema, previsto no Regimento Interno;

Art. 49. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

I - recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social e outros legalmente instituídos;

II - dotação consignada anualmente no Orçamento do Município e os outros recursos adicionais que lhe sejam destinados;

III - doações, auxílios, contribuições, subvenções e transferências de entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais;

IV - receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;

V - as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências por força da lei e de convênios;

VI - recursos de convênios firmados com outras entidades;

VII - doações em espécie;

VIII - recursos captados junto a organismos internacionais, para projetos autofinanciáveis e de interesse estratégico, visando a ampliação, cobertura e melhoria da qualidade de atendimento;

IX - rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

X - outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I a X do presente artigo serão automaticamente transferidos para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão depositados em instituições financeiras oficiais, em contas especiais, sob a denominação: Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 50. O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e o controle

social através do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS integrará o orçamento geral do município na forma de unidade orçamentária.

Art. 51. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão aplicados em:

I - financiamento total ou parcial de programas, projetos, serviços e benefícios de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS ou por órgãos conveniados;

II - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado, para execução de programas e projetos específicos do setor de assistência social;

III - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos serviços, programas, projetos e benefícios;

IV - construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de assistência social;

V - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de assistência social;

VI - desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

VII - pagamento dos benefícios eventuais;

VIII - atendimento à situações de caráter emergencial e de calamidade pública;

IX - provimento de recursos às entidades não-governamentais vinculadas aos objetivos da Política Municipal de Assistência Social e inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

X - custeio das despesas dos Conselheiros em representações e ou participações em seminários, cursos, eventos e outros relevantes à consecução da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Terão prioridade no atendimento a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e vítimas de calamidade pública e de emergência.

Art. 52. O repasse de recursos para as entidades, organizações e/ou projetos, programas e serviços de assistência social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, será efetivado por intermédio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Parágrafo único. As transferências de recursos para organizações governamentais e da sociedade civil de assistência social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares obedecendo a legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 53. As contas e os relatórios do gestor do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS serão submetidos à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, trimestral e anualmente, de forma analítica que, por sua vez, se manifestará sobre a sua aprovação.

§ 1º O Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS deverá ter

contabilidade própria capaz de tornar evidente suas operações e permitir o exercício das funções de controle e avaliação de resultados.

§ 2º A escrituração contábil do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS far-se-á com base em documentos hábeis, segundo normas e padrões estabelecidos na legislação pertinente, com elaboração de demonstrações mensais e anuais.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. O Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS complementarà a estruturação, competências e atribuições definidas nesta Lei para seus integrantes e estabelecerá as normas de funcionamento do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, devendo ser submetido à Assembléia Geral que será especialmente convocada para este fim, submetendo-o ao Chefe do Poder Executivo para homologação mediante Decreto.

Parágrafo único. Qualquer alteração desta Lei, posterior ao Regimento Interno, dependerá da deliberação de dois terços dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e homologação, por Decreto, do Chefe do Poder Executivo.

Art. 55. Fica revogada a Lei Municipal nº 0998, de 18 de dezembro de 1995, bem como, a Lei Municipal de nº 1.585, de 06 de abril de 2009.

Art. 56. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária Municipal de Administração e Fazenda designada

POR 2014 DE 15 08 16 CONCEDE AFASTAMENTO LEGAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VALDIR DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 2014, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

Concede afastamento legal a servidor público municipal O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando certidão de óbito apresentado no Setor de Pessoal nesta data;

· Considerando o disposto no art. 80, letra b, da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Afastamento Legal, para ausentar-se do serviço sem prejuízo de seus direitos, por 05 (cinco) dias consecutivos, no período de 07/07/2016 a 11/07/16, por motivo de falecimento de seu pai, ao Servidor Público Municipal, Valdir de Oliveira, ocupante do Cargo Público de Motorista.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos/SC, 15 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2015 DE 15 08 16 FÉRIAS A EMPREGADA SALETE ROVANI

PORTARIA Nº 2015, DE 15 DE AGOSTO DE 2016.

Concede férias a empregada pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e:

· Considerando requerimento protocolado junto ao Setor de Pessoal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida FÉRIAS a empregada pública municipal, conforme segue:

EMPREGADA	EMPREGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS	GOZO
Salete Rovani	Técnico em Enfermagem	19/01/14 a 18/01/15	07	15/08/16 a 21/08/16

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2016 DE 17 08 16 CONCEDE ABONO PECUNIARIO AO SERVIDOR LEOMAR DE JESUS ROLL

PORTARIA Nº 2016, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Abono Pecuniário ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

· Considerando requerimento protocolado no Setor de Pessoal, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;

· Considerando que o servidor público municipal, Leomar de Jesus Roll possui 30 (trinta dias) de férias vencidas a ser gozada;

· Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:

· Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	DIAS
Leomar de Jesus Roll	Eletricista	25/02/15 a 14/04/16	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 17 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2017 DE 18 08 16 LOTA DIVERSOS E SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

PORTARIA Nº 2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Dispõe sobre lotação de servidores e empregados públicos municipais.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 100 da Lei Orgânica Municipal, de 28/09/1990, atualizada; na Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; e pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012; e:

· Considerando a necessidade de adequação na lotação de servidores e empregados públicos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam lotados os servidores e empregados públicos municipais conforme segue:

Nome do Servidor/Empregado	Cargo/Emprego	Lotação
Aida Elenice Fagundes Ribas	Técnico em Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde
Maria Adriana de Deus	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Assistência Social
Rosimeri Batista	Técnico em Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde
Rozelaine Turmina Negretti	Técnico em Enfermagem	Secretaria Municipal de Saúde
Rejane de Fátima Brum	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Esportes
Daniela Ferreira de Souza	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Esportes
Eleonora Fernanda Lisboa	Assessor de Secretaria	Secretaria Municipal de Assistência Social
Ducler Ortiz	Assistente Pessoal do Prefeito	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 18 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

POR 2018 DE 19 08 16 CONCEDE ABONO PECUNIARIO AO SERVIDOR CLAUDIO FONSECA

PORTARIA Nº 2018, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Concede Abono Pecuniário ao Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada e:

· Considerando requerimento protocolado sob nº 1446 de 18 de agosto de 2016, solicitando a transformação em abono pecuniário de 10 dias;

· Considerando que o servidor público municipal, Claudio Fonseca possui 60 (sessenta dias) de férias vencidas a ser gozada;

· Considerando o contido no artigo 65 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, principalmente em seu § 1º, que assim disciplina:

· Art. 65.

§ 1º A critério do servidor poderá ser convertido em abono pecuniário até dez dias das férias anuais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário de 10 dias das férias vencidas, ao servidor público municipal, conforme segue:

SERVIDOR	CARGO	PERIODO AQUISITIVO	DIAS
Claudio Fonseca	Operador de Máquinas	11/10/13 a 10/10/14	10

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de agosto de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Paula Natana Comachio
Secretária de Administração e Fazenda Designada

São João do Sul

PREFEITURA

LICITAÇÃO Nº 44/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 44/2016

Modalidade – Pregão Presencial nº 18/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONCRETO (15MPA) PARA MANUTENÇÃO DA PONTE DA COMUNIDADE DE BEIRA RIO - SÃO JOÃO DO SUL - SC. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 08h 15 min do dia 01/09/2016, com abertura dos envelopes prevista para as 08h 30min do dia 01/09/2016. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h às 12h e das 13h30 min às 17h 30min, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 19 de Agosto de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 129/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA EDITAL DA LICITAÇÃO

Na edição DOM/SC - Edição Nº 2060 Página 257 do dia 15/08/2016

Pregão presencial 49/2016

Processo n.º 129/2016 – Aquisição de materiais de construção, alvenaria, hidráulica e elétrico para diversas secretarias municipais.

No anexo I relação de itens da Licitação, houve mudança quanto a distribuição dos lotes:

Lote 2 - Item 76 ao item 129

Lote 5 – Item 130 ao item 149

Acrescentou se um novo Lote separando tintas e derivados do Lote de itens de construção em geral, os demais lotes não houve mudança.

A Comissão

PROCESSO 144/2016 PMSJ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SANTA CATARINA

EDITAL

PROCESSO Nº144/2016

TOMADA DE PREÇO 6/2016

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obra de Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas da Avenida Dante Martorano em São Joaquim - SC

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 06/09/2016 às 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 409.907,65

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> , inf. (49)3233-0411.

São Joaquim SC, 19 de agosto 2016

HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI

Prefeito Municipal

PROCESSO 147/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 147/2016

Pregão Presencial 60/2016

Objeto: Contratação de serviços para mão de obra e instalação elétrica automotiva linha leve e pesada, serviço de motor de partida linha leve e pesada, serviço de alternador linha leve e pesada para diversas secretarias municipais.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 12/09/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 126.602,32

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 19 de agosto de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 007/2016 - Processo nº 347/2016 – Proc. Adm. 17883/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 22 de setembro de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 22 de setembro de 2016, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 277/2016 - Proc. de Compras 471/2016 - Proc. Adm. 20284/2016. Contratado: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO ECONÔMICAS - FEPESE. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DESTINADOS AO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES SOB REGIME DE ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT) PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC NO ANO LETIVO DE 2017". Valor total do contrato: R\$ 277.704,00 (duzentos e setenta e sete mil, setecentos e quatro reais). Fundamento Legal: art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

NOVA ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

NOVA ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 075/2016 – Processo nº 295/2016 – Proc. Adm. 9786/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TIRAS DE GLICEMIA E LANCETAS PARA SEREM UTILIZADAS PELO SAMU, UNIDADES BÁSICAS E POLICLÍNICAS E DISTRIBUÍDAS AOS DIABÉTICOS INSULINO DEPENDENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 01 de setembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 01 de setembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2016 – PROCESSO Nº 323/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2016 – Processo nº 323/2016 – Proc. Adm. 16894/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE LÂMPADAS INCANDESCENTES COM GÁS CRIPTÔNIO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, IMPLANTAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DO SISTEMA SEMAFÓRICO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22 de agosto de 2016 às 18h00min até dia 01 de setembro de 2016, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h00min do dia 01 de setembro de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 073/2016 – PROCESSO Nº 282/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 073/2016 – Processo nº 282/2016 – Proc. Adm. 13209/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SEGURANÇA, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO, CONTEMPLANDO LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS PERTINENTES E NECESSÁRIOS PARA MANUTENÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA.. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 02/09/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 02/09/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 145/2016**

PORTARIA Nº 145/2016

EXONERA A SERVIDORA ILZA MARIA CENCI DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora Ilza Maria Cenci do cargo em comissão de Coordenador Parlamentar I – CCV 3, vinculado ao gabinete do vereador Sanderson Almeci de Jesus, conforme Lei nº 4.752 de 25 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de agosto de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de agosto de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 146/2016

PORTARIA Nº 146/2016

NOMEIA A SERVIDORA AMABLY CRISTINA PLATEN PARA O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR PARLAMENTAR I.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Amably Cristina Platen para o cargo em comissão de Coordenador Parlamentar I – CCV 3, vinculado ao gabinete do vereador Sanderson Almeci de Jesus, conforme Lei nº 4.752 de 25 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de agosto de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 18 de agosto de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.100/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº100/2016
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº100/2016, Edital de Pregão Nº100/2016, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objeto, a AQUISIÇÃO DE TINTAS, CAL, FIXADOR DE CAL E SOLVENTE PARA USO NAS PINTURAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E PINTURAS DE MEIO FIOS NAS RUAS DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 13/09/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.450, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

DECRETO Nº 5.450, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
15.451.4511.2.034	101	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

09.00	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO - SDU		
09.01	SECR. DE PLANEJAMENTO E DES. URBANO SDU		
15.451.4511.2.034	95	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 19 de agosto de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.679/2016-APROVA DESDOBRAMENTO DO LOTE URBANO N. 06, DO LOTEAMENTO PELEGRINI, MATRICULADO NO ORISMO SOB N. 9.339, DE PROPRIEDADE DE WALDIR PONTES MOREIRA E MARLI TEREZINHA SCHAFFER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.679/2016

Aprova desdobramento do Lote Urbano n. 06, do Loteamento Pelegrini, Matriculado no ORISMO sob n. 9.339, de propriedade de Waldir Pontes Moreira e Marli Terezinha Schaffer e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, art. 82, § 2º, da Lei Complementar n. 006/2011 (lei do Parcelamento do Solo Urbano):,

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desdobramento do Lote Urbano n. 06, do Loteamento Pelegrini, com área de 680,62m², matriculado no ORISMO sob n. 9.339, Perímetro Urbano, de propriedade de Waldir Pontes Moreira e Marli Terezinha Schaffer, passando de ora em diante a terem as seguintes confrontações:

I - Desdobramento:

a) Lote urbano nº 06-A, com área de 340,00m², com uma edificação, confrontando: ao Norte, com lote urbano n. 06-B, por linha seca medindo 12,20m; ao Leste, com o lote urbano n. 06-B, por linha medindo 27,869m; ao Sul, com a Rua 21 de Abril, numa extensão de 12,20m; ao Oeste, com parte do lote urbano n. 05, por linha seca medindo 27,869m;

b) Lote urbano nº 06-B, com área de 340,62m², sendo 262,59m², edificável e 78,03m², não edificável, confrontando: ao Norte, com terras que são ou foram de Francisco Dal Moro, por linha seca medindo 15,16m; ao Leste, com os Lotes Urbanos ns. 09 e 07, por linha seca medindo 44,40m; ao Sul, a Rua 21 de Abril, numa extensão de 2,80m, ao Oeste, com o lote urbano n. 06-A, por linha seca medindo 27,869m; novamente ao Sul, com parte do lote urbano n. 06-A, por linha seca medindo 12,20; novamente ao Oeste, com parte do lote urbano n. 05, por linha seca medindo 18,481m

Art. 2º Ficam a cargo do proprietário a execução de eventuais obras e registro no Ofício de Registro de Imóveis, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para o fiel cumprimento do presente ato.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE -SC,
Em, 07 de julho de 2016.
João Carlos Valar
Prefeito Municipal

Julio Antonio Bagetti
Advogado/OABSC 11.820-B

Este Decreto foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnica Administrativa

PROCESSO LICITATÓRIO N. 102/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Valor Ofertado

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira ou Cooperativa de crédito autorizado na forma da Legislação vigente e do Banco Central para prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagamento, empréstimos consignados em folha de pagamento, em conformidade do presente Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 06 de setembro de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 95/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 95/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e segurança na área urbana de São Miguel do Oeste, incluindo fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos semafóricos e de fiscalização eletrônica e sistema de processamento e monitoramento de trânsito, conforme especificação do Termo de Referência.

Entrega dos envelopes: Até às 07h45min do dia 05 de setembro de 2016.

Abertura: às 08h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 19 de agosto de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

LEI Nº 1.056, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

LEI Nº 1.056, DE 15 DE AGOSTO DE 2016

“Anula e suplementa verbas no orçamento fiscal vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.”

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal (e.e) de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.361.0004.2.015 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

04.01.12.365.0004.2.016 – Func. e Manutenção do Ensino Infantil R\$ 12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 25.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manutenção da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a anular R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) nas dotações abaixo identificadas:

02 – GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.002 – Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.1.011 – Recuperação e Reforma de Escola Educação Infantil R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.081.0 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04.01.27.812.0005.2.025 – Func. e Manutenção do Esporte Amador R\$ 15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.0008.2.044 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.451.0010.1.067 – Construção de Praças e Parques R\$ 13.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

10 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.028 – Realização de Eventos Promocionais R\$ 6.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000.0 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 de agosto de 2016.

Edson José da Silva Filho

Prefeito Municipal (e.e)

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.849/2016 DE 17 DE AGOSTO DE 2016

DECRETO Nº 3.849/2016 de 17 de agosto de 2016

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.025,01 (um mil vinte e cinco reais e um centavo) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.451.3005.2.314 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente

3.3.90.47.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obrigacoes Tributarias e Contributivas R\$ 1.025,01

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.05 - UNID DE MEIO AMBIENTE

07.05.18.451.3005.2.314 - Manutenção das Atividades do Meio Ambiente

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Consumo R\$ 1.025,01

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 17 de agosto de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO CONTRATO_96_2016

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 96/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 44/2016-PMS - Processo nº. 146/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HEXIS CIENTÍFICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 53.276.010/0001-10, estabelecida na Avenida Antonieta Piva Barranqueiros, nº. 385, Distrito Industrial, na cidade de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP: 13208-090.

Objeto: Constitui o presente a contratação de empresa especializada para manutenção corretiva, calibração e aquisição de filtro óptico de 420NM para colorímetro modelo DR/890 da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Serviço de manutenção corretiva do colorímetro modelo DR/890.	1	Unidade	203,66	203,66
02	Serviço de calibração restreável RBC em colorímetro modelo DR/890.	1	Unidade	352,57	352,57
03	Filtro óptico de 420NM para colorímetro modelo DR/890.	1	Unidade	465,29	465,29
TOTAL R\$					1.021,52

Valor do contrato: R\$ 1.021,52 (um mil, e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos).
Data da Assinatura: 19/08/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.645/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº6.645/2016, DE 18 DE AGOSTO DE 2016

NOMEIA MEMBROS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL INTERSETORIAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Resolução nº004/2016, de 15 de agosto de 2016, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal Interssetorial para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Decenal Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a saber:

Representantes do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente:

Daiane Regina Azevedo Wolf
Sheila Adriana Muller

Representante do Conselho Tutelar:

Alice Aparecida Limberger de Almeida

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Silvania Ferreira

Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer:

Fabiane Heller

Representante do Setor de Esportes e Lazer:

Edite Helena Hang

Representante do Setor de Cultura:

Anelise Bonaldi Kloppel

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Roseane Finta

Representante do Conselho Municipal de Saúde:

Domingos Santo Linhares de Moura

Representante do Conselho Municipal da Assistência Social:

Sheila Adriana Muller

Representante do Conselho Comunitário de Cultura:

Aneli Arlete de Souza

Representante da Secretaria de Segurança Pública - Polícia Civil

Samuel Corrêa

Representante do Ministério Público da Comarca

Camila Cristina de Sá Becker

Representante dos Adolescentes:

Andreza Thais Volles e Patricia Borges

Representante das Crianças:

Arthur Luckmann Quadros

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 18 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.646/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.646/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Sra. Josiani Maioli de Anevão, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.647/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.647/2016, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de demissão da servidora Sra. Bernardete Demarchi, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de agosto de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DISPENSA Nº 44/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 44/2016 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 146/2016
Data: 19/08/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: HEXIS CIENTIFICA LTDA
Endereço: AV ANTONIETA PIVA BARRANQUEIROS,385 -
Cidade: JUNDIAI - SP
CNPJ: 53.276.010/0001-10**Código:** 10262**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para manutenção corretiva, calibração e aquisição de filtro óptico de 420NM para calorímetro modelo DR/890 da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Serviço de manutenção corretiva do colorímetro modelo DR/890.	UN	203,66	203,66
2	1,00	Serviço de calibração restreável RBC em colorímetro modelo DR/890.	UN	352,57	352,57
3	1,00	Filtro optico de 420NM para colorímetro modelo DR/890.	UN	465,29	465,29

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

O referido calorímetro é utilizado diariamente na estação de tratamento de água na realização dos ensaios de cloro livre e na determinação de fluoretos na água tratada. A realização destes ensaios são de fundamental importância, afim de manter a dosagem dos produtos cloro e flúor dentro da especificação exigido pela Portaria 2914/11 do MS. Obs. A empresa Hexis é a única fornecedora de assistência técnica autorizada para os produtos da empresa Hack no Brasil.

Schroeder, 19 de Agosto de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 44/2016 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 146/2016 Data: 19/08/2016	
		Folha: 2/2

18/08/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 18 de Agosto de 2016

Valor da Despesa:

1.021,52 (um mil e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA Nº 45/2016-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 45/2016 - DL**Processo Nr.: 147/2016
Data: 22/08/2016

Folha: 1/2

Fornecedor: CLEONICE DE OLIVEIRA DOS SANTOS - EPP

Código: 10383

Endereço: R PAULO EGGERT,581 -

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 06.986.435/0001-33

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de lona com impressão digital para ser instalada defronte a obra da escola 12 salas em construção neste Município.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Lona com impressão digital no formato 9mx3m com ilhós conforme layout em anexo, para ser instalado defronte a obra da escola 12 salas em construção neste Município.	UN	740,00	1.480,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

A confecção destas placas se dá devido à necessidade de informar aos munícipes de Schroeder sobre o projeto arquitetônico de como ficará a obra da escola 12 salas que esta sendo construída com recursos do FNDE haja vista que é dever do Município dar informações aos seus habitantes quanto as a referida obra e os benefícios que esta trará a população.

Schroeder, 22 de Agosto de 2016

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 45/2016 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201	Processo Nr.: 147/2016
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Data: 22/08/2016
		Folha: 2/2

19/08/2016

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 19 de Agosto de 2016

Valor da Despesa:

1.480,00 (um mil quatrocentos e oitenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 17-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 17/2016				ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS							
LACI GRIGOLO, Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:							
Período/Data da Liberação dos Recursos:					08 a 12 de Agosto de 2016		
ATO LEGAL		CONCEDENTE				VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				179.951,95	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo				34.010,00	
Programa		• SUS - Estado					
Programa		• Saúde da Família - PSF					
Programa		• Saúde da Família - NASF					
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs					
Programa		• Epidemiologia e Controle de Doenças					
Programa		• Farmácia Básica - União					
Programa		• Farmácia Básica - Estado					
Programa		• Saúde Bucal					
Programa		• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp				116.522,95	
Programa		• Incentivo Hospitalar - SUS Estado				-	
Programa		• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ					
Programa		• PMAQ - Atenção Basica				-	
Programa		• SAMU - União				21.919,00	
Programa		• Media e Alta Complexidade - Mamografia				-	
Programa		• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS					
Programa		Transf SUS Investimento Equip.Mat.Permanente					
Programa		• MAC - AMB Hospitalar - FAEC					
Programa		• SUS - Estado Co - Financiamento					
Programa		• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)				7.500,00	
Programa		• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)					
Programa		• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização				-	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA					
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Inventivo Hospitalar					
Programa		• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento					
Programa		• Atenção Básica - Saúde da Família				-	
Programa		• CAPS - Centro de Atenção psicossocial					

Programa	• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)	-
Programa	• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único	
Programa	• Assistencia Financeira Complementar ACE - 95%	
Programa	• Forta. Das Politicas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	-
Programa	• Programa Saúde na Escola	-
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	-
Programa	Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	-
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBF1	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Indice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Investimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS / BL GBF	
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	-
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	-
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GSUAS	
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	
Programa	• Indice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	65.965,67
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	14.708,00
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	-
Programa	• Salário Educação	43.997,22
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	7.260,45
Programa	• Transporte Escolar - Estado	
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	488.162,00
Convenio	• Conv MEC/FNDE Quadra Escola Deolindo Zilio	
Convenio	Minist.Int.Nacional Proc.59050.001232/2014-46	488.162,00
Convenio	ADR/Seara - Construção Centro de Idosos B. Industri	
Convenio	• SDR - Seara - (TR) 241/2016 EFAICS	-
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		734.079,62

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.

Seara-SC,	em 19 de Agosto 2016						
Laci Grigolo							
Prefeita Municipal							
Adriana Cê Verza							
Consultora Controle Interno							
	Registra-se e Publica-se,						
	Em, 19 de Agosto de 2016						
	Claudiomar Garghetti						
	Secretário Adjunto						

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2016

Licitação exclusiva de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte

Processo Licitatório nº. 081/2016.

Edital de Pregão Presencial nº. 053/2016 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 02/09/2016, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de graxa, destinada à manutenção das atividades das secretarias de agricultura e meio ambiente, cidade e interior. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 19 de agosto de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL Nº 036/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	036/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	MERCADO BOLIS LTDA EPP.
Objeto	<p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 03 – AMIDO DE MILHO, nº13 – CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDA, nº15-CARNE SUÍNA EM CUBOS, nº16-COXA E SOBRECOXA, nº25- FILÉ DE PEITO DE FRANGO SEM OSSO, nº27-IOGURTE DE FRUTAS e nº64- TANGERINA/POLKAN/BERGAMOTA referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS garantindo uma alimentação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo deste Município, pois uma merenda nutritiva é base para o crescimento dessa geração auxiliando ainda a desenvolver todo o potencial de aprendizagem. Os produtos serão adquiridos mensalmente de forma parcial, sendo que a quantidade será conforme a necessidade do referido Programa, compreendendo o período de Agosto a Dezembro/2016 de acordo com as especificações dos itens e quantidades em anexo ao Edital em epígrafe.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 041/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.</p>
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 9.424,40 (Nove mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).
Vigência....	22/08/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 11.03.2.900.33.90.00 DR 0080.
SERRA ALTA/SC, 22 de agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 037/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	037/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	GILBERTO RIGO & CIA LTDA EPP.
Objeto	<p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 44-ABACAXI, nº45- AIPIM CONGELADO, nº46-ALFACE LISA OU CRESPA, nº47-ALHO, nº48- BANANA DA TERRA, nº49-BATATA INGLESA, nº50- BATATA DOCE, nº51- BETERRABA, nº52- BRÓCOLIS, nº53- CEBOLA, nº54-CENOURA, nº55-CHUCHU, nº56-LARANJA, nº 57- MAÇÃ NACIONAL, nº 58-MAMÃO FORMOSA, nº59-MELÂNCIA, nº60-REPOLHO, nº 61-TEMPEROS VERDES, nº62-TOMATE e nº63-OVOS, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS garantindo uma alimentação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo deste Município, pois uma merenda nutritiva é base para o crescimento dessa geração auxiliando ainda a desenvolver todo o potencial de aprendizagem. Os produtos serão adquiridos mensalmente de forma parcial, sendo que a quantidade será conforme a necessidade do referido Programa, compreendendo o período de Agosto a Dezembro/2016 de acordo com as especificações dos itens e quantidades em anexo ao Edital em epígrafe.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 041/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.</p>

Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 7.068,90 (Sete mil, sessenta e oito reais e noventa centavos).
Vigência....	22/08/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 11.03.2.900.33.90.00 DR 0080.
SERRA ALTA/SC, 22 de agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 038/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	038/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA
Contratada	SCS COMÉRCIO LTDA EPP.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 04– ARROZ TIPO I PARBOILIZADO, nº06– BISCOITO DOCE TIPO MARIA, nº08- CAFÉ SOLÚVEL GRANULADO, nº12- CHOCOLATE EM PÓ, nº14- CARNE BOVINA EM CUBOS, nº19-DOCE DE FRUTAS, nº20- FA- RINHA DE TRIGO ESPECIAL, nº28- LEITE INTEGRAL, nº29- LENTILHA, nº33- MELADO, nº34-MEL DE ABELHA, nº39-QUEIJO MUSSARELA, nº40-SAL MARINHO IODADO e nº42-SUCO DE UVA INTEGRAL, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍ- CIOS garantindo uma alimentação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo deste Município, pois uma merenda nutritiva é base para o crescimento dessa geração auxiliando ainda a desenvolver todo o potencial de aprendizagem. Os produtos serão adquiridos mensalmente de forma parcial, sendo que a quantidade será conforme a necessidade do referido Programa, compreendendo o período de Agosto a Dezembro/2016 de acordo com as especificações dos itens e quantidades em anexo ao Edital em epígrafe. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 041/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 10.064,25 (Dez mil, sessenta e quatro reais e vinte e cinco centavos).
Vigência....	22/08/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 11.03.2.900.33.90.00 DR 0080.
SERRA ALTA/SC, 22 de agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 039/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	039/2016
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 01- AÇÚCAR BRANCO, nº02- AÇÚCAR MASCADO, nº07- BISCOITO CREAM CRAKER INTEGRAL, nº09- CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ, nº10- CRAVO DA ÍNDIA, nº11-CANELA EM PÓ, nº18- CEREAL MATINAL-FLOCOS DE MILHO, nº21- FARINHA DE MILHO, nº22- FARINHA DE MANDIOCA, nº23- FEIJÃO PRETO, nº24-FERMENTO EM PÓ QUÍMICO, nº26-GELATINA EM PÓ DIVERSOS SABORES, nº30-MARGARINA, nº31-MACARRÃO MIÚDO P/ SOPA, nº32-MASSA ALIMENTÍCIA COM OVOS-TIPO PARAFUSO, nº35-ÓLEO DE SOJA, nº41-SAGU e nº43-VINAGRE DE MAÇÃ, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS garantindo uma alimentação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo deste Município, pois uma merenda nutritiva é base para o crescimento dessa geração auxiliando ainda a desenvolver todo o potencial de aprendizagem. Os produtos serão adquiridos mensalmente de forma parcial, sendo que a quantidade será conforme a necessidade do referido Programa, compreendendo o período de Agosto a Dezembro/2016 de acordo com as especificações dos itens e quantidades em anexo ao Edital em epígrafe. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 041/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 3.757,70 (Três mil, setecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos).
Vigência....	22/08/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 11.03.2.900.33.90.00 DR 0080.
SERRA ALTA/SC, 22 de agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO CONTRATUAL Nº 040/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2016	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	040/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Contratada	FAMILY ALIMENTOS EIRELI ME.
Objeto	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os itens nº 05- BISCOITO CASEIRO, nº17- CUCA RECHEADA, nº36- PÃO DE FORMA FATIADO INTEGRAL, nº37- PÃO HOT DOG e nº38-PÃO FRANCÊS, referente a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS garantindo uma alimentação de qualidade, que contribua com o desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes que freqüentam o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo deste Município, pois uma merenda nutritiva é base para o crescimento dessa geração auxiliando ainda a desenvolver todo o potencial de aprendizagem. Os produtos serão adquiridos mensalmente de forma parcial, sendo que a quantidade será conforme a necessidade do referido Programa, compreendendo o período de Agosto a Dezembro/2016 de acordo com as especificações dos itens e quantidades em anexo ao Edital em epígrafe. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Presencial nº. 041/2016, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.
Valor	A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos objeto deste Contrato, o preço total proposto de R\$ 6.944,30 (Seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e trinta centavos).
Vigência....	22/08/2016 á 31/12/2016.
Dotação	Orçamento vigente: 11.03.2.900.33.90.00 DR 0080.
SERRA ALTA/SC, 22 de agosto de 2016.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

Tigrinhos

PREFEITURA

DECRETO 068/2016

DECRETO Nº. 068/2016, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORES MUNICIPAIS COMO FISCAIS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica.

DECRETA:

Art.1º. Ficam designados os servidores municipais abaixo nominados como fiscais dos contratos administrativos, devendo eles acompanhar a execução contratual ficando condicionado o pagamento à confirmação de cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada que será realizado mediante assinatura do fiscal no verso da Nota Fiscal/Prestação de Serviço/Relatório de Execução.

1. CLEISE HONAISSER – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA;
2. VERA LUCIA BACZINSKI – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES;
3. MARLI FATIMA AGOSTINI – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;
4. DEYSE KÁTIA FERREIRA PASQUALOTTO – FISCAL DOS CONTRATOS REFERENTES A OBRAS DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS;
5. CRISTIANE MULLER – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
6. ERNANI BRUCH – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS, INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS;
7. MARIO BONETTO – FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE;

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS
ESTADO DE SANTA CATARINA EM, 17 DE AGOSTO DE 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 033-2016

EXTRATO DE CONTRATO
MUNICIPIO DE TIGRINHOS
Processo Licitatório nº. 029/2016

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 033/2016 com a empresa IRINEU DE SOUSA NETO – CNPJ: 23.872.715/0001-30, para serviço de ensino de CAPOEIRA na manutenção das atividades do Serviço de Proteção Social Básica, durante o exercício de 2016.

TIGRINHOS/SC, em 22 de Agosto de 2016.
RUDIMAR FRANCISCO GUTH
Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 167/2016;DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

DECRETO Nº. 167, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida á pedido, Eduarda Zilli Pasini, Matrícula nº 3142, do Cargo de Professor Supletivo, Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 18 de Agosto de 2016.

Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 10 2016 SAMAE - AQUISIÇÃO DE REAGENTES

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2016 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto
- SAMAE

OBJETO: Registro de preços para aquisição de reagentes e produtos para o laboratório da Estação de Tratamento de Água – ETA.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Digicrom Analitica Ltda; Hexis Cientifica Ltda; Sovereign Comercio de Produtos para Laboratorios Ltda e Pro Analise Quimica e Diagnostica.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 56.032,97 (cinquenta e seis mil, trinta e dois reais e noventa e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 21/08/2017

Timbó, 19/08/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

JULGAMENTO HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 46 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 46/2016 - PMT

Às quatorze horas do décimo oitavo dia, do mês de agosto de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Kelly Cristina Osti Kannenberg, designada pela Portaria nº 1989, de 01 de junho de 2016, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 46/2016 – PMT.

Do parecer contábil emitido pela contadora e do parecer técnico emitido pelos Engenheiros Civis, verificou-se que as empresas licitantes atenderam aos requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Com relação ao parecer Técnico Contábil referente a análise de enquadramento das empresas como ME ou EPP, verificou-se que as empresas CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA ME e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA EPP, não se enquadram, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, ou seja, não condiz com os documentos apresentados pelas respectivas empresas. Conforme o item 18.7 do edital, a licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

Conforme o item 6.2 do edital, não será concedida prorrogação de prazo para a apresentação dos documentos de habilitação e da proposta, sendo sumariamente inabilitados os licitantes que deixarem de apresentar todos os documentos necessários, ou desclassificadas as propostas em desacordo com o edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação, decidimos pela habilitação das empresas M.D.SILVAS LTDA ME e CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP e pela inabilitação das empresas CONSTRUTORA LOVEMBERGER LTDA ME e EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB

LTDA EPP, haja visto o exposto nos itens 6.2 e 18.7, do edital e do parecer técnico contábil, emitido em 05 de agosto do corrente. Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

KELLY C.OSTI KANNENBERG

Membro Substituta

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO EXTRATO CONTRATO 2015.113 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/113

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, Gerência Regional de Blumenau.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 01/09/2017 e reajuste de 8,7363% conforme IPCA do mês de julho/2016.

DA ASSINATURA: 01/08/2016.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretario de Desenvolvimento Econômico

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2016

Vigência: 25/07/2016 à 31/12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Info Digitale – CNPJ nº 86.731.494/0001-08.

Objeto: – O objeto do presente contrato é a contratação de serviços de digitalização de documentos, conforme itens abaixo:

Item 1 – Digitalização e indexação dos processos licitatórios dos anos de 2009 à data atual e digitalização e indexação dos documentos contábeis dos anos de 2009 à data atual, sendo a quantidade de 600.000 (seiscentos mil) páginas;

Item 3 – Implantação e treinamento dos usuários do sistema de gerenciamento administrativo;

Item 4 – Implantação e treinamento do sistema de gerenciamento dos documentos contábeis;

Valor Total: R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2016

Vigência: 16/08/2016 à 17/09/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Rogério Luiz – CNPJ nº 13.372.118/0001-92.

Objeto: – O objeto do presente Contrato é a contratação de serviços de mão de obra para realização de limpeza e fechamento de valas de vazão de águas pluviais, entre as Ruas Francisco Jenzura e Umeich Shimoguri, localizadas no Bairro Jardim Zilda Pacheco, no Município de Três Barras – SC.

Valor Total: R\$ 4.209,18 (quatro mil e duzentos e nove reais e dezoito centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2016

Vigência: 08/08/2016 à 31/12/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Telefônica Brasil S/A – CNPJ nº 02.558.157/0001-62.

Objeto: – O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP no Estado de Santa Catarina, por intermédio de 70 (setenta) Códigos de Acesso, com o fornecimento das 70 (setenta) SIM Cards, devidamente ativados, associados a um Plano Pós-Pago de Serviço, com total estimado de 8.000 (oito mil) minutos/mês, dos quais 4.500 (quatro mil e quinhentos) minutos/mês para ligações VC2, e 1.000 (um mil) minutos/mês para ligações VC3, 500 (quinhentos) minutos/mês para ligações AD1/AD2/DSL1/DSL2, que possibilite o atendimento da Contratante em todas as localidades atendidas pela Autorizada, em sua Área de Prestação, para uso em ligações locais para telefones fixos e celulares de qualquer operadora, inclusive na condição de visitante em todo território nacional e com encaminhamento de chamadas de Longa Distância Nacional e Roaming nacional, com acesso as internet de no mínimo 3G, devendo possuir sistema de acompanhamento e gerenciamento (consulta de resumos de minutos e detalhamento de faturas de cada acesso bem como bloqueios e restrições por acesso) por meio da Internet, conforme condições constantes do Edital e do presente termo.

Valor Total: R\$ 37.905,00 (trinta e sete mil e novecentos e cinco reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 18 de agosto de 2016.

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2196

DECRETO Nº 2.196/2016 de 18 de agosto de 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
NO VALOR DE R\$ 66.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 61.000,00 (sessenta e um mil reais) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – Serviços de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 2.005– Manutenção da Secretaria

(24) 4.6.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$1.000,00

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 – Serviços Públicos Urbanos

Projeto/Atividade: 2.216 – Manutenção de Jardins e Praças

(27) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$ 20.000,00

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 2.011 – Transporte Escolar Ensino Fundamental

(49) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação, verificados no período.

Art. 3º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.201– Ensino Infantil

(46) 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$ 5.000,00

Art. 4º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo 3º, ficam anulados os recursos da seguinte dotação:

06 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 – Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 2.201– Ensino Infantil

(45) 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000
..... R\$ 5.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 18 de agosto de 2016.

MAURO DRESCH
Prefeito

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 01/2016 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA MALIBU

OBJETO: Apresentação artística com BANDA MALIBU, representada neste ato pela empresa: TATIANE RACHADEL PEREIRA DOS SANTOS 05398508962, detentora da marca de sua titularidade, inscrita no CNPJ sob o nº 20.585.804/0001-07, com sede na Rua Frederico Jensen, nº 2230, bloco 5, apto 253, Bairro Itoupavazinha na cidade de Blumenau - SC. Show de duração aproximada de 03h30min (três horas e trinta minutos), no dia 11 de Outubro de 2016, a partir das 21h00min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2016

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 6.900,00 (Seis mil e novecentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2050.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/08/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Agosto de 2016

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 02/2016 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA SOCIETY

OBJETO: Apresentação artística com BANDA SOCIETY, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253.0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, 2219, Sala B, Centro, no Município de Pomerode - SC. Show de duração aproximada de 03h45min (três horas e quarenta e cinco minutos), no dia 12 de Outubro de 2016, a partir das 21h15min, Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2016

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2050.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/08/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Agosto de 2016

EXTRATO DE CONTRATO 03/2016 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 03/2016 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: ORQUESTRA LA MONTANARA

OBJETO: Apresentação artística com ORQUESTRA LA MONTANARA, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253.0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, 2219, Sala B, Centro, no Município de Pomerode - SC. Show de duração aproximada de 03h30min (três horas e trinta minutos), no dia 13 de Outubro de 2016, a partir das 20h00min; show de duração aproximada de 03h30min (três horas e trinta minutos) no dia 14 de Outubro de 2016, a partir das 21h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2016

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 10.600,00 (Dez mil e seiscentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2050.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/08/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Agosto de 2016

EXTRATO DE CONTRATO 04/2016 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 04/2016 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA CAVALINHO

OBJETO: Apresentação artística com BANDA CAVALINHO, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253.0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, 2219, Sala B, Centro, no Município de Pomerode - SC. Show de duração aproximada de 02h00min (duas horas), no dia 15 de Outubro de 2016, a partir das 22h30min; show de duração aproximada de 02h00min (duas horas), no dia 16 de Outubro de 2016, a partir das 20h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2016.

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2050.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/08/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Agosto de 2016

EXTRATO DE CONTRATO 05/2016 TIROLERFEST

EXTRATO DE CONTRATO 05/2016 TIROLERFEST

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS.

CONTRATADO: BANDA SINTONIA SUL

OBJETO: Apresentação artística com BANDA SINTONIA SUL, representada neste ato pela ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE, inscrita no CNPJ sob o nº 07.453.253.0001-60, com sede na Rua XV de Novembro, 2219, Sala B, Centro, no Município de Pomerode - SC. Show de duração aproximada de 03h00min (três horas), no dia 15 de Outubro de 2016, a partir das 19h30min. Local de realização: Parque de Exposições Johann Otto Kung, no município de Treze Tílias por ocasião da Tirolerfest 2016

VALOR: O preço total ajustado para o cumprimento do contrato é de R\$ 1.500,00 (Mil e quinhentos reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.01.2050.33.90.00.00.00.00.

DATA ASSINATURA: 19/08/2016

TREZE TÍLIAS, 19 de Agosto de 2016

PORTARIA 100/2015

PORTARIA Nº 100/15 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Marcolina M. Viera de Souza	11/06/2014 a 10/06/2015	18/11/2015 a 27/11/2015	10

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 101/2015

PORTARIA Nº 101/15 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Gisele Rofner Joenck	21/07/2014 a 20/07/2015	23/11/2015 a 22/12/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127/15 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares ao servidor municipal abaixo mencionado.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Valdir Darci Selzlein	08/11/2014 a 07/11/2015	12/12/2015 a 10/01/2016	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Finanças

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 31/2016

DECRETO Nº 031/16, de 17 de Agosto de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e no do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:
04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
28.843.0000.0.001 – RESGATE DA DÍVIDA INTERNA
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (021) – Aplicações Diretas
..... R\$ 300.000,00
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.0046.2.051–MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SF E ACS
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 (014) – Aplicações Diretas
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0080 por excesso de arrecadação no valor de R\$ 300.000,000 e da fonte 0102 por excesso de arrecadação do PAB no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 17 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 246/2016

PORTARIA Nº 246/16, de 16 de Agosto de 2016.
NOMEIA AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei nº 2.140/12 de 27 de Novembro de 2012,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear pelo Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015-SME, o Servidor abaixo relacionado, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Helena Carolina Arceno por ter sido remanejada.
NOME CPF LOCAL DE TRABALHO
Marlete Just Cardoso 600.002.449-53 E.E.B.M. Profª Laurita M.

Bristot

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 16 de Agosto de 2016 e encerrará em 14 de Dezembro de 2016.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 247/2016

PORTARIA Nº 247/16, de 16 de Agosto de 2016.

ALTERA A FUNÇÃO E CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA NOMEADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a função pública da servidora HELENA CAROLINA ARCENO CPF nº 033.189.009-74, matrícula nº 3592, nomeada através do Processo Seletivo nº 004-15 - SME, de Auxiliar de Ensino da Educação Inclusiva com 20 (vinte) horas semanais para Auxiliar de Ensino da Educação Infantil nas Escolas de Período Integral com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei, em substituição a servidora Cláudia Gianizzella por ter pedido Exoneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 16 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 248/2016

PORTARIA Nº 248/16, de 18 de Agosto de 2016.
CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido nos art. 26 a 32 da Lei Complementar nº. 010/11, de 24 de Agosto de 2011,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Progressão por Desempenho aos Servidores abaixo relacionados:

MATRÍCULA	NOME	REFERÊNCIA/NÍVEL
1219	ALESSANDRA TRICHES	Nível 7 de H1 para I1
1261	ANA MARIA CASTELLER VICNTIN	Nível 7 de I1 para J1
0120	BERNARDETE GIRARDI WARMILING	Nível 7 de I1 para J1
0204	CARMEN MARINA S. BARDINI	Nível 7 de G1 para H1
0756	CLAUDETE FAVARO	Nível 7 de I1 para J1
1951	DIONE MARIA RICKEN	Nível 7 de E1 para F1
1220	DELIANE MORGEUROTH	Nível 7 de A1 para B1
0742	ELIANE R. DE FREITAS CASTELLER	Nível 7 de I1 para J1
1216	ELIZABETE FERREIRA LONDERO	Nível 7 de I1 para J1
1978	ELENITA SCARABELOT PAZINI	Nível 4 de E1 para F1
1458	FATIMA MIGUEL	Nível 2 de E1 para F1
1195	GISELE BENDO NAZÁRIO	Nível 7 de I1 para J1
1869	IDAIANE CASTANHA VALNIER CECONI	Nível 7 de F1 para G1
0121	IVANIR FERMO CARVALHO	Nível 7 de H1 para I1
1871	JANAINA DA CRUZ COSTA	Nível 1 de E1 para F1
0869	KATIA CARMINATTI PAROLO	Nível 7 de G1 para H1
1206	KATIA RIBEIRO POSSAMAI	Nível 7 de F1 para G1
0721	LUCIANE FONTANA VITTO	Nível 7 de I1 para J1
1887	LIANDRA PIAZZA DAL PONT	Nível 7 de F1 para G1
1059	LUCINÉA DA SILVA	Nível 7 de I1 para J1
1310	LUCILENA ZAVARIZ	Nível 7 de I1 para J1
0719	MARIA APARECIDA BRINA MONDARDO	Nível 7 de I1 para J1
0041	MARIA CLADIR DAL PONT FAVARO	Nível 7 de I1 para J1
0744	MARIA INEZ ROSSO DA ROCHA	Nível 7 de I1 para J1
1058	MARIA IVETE FAVARIN PESCADOR	Nível 5 de H1 para I1
1090	MARIETI MONTEIRO RODRIGUES	Nível 2 de H1 para I1
1145	MARISETE OSORIO MONTEIRO	Nível 1 de I1 para J1
1868	MARIA ELIANE DA SILVA	Nível 7 de F1 para G1
1205	MARIBEL MARAGNO	Nível 2 de C1 para D1
1052	NEUSA MANFIOLETTI	Nível 5 de J1 para A1

1057	MARLENE DA SILVA FERREIRA	Nível 2 de D1 para E1
0081	OLINDINA PEREIRA DOS REIS	Nível 7 de I1 para J1
1914	RODRIGO CASTELLER VICENTIN	Nível 4 de C1 para D1
0122	ROSANGELA SERAFIM MENEGARO	Nível 7 de H1 para I1
0758	SILVIA ROSANE SALVARO	Nível 7 de H1 para I1
1867	SCHEILA CRISTIANE HEFFEL	Nível 7 de F1 para G1
0971	SONIA BEATRIZ GAVA MARTGNAGO	Nível 7 de I1 para J1
0727	SONIR MAFFIOLETTI BORDIGNON	Nível 7 de I1 para J1
0789	SANDRA REGINA PESCADOR DE SOUZA	Nível 7 de H1 para I1
0724	SUSANA BARBOSA DE O. BARDINI	Nível 7 de H1 para I1
0740	TANIA K. NAZARIO DOS SANTOS	Nível 7 de H1 para I1
0048	VALDETE CORDEIRO	Nível 9 de A1 para B1
0087	VALDETE BORDIGNON	Nível 7 de I1 para J1
0751	VERONICE GABRIEL DA SILVA	Nível 7 de I1 para J1
0754	VERONICA TORETI SCARABELOT	Nível 7 de H1 para I1

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 18 de agosto de 2016.
RONALDO CARLESSI
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

TOMADA DE PREÇOS PMT 45/2016

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 45/2016 – Tomada de Preço nº 45/2016

Objeto: Pavimentação em diversas vias públicas municipais.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 08/09/2016

Abertura da Sessão: as 08:00 hs do dia 08/09/2016

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 609 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo/SC, 19 de agosto de 2016.

Nestor Reco
Presidente da C.J.L.

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.214/16

DECRETO Nº 13.214/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.381 de 17 de agosto de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 3.568.000,00 (Três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	3.568.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	3.568.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	2.720.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	848.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	3.568.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.216/16

DECRETO Nº 13.216/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.387 de 17 de agosto de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil
1.011 – Aplicação Salário Educação – Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0006 - Aplicações diretas R\$ 40.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação
06 – Departamento de Esportes
2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 130.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil

1.011 – Aplicação Salário Educação – Ensino Infantil

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0006 - Aplicações diretas R\$ 40.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação

06 – Departamento de Esportes

1.012 – Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 130.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.217/16

DECRETO Nº 13.217/16, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 13.086/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 14.972/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 13.086/16, que nomeou ÂNGELA WOLFARDT, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.218/16

DECRETO Nº 13.218/16, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, EVERTON ZENI tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga

horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONÍSIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.219/16

DECRETO Nº 13.219/16, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Altera o inciso II do art. 2º do Decreto nº 12.633/15, que Nomeia membros do Conselho Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.925/16,

DECRETA

Art. 1º Altera o inciso II do art. 2º do Decreto nº 12.633/15, que Nomeia membros do Conselho Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º (...)

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação – Secretário Executivo: IEDA MARIA CESCO MIOZZO

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.220/16

DECRETO Nº 13.220/16, DE 18 DE AGOSTO DE 2016.

Nomeia Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JOEL ALVES DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Motorista I – Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 13.221/16

DECRETO Nº 13.221/16, DE 19 DE AGOSTO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 438.000,00(Quatrocentos e trinta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
05 – Departamento de Ensino Superior	
2.089 –Manutenção UAB – Universidade Aberta do Brasil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	6.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	7.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Departamento de Educação	
2.032 –Manutenção da Biblioteca	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	3.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	2.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
2.035 –Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	50.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	10.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 –Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	300.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.037 –Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	438.000,00

Art. 2º As suplementações a que se refere o artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
05 – Departamento de Ensino Superior	
2.089 –Manutenção UAB – Universidade Aberta do Brasil	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	13.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
01 – Departamento de Educação	
2.032 –Manutenção da Biblioteca	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas	5.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
2.035 –Manutenção do Fundeb - Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0011 – Aplicações Diretas	70.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.039 –Manutenção do Fundeb - Ensino Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0010 – Aplicações Diretas	300.000,00
07 – Secretaria Municipal de Educação	
03 – Departamento de Ensino Infantil	
2.037 –Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos	
3.1.91.00.00.00.00.00.01.0001 – Aplicações Diretas	50.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO	438.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0082/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 082/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público- Edital nº 002/2014:

CONVOCADO	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ADELAIDE FARIAS VIEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	13.211/16, DE 16/08/2016

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 18 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

LEI 3.381/16

LEI Nº 3.381/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

Abre Crédito Adicional Especial para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional especial no valor de R\$ 3.568.000,00 (Três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.3.91.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	3.568.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	3.568.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

03 – Secretaria Municipal de Administração	
02 – Encargos Especiais	
2.020 – Amortização e Encargos da Dívida	
3.2.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	2.720.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas	848.000,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES	3.568.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

LEI 3.382/16

LEI Nº 3.382/16, DE 17 DE AGOSTO DE 2016

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil
1.011 – Aplicação Salário Educação – Ensino Infantil
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0006 - Aplicações diretas R\$ 40.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação
06 – Departamento de Esportes
2.043 – Manutenção do Departamento de Esportes
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 130.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta da anulação parcial das seguintes dotações:

07 – Secretaria Municipal de Educação
03 – Departamento de Ensino Infantil

1.011 – Aplicação Salário Educação – Ensino Infantil
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0006 - Aplicações diretas R\$ 40.000,00

07 – Secretaria Municipal de Educação
06 – Departamento de Esportes
1.012 – Construção/Ampliação/Reforma Ginásios, Quadras e Campos
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DAS ANULAÇÕES R\$ 130.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0659/16

PORTARIA nº 0659/16
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.322/2016.
RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor JULIO CESAR NUNES, Agente Operacional de Vigilância, a partir de 01 de outubro de 2016 até 01 de janeiro de 2017, referente ao quinquênio de 15 de agosto de 2008 até 14 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de agosto de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0660/16

PORTARIA nº 0660/16
Autoriza Interdição de Ruas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 14.917/16,
RESOLVE

Art. 1º Autorizar a Interdição da Avenida Manoel Roque, em toda a sua extensão, nos dias 6 e 7 de setembro de 2016, a partir das 19:00h do dia 06 de setembro de 2016.

Art. 2º Autorizar a interdição das seguintes ruas, no dia 7 de setembro de 2016, a partir das 06:30h, para a Realização de Desfile Cívico alusivo às comemorações do Dia da Independência do Brasil:

- I – Rua Juvelino Pires Curuca (toda extensão);
- II – Rua Lauro Müller (esquina com a Rua Benjamim Graziotin sentido Rua Alberto Zoller e Rua Campos Novos);
- III - Rua Benjamim Graziotin (toda extensão);
- IV – Rua Antônio Ferlin (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder e Rua Alberto Leal);
- V – Rua José Formigheri (esquina com Avenida Manoel Roque até esquina com a Rua Fernando Egger);

VI – Rua Antônio Pinto (esquinas entre a Rua Adolfo Konder e a Rua Vigário Lourenço);

VII - Alberto Zoller (esquina com a Rua Lauro Müller até a Rua Adolfo Konder);

VIII – Rua Fiorindo Pires (toda a extensão)

IX – Rua Adolfo Konder (esquina com a Rua Antonio Pinto até a Rua Alberto Zoler).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0661/16

PORTARIA nº 0661/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 211/ADM, datada de 18 de agosto de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 18 de agosto à 30 de agosto de 2016, o gozo de férias da servidora IZABEL APARECIDA BALBINOT, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 16 de março de 2015 até 15 de março de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 18 de agosto de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 0662/16

PORTARIA nº 0662/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 48/2016 da Secretaria de Planejamento,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 16 de agosto à 30 de agosto de 2016, o gozo de férias da servidora MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, ocupante do cargo efetivo de Engenheira Civil, referente ao período aquisitivo de 07 de abril de 2015 até 06 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 16 de agosto, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de agosto de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de agosto de 2016.

DIONISIO ROBASKEWICZ NETO
Secretário de Administração

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 04/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2016 – FMS

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA LOCALIZADA NO BAIRRO DE CARLI (AMPLIAÇÃO: 240,40M² E REFORMA: 131,10M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Restando HABILITADAS as empresas JO Camargo Empreiteira de Mão de Obra Ltda ME, Martini e Franciscatto Engenharia Ltda – EPP, GL Construtora e Incorporadora Ltda, Felipe Bruschi Engenharia Ltda, Palazzo Construtora Ltda ME e Construtora Edificação Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 19 de agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 02/2016 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA PARA O NOVO TERMINAL URBANO, ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA 601,61M² (ÁREA TOTAL DE IMPLANTAÇÃO 1.078,33M²), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando vencedora a empresa Felipe Bruschi Engenharia Ltda vencedora do certame por apresentar o menor preço de R\$ 1.085.715,43 (um milhão e oitenta e cinco mil setecentos e quinze reais e quarenta e três centavos). Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 19 de agosto de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO EDITAL TP 01/2016 - CMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 01/2016 - CMV

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE VIDEIRA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL. Os envelopes contendo a documentação e a proposta de preço serão recebidos até às 14:00 horas do dia 13 de setembro de 2016 no Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira. O Edital completo, projeto, memorial descritivo e planilha orçamentária estão disponíveis no site www.camaravideira.sc.gov.br. Informações poderão ser obtidas na Câmara Municipal de Vereadores na Avenida Manoel Roque, nº 99, no horário das 13:00 às 19:00h., através do telefone (49) 3566 - 0500.

Videira/SC, 18 de agosto de 2016.

RAFAEL BALESTRIN

Presidente

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto n.º 043/2016

DECRETO 043/2016

Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0947, de 04/12/2015.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 – Manutenção da Educação Infantil (Creche)

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25%
R\$ 7.515,10

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2025 – Manutenção da Educação Infantil (Pré-Escola)

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25%
R\$ 3.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assist. Médica

33000000.00 – Outras Despesas Correntes

33900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/União R\$
15.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assist. Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31710000.00 – Transferências a Consórcios Públicos
--

0.1.0200 – Saúde 15%
R\$ 2.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assist. Médica

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0200 – Saúde 15%
R\$ 5.000,00

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 – Atenção as Famílias Carentes

44000000.00 – Investimentos

44900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3504 – Fortalecimento de Vínculos de Convivência
R\$ 15.000,00

Art. 2º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2020 – Manutenção da Educação Infantil (Creche)

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25%
..... R\$ 7.515,10

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.365.010.2025 – Manutenção da Educação Infantil (Pré-Escola)

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25%
..... R\$ 3.000,00

0801 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.007.2011 – Manutenção do Depto de Saúde e Assist. Médica

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3800 – Transf. SUS/União
..... R\$ 15.000,00

0.1.0200 – Saúde 15%
..... R\$ 7.000,00

1001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.009.2016 – Atenção as Famílias Carentes

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais
--

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.3504 – Fortalecimento de Vínculos de Convivência
R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 19 de agosto de 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

PORTARIA Nº 178/2016

PORTARIANº 178/2016

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ELI SOUSA DOS SANTOS

Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, a requerimento, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Saúde, contratado pela Portaria nº 053/2014, de 20 de março de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerado a partir de 19 de agosto de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 19 de agosto de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 19 DE AGOSTO DE 2016.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, __/__/____

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0075/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0075/2016, tendo como objeto a Aquisição de 03 (três) Veículos automotor zero quilômetro, com capacidade mínima de 05 ocupantes, motor 1.0 ou superior, para uso no Transporte de pacientes da Rede Municipal de Saúde em tratamentos fora do domicílio. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 05/09/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19/08/2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0076/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, juntamente com os Fundos Municipal de Saúde e Assistência Social, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0076/2016, tendo como objeto o Registro de Preços objetivando a possível aquisição de passagens aéreas de todas as companhias de transporte aéreo, compreendendo os Serviços de Cotação de Preços, Reservas, Emissão, Transferência, Alteração e Cancelamento de Passagens Aéreas Nacionais em Vãos Regulares. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 02/09/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19/08/2016. Ademir J. Gasparini - Prefeito Municipal.

AVISO DE REABERTURA PRAZO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0071/2016

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que está Reabrindo o prazo de Abertura do Pregão Presencial nº 0071/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para Aquisições futuras e parceladas de Mudanças de flores, fertilizantes, adubos, embalagens, carrinho de mão, enxada, vassoura, tesoura, grama e plantas, destinado à Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer, EM VIRTUDE DE ALTERAÇÃO NO ITEM 9 (HABILITAÇÃO) DO EDITAL. O recebimento das propostas passa a ser até as 09:45h, do dia 14/09/2016 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e Alteração no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 19 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

EXTRATO 10 ADITIVO AO CONTRATO Nº 0073/2013

Extrato 10º Aditivo ao Contrato nº 0073/2013

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Construlacer Com. e Const. Lacerdópolis Ltda

Objeto: Construção da Unidade Básica de Saúde do Bairro Tacca.

Fica prorrogado prazo de vigência do contrato originário para mais 90 dias contados a partir de 15/08/2016 vigorando até 14/11/2016. Xanxerê-SC, 12 de agosto de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH - AJG 278/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 278/2016

EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 18.08.2016, a Servidora Pública Municipal, a Sra. PATRICIA ELISIANE DE OLIVEIRA BARBOZA, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 7.106.253.516, CPF nº 026.218.720-50, nomeada conforme Decreto nº AJG 201/14, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003152/2016 datado de 18.08.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 18 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 279/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 279/2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09. RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 98 (noventa e oito) dias a partir de 22.08.2016 a 27.11.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. ELIANE MARIA CALEGARI, brasileira, portadora da CI 3.581.094, CPF Nº 006.755.579-92 residente

e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto nº AM 083/05 no cargo de SECRETÁRIA ESCOLAR, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0003157/2016. Datado de 19.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

07.07.2005 a 24.07.2006 = 20 dias

25.07.2006 a 22.05.2009 = 18 dias

23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias

23.05.2012 a 22.05.2015 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 280/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 280/2016.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09. RESOLVE

CONCEDER o pedido de Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 05.09.2016 até 04.10.2016 ao Servidor Público Municipal Sr. ADEMAR BIAZUS, brasileiro, portador da CI nº 1.781.469 e CPF nº 527.996.549-91. Residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - SC. Nomeado conforme Decreto JB 304/94 no cargo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0003153/2016. Datado de 18.08.2016.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:

09.10.1996 a 08.10.2001 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH - AJG 281/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 281/2016

EXONERAR A PEDIDO SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê - Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 inciso VI e Lei nº HW 1.775/91 Artigo 34.

RESOLVE

EXONERAR a pedido a partir de 01.08.2016, a Servidora Pública Municipal, a Sra. DANIELA CAUS, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador (a) da CI nº 3.955.035, CPF nº 054.245.749-04, nomeada conforme Decreto nº LJV 128/12, no cargo de COZINHEIRA, com carga horária de quarenta (40) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0003162/2016 datado de 19.08.2016.

Para fazer frente às despesas decorrentes desta exoneração, serão utilizados recursos orçamentários próprios da Secretaria Municipal de Educação.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de agosto de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO 3º ADITIVO CONTRATO 0063/2013

3 Aditivo ao Contrato nº 0063/2013

Locatário: Município de Xanxerê, através do Fundo Municipal de Saúde.

Locador: Ademir Luiz Santin

Objeto: Locação de duas salas comerciais, destinadas ao funcionamento da Unidade Sanitária do Bairro Primo Tacca.

Fica prorrogado a vigência do contrato acima para até 31/12/2016, contados a partir de 19 de agosto de 2016.

Xanxerê-SC, 12 de agosto de 2016. Ademir J. Gasparini – Pref. Municipal.

Consórcios

ARIS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2016

Extrato do Contrato nº 008/2016

Processo Licitatório nº 070/2016

Pregão nº 010/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para implantação, capacitação e fornecimento de licença de uso temporário de Sistema de Gestão Pública com acesso simultâneo para usuários da ARIS.

Contratante: AGÊNCIA REG. INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

Contratada: PUBLICA INFORMÁTICA LTDA.

CNPJ: nº 95.836.771/0001-20

Valor: R\$ 33.000,00

Lote 1: Sistemas: 1572,50 mensal, considerando 12 meses.

Lote 2: Implantação: 2.125,00

Lote 3: Capacitação: 2.009,00

Lote 4: Hora Técnica: 102,00 a hora, considerando 98 horas.

Florianópolis, 15 de agosto de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIM-AMAVI

ATA Nº 29 - CIM-AMAVI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI – DIA 01/07/2016

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, às 9h30min, no auditório da AMAVI em Rio do Sul, reuniram-se os senhores prefeitos e demais autoridades conforme consta no livro de presenças nº 01, folhas 54 e 55, para apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Receber doação de recursos da AMAVI; 2) Assuntos de Interesse dos Municípios e do Consórcio. Dando início a assembleia, o presidente do CIM-AMAVI, prefeito Silvio Venturi, saudou os presentes e agradeceu a presença de todos. Em seguida, o presidente colocou em discussão a doação de recursos da AMAVI para o CIM-AMAVI, sendo que foi aprovado pelos prefeitos o repasse de recursos da AMAVI para o CIM-AMAVI, se necessário, para os estudos, projetos e encaminhamentos relativos ao Parque de Processamento e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, como também fica autorizada a utilização pelo CIM-AMAVI dos estudos, planos e projetos e outros documentos produzidos pela AMAVI, relativos ao Parque de Processamento e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos, que constituirão o acervo para a implantação do mesmo. Ato contínuo o Presidente passou a palavra ao Diretor Executivo, Agostinho Senem, que falou sobre o Cadastro da Iluminação Pública, destacando que o procedimento licitatório para colocação das placas de identificação foi concluído e que em breve a AMAVI estará capacitando técnicos municipais para conclusão deste trabalho. Nada mais havendo a tratar, o presidente Silvio Venturi agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu Milã Signori, assessora de imprensa, lavrei a presente ata.

CIS NORDESTE

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 06/2013

Extrato do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato nº 06/2013

Data: 18/07/2016

Contratante: CISNORDESTE – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Instituição Bethesda – CNPJ84.712.983/0001-89

Objeto: Exclusão contratual de exame de ultrassonografia transretal. Aumento da oferta dos procedimentos de colonoscopia e, inclusão contratual de novos serviços de saúde.

Valor Global Estimado do Termo Aditivo/ano: R\$ 417.600,00 (quatrocentos e dezessete mil e seiscentos reais).

Vigência: 18/07/2016 a 31/12/2016

Base legal: Inexigibilidade de licitação

José Chaves – Presidente do CISNORDESTE/SC

Valmir Sebastião Brüske – Instituição Bethesda